



UFC -- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACED – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ROSIVALDA DOS SANTOS BARRETO

PATRIMÔNIO CULTURAL, INFÂNCIA E IDENTIDADE NO BAIRRO DO BOM JUÁ:
SALVADOR - BAHIA

FORTALEZA

2012

ROSIVALDA DOS SANTOS BARRETO

PATRIMÔNIO CULTURAL, INFÂNCIA E IDENTIDADE NO BAIRRO DO BOM JUÁ:
SALVADOR / BAHIA

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós- Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B264p Barreto, Rosivalda dos Santos.
Patrimônio cultural, infância e identidade no bairro do Bom Juá : Salvador / Bahia / Rosivalda dos Santos Barreto. – 2012.
214 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Educação.
Orientação: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior.
- 1.Crianças negras – Educação – Bom Juá(Salvador,BA). 2.Crianças negras – Bom Juá (Salvador,BA) – Condições sociais. 3.Crianças negras – Bom Juá(Salvador,BA) – Usos e costumes. 4.Patrimônio cultural – Bom Juá(Salvador,BA). 5.Negros – Identidade racial. 6.Cultura afro-brasileira.
I. Título.

CDD 305.23098142

ROSIVALDA DOS SANTOS BARRETO

PATRIMÔNIO CULTURAL, INFÂNCIA E IDENTIDADE NO BAIRRO DO BOM JUÁ:
SALVADOR - BAHIA

Dissertação Submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Mestra em Educação. Área de Concentração: Educação

Aprovada em 19/01/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Jacques-Marie François Depelchin
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo
Universidade Federal do Ceará

HOMENAGEM

À minha mãe, avó e avô (*In memoriam*).

A Lucas, Marcos e Mateus meus filhos e meu pai.

A/os Prof^a Florípes, Prof. Dr. Jacques Depelchin e Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior.

AGRADECIMENTOS

NTU – é o “ser”, a energia que vem do divino, que emana desse ser e envolve todos os outros seres da terra animais, vegetais e minerais. Essa energia me envolveu por via de todas as pessoas que foram importantes para a minha trajetória de vida e me fez chegar onde estou. Agradeço a Nzambi, Olorum, Jah, Deus por ter concluído essa dissertação e por todos os percalços que passei para concluí-la, assim como a Oxossi e a Oxum. Durante esses 1 ano e 3 meses dormindo em colchões infláveis, bebendo água natural entre outras dificuldades. Em visualizar os verdadeiros amigos. A cada obstáculo surgido, mais força para resistir, sou mulher afrodescendente e corajosa. Passei por experiência de quase até perder um emprego de 20 anos que conquistei como educadora, por insensibilidade do governo petista na Bahia, não me permitindo tirar licença para estudar, foi-me concedida a licença sem vencimento.

Os agradecimentos póstumos

Vão para a minha mãe Rosa dos Santos Barreto (1932-2002) que com o ofício de lavadeira, fazendo caixa, ou seja, *esusu*¹ financiou os meus estudos, quando esses eram muito difíceis para as crianças negras de minha geração. Com força, coragem, bondade e calma pode me educar com dedicação e honestidade. O seu exemplo quando passou para o mundo invisível, acometida por um câncer de estômago foi de uma guerreira, e isso para mim é grandioso.

A minha avó Laudelina Santana Barreto (1910-1984), que com seus ditos populares me ensinou a observar melhor a vida, pessoas e ambiente. Sempre dizia que ‘Não é por comer toucinho que se chama porco iô, iô’, me transformou na pessoa que sou, a respeitar a todas(os) sem baixar a cabeça, ou seja sem humilhação. Quem também financiou os meus estudos desde o ensino fundamental aos universitários, investiu em mim, o que me proporcionou escrever essa dissertação.

¹Uma espécie de caderneta de poupança, uma forma de coletar dinheiro. Nesse caso se juntavam em média 10 mulheres e acordavam um valor. Era feita a coleta do dinheiro pela responsável da caixa, e a cada mês uma pessoa recebia uma quantia, dessa forma, sem que seus maridos soubessem tinham uma quantia reservada. E isso é parte do legado africano que existe na cidade de Salvador.

A Lourenço Mendes Barreto (1913-1969), meu avô, homem corajoso. Enfrentou o racismo no exército. A pensão deixada por ele possibilitou a minha avó financiar os meus estudos no ensino fundamental I e universidade.

A Valdelino Mendes Barreto, tio e fonte de inspiração para a leitura. Ele estava sempre com um livro nas mãos, caminhava até a biblioteca Central dos Barris desde o Engenho Velhos de Brotas para pegar um livro emprestado e a cada quinzena estava indo àquela instituição com essa finalidade.

E a Giacomo Corna Pellegrini (1931-2011), geógrafo, Professor da Universidade de Palermo e Milão. Escreveu o livro que foi resultado da pesquisa realizada no Bairro de Bom Juá na década de 1970 e aos 80 anos me atendeu carinhosamente disponibilizando informações acerca de sua pesquisa em Bom Juá.

Outros agradecimentos

Aos meus filhos Lucas, Mateus e Marcos, presenças de vital importância na minha vida e para a conclusão dessa dissertação. As palavras 'minha mãe' é confortante em todos os momentos. Ao meu pai Valter Mendes Barreto, primeiro professor de matemática e a minha tia Waldete primeira professora português.

Ao **MEU** orientador Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior pela AMIZADE, dedicação, disponibilidade, carinho, coragem, trabalho, responsabilidade, doação, bondade, solidariedade, criatividade, experiência, compromisso, acolhimento, persistência, pessoa a frente de seu tempo. Por mais palavras que eu escreva, descreva ou recite, sempre serão poucas para exprimir as suas qualidades como pessoa.

Ao professor Dr. Jacques Depelchin. Quando fui sua aluna no Centro de Estudos Afro-Orientais ele disse à turma: – *Eu não sou mestre, vocês são meus mestres, eu aprendo com vocês.* Essas simples palavras, o faz um educador humilde e comprometido em como ele diz em *Tomar a sério a história da África*, incentivaram e conquistaram muitas(os) estudantes e me estimularam à pesquisa e a escrever essa dissertação. De África nos fez repensá-la e mirá-la de todos os ângulos, para entendermos as articulações políticas, sociais, econômicas e culturais as quais me colocaram afinada com o pensamento de meu orientador. Sempre nos incentivou a escrever, independente de como fosse essa escrita, mas que escrevesse sempre, e registrasse o que nos interessasse durante todos os nossos dias. Além de nos mostrar o quão profundo foram os crimes contra a humanidade

cometidos pelos idealizadores do sistema econômico predador, desde a escravidão até os nossos dias.

Aos Professores Drs. Eliane Dayse e Ribamar Furtado, pela dedicação e comprometimento em suas aulas de Pesquisa em Educação I. Elas foram importantíssimas para entendermos o fundamento da investigação científica. E ao professor Dr. Gerardo Vasconcelos, através dele entendi o papel da filosofia em determinados períodos históricos e civilizatórios da humanidade, além de me fazer entender em que bases filosóficas os projetos pedagógicos das escolas pesquisadas se assentam. Aos professores Drs. Ivan Costa Lima e João Batista de Albuquerque Figueiredo pelas valiosas intervenções no período da qualificação.

À Norma Lúcia Apolônio. Mulher negra, corajosa, minha comadre. Trabalhadora autônoma. No momento em que eu precisei me afastar para estudar o mestrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, e fiquei sem vencimento, ela alugou a minha casa, dando-me a possibilidade de complementar o valor recebido através da bolsa de estudos CAPES/PROPAG e estudar com maior tranquilidade, além de cuidar de meu pai como se fosse sua filha.

A Pedro Alexander Cubas Hernández, o 'anjo querido' da minha vida. Acompanhou-me todos os momentos alegres e tristes desde o ano de 2007. Ajudou-me na correção do projeto de pesquisa que me permitiu ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará.

A Uiraci Vieira Silva (Bira), morador de Bom Juá. Uma pessoa que reencontrei depois de 20 anos. Sua colaboração foi importante nas correções ortográficas do projeto de pesquisa que me permitiu ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FACED/UFC. Ele ficou em minha companhia até às 3 horas da manhã nas vésperas do envio do projeto nessa empresa, por causa da minha mania de perfeição, embora saiba que ninguém é perfeito.

A Zaylin Leydi Powell Castro, pela solidariedade e apoio num momento mais difícil de minha vida. Quando estava em Fortaleza no aguardo do deferimento ou indeferimento de minha licença para interesse particular. Quase sem vencimento, numa situação complicada, onde as possibilidades eram pedir exoneração da função de professora da rede estadual da Bahia para dar continuidade aos estudos do mestrado, ou aguardar a licença sem vencimento para ter direito a implantação da bolsa de estudos. Sua ajuda financeira foi fundamental. A Nicola Fassine, ex-

voluntário no bairro de Bom Juá, pela Opera e Fraternitá Bahiana na associação de moradores. Seu tempo foi passageiro na instituição, mas o bastante para me colocar em contato com o Professor Dr. Giacomo Corna Pellegrini e uma tese orientada por ele no ano de 2006, onde o *lócus* da pesquisa foi o bairro de Bom Juá.

A Salete Bezerra mulher valente que me hospedou em sua casa através de um simples telefonema, onde só foi preciso dizer que era um pedido do professor Henrique Cunha Júnior. E Juliana de Sousa hoje estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FAGED/UFC me apresentou às dependências dessa instituição, do programa e à cidade de Fortaleza. E Maria Helena se responsabilizou pela matrícula de meu filho na Escola de Ensino Fundamental Centro dos Retalhistas, enquanto eu me organizava para partir em busca de uma formação melhor e compreender mais as minhas raízes africanas na UFC.

A Nadja Rinelli, Carla Braga, Lourdes Lousane, Naiola Paiva de Miranda e Arilene Chaves estudantes do programa e pessoas importantíssimas em minha vida. Elas me ajudaram a nível financeiro sem mesmo me conhecerem, quando viram a minha dificuldade para que eu fosse contemplada com a bolsa de estudos CAPES/PROPAG, na ocasião do deferimento ou indeferimento de minha licença sem vencimento, onde um dos critérios é estar sem vencimento. A Raissa Almeida Pereira e Maria Cecília Felix Calaça se converteram de colegas em amigas, pelo apoio incondicional desde que cheguei a Fortaleza, ajudaram-me também financeiramente. Sayonara Silva Santos, que me possibilitou colocar as imagens que se encontram nesse texto, por que não tenho câmera fotográfica. E Luciano Silva Santos, amigo soteropolitano sempre presente resolvendo meus problemas e pendências em Salvador.

A Sra. Ana Maria Sounders de Souza Goes (Tia Ana), diretora da Escola Instituto Mascote. Essa mulher generosa, dedicada e humilde. Recebeu-me sem mesmo me conhecer de braços abertos. Quando cheguei a Fortaleza fez a matrícula de meu filho Marcos e ministrou aulas de reforço a essa mesma criança sem ônus para mim, assim como doou livros poupando-me de maiores gastos. Também me direcionou à direção da Escola Maria Monfort, onde meu filho estudou com bolsa de estudos num valor menor que a metade do preço normal. Ao professor da escola Instituto Mascote Jorge Henrique Freitas profissional extremamente dedicado.

Ofereceu ao meu filho todo amor, carinho, compromisso e responsabilidade no ensino.

À Professora Carluce Batista Barreto, diretora da Escola Maria Monfort e Pe. Herman Mestron que me possibilitaram uma bolsa de estudos para meu filho Marcos, isso pela minha impossibilidade de pagar a mensalidade integral da escola. Ao Sr. Joaquim José da Costa e Sra. Maria Batista Menezes Pereira pelo total acolhimento a mim e a meu filho na Escola Maria Monfort.

Laurêncio Patrocínio dos Santos que me presenteou comprando uma geladeira, sofá, guarda-roupas, móvel de sala e máquina semi-automática de lavar roupas, os quais desde que cheguei a Fortaleza fiquei impossibilitada de comprar, diante da decisão da Secretaria de Educação do Estado da Bahia em indeferir minha solicitação de licença com vencimento para cursar o mestrado, deixando-me a única alternativa solicitar a licença sem vencimento. Raimunda Chaves, José Carlos Gusmão (meu procurador em Salvador), colegas de trabalho do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, me apoiaram para garantir minha permanência no mestrado, providenciando os documentos necessários para implantação da bolsa CAPES/PROPAG, visto que me encontrava em Fortaleza estudando.

José de Ribamar e sua esposa D. Velma Lúcia de Oliveira Costa, ambos, proprietários da casa onde moro presentes e firmes colaboradores. Graças ao Sr. Ribamar pude realizar a minha pesquisa de campo, porque ele pagou as passagens minha e de meus dois filhos Mateus e Marcos, ida e volta Fortaleza-Salvador. Sem ele certamente meus dias seriam difíceis no segundo semestre de 2011.

A todas/os entrevistadas/os e às crianças das Escolas Comunitária de Bom Juá e Amigos do Rei. À Evonice Teles dos Santos, diretora da Escola Amigos do Rei. A Celeste Boaventura de Assis, Diretora da Casa da Criança. Herson, Vice-diretor da Escola Comunitária de Bom Juá, Ana Tereza, Diretora da Escola Comunitária de Bom Juá. Sem eles esse trabalho seria inconsistente. Assim como à Secretaria de Educação do Município de Salvador e aos atendentes do Arquivo Municipal e Arquivo Público do Estado da Bahia pelo respeito à pesquisadora e disponibilidade em fornecer os documentos consultados. E à agência financiadora CAPES/PROPAG.

“A escrita é uma coisa e o saber é outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. É a herança de tudo aquilo que os nossos ancestrais puderam conhecer e que se encontra latente em tudo que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”.

Amadou Hampâté Bâ

RESUMO

As memórias e os patrimônios cultural material e imaterial são acervos que transversalizam homens e mulheres desde o nascimento que com o tempo constroem suas identidades nas relações que estabelecem onde vivem. Essa dissertação versa sobre o bairro do Bom Juá: Salvador, Bahia. É um bairro de maioria afrodescendente e como tal padece com as invisibilidades e silêncios acerca de sua história em termos gerais. Partindo desse princípio, trabalhamos com as memórias e histórias dos seus moradores, no intuito de que essas não se percam no tempo, ou sejam vítimas da globalização cultural, por serem importantes para forjar as identidades negras na coletividade, as quais resultam no sentimento de pertencimento e valorização da cultura de base africana, tempo em que corporifica o seu patrimônio. Tivemos como objetivo estudar e conhecer a infância e o patrimônio cultural material infantil através das histórias infantis, músicas, brincadeiras, atividades, e composição do ambiente escolar. Do campo de pesquisa que seriam as Escolas Amigos do Rei e Comunitária do Bom Juá, ampliou-se para o bairro em sua totalidade. Isto porque entendemos que a escola não existe sem o bairro, e que para fazer frente a uma educação antirracista antinegro, estando ela inserida num bairro de maioria negra, deve valorizar a cultura e o patrimônio cultural de base africana presentes no local. Utilizamos como categoria teórica a afrodescendência, bairro de maioria afrodescendente, identidade afrodescendente, infância em bairro de maioria afrodescendente e patrimônio cultural. A metodologia de pesquisa foi a afrodescendente de pesquisa. Nesse método o pesquisador conhece e faz parte do campo a ser pesquisado, não se distancia do mesmo, por que tem uma relação anterior com os pesquisados e o *lôcus* de sua pesquisa. A relação pesquisador e pesquisado é de sujeito-sujeito, tendo como pressuposto o conhecimento da história africana, dos afrodescendentes e da cultura de base africana, além de utilizar a autobiografia, onde o pesquisador através da revisita à sua história de vida, entenda a construção de sua identidade e das identidades coletivas com base na história social, numa visão 'desde dentro'. Concluímos que: A infância existe para as crianças e não é vista pelos adolescentes, adultos e professores da mesma forma. Logo se opera com o pensamento de uma infância ideal por parte dos adultos e professores e não com a infância real. Os maiores patrimônios são: as pessoas, a amizade; a formação de grupos de: jovens, adultos, crianças e da associação de moradores, que foram importantes para a história do bairro, quanto para a de outros bairros de maioria afrodescendente soteropolitanos. A sua organização social culminou na formação da Federação de Associação de Moradores de Salvador e na Confederação Nacional de Associação de Moradores responsáveis pela promoção e elaboração de políticas públicas para a cidade de Salvador. Logo, a formação dos grupos de Samba Duro Junino e Blocos Afro, rezas de Santo Antonio, Desfiles, Lavagens e Festas com cunho políticos, foram importantes para o fortalecimento das identidades negras em Salvador. São patrimônios as pessoas, a festa da padroeira do bairro, os desfiles das escolas, as brincadeiras infantis,7 pedrinhas, elástico, corre-corre, bater lata entre outras e os grupos de capoeira. Identificamos várias formas de viver a infância no bairro de acordo com a localização das ruas, e que existe uma infância afrodescendente que está para além das amarras e conceitos elaborados pelas teorias raciológicas no século XIX. Essa infância existe e vive e essa criança aprende, cria e recria.

Palavras-chave: Bairro de maioria afrodescendente; Infância em bairro de maioria afrodescendente; Patrimônio cultural; Afrodescendência.

ABSTRACT

Memories and tangible and intangible cultural heritage cut across the lives of men and women from their birth; and ,with time, shapes their identities and the relationships they establish in places where they live. This thesis deals with the neighborhood of Bom Juá, Salvador, Bahia. It is a neighborhood composed mostly of people of African heritage and as such suffer from invisibility and silence about their history in general. Understanding this principle, I worked with the memories and stories of residents in order that these are not lost in time, or become victims of cultural globalization, because they are important for forging identities in Black communities, resulting in a feeling of belonging and an appreciation for their African-based culture, a heritage that is transmitted over time. My objective was to study and learn about childhood and children's material cultural heritage through children's stories, songs, games, activities and the school environment in this neighborhood. I conducted field research at the Escola Amigos do Rei and Escola Comunitária do Bom Juá, as well as in the neighborhood as a whole. This is because I understand that the school does not exist without its community, and to cope with a racist, anti-black education, while being situated in a predominantly black neighborhood, one must value the culture and African heritage of the locale. I used as theoretical concepts: african ancestry, predominantly black neighborhood, black identity, childhood in a majority black neighborhood and cultural heritage. The research methodology was framed by the African heritage of the researcher. In this method the researcher knows and is a part of the community to be researched, not distant from it. The researcher has a prior relationship with the respondents and the research site. The relationship between researcher and researched is subject-subject, assuming mutual knowledge of the history of African heritage and African cultural base. The researcher besides using autobiography to revisit life histories understands how it shapes individual and collective identities based on social history, the researcher has a view 'from inside'. I conclude that: childhood exists for children in a different way than it is perceived to exist by teens, adults and teachers. The latter operate with the idea of an ideal childhood; not the real one. As it is for most other Black neighborhoods in the city of Salvador, the assets of greatest historical importance for the neighborhood are: people, friendship, the formation of youth groups, adults, children and residents' associations; their social organization culminated in the formation of the Federation of Residents Association of Salvador and the National Confederation of Residents' Association responsible for promoting public policy development for the city of Salvador; the formation of groups of Junin and Samba Hard Afro blocks, prayers of St. Anthony, Parades, Festivals and ritual cleaning, and fiestas with political clout were important for the strengthening the cultural identity of black Salvadoreans; current cultural features including: celebrations of the patron saint of the neighborhood, school parades; children's games such as seven stones, elastic, run-run, tin-can drumming, and capoeira. Besides identifying various components of children's lives in Black neighborhoods, the study aimed to show that in these neighborhoods there are experiences of learning, living, and growing up free from the racial theories and concepts developed in the 19th century.

Keywords: African-descendent Majority Neighborhood, Childhood, Cultural Heritage; African-descendent, Afro-Brazilian, Salvador, Bahia, Brazil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

19 BC – 19º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro

CEAFRO – Programa de Educação para Igualdade Racial e de Gênero

CEAO – Centro de Estudo Afro-Orientais

CMLEM – Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães/ Salvador.

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento

ERD – Escadarias e Rampas Drenantes

FABS – Federação de Associação de Moradores de Salvador

FAPI - Festival de Amigos e Parentes de Inocência

HIS – Habitação de Interesse Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

RENUB – Companhia de Renovação Urbana de Salvador

SANDU – Posto de emergência da cidade do Salvador na década de 60. Não encontrei significado dessa sigla.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Social

SESC – Serviço Social do Comércio

SMEC – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer/ Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 A pesquisadora desde dentro	43
2 APRESENTANDO AS CATEGORIAS TEÓRICAS	53
2.1 Afrodescendência	54
2.2 Infância afrodescendente	55
2.3 Patrimônio cultural	64
2.4 Bairros de maioria afrodescendente	65
2.5 Identidade negra/afrodescendente	67
3 HISTÓRIA DE VIDA A RELAÇÃO DELA COM O BAIRRO E COM A PESQUISA	
3.1 Minha história	70
3.2 História da minha família na evolução dos acontecimentos	105
4 O BAIRRO E A ESCOLA	
4.1 História da constituição dos bairros em Salvador	119
4.2 Bom Juá	127
4.3 As escolas	
4.3.1 Escola Comunitária do Bom Juá	153
4.3.2 Escola Amigos do Rei	156
5 DISCUTIR A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA	
5.1 Infância e infância afrodescendente	160
5.2 Infância afrodescendente, legado africano e o comportamento das crianças afro-soteropolitanas	171
6 SÍNTESE DO QUE FOI VISTO	
6.1 Objetivo da pesquisa	175
6.2 O patrimônio cultural e a infância em Bom Juá	182
7 ESTAVA TUDO ALI BASTAVA SISTEMATIZAR AS LEITURAS DO PATRIMÔNIO	196
8 REREFÊNCIAS	200
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

*O nascimento de uma alma é coisa demorada,
Não é partido ou jazz em que se improvise,
Não é casa moldada casa moldada laje que suba fácil,
A natureza da gente não tem disse me disse. (O Rappa)*

Eu sou Rosivalda dos Santos Barreto, baiana, de Salvador, afrodescendente e professora de Educação Física da escola pública. Contarei minha história (mais adiante), desde que ingressei no serviço público estadual, no dia 10 de outubro de 1990, no Colégio Bertholdo Cirilo dos Reis, no bairro do São João do Cabrito, subúrbio ferroviário da cidade. Minha história de vida vai ajudar a compreender os propósitos do meu trabalho. Aprovada no concurso público, e nomeada fui à Superintendência Regional de Educação 1B² escolher a escola para lecionar. Recebi informações de que no bairro onde se localizava a escola supracitada, os estudantes eram desordeiros e capazes de cometer atrocidades com os professores. O que me deixou temerosa. Pelo contrário, lá encontrei excelentes estudantes e fiz amigos ex-alunos, os quais alguns são professores da rede estadual, inclusive doutor, cursando o pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nesse colégio trabalhei com turmas de Futebol de Salão categoria mista e de capoeira. Categoria mista, estudantes do sexo masculino e feminino jogando na mesma equipe. Porque nós professores lotados nas escolas da Diretoria Regional de Educação 1B, estávamos buscando significar o nosso trabalho dotando de finalidade a nossa prática educativa. Na Bahia naquele momento as aulas de educação física aconteciam sem nenhum fim específico, simplesmente dávamos aulas. Queríamos realizar jogos estudantis que integrassem as(os) estudantes independente de gênero ou idade, considerando a defasagem idade série dos estudantes das escolas públicas da Bahia, visto que o estado não promovia nenhuma atividade que estimulasse a prática esportiva.

Organizamos então em 1996 o Seminário de Educação Física da Diretoria Regional de Educação 1/B. Nesse evento convidamos a professora de Educação Física Kátia Oliver de Sá, na época coordenadora de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Por demonstrar conhecimento e

² Hoje esse órgão recebe o nome de Diretoria Regional de Educação 1B (DIREC 1B).

desenvoltura com o ensino da educação física na escola, participei nesse seminário como palestrante falando sobre conteúdos a serem ministrados nas aulas de educação física, no Ensino fundamental I e II. Daí surgiu a ideia de realizar os Jogos Estudantis da Primavera, um evento inovador por diferir do que vinha sendo realizado nas escolas estaduais. Nele participariam todas as escolas do estado, com o apoio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Assim no ano de 1997 e 1998 realizamos esses jogos, no qual fiz parte da equipe organizadora.

Como os estudantes demonstravam afinidade com a capoeira, também fundei um grupo de capoeira da escola. O diferencial desse grupo era que além da prática, estudávamos a trajetória da capoeira na Bahia, no Brasil e no mundo. Evidenciava a importância da capoeira como propulsora de resistência e luta pela liberdade do povo afrodescendente, além de ser parte da cultura do povo negro. Também estudamos os motivos que levaram à divisão da capoeira em Angola e Regional. É digno de nota que existia rivalidade entre os grupos de capoeira da área do subúrbio ferroviário. Esse grupo resultou na união dos estudantes que eram capoeiristas dos diversos grupos do subúrbio sem que a rivalidade emergisse.

O Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães³, foi inaugurado em abril de 1999. Nele inicialmente fui convidada a ser secretária e no ano 2000 reassumi a função docente. Nesse mesmo ano iniciava o trabalho com a semana da consciência negra. Integrei-me nessa atividade por que no Bertholdo Cirilo, utilizava os conteúdos da disciplina educação física como veículo para promover consciência acerca da cultura negra. No Colégio Modelo fundei junto com os estudantes o Grupo de Capoeira 'Guerreiros do Modelo' com os mesmos propósitos iniciais. Nesse os estudantes eram monitores eleitos a cada dois meses para coordená-lo e ministrar aulas. Foi difícil a aceitação desse grupo na comunidade escolar. Mesmo assim, participávamos dos festivais de capoeira organizados pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia e fizemos o nosso I e último Batizado⁴.

Ainda nessa escola com as minhas turmas de aula realizei o I Seminário de Igualdade Racial, o Projeto Capoeira Arte, Cultura e Resistência Popular, I Arraiá do Colégio Modelo, I Festival de Dança do Colégio Modelo, Matéria sobre

³É uma unidade escolar da rede estadual de ensino do estado da Bahia na qual sou docente. Localiza-se na Av. San Martin, Salvador e acolhe jovens moradores do bairro pesquisado e dos circunvizinhos, se estendendo para o subúrbio.

⁴ Batizado na capoeira é um ritual de passagem, uma graduação para um nível superior. Nele o capoeirista recebe um novo nome. Exemplo João Pereira dos Santos (Mestre João Pequeno), João Oliveira dos Santos(Mestre João Grande)e Jânio Martins dos Santos(Mestre Curió).

Sedentarismo para a Rádio Modelo e como vice-diretora organizei o I Intercâmbio África Bahia. Como docente me preocupo com a inovação no intuito de estimular o estudante a se envolver nas atividades de ensino e aprendizagem.

Como docente do Colégio Modelo, vendo anualmente a efervescência do nosso trabalho/evento, acreditava que estava promovendo consciência negra. O auditório lotado com estudantes conforme vemos na Figura 1, era a prova concreta do envolvimento e interesse deles em participar da semana da consciência negra. Na Figura 2 os alunos encenaram simbolicamente o racismo levando um ataúde para o palco. Portanto, tinham consciência negra! Contudo, essa aparente consciência de negritude não era tão profunda, como veremos adiante pelos motivos que me levaram a desenvolver a pesquisa que resultou na escrita desse trabalho acadêmico.



Figura 1. Fonte: Arquivo Pessoal, 2008. Auditório do Colégio Modelo.



Figura 2. Fonte: Arquivo Pessoal, 2008. Palco do auditório do Colégio Modelo.

Essa dissertação surge de uma preocupação a cerca da minha percepção sobre a colonialização do conhecimento e do saber no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães⁵, do qual eu sou professora. A colonização do saber é uma crítica à forma que os conhecimentos são produzidos na sociedade brasileira, ainda como colônia dos conhecimentos europeu e estadunidense. A colonialização do saber de acordo com Mignolo (2005) acompanha a modernidade e o capitalismo, dessa forma as histórias e memórias dos outros povos foram suprimidas, e no caso dessa dissertação, a memória dos afrodescendentes em seus bairros e territórios. Essa colonialização implica num processo que abrange os diversos grupos sociais, que

⁵ É uma unidade escolar da rede estadual de ensino do estado da Bahia na qual sou docente. Localiza-se na Av. San Martin, Salvador e acolhe jovens moradores do bairro pesquisado e os circunvizinhos, se alongando para o subúrbio.

pode levar a um esquecimento de histórias e memórias locais, caso não traga uma influência destas nos meios de difusão do conhecimento.

Preocupada com o patrimônio cultural do Bairro de Bom Juá e com a possibilidade de esquecimento dessas memórias e patrimônio é que nasce a proposta dessa dissertação. A memória está latente e me parece a infância objeto de sua propagação. Devido a minha necessidade de ampliar conhecimento, no ano de 2008 cursei duas disciplinas como aluna especial no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Uma Repensar a História da África: fora das fronteiras geográficas e históricas com o professor congolês Dr. Jacques Depelchin e Religiões Africanas com o Prof. Dr. Luís Nicolau Parés. Essas disciplinas me possibilitaram enxergar a cosmovisão africana e o processo sócio-político-econômico que engendram a educação racista, aguçando minha curiosidade em saber se as atividades pedagógicas desenvolvidas em 8 de semanas de consciência negra, realizadas no Colégio Modelo, foram capazes de modificar as mentalidades dos discente e docentes sobre a África. Diante dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas supracitadas, realizei nessa unidade escolar uma pequena pesquisa, buscando confirmar o sucesso (ou não) oriundo do nosso trabalho.

Essa pesquisa foi realizada com docentes e discentes do 2º e 3º anos do Ensino Médio. Estudantes e ex-estudantes da disciplina História e Cultura Afro-brasileira do Colégio Modelo, que resultou na produção de dois trabalhos. Um pôster intitulado “Lei 3.353/1888 Lei Áurea e a Lei 10.639/03: uma (re)leitura dos seus aspectos sócio-políticos nos avanços, contradições e resistência”, a provado para VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros e o outro “Movimentos Sociais: aspectos sócio-políticos, avanços e contradições para a educação brasileira e conquista da Lei 10.639/03”, apresentado XVIII Seminário de Pesquisa em História e Gênero da Universidade Federal do Ceará.

O resultado dessa investigação constatou que as mentalidades sobre a África e afrodescendentes permaneciam semelhantes às anteriores. Mesmo tendo o colégio no ano de 2007, inserido no currículo a disciplina História e Cultura Afro-brasileira. Caiu o véu que nublava o meu olhar e consciência, e desde então pude identificar a força da educação racista e como o capitalismo se organiza perpetrando e mantendo o racismo criminoso, estrutural e antinegro. Identificamos com isso processos de segregação espacial da população afrodescendente, e a produção de

sistemas impeditivos sociais racistas tão sutis que se metamorfoseiam nas mais variadas formas, as quais serão explicitadas no desenvolvimento dessa dissertação. Uma dessas formas é a preservação de uma história única e eurocêntrica defendida no sistema de transmissão do conhecimento, nos livros didáticos, a exemplo da coleção transdidática, do Projeto Cidade Educadora, da Editora Aymará, utilizado nas escolas municipais de Salvador.

A curiosidade não foi dissipada, logo busquei a resposta através dessa pesquisa do mestrado. Pairavam as perguntas iniciais, que não é a pergunta dessa pesquisa, mas que me estimularam a investigação no bairro de Bom Juá, território de maioria afrodescendente, situado na cidade de Salvador – Bahia, local onde moro desde minha infância. Porque mesmo com todo o tipo de informação permanece invisível aos olhos dos educadores o legado africano? O que fazer para os professores compreenderem o legado africano impregnado em nossa sociedade?

A pesquisa seria realizada no Colégio Modelo, sobre as atividades realizadas nas aulas da disciplina História e Cultura Afro-brasileira. Mas, com a exclusão da mesma do currículo orquestrada pela atual direção, mudamos o foco da investigação. A direcionamos para a comunidade de Bom Juá, pelo fato de os estudantes desse bairro, egressos do Ensino Fundamental II ingressarem no Colégio Modelo.



Figura 3. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011

A fotografia da Figura 3 ilustra a nossa observância tangível e importância de explorarmos o patrimônio cultural, a infância e a identidade no bairro do Bom Juá. Quando nos preocupamos com as memórias do bairro e os percursos educacionais nos deparamos com esse

fato, as relações e os laços que se estabelecem entre as pessoas. Porque essas jovens são moradoras do bairro e estudantes do Colégio Modelo, e aí existe uma relação de amizade. A primeira jovem foi interna na creche que eu dirigi. O terceiro é meu ex-aluno e através da amizade iniciada no colégio supracitado é um visitante e passou a frequentar o bairro. Isso quer dizer que os adolescentes que ingressem no Colégio Modelo terão maturidade ou serão, talvez, pessoas conscientes capazes de

entenderem ou exigirem uma educação que seja antirracista, tempo em que valorizem o seu patrimônio cultural. Tendo em vista que, alguns professores do Colégio Modelo se propõem a dar continuidade à implementação da lei 10.639/03⁶.

Examinamos detidamente e detalhadamente nesse bairro, sua população e cultura, encontramos as rearticulações e reelaborações de africanidades. A possibilidade de visibilização e escrutínio são ímpares para a comunidade e escolas, por expressarem o patrimônio cultural material e imaterial local através dos moradores e estudantes. Essencial para dinamizar o processo educativo nas mais variadas formas.

No Colégio Modelo desde o ano 2000 realizávamos anualmente a Semana da Consciência Negra. Eu julgava que estávamos, construindo a identidade dos discentes, promovendo seu sentimento de pertencimento enquanto afrodescendentes e a valoração do continente africano como berço civilizatório da humanidade. É digno de nota, que nunca pensamos no pertencimento das(os) docentes(es), era como se esses não precisassem de uma noção de pertencimento étnico.

Na 8ª edição dessa atividade pedagógica em 2008, trabalhamos com a temática **Um Olhar Sobre o Negro nas Américas**. As exposições, apresentações e os cartazes preservaram o fenômeno da invisibilidade da história africana e dos seus descendentes. Na compreensão dos educandos e educadores, em 2008 na ocasião da investigação que realizei no Colégio Modelo, buscando entender o que e como os professores entendiam ou viam a África, obtive as seguintes respostas que me deixaram perplexa: A África é um país rico, berço da humanidade propenso à crescente miséria, doença e caos. O único lugar em desenvolvimento geológico.

As imagens expostas na 8ª semana de consciência negra expunham situação da escravidão africana no Brasil. Os trabalhos apresentados nas turmas

⁶ Lei promulgada em 09 de janeiro de 2003, que altera a 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Torna obrigatório o ensino e o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, da África e dos Africanos. A luta dos negros/os, sua cultura e sua contribuição na formação da sociedade nacional, nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. Esses conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Insere o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. Uma reflexão sobre os vetos dessa lei estão disponíveis em: <http://www.znnalinha.com.br/blog_literatura/view_post.php?id=10 e <http://www.webartigos.com/articles/12161/1/A-Historia-e-Cultura-Afro-Brasileira-e-a-Lei-1063963/pagina1.html>>. Acesso em: 14 set.2011.

também ressaltavam a cultura afro-brasileira. Só éramos samba, futebol, música, carnaval e candomblé. Senti-me num oceano agitado, sem saída olhando a repetição do mesmo. Era necessário descobrir onde estava ou onde que as nossas propostas eram insuficientes para atingir os nossos objetivos, para nessa atividade pedagógica tornar a população negra consciente de sua história.

As mentalidades ainda permaneciam deformadas em relação à África e às africanidades, para a minha angústia. Percebi isso na 8ª Semana da Consciência Negra. Havia uma temática referente à culinária africana, então uma estudante que pesquisava sobre esse tema, para apresentação de um trabalho nessa atividade pedagógica me pediu explicações. Expliquei brevemente dizendo que no Brasil nem sempre é a culinária é totalmente africana e sim resignificações do fazer afro-brasileiro, como por exemplo, feijão, pé de moleque (mouleque), cocada (concada), acarajé (acara), pirão (piron), feijoada (fechuada), cozido (cuzido), doce de mamão (doosi) e canjica (canjika). Que essas iguarias acompanharam os brasileiros retornados para o Daomé, atual Benin, bem como influenciaram na saúde, língua e festas⁷. De imediato ela me respondeu: - *Então estou aprendendo tudo errado*⁸.

Surgem novas inquietações que, ainda, não são minhas perguntas de pesquisa. Porque um trabalho de 8 anos não alcança o objetivo desejado? Porque permanece o mesmo pensamento sobre afrodescendentes e africanos? Vale ressaltar que os estudantes e professores do Colégio Modelo são em sua maioria afrodescendentes e moradores dos bairros circunvizinhos ao colégio, inclusive Bom Juá que é um bairro vizinho ao Colégio Modelo.

Como muitos professores, eu acreditava que a docência contribuiria essencialmente e qualitativamente para os conhecimentos dos estudantes e para sua visão de mundo. Os levaria à consciência do processo sócio-político-econômico e que a educação por si só determinaria sua ascensão social. Isso através da historicização da Educação Física e do seu papel social. Ocasão em que participava do grupo de professores que participavam da formação continuada para o ensino da Educação Física, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, coordenado pela professora Dr^a Celi Taffarel.

⁷ Mais considerações acerca da contribuição dos negros brasileiros nessa região estão disponíveis em: AMOS, Alcione Meira. **Os que Voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007.

⁸ Algumas vezes que surgirem no texto frases em itálico são palavras expressa por pessoas do meu convívio que utilizo para ilustrar o texto.

Os cursos de formação nos colocava em contato com a Teoria da Educação Física propositiva sistematizada, numa dimensão crítico superadora. Pautada no eixo paradigmático da cultura corporal numa concepção histórico-crítica e no método de análise da realidade do materialismo histórico dialético. O conhecimento é mais que uma mediação entre o aluno e seu aprender. Privilegia uma dinâmica curricular que valoriza na constituição do processo pedagógico a interação dos elementos: conhecimento, tempo, espaço pedagógico e normatização, bem como os segmentos sociais, pais, alunos, funcionários, etc. No entanto o processo de construção da identidade afrodescendente e a valorização do patrimônio e do território que são fundamentais não estavam presentes.

Sou docente, licenciada em Educação Física, ex-dançarina de dança afro. Tive contato com a estética negra nos finais da década de 1970 inícios da de 1980, no Serviço Social do Comércio - Salvador, através de quem chamávamos Mestre King (Raimundo Bispo dos Santos, 1934), a grande expressão da Dança Afro-brasileira em Salvador nessa época. A dança afro é “resultado de uma mistura entre a dança contemporânea e a dança dos orixás [...] traz consigo um apanhado de técnicas e de movimentos que desafiam a estética do balé” como destaca (OLIVEIRA 2008, p. 3). Os soteropolitanos dançam em muitos momentos de sua vida.

Envolvida não por iniciação, mas por ligações familiares à religião de matriz africana, fazendo dança afro, ainda assim era imperceptível para mim o racismo antinegro e sua ação criminosa para a sociedade. Até quando silencieei inconscientemente à religiosidade familiar. No teatro do Restaurante-Escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, no Pelourinho, frequentado por turistas, hoje analisando criticamente, me dou conta do que fazia. Sem análise crítica depunha contra as mulheres negras, estereotipadas e produto do mercado internacional do turismo sexual. O filme documentário de Joel Zito (2009) explicita tal situação. Noutra peça teatral Quincas Berro D'Água, interpretei a personagem Marocas, irmã de Quincas. Uma negra mal educada que sempre à mesa, no almoço ou jantar arrotava alto na presença dos convidados. Era gorda e dotada de glúteos imensos, descomunais!

Outra personagem interpretada por mim na mesma peça foi uma prostitua Figura 4, ela se divertia nas ladeiras do centro histórico. Esse espetáculo terminava tarde e às 22:30 horas. Às 23:00 horas saíamos em grupo,

descíamos o Pelourinho e andávamos pela Baixa dos Sapateiros para pegar ônibus no Largo do Aquidabã. Sempre encontrávamos no Pelourinho adolescentes afrodescendentes moradores de rua. O que me incomodava, mas nunca relacionava ao racismo estrutural antinegro. Tinha a mentalidade entorpecida, do mesmo modo que alguns professores do Colégio Modelo têm para as questões



Figura 4. Fonte: Arquivo pessoal.

relacionadas ao pertencimento étnico, gênero e reconhecimento da cultura de base africana na sociedade brasileira. A entorpecência continua quando não analisamos criticamente a seleção que estereotipa uma atriz ou ator negra(o) para representar um(a) personagem. No teatro secundarista interpretava sempre os personagens mais escandalosos.

Com uma visão cartesiana adquirida na formação universitária, nunca percebi o corpo dos estudantes como elemento de libertação de suas ações e demarcadores de sua identidade. Onde pudessem pular, saltar, falar, andar que não fosse por via do exercício físico e da atividade desportiva. Promovia atividades interessantes, mas limitadas aos gestos desportivos básicos. O corpo para um estudante de educação física na década de 1980, na Universidade Católica de Salvador era visto numa concepção de mente sã num corpo sã. As atividades físicas e disciplinas primavam pelo corpo sã através das atividades físicas. Aprendíamos por via dos jogos educativos para a prática das modalidades esportivas e eu reproduzia isso na sala de aula. Continuávamos prisioneiros do próprio corpo, desenvolvíamos apenas atividades, jogos, competições relacionadas aos desportes convencionais. Com essa ideologia adentrei no serviço público como docente.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa realizada no Colégio Modelo e os conhecimentos adquiridos nas aulas do Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia emergiram as inquietações. Uma com as aulas enquanto estudante da escola básica e outra com os resultados parcos obtidos nas Semanas da Consciência Negra do Colégio Modelo. Como muitas/os docentes eu desconhecia em parte a África e sua contribuição para o processo civilizatório da

humanidade. Preocupava-me em não repetir o que foi feito comigo com os estudantes que estavam sob minha responsabilidade. Tinha que ser uma docente diferente.

Em finais de década de 1980 não conhecia a história africana e não reconhecia a cultura de base africana. Componente do grupo negro Ginga entrei em contato com as discussões relacionadas ao racismo, escravização dos africanos e afrodescendentes. Consciente dessa realidade transversalizei esses conhecimentos na disciplina Educação Física, a que leciono, através da Capoeira. Daí em diante, dei maior significado às aulas a exemplo das oficinas de Capoeira no Colégio Estadual Bertholdo Cirilo dos Reis, continuando no Colégio Modelo. Entretanto existiam lacunas. Buscava na escola planejar aulas co-participadas com os alunos para atingir dinamicidade e satisfação entre eu e os estudantes. Tinha sim uma africanidade imperceptível, esse desejo de mobilidade, animação e movimento, que de acordo com Altuna (1985. p. 52) é vida, aspecto dinâmico que os bantos expressam como “ntu” (ser).

Envolvida nesse emaranhado de descobertas fiz uma retrospectiva analítica no tempo e esquadrinhei minha *práxis* pedagógica. Observei a dos colegas educadores em conformidade a minha trajetória enquanto estudante nas escolas por onde estive. Não sabia o que procurava, mas encontrava satisfação nos dois lados, docente e discente. Fazia diferente. Enquanto estudante do curso primário, ginásial à universidade odiava memorizar compulsoriamente os conteúdos. História, decorar datas para mim era um suplício “decorar”⁹ aquelas datas malignas.

Nas aulas de Educação Física que participava no ginásio (atual Ensino fundamental II), a atividade era sempre o jogo de baleado, o que me constrangia. As brincadeiras que eu participava e construía no meu bairro eram mais criativas: jogo de gude, fura pé; arraia (o que é conhecido como pipa), pega-pega; patinete (o atual skate)e de bang-bang numa casa velha ao lado de minha residência, que parecia as casas dos filmes de faroeste estadunidenses, Roy Rogers era o mais popular na época. Na escola todas as aulas eram iguais, além das minhas experiências cotidianas não serem valorizadas no ambiente escolar. Como quando não podia falar do lugar que me sentia bem, onde também passei parte de minha infância, Parafuso.

⁹ O que dizemos em Salvador memorizar todos os conteúdos exatamente com estão nos livros e apostilas. Tanto que aprendemos que História, Geografia, Ciências são matérias decorebas.

A experiência profissional e de vida, que será sinteticamente descrita no capítulo 3, me estimularam a essa pesquisa e escrita dessa dissertação. O que me orientou na busca de identificação da existência do legado africano e do seu patrimônio cultural material e imaterial infantil nesse bairro, no qual resido. O que me faz uma pesquisadora 'desde dentro'. Desse lugar posso entender que a história da África colonial e pós-colonial; do Brasil; da Bahia e do bairro onde moro estão envolvidas, bem como a minha história de vida aliada a minha *práxis* pedagógica, enquanto profissional da educação, sobretudo entendendo a nossa realidade.

O patrimônio cultural do bairro e sua expressão é um suporte imprescindível para a resignificação da educação local, tangível a afrodescendência e cultura de base africana para a escola, os estudantes, professores e moradores. O que poderá ser um elo para o ingresso dos adolescentes do bairro, egressos dessa comunidade no Colégio Modelo que é um dos colégios de Ensino Médio da área, principalmente se os educadores das escolas locais estiverem sensíveis ao repertório cultural imaterial infantil e adolescente do bairro. Existe no colégio Modelo na atual gestão o descaso para com a implementação da lei 10.639/03, contudo alguns professores seguem trabalhando valorizando as africanidades. Dessa forma os jovens egressos da comunidade de Bom Juá encontram terreno fértil para construção de sua identidade étnica, do conhecimento sobre sua história e da África como berço da humanidade.

Nesse percurso de vida percebi que em termos gerais alguns de nós não reconhecemos o legado africano, a história da África, e muitas vezes não nos reconhecemos enquanto afrodescendentes. Muito menos a forma como se estrutura o racismo antinegro, e sua responsabilidade na exclusão em que vivemos nos bairros de maioria afrodescendente. Desassistidos e impossibilitados de desfrutar um bairro que seja dignamente habitável quanto aos recursos básicos para sobrevivência. Pior, algumas vezes enquanto afrodescendentes não discernimos a cultura de base africana e o patrimônio cultural material e imaterial advindo desse legado. Nesse bojo fica obscuro o modo como se estrutura a educação e o projeto racista de governo, como parte do racismo antinegro quando mantém inalteradas as estruturas desses bairros. Uma trama do capitalismo criminoso racista e antinegro

Elegendo-se a si mesmo como Universo Único de Referência, sobrecodifica os outros regimes valorativos e apresenta-se como único caminho para a organização econômica e social – o que implica um sistema político e

cultural condizente. Acontece que o CMI¹⁰ não é o único regime de signo existente. Muito pelo contrário, existe uma pluralidade de regimes semióticos, tanto entre culturas diferentes, quanto no interior de um mesmo território nacional. Ocorre que o CMI hegemonizou o sistema sócio-econômico e político-cultural. (OLIVEIRA, 2003)

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional na minha compreensão está a serviço do sistema capitalista antinegro. A partir do momento que promove a reprodução ideológica de negação das africanidades e a alienação da população afrodescendente, quando invisibiliza a sua história e veta a sua participação no processo de implementação da lei 10.639/03 no que tange à formação de professores. Bem como, quando obscurece a luta do movimento negro que resultou na promulgação da lei supracitada e considera o que formula os artigos

26 – A § 3º As disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio, deverão dedicar, pelo menos, dez por cento de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta Lei e o 79 – A, Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria.

Os artigos citados acima foram vetados por que os legisladores entenderam que eles são contrários à norma do interesse público. A equipe pedagógica deve estar atenta e consciente para as particularidades territoriais, patrimônio cultural, economia, base tecnológica, identidade, forma de organização escolar entre outros fatores MIRANDA e COSTA (2005 p. 42-43). Se for ao contrário, elaborará Projetos Políticos Pedagógicos¹¹ que coadunem com a solidificação/autenticação do sistema capitalista racista antinegro, perpetrando o preconceito e desumanização das(os) africanas(os)¹².

O racismo estrutural antinegro não consiste em preconceito nem em nivelar os racismos entre outros povos como judeus, mulçumanos, árabes, indígenas, ciganos, armênios, turcos e sim um problema específico das populações afrodescendentes, o racismo antinegro como produto específico da história brasileira. São os determinismos social, cultural, político e econômico imposto a essa população negra impondo a

¹⁰ CMI (Capitalismo Mundial Integrado).

¹¹ Documento que norteia as atividades pedagógico-administrativas das unidades escolares brasileiras, os quais devem estar de acordo com os pareceres educacionais e Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

¹² O livro de geografia e religião adotado na escola Maria Monfort em Fortaleza trazem marcas indeléveis desse racismo. O primeiro na sessão aprofundando conhecimento traz sob o título A Miséria da África Fome e SIDA. No de Religião uma breve biografia de São Tomás de Aquino, narrando seu nascimento na África, seu abandono às trevas ao ler o Evangelho e o gozo das férias de um padre que resolve ajudar os pobres do mundo, os africanos.

continuidade na pobreza. Impõe a dominação em todas as esferas sociais. (CUNHA JÚNIOR 2011, p.127-138).

Os recortes de jornais seguintes demonstram perfeitamente a expressão do conceito de racismo antinegro, além de demonstrar a situação de enfrentamento permanente dos afrodescendentes aos poderes públicos por dignidade em seus bairros.



Figura 5. FONTE: Jornal A Tarde.

Na Figura 5, a matéria trata sobre a Festa do Lixo surgida no ano de 1975. Ela resulta do protesto de moradores, pela ausência da coleta de lixo no bairro da Fazenda Grande do Retiro, circunvizinho ao Bom Juá. Os moradores se organizaram em mutirão e depositaram todo o lixo em frente à empresa Gráfica do Estado da Bahia. No mesmo dia as caçambas da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador retiraram o lixo do local. Foram oferecidos durante o mutirão

bebidas e tira gosto aos participantes do mutirão pelos moradores durante, o que se tornou uma grande festa, que elegia até a “Rainha do Lixo”. A animação ficava por conta das barracas, shows musicais, sambões, e simbolicamente o “Enterro do Lixo”.

A festa adquiriu cunho político, reunia políticos, militantes e representantes estudantis. O que contrariou as autoridades administrativas municipais e estaduais. Não contava com segurança, mas conquistou o *status* de violenta. A reportagem denuncia infiltração de vândalos no local da festa promovendo violência para culpabilizar a população. No ano de 1983, o Batalhão de Choque da Polícia Militar da Bahia, espanca as pessoas que desfrutam da festa, atiram para o alto, lança bomba de gás lacrimogênio deixando um saldo de 30 pessoas feridas e encerrando a última festa do Lixo definitivamente.



Figura 6. Fonte: Jornal A tarde. 06.07.2002



Figura 7. Fonte: Jornal A Tarde. 14.01.2002

Na Figura 6, a matéria trata sobre a presença de templos religiosos de várias matrizes no bairro da Fazenda Grande. Também sobre a origem do bairro apontando o seu crescimento em infraestrutura, a exemplo do comércio local, o que o tornou independente desde o início da década de 1980. Contudo a imagem dessa matéria é de um ponto de lixo, o que não era destaque na matéria. A Figura 7 mostra o descaso com o bairro de Bom Juá, tangível à infraestrutura de modo geral e a construção do metrô que tirou uma das poucas áreas de lazer da população, o campo de futebol. Podemos verificar a manifestação da população do bairro na BR 324¹³ em Salvador no dia 15 de junho de 2011.

Outro exemplo do racismo estrutural antinegro foi quando realizei a pesquisa. Constatei que a reforma do Centro Municipal de Educação Infantil Casa da Criança do Bom Juá iniciou desde maio do ano de 2010, e a Escola Comunitária de Bom Juá entrou em reforma na primeira semana de agosto de 2011. O posto de saúde atende apenas os procedimentos básicos de vacina, entrega de medicamento, clínico e odontologista. O que estava na pauta da manifestação citada acima (nota13).

Quanto ao sistema educacional, ele perpetra a educação racista quando não visibiliza a participação dos africanos e outros povos no processo civilizatório da

¹³ Título da matéria com vídeo. Manifestação no bairro de Bom Juá, gera briga e engarrafamento. Disponível no link <http://g1.globo.com/videos/bahia/v/manifestacao-no-bairro-de-bm-juá-em-salvador-gera-briga-e-engarrafamento/1537244/>.

humanidade. Assim como quando promove em certa medida o silêncio e a invisibilização de obras as quais abrirei um parêntese para sintetizar e visibilizar. Silva (2004) em sua obra *A Discriminação do Negro no Livro Didático*, discorre sobre como o racismo desenvolve a baixa autoestima e autonegação dos afrodescendentes tangível ao legado africano, e a ignorância dos professores quanto à presença deste racismo implícito nos livros didáticos apontando algumas ilustrações e poemas que colocam o afrodescendente numa situação de subalternidade.

Igualmente a Machado (2002, p. 56) ao tratar da desculturação do negro quando é fragilizado e esvaziado no significado de “ser”, de “pertencer” e “conscientizar-se”. Nessa obra ela se reporta à sua experiência educacional no terreiro Ilê Axé Opô Afonjá com o Projeto Político Pedagógico Irê Ayó. Evidencia sua experiência escolar, na sua tese defendida na Universidade Federal da Bahia quando abordou o cotidiano da criança de terreiro. Destaco que a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, funciona dentro do terreiro supracitado e desenvolve esse projeto, que é um trabalho educativo que contextualiza pedagogicamente o cotidiano de crianças de terreiro e da comunidade do São Gonçalo do Retiro. Contudo, a unidade escolar utiliza os livros didáticos disponibilizados pela prefeitura o que, no meu ponto de vista não ajuda no processo integral de ensino antirracista. Gomes (2005) em *Negros e Política 1888-1937* revela o movimento social e político dos afrodescendentes desde 1888 até 1937, os enfrentamentos e as conquistas alcançadas, inclusive medidas reparatórias para a educação com verba dos senhores de engenho e governo para os beneficiados com a abolição, isso desde 1871.

Moore (2007) em sua obra *Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para Entender o Racismo*. Aborda os primórdios das ideologias que sustentaram o escravismo desumanizante e o racismo que se atualiza em suas várias faces no decorrer do tempo, promovendo diuturnamente a inferiorização do negro, isso aliado à estruturação constante do capitalismo racista criminoso. Destaca o papel das igrejas protestantes na elaboração do capitalismo e das religiões no processo de construção ideológica racista, além de tratar da mestiçagem como mecanismo de divisão e de poder.

Ainda Moore (2008) no livro *A África que Incomoda: sobre a polemização do legado africano no cotidiano brasileiro*, aponta as relações políticas e econômicas

africana e a luta dos africanos por união, libertação e independência. Denuncia os assassinatos de líderes africanos entre 1957 e 1987, como forma de retaliação das grandes potências mundiais, interessadas nos recursos naturais existentes no continente africano. Destaca os interesses do Brasil pela África e a possibilidade do mesmo reconhecer o que causou aos africanos com o tráfico criminoso, somando-se à sua perspectiva como país emergente pleiteante a potência mundial. Também trata de como e quais as bases que devem ser adotadas para o ensino da história da África no ensino básico e superior. Moore (2008, p. 157-201) sugere que o profissional atuante no Ensino Médio deva primeiro ter como meta ensinar a complexidade organizacional social e cultural do continente africano; segundo aceitar que a história da África não é uma ficção científica; terceiro confrontar cuidadosamente a África mítica e a real; quarto analisar a origem das editoras, e quais os seus interesses; quinto buscar publicações esclarecedoras e finalmente cuidar da formação destes professores para compreenderem esta história.

Cunha Júnior (2001) em *Africanidade, Afrodescendência e Educação*, lança uma questão. O que une a cultura de base africana onde quer que ela esteja? Neste texto, a partir de suas concepções o autor narra sua passagem pelo Caribe, Guianas, Jamaica e França verifica que as recriações dos afrodescendentes guardam semelhanças com a filosofia africana. Logo considera que o afrodescendente e a afrodescendência antecede à raça

As afrodescendências não se constroem em termos de fenótipos ou conceitos biológicos filtrados por elaboração em torno da ideia de raça. Temos que notar que os africanos e afrodescendentes são milenares na história da humanidade. Que o negro não, este é recente como denominação [...]. (CUNHA JUNIOR 2001, p11.)

A partir de estudos com base em trabalhos de intelectuais nacionais e estrangeiros reconhecidos internacionalmente, Cunha Junior, em 1993 elabora com professores da Universidade Federal de São Carlos os conceitos de africanidades e afrodescendência. Rompe-se dessa forma com o eurocentrismo e com a ambiguidade formada em torno do termo negro, que em determinadas situações causa obstáculos ideológicos e divisão, principalmente diante dos debates relacionados à mestiçagem. Postula que o pensamento eurocêntrico não dá conta da pluralidade nacional e alude a capacidade de recriação e estratégia de sobrevivência do africano e seus descendentes ao regime escravista. Denuncia que historicamente o afrodescendente sempre foi pensado na inferioridade e desprovido

de construção intelectual e sabemos que isso é uma mentira. Defende que as africanidades brasileiras são reprocessamentos pensados, produzidos no coletivo e nas individualidades, que deram novo teor as culturas de origem. É a produção do novo.

Schwarcz na obra *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil* (1993), descreve a elaboração e construção das teorias racista no campo intelectual no contexto historiográfico brasileiro, desde o pós-abolição e o projeto nacional em conformidade com elas. Assinala a ideologia da mestiçagem e do branqueamento subjacentes, bem como as doutrinas raciais no período de 1800 a 1930.

Oliveira(2002) no livro *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*, visibiliza a contraposição entre as cosmovisões ocidental e africana. Assim com as africanidades no Brasil e sua vivência na sociedade brasileira, as motivações da queda de alguns impérios africanos, o papel das religiões africanas no continente e a colonização; a cosmovisão africana e as vivências nas sociedades africanas. E no Brasil o movimento popular negro como irmandade na comunhão, na luta por interesses comuns de igualdade, respeito e dignidade humana. O ponto importante salientado pelo autor é a irmanação presente na comunidade afrodescendente através do movimento popular negro para alcançar suas conquistas.

Hernández (2011) explicita em sua tese, intitulada ‘O Brasil e Cuba, 1899/1902 – 1929. O debate sobre as relações raciais’. Aborda as relações raciais no Brasil e em Cuba na ótica dos intelectuais dessa época. Esse estudo é realizado numa perspectiva comparativa e aborda dentre algumas temáticas o problema nacional relativo às relações raciais; as teorias do branqueamento; a circulação livre de ideias sobre raças migradas para o Brasil; o aporte das religiões de matriz africana e a valoração negativa atribuída à mestiçagem. É importante notar que o sistema educacional brasileiro permanece atrelado a essas ideias forjando um conceito de infância afrodescendente.

Barreto e Cunha Junior (2011) *Leituras e Reflexões Sobre a Infância Afrodescendente: educação no bairro de Bom Juá – Salvador/Bahia*¹⁴. Tratam sobre concepções de infância e infância afrodescendente e a não valorização do seu

¹⁴ Esse trabalho foi aceito no 20ª EPENN 2011, parte do seu conteúdo está descrito no 5º tópico dessa dissertação onde discuto a concepção de infância e infância afrodescendente.

patrimônio cultural que é de base africana e invisibilizado diante dos ditames do ambiente escolar eurocêntrico. Sugerem uma educação voltada para esse patrimônio e que seja antirracista antinegro. Temos ainda uma publicação da Empresa Gráfica da Bahia (1989), em edição comemorativa dos 100 anos de abolição, ela trata sobre o código negro brasileiro¹⁵ presente no imaginário social. Consiste num índice interpretativo das leis que vigoraram no Brasil durante todo o período escravista, cobre o período de 1800 a 1888.

Cito ainda a omissão das seguintes obras. Depelchin (2005) *Silence in African History: Between the Syndromes of Discovery and Abolition*. Explica como levar a sério a história da África e isso significa demolir o silêncio que existe em torno dela, inclusive o autor critica alguns historiadores africanos que se afinam com esse silêncio. Mostra as formas como o silêncio se estrutura político e ideologicamente, os meios, sua periodização, compartimentalização referente à história da África contribuindo para a negação do continente, inclusive da relevo a historiadores africanos que contribuem para tal e assinala estratégias para barrar o silêncio. Por uma Recuperação de la História Africana: de África a Haiti e Gaza (2010), do mesmo autor é composta por uma coletânea de artigos publicados no Pambazuka News e tratam sobre justiça social na África e fora dela. Denuncia o crescimento do sistema capitalista predatório e genocida orquestrando a destruição paulatina da humanidade no mundo. Deixa transparecer os crimes hediondos cometidos contra África, Haiti, Gaza, Hiroshima e Nagasaki que seguem impune gerando outros crimes que atentam contra a humanidade, dentre eles as execuções de líderes africanos e da diáspora; e a fome, ou seja, *'Hambre de voz: la crisis alimentaria, el mercado y la desigualdade socioeconómica'*.

Diop (1983), *Origem dos Antigos Egípcios*, salienta a variedade de povos, fenótipos, miscigenação e religiosidade africana declara que

“as representações dos homens do período proto-histórico, e mesmo do período dinástico, são absolutamente incompatíveis com a ideia de raça egípcia difundida entre os antropólogos ocidentais”.

Trás ainda testemunhos que divulgam a negritude de alguns personagens bíblicos como, por exemplo, no caso dos egípcios, incontestavelmente eram negros

¹⁵ No Brasil inexistiu um documento denominado Código Negro como na França, em 1685, entretanto existiu durante todo o período escravista legislação que impunha a negação dos direitos aos afrodescendentes livres, libertos e escravizados na sociedade brasileira, isto é, leis que explicitavam os atos ilícitos dos indivíduos escravizados e as penas cabíveis e aplicáveis.

organismos internacionais e grandes potências mundiais e denuncia a convivência de alguns governantes africanos com essas agências.

Achebe (1983), desvela a forma como os europeus desintegraram, desarmonizaram, desestruturaram e invadiram a aldeia Omuófia (Nigéria) atentando contra a humanidade dos Ibo. Desarticularam as tradições e costumes e tradições através da religião europeia, das leis e da polícia como recursos imperativos para promover a violência, o terror e a morte daquela população. Bâ (2003) em sua autobiografia transmite e faz um percurso pela tradição, costumes, educação, por suas raízes fula. Descreve o encontro e convívio com o colonizador o quanto foi destruidor, desestruturador e nefasto. Exemplifica a educação nos início do século XVIII e do pavor que esta causava aos fula. A escola, denominada 'escola dos brancos' era considerada o caminho mais rápido para o inferno por ser o veículo de negação da identidade e do patrimônio; recheada de desrespeito à cultura fula em termos gerais e imperativa na imposição intransigente da cultura francesa em Burkina Faso.

Ngoenha (1993) dialoga com a filosofia ocidental e a africana propondo uma revisão na primeira, no sentido de contemplar a cosmovisão africana colocando a segunda no seu lugar de direito. Trata dos sucessos e insucessos dos esforços africanos para manterem os seus países respeitados no atual momento histórico, tempo em que denuncia os atos de lideranças políticas africanas que se rendem ao potencial colonizador europeu. Menciona a necessidade de não mais alijar a África do mundo, nem omitir toda a contribuição africana para a humanidade. Proclama que é fundamental olhar o passado, o presente para construir um futuro melhor e mais digno para todos os povos.

Césaire (1934, p. 7), inicia sua obra 'Discurso Sobre o Colonialismo' com as seguintes palavras,

uma civilização que é incapaz de resolver os problemas que cria é uma civilização decadente. Uma civilização que opta por ignorar os seus problemas mais cruciais é uma civilização agonizante. Uma civilização que ludibrie com os seus princípios é uma civilização moribunda. O fato é que a própria civilização "européia", "ocidental", como em dois séculos moldaram o regime burguês, é incapaz de resolver dois grandes problemas que a sua existência gerou: o problema do proletariado e o problema colonial, que se refere ao limite da "razão", como ao limite da "consciência", que a Europa é incapaz de ser justificada, e que, cada vez mais, ela se refugia em uma hipocrisia, especialmente porque ele tem menos odiosa empregam menos propensos a induzir em erro. (Tradução Nossa)

O autor faz uma análise crítica denunciadora do prejuízo causado pelo colonialismo europeu. Colocando-o numa situação indefensável pelos danos causados desde a colonização, declara que esses problemas estão principalmente na Europa pela incapacidade dela resolver os seus próprios problemas.

Goody (2008) colabora significativamente para a minimização dos estereótipos tão bem construídos em nossa subjetividade tangíveis aos povos não-europeus. Dessa forma colabora com os avanços propostos pela lei 10.639/03 na busca de uma história universal que insira a da África. Ele aponta como a Europa se apossou da história do Oriente em vários aspectos: a democracia, a tecnologia, o sistema econômico e o político, as invenções, o comércio e o romantismo etc. Nesta perspectiva é possível a releitura e interpretação da história da humanidade erigida na ótica do colonizador, expostas nas literaturas disponíveis identificando os equívocos, nos conteúdos explicitados e veiculados sobre esta mesma história que subalterniza a história da África.

Frantz Fanon (2008) fala sobre o aprisionamento existente no branco em sua branquitude e do negro em sua negritude. Quando o negro em determinadas vezes deseja no lugar do branco para ser aceito e se submete ou teme o opressor. Analisa e classifica essa atitude como ausência de liberdade e aprisionamento psíquico a uma situação, o racismo criminoso. Faz essa análise na sociedade martinicana e malgaxe, contudo ela é aplicável à sociedade brasileira.

Depois das literaturas anteriormente citadas a música também tem um lugar notável na estrutura racista promovendo o antirracismo. Como soteropolitanas/os e *reggaeiros* que somos podemos nos valer das músicas que fazem parte do repertório dos estudantes para promover educação. Nelas existem denúncias desses racismos manifesto. Bob Marley na música 'Buffalo Soldier' relata a forma como fomos traficados brutalmente e criminosamente para as Américas, lutamos pela nossa sobrevivência e vencemos, contudo devemos buscar conhecer a nossa história e nossa origem. Lucky Dube, na música 'Together as One' questiona por que se gosta do apartheid e diz que índios, japoneses, europeus devem viver juntos se os animais se perdoam, porque nós não? Jacob Miller em 'Tenement Yard' refuta, por que os dreadlocks não são livres, são vigiados, não podem meditar em seus cortiços, porque precisam ser vigiados, dreadlocks não podem compreender por que os homens brancos só querem vender as terras de Deus. Edson Gomes em 'Barrados no Baile', aponta as nossas lutas por sobrevivência, mas mesmo assim

somos barrados no baile, que é só para “gente bonita” (branca). Como convivemos numa sociedade que mantém o racismo criminoso, somos de acordo com a canção naquilo que a sociedade racista acha que deve determinar para nós afrodescendentes. E então questiona a todos: - ‘E você aí o que acha?’. Adão Negro, na música ‘Adão Negro’ denuncia o apartheid cotidiano em que vivemos na TV, submetidos em favelas, à violência sexual contra as mulheres negras e do sonho de revertermos o quadro em nosso favor, de estarmos no poder.

Essas literaturas expõem as teorias raciológicas que imputaram aos africanos e afrodescendentes a subalternização e inferiorização aliada à ausência de intelectualidade. Outras, como as músicas, denunciam o crime contra a humanidade. Sobretudo realçam as conquistas dos afrodescendentes para aquisição dos seus direitos como cidadãos; visibiliza a filosofia, os valores civilizatórios, os costumes, a cultura e a religiosidade dos descendentes de africanos, que foram deturpados pelos intelectuais brasileiros quando pensaram a cultura, identidade e nação brasileira.

Apesar da literatura acima descrita, mesmo assim dá-se continuidade as ausências, silêncios e invisibilidade dos afrodescendentes. O ensino muitas vezes se sustenta num material apostilado e compra de sistemas de ensino privado Streck (2010), sobre uma educação que dicotomiza homem-mundo. Não objetivando construir uma realidade vivida, problematizada e desejada, onde o saber é conferido apenas ao educador e a aprendizagem mecanicizada.

A educação de qualidade e significativa de acordo com o pensamento de Paulo Freire propõe a abolição de manuais elaborados por um pequeno grupo de especialistas (*op.cit.*). Em se tratando da educação antirracista, que não é o foco do debate realizado pelo autor anteriormente citado, afirmo que os especialistas responsáveis pela elaboração desses manuais desconhecem a história da África e dos afrodescendentes no Brasil, dessa forma não promovem mudança nem diálogo que superem situação-limite, o racismo antinegro. Por sua vez, a formação de professores é deficiente por causa da ausência de políticas públicas que impliquem na valorização da educação antirracista e na implementação objetiva da lei 10.639/03, nos estabelecimentos de ensino brasileiros. O Projeto Cidade Educadora, adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador, utilizado na Escola Comunitária de Bom Juá é um exemplo notável. Por que o mesmo utiliza uma coleção intitulada transdidática, com um conceito que a empresa admite não haver discussão nem definição acadêmica.

A coleção se estrutura com livros consumíveis, pra a educação infantil e Ensino Fundamental I, com destaque para os teóricos, Vygotsky, Paulo Freire e Piaget (Editora Aymar, 2009). Analisando alguns livros que se chamam diário de bordo pude ver que algumas atividade estão relacionadas a animais, e quando trata a cultura trás exemplo do frevo de Pernambuco. Nada contra, mas estamos em Salvador, melhor seria retratar a cultura baiana, soteropolitana realçando o patrimônio cultural da comunidade.

Anteriormente citei algumas entre milhares de obras que deveriam estar nas estantes das bibliotecas escolares e universitárias. Comprovo também uma enorme distância entre as universidades e as escolas. As pesquisas acadêmicas referentes à afrodescendência, legado africano desenvolvidas nas universidades não chegam às escolas o que corrobora com o desconhecimento de nossa história, dessa forma nos impedindo de conhecer a nossa cultura, conhecer e ler a nossa realidade. Os currículos escolares e universitários continuam eurocentrados são desconsiderados temas voltados para os estudos africanos e afrodescendências. O sistema educacional brasileiro e a formação continuada na Educação Básica são ainda colonializados por dar pouca importância à contribuição africana na sociedade brasileira e na história da humanidade. Também quando não dá oportunidade ao estudante conhecer a sua própria história e seu patrimônio cultural, principalmente quando a base de sua cultura é africana.

Temos em nosso sistema uma estrutura que dificulta o acesso dos negros à educação. Seja pela distância em que se localizam as escolas ou pela forma em que o estado planeja a educação para a população negra em termos gerais. Atualmente o governo da Bahia pensa um Projeto Político Pedagógico único para todo o estado, contrariando os PCNs e isso não é definido contra a ordem pública, no entanto os artigos vetados na lei 10.639/03 foram considerados como tal. A avaliação realizada nas escolas públicas com instrumentos que facilitam sobremaneira a aprovação, sem que o estudante tenha adquirido o conhecimento necessário para garantir conhecimento e sucesso profissional, o prejudica no futuro. Outro fator que vale ressaltar é referente às reformas que ocorrem nas escolas municipais e estaduais no período letivo, isso para mim configura um esquema racista, fruto do racismo antinegro. O sistema político e econômico brasileiro construiu um tipo de racismo estrutural que coloca os afrodescendentes numa escala de inferiorização em relação à aquisição de bens sociais, educacionais,

culturais, políticos e identitários. (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 62-83; 2011 p. 118-143).

Essas situações refletem diretamente no estudante. Trago um exemplo que será abordado no capítulo 3 quando discorro sobre a história de minha família. Meu pai desenvolveu um mecanismo de defesa e um sentimento de impotência a ponto de abandonar a escola por causa do racismo antinegro. Não foi perseverante como o meu avô, que enfrentou o racismo estrutural e no exército ouvindo sempre a frase *'lugar de preto é na culé (colher)'*, ele era pedreiro e deveria se manter naquela condição, de acordo com a lógica racista criminosa brasileira.¹⁶

O mesmo sistema que silencia a nossa história produz o sentimento de baixa autoestima e autonegação, tempo em que nos isola num território segregado dificultando nossa ascensão social. Esse sistema atrelado à legislação, às práticas e materiais pedagógicos fomenta(ram) essa situação, associadas à formação de professores que despreza o legado africano, causando-nos as perdas que podem se tornar irreparáveis. A lei 10.639/03 sugere correção desse prejuízo, porque a educação foi uma das formas pela qual se construiu o fosso desigual entre afrodescendentes e eurodescendentes brasileiros.

A abolição por sua vez não promoveu igualdade. Concordo com Cunha Junior; Damião (2008, p.125-139) quando afirmam que a educação é um dos meios para ascensão intelectual e social dos afrodescendentes. O que até hoje, nos vem sendo dificultado no sistema educativo por vias da ausência de capacitação de professores, para o ensino da história africana e dos afrodescendentes no Brasil. Entraves como: ausência de visualização de metas e de reformulação dos currículos, nos cursos de formação de professores para habilitá-los a desenvolverem o estudo e ensino destas temáticas (SANTOS2005, p. 26-32.). Moore (2008) usando de consciência e respeito defende esta reformulação no Ensino Superior.

O ambiente escolar como se configura, além de ocultar parte da história africana e dos afrodescendentes torna a escola desestimulante para essa população. Adota metodologias e técnicas pedagógicas desconexas com a realidade desses estudantes motivando a evasão, concomitante à invisibilização: do legado africano, das construções da comunidade, ou seja, do seu patrimônio cultural material e imaterial nos currículos escolares, tornando distantes as práticas

¹⁶ É importante explicar que pedreiro é uma profissão digna como outra qualquer, mas no Brasil ela é compreendida como de segunda categoria, portanto diga para a população negra.

cotidianas da comunidade. Às Crianças da maioria das escolas em Bom Juá, permite-se conhecer histórias aquém ao seu contexto.

Entendo que apesar dos ensaios da formação continuada, projetos implantados, diretrizes implementadas, os professores permanecem limitados no que toca à cultura de base africana e ao racismo estrutural, antinegro, capitalista e criminoso. Não lêem criticamente o que está explícito em relação à contribuição e participação do continente africano, dos africanos e afrodescendentes no Brasil. Portanto não revertem a ignorância nem as mentalidades em relação à construção negativa acerca da população supracitada nem do seu legado para a humanidade.

Por esta razão apresento agora o seguinte problema de pesquisa: As atividades pedagógicas, material didático e ambiente escolar podem contribuir para evidenciar o legado africano no patrimônio material cultural infantil da comunidade de Bom Juá, nas escolas Comunitária de Bom Juá e Amigos do Rei? Creio que este questionamento nos remeterá a compreender como os estudantes expressam esse legado, e se isso será capaz de sustentar uma aprendizagem que resulte na valorização dos estudantes afrodescendentes e de sua cultura na comunidade e na escola.

Para elucidação do problema buscamos através do objetivo geral estudar o legado africano no patrimônio cultural material infantil através das histórias infantis, músicas, brincadeiras, atividades, imagens e composição do ambiente escolar em Bom Juá. E os específicos, conhecer as histórias infantis, músicas, brincadeiras, atividades, e imagens utilizadas nas escolas Amigos do Rei e Comunitária de Bom Juá, ambas, do Ensino Fundamental e descrever a composição do ambiente escolar tocante a visibilização do legado africano nessas escolas.

Investigaríamos essas duas escolas da educação básica na perspectiva de contextualizar o patrimônio material desta comunidade trazido pelos alunos. Por sua vez visibilizá-los na tentativa de aproximar a realidade cotidiana dos educandos ao das escolas e verificar como, e se se observa esta contribuição capaz de modificar suas mentalidades e *práxis* pedagógica.

Lembro-me que quando assistia aulas buscava relacionar a explicação da professora com minha realidade quando brincava ou estava em Parafuso, local onde fica localizado o terreiro de candomblé da minha família. Quando exemplificava algo referente à minha realidade, meu patrimônio material ou imaterial não era valorizado.

Hoje entendo que este raciocínio é natural, principalmente porque o pensamento de base africana¹⁷ é multi, trans e interdisciplinar e a educação deve ser

(...) de um jeito que não separa, que não aparta as várias dimensões da experiência, pelo contrário, que propõe uma profunda comunicação entre o cultural, o social, o político, o econômico, o existencial e o religioso. (DAMIÃO; CUNHA JÚNIOR 2008, p. 131).

O comportamento do estudante afrodescendente em Salvador nas escolas por onde passei é incompreensível aos educadores. No CMLEM e no Bertholdo Cirilo dos Reis os estudantes geralmente batucam em qualquer lugar. Expressam os fatos de seu cotidiano, dos pagodes e atividades que participaram nos finais de semana realizadas em suas comunidades ou em outros lugares. Evidenciam a vontade de dançar e se exibirem nos auditórios das escolas. Nessas escolas geralmente as músicas são as que os estudantes não querem cantar e a dança a que eles não querem dançar. Convivem cotidianamente com a possibilidade de realizar o que não lhe é particular.

Esses fatos estão distantes da escola, por muitas vezes não relacionando o currículo oculto ao explícito, de acordo com (LIMA *apud* CUNHA JÚNIOR 2008, p. 36), convergindo com Moura (2008, p. 35-78) que defendem o reconhecimento do currículo invisível por enriquecer e valorizar o convívio informal, assim como a linguagem corporal, musical e a oralidade de forma que desenvolva a identidade positiva do grupo. O processo educativo visto dessa forma é uma via de mão dupla e transversal. No caso de Bom Juá que nas décadas de 70 e 80 efervescia em atividades culturais e ações do movimento social local, para construir o seu patrimônio material e imaterial, em que os grupos, pessoas, amizade e vizinhança são valiosos.

As condições vividas no Bom Juá através das histórias, música, brincadeira, imagens apreensão da cultura e patrimônio cultural material do bairro são possibilidades de educação. Se atrelada ao reconhecimento do movimento social como fator importante no bairro para seu desenvolvimento, conduz à consciência das tramas políticas, que na atual Salvador perpetra a exclusão da população afrodescendente através do que lhe é caro, a identidade afrodescendente, enquanto moradores dos bairros de maioria afrodescendente.

¹⁷ O estudante afrodescendente traz em si um pouco deste pensamento circular. O batuque, os exemplos cotidianos e linguagens não são contextualizados. Ironicamente quando limitei minha *práxis* pedagógica à eurocentricidade como os demais docentes agi dessa mesma forma.

Essa política também define o que vem a ser bairro, favela e bacias hidrográficas, sem o conhecimento explícito da população. Num registro de campo pude notar que essa indefinição preocupa os moradores, alguns dizem que colocar o bairro de Bom Juá como uma rua da Fazenda Grande do Retiro (bairro vizinho) é apagar a sua história de luta e sua identidade.

O levantamento do patrimônio cultural material do bairro propõe uma prática pedagógica que o aquilate, o insira e o valorize. Ressalte a afrodescendência vivida na comunidade de forma que as diretrizes nacionais para a educação das relações étnicorraciais, implementadas promovam uma educação antirracista antinegro, que recuse uma história e uma pedagogia única e eurocêntrica. A cosmovisão africana, com efeito, prima pela diversidade e não pela imposição de modelos únicos Oliveira (2003, p. 39), creio que a pedagogia que prime pela preservação do patrimônio cultural e cultura de base africana também não se oponha.

A metodologia da pesquisa tem particularidades e depende da natureza da investigação científica. Adotamos a metodologia afrodescendente de pesquisa, porque nos remete a falar de onde somos e estamos com um olhar mais atento, crítico, afastando a suposta neutralidade proposta pelas metodologias eurocêntricas. Não como pesquisadores que vêm de fora, mas desde dentro do seu contexto, sem deformar, sobretudo dando cientificidade ao resultado da pesquisa. Como advoga Femi Ojo-Ade ([S.l.], [S.d.], p. 43-44) é necessário existir empatia entre o pesquisador, o sujeito e o campo da pesquisa, *apud* On black culture, Ile-Ifé, Obafemi Awolowo, (1989, p. 40), *ferva a cabeça de um cristão e a cabeça de um muçulmano durante uma semana, não se misturarão nunca*. O que significa, nesse caso, o entendimento da responsabilidade com o resultado da pesquisa científica.

No nosso caso a/o pesquisador(a) comprometida(o) com a discussão das categorias teóricas afrodescendência, bairros de maioria afrodescendente, patrimônio cultural, identidade afrodescendente, infância em bairro de maioria afrodescendente e história de bairros de maioria afrodescendente, torna-me pesquisadora desde dentro. O que não me fará nem a outros pesquisadores(as) afrodescendentes que adotam essa metodologia convertidas(os) em especuladoras(es) e sim em profissionais responsáveis pela descolonialidade das mentalidades e currículos, que entendem os espaços/territórios e as urdiduras que o envolve

A nossa ênfase é a da produção de conhecimento que permita a intervenção nas situações de caráter estrutural que moldam a vida da população afrodescendente [...] ampliando a crítica sobre as relações sociais e criticando as produções de conhecimento feitas por pesquisadores eurodescendentes ou com conceitos apenas eurocêntricos. (CUNHA JÚNIOR, 2008)

A metodologia afrodescendente proposta pelo pesquisador Dr. Henrique Cunha Junior e utilizada pelos seus orientandos nas suas dissertações como, Souza (2010), Nunes (2007), Damião (2007), Silva (2008), Oliveira (2005), Videira (2005). A metodologia afrodescendente se utiliza de categorias de análise importantes, dessa forma vemos desde dentro as africanidades, afrodescendência, memória, identidade e autobiografia aliadas à produção da história social e da educação. Considerando a ancestralidade como parte da memória coletiva, identidade e patrimônio cultural. Também tratamos em nossas análises das questões política, social, econômica da população afrodescendente como problema estrutural e o racismo antinegro como problema específico, diferenciando-o da discriminação e do preconceito (CUNHA JUNIOR, 2011).

Isso nos permite, reitero, sem distanciamento e neutralidade analisarmos com maturidade nossa realidade. Enxergar nas entrelinhas as amarras que nos oprime e as estratégias que nos libertam a cada dia, as quais perpassam o patrimônio material e imaterial da população afro-soteropolitana, bem como a perpetração do cerceamento desses bairros através das atuais invasões dos condomínios fechados nesses bairros, outrora específico para os excluídos da sociedade, os indesejados Depelchin (2010), e os negros dada à prática e ação do capitalismo racista antinegro.

Da mesma forma que Narcimária Luz, Prof^a Dr^a da Universidade do Estado da Bahia, em orientação a Souza (2005) quando trata da pesquisa *de dentro e de fora da porteira*, o que afirma a existência intrínseca do rigor científico, o mesmo reverberado pela metodologia de pesquisa eurocêntrica. Somos sempre questionados a cerca dessa metodologia, alguns dizem que ela é uma técnica, no que discordo. Porque ela é utilizada em várias realidades e nos possibilita o olhar científico, além de tomarmos nossas histórias nas mãos analisando-a a partir de nossa própria cosmovisão, desde dentro.

A metodologia afrodescendente de pesquisa é rigorosa e não trás para o seu bojo resultados apaixonados. Trata de autobiografias e histórias de vida. O

pesquisador deve estar em contato com a cultura de base africana, identidade negra, conhecimento do racismo estrutural como problema específico e todos os problemas que afetam o pesquisador e a população negra de maneira geral. Reitero. Ela confirma que em vários territórios de maioria afrodescendente pesquisados como Carapicuíba (São Paulo); Fortaleza, Cariacica (Espírito Santo); Amapá, Juazeiro do Norte (CE); Pernambuco. As pesquisas no Arraial do Retiro, e Bom Juá nessa dissertação, ambos em Salvador, apontam que as investigações relacionadas à afrodescendência, não são produções das mentes apaixonadas dos descendentes de africanos que querem, agora, fazer emergir o racismo ao contrário.

Dada a importância de estudar o legado africano, o patrimônio cultural, a identidade e a infância afrodescendente em bairro de maioria afrodescendente é fundamental que apresentemos as categoria teóricas da afrodescendência, patrimônio cultural, identidade afrodescendente, infância em bairro de maioria afrodescendente e história de bairros de maioria afrodescendente. Dessa forma teremos maior liberdade para estudar o legado de base africana no patrimônio cultural do bairro, o que reflete no patrimônio cultural infantil, e conhecer as histórias que permanecem nas memórias das(os) moradores, além de proporcionar estudos no ambiente escolar nas escolas Amigos do Rei e Comunitária de Bom Juá.

1.1 A Pesquisadora desde dentro

Pesquisar desde dentro é fazer um estudo no espaço familiar ao pesquisador/a, isso motivou a mudança no foco da pesquisa. O que inicialmente seria estudar o legado africano nas escolas Comunitária de Bom Juá, da rede municipal e a Amigos do Rei, da rede privada, ampliou-se para o bairro. Sobrelevamos o seu patrimônio cultural material e imaterial; a infância e a identidade afrodescendente. Optei por conhecer as atividades pedagógicas e descrever o ambiente escolar através das atividades, histórias infantis, músicas, brincadeiras, imagens e ambiente escolar. Como o legado africano se manifestava nelas. Tal foi a minha surpresa ao compreender que sem olhar o bairro, seu patrimônio, sua história, suas memórias era impossível descrever o ambiente escolar, apenas observando todas as suas atividades pedagógicas nas escolas.

Estudar sim o patrimônio cultural material do bairro e sua manifestação na infância. Dada à invisibilidade histórica e silêncio tangível à história da África, dos afrodescendentes e africanos no Brasil; o que da mesma forma ocorre com a

cosmovisão, cultura, ancestralidade e filosofia africanas. Correlato à invisibilidade das memórias e histórias do bairro como parte do ambiente escolar e dos poucos estudos sobre a infância afrodescendente.

O bairro sendo de maioria afrodescendente guarda esse traço em sua história, na qual a Escola Comunitária é resultante das lutas dos movimentos sociais impressa nele, que podemos dizer movimentos sociais afrodescendentes. Não eram movimentos negros por que não explicitavam em sua bandeira de luta o antirracismo, mas eram movimentos dos negros pela sua dignidade e respeito aos seus direitos sociais negados pelos poderes públicos soteropolitanos. Esse foi o motivo pelo qual a escola comunitária de Bom Juá foi eleita para a pesquisa.

A Escola amigos do Rei foi selecionada por que os meus filhos Mateus na 4ª e Marcos 2ª séries estudavam nela. Também pelo fato de a diretora da escola se dispor a depois da conclusão dessa dissertação dar continuidade à implementação da Lei 10.639/03 tendo como suporte esse texto. No ano de 2008 dialoguei com a direção sobre a implementação lei supracitada, no que a direção se mostrou reticente. Dessa forma comuniquei que meu filho não estudaria na escola por esse motivo e no final do ano solicitei transferência e o matriculei na escola Eugênia Anna dos Santos, que se localiza dentro do terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, no São Gonçalo do Retiro. Foi muito difícil encontrar vaga nessa escola, tive de pagar transporte escolar pela distância dela para a minha casa. Contudo no ano de 2009 a Escola Amigos do Rei implementou a Lei 10.639/03.

Pesquisei adultos, adolescentes e crianças. No que tange a criança a partir da leitura de *A Criança Fala: a escuta de crianças em pesquisa* por Silvia Helena Vieira Cruz (2008) inovadora ao propor pesquisas onde as crianças tenham a voz e possam ser escutadas; Campos (2008, p. 47) aponta a possibilidade da participação da criança pequena, inclusive do projeto pedagógico da escola. Neste caso poderá a criança afrodescendente não só as pequenas e até mesmo as maiores terem voz e expressarem a sua forma de ser. Optamos nessa dissertação metodologicamente falando, ouvir o que é a infância afrodescendente a partir da voz da criança, do adulto e do adolescente para apreendermos também aspectos ligados ao patrimônio do bairro.

A descrição dos parágrafos anteriores denota que sou uma pesquisadora desde dentro. Sou uma pessoa de dentro do bairro, que conhece suas carências e seu cotidiano. Sou moradora, ex-diretora da Creche Fruto do Amanhã, ex-

coordenadora do Projeto Gente Nova. Da associação de moradores de Bom Juá sou ex-secretária e ex-presidente, participei de inúmeras ações em prol da melhoria do bairro. Pude de essa forma acessar arquivos da associação e analisar os documentos públicos nos arquivos e bibliotecas públicas em comparação às falas dos moradores. Constatei a participação das associações de moradores afrodescendentes na implementação de políticas públicas da cidade de Salvador e os entraves impeditivos por conta do racismo antinegro. Senti na pele a situação de exclusão, as práticas dos poderes públicos nos bairros de maioria afrodescendente e conhecendo muitas coisas que diz respeito a nossa africanidade e à nossa história enquanto descendentes de africanos.

Os pesquisadores afrodescendentes se inserem e dispostam no campo de pesquisa com crianças e infância. Têm como preocupação fundamental os problemas que as afetam na escola os quais exemplificamos nesse texto. Damião (2007) em sua pesquisa corrobora explicitando a singularidade das crianças brasileiras, baianas e soteropolitanas, bem como as infâncias. Essas dependem de um pertencimento étnico, social, regional e etário, que dizem respeito também à criança e a infância no Bom Juá, o que deve ser considerado na promoção da aprendizagem significativa. No que toca ao patrimônio cultural material infantil atrelado ao do bairro e à cultura de base africana, é um elemento imprescindível como conteúdo de aprendizagem e constructo da identidade afrodescendente em Bom Juá. E esse patrimônio é construído entre adultos e crianças no que dizemos primeira e segunda infância.

É importante notar que a pesquisa se corporifica no momento de sua prática, no contato com os sujeitos pesquisados e pesquisadores, as fontes e o material a ser coletado onde os novos insights surgiram. Inicialmente foi desconfortável a alteração da programação do *lócus* da pesquisa quando de sua expansão da escola para o bairro e o seu patrimônio cultural. Mas é o bairro que contém traços da história dos sujeitos, moradores da comunidade. Nesse caso o pensamento de Marcus Mosiah Garvey é profundo quando afirma que uma pessoa sem história é como uma pessoa sem raiz.

Antes de iniciar as entrevistas e visitas decidi por fundamentar mais questões relacionadas à pesquisa. Uma semana antes de entrar no campo aprofundei conhecimentos sobre a pesquisa qualitativa e técnica da história oral nas

entrevistas. Li a dissertação de Maria Estela Rocha Ramos¹⁸ e as informações adquiridas nos arquivos públicos me respaldaram para às perguntas de pesquisa e as que surgissem no decorrer do trabalho, tanto com as crianças quanto com os moradores antigos, adultos e adolescentes. Esse tempo foi importante para entender a dinâmica de formação dos bairros negros em Salvador. A maioria dos moradores são antigos na comunidade e no caso das entrevistas considerei como fundamental o contexto em que a associação de moradores se inclui nos movimentos sociais na cidade de Salvador para o entendimento da formação dos bairros. Uma preocupação constante foi em como desenvolver um processo de análise dos dados para responder ao problema e atingir os objetivos propostos inserindo o patrimônio cultural e as memórias.

Para a pesquisa, a literatura examinada referente à escuta com crianças foi importante e adotada. Por que nela eu escutei 95 crianças, e como pesquisadora desde dentro fui parte que compreendia o que pesquisaria falando e escrevendo de um lugar onde entendo e vivo a problemática racial, social, política, cultural e econômica, podendo dessa forma fazer o aprofundamento teórico relacionado com nossas experiências e o conhecimento da cultura de base africana. Quebrando as amarras que prendem o pesquisador a metodologias eurocêntricas quando se “distancia” do “objeto” da pesquisa. O que difere na metodologia de pesquisa afrodescendente, nela não lidamos com objetos e sim com sujeitos de pesquisa.

Na metodologia de pesquisa afrodescendente os pesquisados interagem entre sujeito e sujeitos. Somos sujeitos de nossas pesquisas em consonância com os pesquisados que também são sujeitos, nos entrelaçamos. Sujeito pesquisador e sujeito pesquisado. Nela existe a quebra de paradigmas em relação às demais, o pesquisador(a) interpreta os dados mergulhado e conhecendo a realidade como partícipe dela. Não se destaca do pesquisado, tem a possibilidade de encontrar as soluções para os problemas causados aos afrodescendentes, pelo racismo estrutural capitalista criminoso no que toca a educação, no caso dessa dissertação.

O ponto fundamental dessa metodologia de pesquisa é a intimidade do pesquisador com o campo de pesquisa. Ele compreende os valores ancestrais imanentes nos princípios da comunalidade unificadora do seu bairro e dos bens

¹⁸ RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território Afrodescendente: leitura de cidade através do bairro da Liberdade. Salvador, Bahia.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, 2007.

sociais e culturais subjacente à cultura de base africana, história e cultura dos afrodescendentes e africana; e de sua comunidade coadunando com o patrimônio cultural do bairro. O que significa estar de dentro da porteira, ou seja, deter permanência e inserção natural no bairro. Com a mesma visão de mundo (VIDEIRA, 2010; Sousa, 2010; SOUZA, 2005).

O pesquisador não vai aprender sobre uma cultura ou modo de vida que não lhe era familiar, do qual ele não comungava anteriormente à pesquisa, os problemas e valores sociais. Na afrodescendência os pesquisadores não trabalham com respeito à “cultura do outro”. Trabalhamos dentro da nossa própria cultura e com problemas que afetam a nossa própria existência. (CUNHA JÚNIOR, 2010)

Guiamo-nos dessa forma porque o enfoque afrodescendente nos oportuniza a uma condição de não ser pernicioso, distante e acrítico. Na metodologia de pesquisa afrodescendente, diferente da etnografia não há a necessidade de o pesquisador criar vínculo com o local, aprender sobre ele e interpretar com uma visão de fora da porteira. Reitero, ela nos proporciona a ver “desde dentro” de nossa existência, sem necessidades de decodificação, nesse sentido corroboro com (SOUZA 2005; VIDEIRA 2010).

Não somos atores externos, nem guiados por formação antropológica, e etnográfica. Não investigamos como observadores e sim numa relação sujeito/sujeito. Atentamos para a produção da consciência social e história social considerando a historicidade da experiência. Tratamos com situações sociais, políticas, econômicas e culturas da população afrodescendente. As categorias memória; identidades são importantes por que “expressam a capacidade de expressão e de reação dos grupos sociais em luta, seja pela hegemonia da sociedade ou pelos direitos sociais [...]”, além de o pesquisador possuir “[...] conjunto de informações não disponíveis para outros pesquisadores. [...]”. Quanto à autobiografia, é importante no sentido de fazer o pesquisador afirmar sua identidade como sujeito, interagir com o sua comunidade que é um fator fundamental para aprendizagem e tomada de consciência de si, como parte da pesquisa. Ela me fez entender as malhas do racismo antinegro e as articulações políticas impeditivas da ascensão do negro na minha própria família. A partir de então podemos tomar analiticamente os problemas que nos afetam. (CUNHA JÚNIOR, 2011, p. 124-126).

As categorias de análise nos mobilizam durante todo o percurso da pesquisa desde sua elaboração. No meu caso pude entender que escrevo essa

dissertação por que o meu avô, ao servir no exército adquiriu condição financeira, a qual custeou os meus estudos, para isso enfrentou o racismo. Outro fator importante é que diferenciamos a discriminação do preconceito racial e do racismo estrutural antinegro.

Na perspectiva de um olhar crítico como moradora/ educadora/ pesquisadora utilizei a observação participante, sem base na etnografia. Isto é fazer parte, conhecer as experiências e modos de vida do grupo e bairro pesquisado. A observação não concerne no pesquisador estar num constante questionamento, ela implica em buscar compreensão do ambiente da pesquisa (CUNHA JÚNIOR, 2008). Trata-se de uma pesquisa participante no sentido de dinamizar os conceitos e categorias da pesquisa. Induzindo a um novo problema, o pesquisador se envolve com a pesquisa e se transforma no enfrentamento do desafio que o modifica, provocado pela proposta inicial da pesquisa, por novos contatos e novos conhecimentos. A citação seguinte trata da questão relacionada à pesquisa, em religião, contudo no que toca ao interesse do pesquisador afrodescendente pode ser comparada, quando não realizada por ele não vivendo o contexto

A própria condição social do pesquisador é pernicioso para a religião. Ele ou ela é o burguês(a) privilegiado(a), possivelmente faminto(a) de promoções na sua profissão; ou satisfeito(a), gozando de alta reputação, que precisa manter continuamente, através de novas conquistas. Seja como for, o pesquisador está muito distanciado dos que fazem a cultura que ele ou ela tenta explorar. Não importa quanta empatia possam ter, não são convincentes como estudiosos comprometidos com a fé. Os pesquisadores continuam a ser modernistas, mantendo-se a frente da Tradição. Este conflito básico é um dilema que deve ser considerado, quando olharmos, adiante, para o futuro. Para cada observador genuíno da Tradição Africana, há milhares de exploradores inescrupulosos que, fingindo beber do poço da sabedoria, mascaram sua atitude de ladrões secretos do poço seco, de modo a construir um artificial no seu quintal, instalando-se, pois, como especialistas na fé, querendo ser capazes de se tornarem modernas divindades, caso Olodumaré se decida a apontar um novo orixá!(FEMI OJO-ADE, p. 43-44)

A abordagem qualitativa de pesquisa como demonstra Minayo (1994) se destaca por aflorar o universo de valores, motivações, aspirações e crenças. Corresponde a um aprofundamento das relações, fenômenos e processos que não podem ser reduzidos a variáveis, preocupando-se com os significados das ações humanas, não compatíveis com equações ou estatísticas (*op. cit*).

A abordagem interpretativista foi relacionada às experiências dos moradores e as minhas no bairro. Nas escolas, em suas atividades pedagógicas, material didático. As brincadeiras infantis *in loco*, ou seja, nos locais onde as

crianças brincam fora da escola, analisando o fenômeno a ser pesquisado no seu próprio contexto. Pude observar desenhos espontâneos feitos na sala de aula e danças coreografadas pelas próprias crianças. A técnica da história oral nos possibilita o encontro conosco, com nossa ancestralidade, nossa história e de nossas vidas e a de nossa comunidade, sendo que a oralidade é um legado africano que inicialmente alicerçou a formação do bairro de Bom Juá, em certa medida construiu a memória local. A tradição oral faz parte da vida de todos os povos por meio da preservação da memória ancestral, um testemunho vivido e transmitido verbalmente de uma geração à outra (FREITAS 2002, p. 19-20)

Os sujeitos da pesquisa foram os moradores mais antigos por serem portadores de memórias vivas. Líderes comunitários, os que foram responsáveis pelas lutas sociais. A professora de história da escola Amigos do Rei para entender o trabalho voltado para a implementação da Lei 10.639/03. A diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Casa da Criança do Bom Juá e da Escola Amigos do Rei. O Vice-diretor da Escola Comunitária de Bom Juá, as crianças moradoras do bairro que brincam na rua e são estudantes das Escolas Amigos do Rei e Comunitária do Bom Juá. E o mestre de capoeira Carlinhos, criador do Grupo de Capoeira Águia Dourada, que há 35 anos dá aulas de capoeira na Escola Comunitária de Bom Juá. Entrevistei em torno de 95 crianças, 7 adolescentes e 28 adultos bem relacionados com o bairro para identificar suas concepções do ser criança e da infância.

Faz parte da metodologia da pesquisa o lugar de onde falo e faço a observação, por expor um lugar social e político, Silva, Barbosa, *et. al.* (2008). A utilização do desenho e oralidade para apreensão da cultura local, (GOBBI, 2002); (DEMARTINI, 2002). A música principalmente por sermos uma cidade e um bairro que se embala com música e dança (MACEDO E FRANCISCHINNI, 2008).

A obtenção do material de pesquisa foi feita através de entrevista semi-estruturada, análise documental das escolas e associação de moradores e revisão bibliográfica. Além de documentos Públicos como a Lei de Bairro de 1960, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e Informações Sistematizadas para Bairros de Baixa Renda da Coordenação de Desenvolvimento Social. Utilizei fontes primárias e secundárias e as formas de registro foram gravador, fotografia, vídeo e diário de campo. A investigação aconteceu numa perspectiva sistêmica, integradas num ambiente com

demais pessoas, com coisas e jeitos outros que interferem e se relacionam. Estudando, levando em conta a história, o ontem e o amanhã.

Ao adentrar no campo acadêmico, como pesquisadores e militantes do movimento negro podemos e somos capazes de construir o futuro com base no que conhecemos da cultura de base africana, nos conhecimentos da história dos afrodescendentes, de suas criações, recriações e reterritorializações e da política engendradas. Tomando como exemplo a Lei 10.639/03 que no ato de sua promulgação teve vetado o Art. 79-A. Esse dispositivo determinava a participação de entidades do movimento afro-brasileiro e de outras instituições nos cursos de capacitação para professoras/es. Assim verificamos a tentativa sutil que nos impede na implementação da lei no que tange a formação do profissional em educação e na construção do amanhã.

Pesquisadora num bairro de maioria afrodescendente, sem a suposta neutralidade e ciente que essa ausência de neutralidade não influenciou o resultado da pesquisa. Ela trouxe substratos capazes de qualificar nossas investigações dando cientificidade e fazendo proposições viáveis do ponto de vista educacional. Pretendemos abdicar da neutralidade como propôs Guerreiro Ramos, ele tratou sobre mudança metodológica em sua sociologia. Reivindicava o envolvimento interessado, comprometido com o processo de mudança social Oliveira(1995), o que coaduna com a proposta aqui defendida. No que tange às imagens optei por anexar as fotografias no corpo do texto para fazer a relação direta do escrito, com o sentido e lido, inclusive as fotografias dos depoentes às suas falas. A matriz curricular do 1º ao 9º ano da escola Amigos do Rei segue em anexo.

Residir no bairro de Bom Juá é sempre vivenciar o clima de solidariedade e coletividade que nos liga mesmo no contexto de violência que assola a sociedade brasileira. Atrai-me ver como o bairro “cresceu” saindo da linha de miséria à de pobreza graças à luta da comunidade. Hoje entendo porque a situação se mantém estagnada em relação à educação, saúde, saneamento, transporte, aumento da violência policial entre outros nos bairros de maioria afrodescendente.

A Pesquisa de Pellegrini (1970) me mostrou que o bairro é de trânsito migratório e que em seu patrimônio cultural material e imaterial existe o legado africano do Recôncavo baiano. Sou moradora da comunidade de Bom Juá e os motivos supracitados também me estimularam a pesquisa pela notabilidade do movimento popular social, a sociabilidade para manter viva a luta pelo bem comum

(comunhão) observado até então. Existe na comunidade moradores descendentes de pessoas oriundas do recôncavo baiano e ressignificações no bairro no modo de vida. O que nos remete a investigar a infância o patrimônio cultural material infantil e a existência do legado de base africana, que é um suporte imprescindível para a melhoria da educação no bairro e de cada estudante dessas escolas.

A pesquisa me remeteu a pensar. É imprescindível olhar a nossa história como Moore (2005, p. 160) propõe, adotando uma nova cronologia para os estudos da história da África onde “o(a) professor(a) incumbido da missão do ensino da matéria africana se verá obrigado(a) durante longo tempo a demolir os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre esta matéria”, assim como CUNHA, JUNIOR¹⁹ esclarece que: A África não é uma selva tropical nem mais distante que os outros continentes; As populações africanas não são isoladas e perdidas na selva; O europeu não chegou um dia na África trazendo civilização e a África tem história e também tinha escrita. Além do estudo cronológico mostra os limites nas mentalidades dos professores e justifica o estudo cronológico e ensino desta matéria.

Ngoenha (2005) transita pela historicidade, etnicidade, etnologia política, futuro e utopia, descreve a forma como Senghor²⁰ apreendeu a cosmovisão africana:

A ética, na África Negra, consiste, portanto no reconhecimento da unidade do mundo e do agir para manter o equilíbrio das forças, a ordem e a estabilidade. Desta concepção deriva a ideia de sagrado, fulcro de toda a vida africana, onde cada ser, cada coisa, tem uma força vital, portanto de energia divina; onde o homem está ligado ao planeta, ao animal, aos seus semelhantes, vivos, mortos, e ao cosmos através do reino vital, e a Deus através do sacrifício ritual. NGHOENHA (2005, p.64)

Estas leituras e a concepção de pesquisa romperam definitivamente os meus limites mentais. O embarque no campo pesquisado foi motor para uma *práxis*, que contribuiu no meu entendimento sobre os entraves mantenedores da educação racista presentes na legislação, nos conteúdos programáticos e nos currículos e práticas pedagógicas. Imperceptíveis para educadores e educandos, como foi para mim um dia. Logo, desvelar o legado africano na escola, através de um projeto

¹⁹CUNHA JUNIOR, Henrique. O Ensino da História Africana. In: **Historianet. A Nossa História**. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>>. Acesso em: 20 mai. 2010

²⁰ É digno de nota que existe a crítica ao movimento da negritude e a Senghor na sua posição enquanto entender o negro. MUNANGA, Kabengele **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009. O que não desvalorizava a sua posição enquanto pensar a cosmovisão africana..

valorativo do patrimônio cultural material e imaterial da comunidade é o caminho para a educação antirracista antinegro. Para entender melhor a nossa preocupação diante do exposto apresentaremos a seguir as categorias teóricas. Elas darão suporte a essa dissertação e ajudarão na compreensão dos dados coletados, habilitando-me a fazer uma leitura da minha realidade, história de vida em conformidade com a cientificidade.

2 APRESENTANDO AS CATEGORIAS TEÓRICAS

*Quem pergunta sempre tem a resposta. Quem vive os problemas sabe quais são as soluções para esses problemas e como resolvê-los.
(Jacques Depelchin)*

Os bairros de maioria afrodescendente geralmente são conhecidos como locais de periferia e de problemas sociais de difícil solução. Outros enfoques poderiam ser dados com relação à vida nestes bairros. A epígrafe acima explicita que as pessoas que formulam perguntas têm as respostas e os meios para resolverem os problemas. As respostas muitas vezes são resultados das observações dos acontecimentos cotidianos, mediante a análise daqueles problemas que diretamente nos afetaram e afetam, bem como afetam os bairros de maioria afrodescendente em Salvador. Problemas estes que estão ligados à infraestrutura em termos gerais, o que deu início às lutas dos moradores de Bom Juá por dignidade. Além disso, essas vêm por sofrerem na carne as ações do racismo capitalista antinegro à brasileira, camuflado no sentido de afirmar que os problemas existentes nos bairros de maioria negra são causados por que os comerciantes locais não pagam impostos²¹. Atribui a ausência de infraestrutura dos bairros a não contribuição tributária dos comerciantes locais para o estado e prefeitura. O que muitas vezes impede essa população de ver o descaso como racismo estrutural.

Existe uma ideologia que produz visões sobre os bairros. O sistema midiático baiano escrito e televisivo destacam esses locais pela vertente da violência urbana. Não notabilizam a importância das produções culturais de seus moradores meritórias no fortalecimento da identidade negra dessas populações em seus bairros. Deixam escapar a memória e o seu ativismo político na cidade que se expandiu nacionalmente. Assistimos diariamente nos programas ‘Se Liga Bocão’ na TV Itapoan e ‘Na Mira’ na TV Aratu, notícias degradantes. Perseguições policiais a população afrodescendente e nunca denúncias dos descasos com essa população, em que o racismo capitalista integrado antinegro é o algoz. Em vez disso, culpa-nos pela nossa situação de exclusão, tempo em que faz com que a própria população afro e eurodescendentes admitam que o extermínio de jovens e menores

²¹Essa afirmação estava presente no projeto de Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia no ano de 2007. Esse projeto foi idealizado para se executado nas escolas da rede estadual da Bahia.

descendentes de africanos seja a única forma de resolver os problemas sociais na sociedade soteropolitana.

Nesta pesquisa veremos esse bairro guardando particularidades e o estudo das categorias teóricas **afrodescendência**, **bairro de maioria afrodescendente**, **infância em bairro de maioria afrodescendente**, **identidade afrodescendente e patrimônio cultural** são importantes para compreendermos os dados apresentados na pesquisa, entendendo-os melhor o que nos faz afrodescendentes e como produzimos nosso bairro edificando nossa identidade.

2.1 A afrodescendência

Esse conceito foi elaborado no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará pelo Prof. Dr. Henrique Cunha Junior (2007, p. 167-179). O que nos permite uma análise da compreensão de nossa identidade enquanto pessoas, nossas vivências, realizações e conquistas nos locais onde residimos. Dessa forma, a afrodescendência não é meramente a descendência africana, nem apenas ser negra(o), e sim uma complexidade que extrapola o fenótipo, englobando o legado africano, o espaço urbano afrodescendente, o *modus vivendi* do bairro, a forma de vida e convivência nas ruas em vizinhança, as carências do bairro e as heranças materiais e imateriais. Aspectos religiosos, culturais, indenitários e raciais.

Atentar para desvendá-la é ir além da redução que apresenta o dicionário. Afrodescendência é um adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros. Significa que ou quem descende de família ou indivíduo africano negro (HOUAISS, 2009). A afrodescendência nos permite interpretar que as atividades, brincadeiras, imagens, músicas, histórias e memórias infantis fazem parte de um legado africano na comunidade em suas experiências cotidianas, o que pode ser inserido no contexto escolar, por fazer parte da vida da comunidade e conseqüentemente do universo infantil.

Bâ (2003) descreve em suas experiências, suas brincadeiras e como elas simulavam o mundo adulto. Inclusive na forma de organizar suas irmandades, eleger os seus chefes, e aos apadrinhamentos pelos mais antigos, era parte da educação das crianças Bandiagara (Mali). Essas características narradas por esse autor fez parte da vida das crianças e jovens de Bom Juá. Nesse sentido é importante para

evidenciar nossa afrodescendência, valorizar, significar o patrimônio cultural e a história da comunidade, não se obrigando a narrar e repetir a história do outro, esquecendo-se da sua e do legado subjacente a sua cosmovisão.

A compreensão do Legado africano em território de maioria afrodescendente deve suscitar a contribuição da(o) africana(o) nas tecnologias, economia, política, manifestações cultural e religiosa e em se tratando de Bom Juá nas normas de convivência na comunidade. Com isso devendo de acordo com Cunha Júnior (2008, p.133) incentivar a educação iniciática²². Não no sentido de reclamar ritos de iniciação, mas incorporar elementos do patrimônio cultural do bairro à *práxis* pedagógica, preenchendo dessa forma as lacunas presentes na educação eurocêntrica. Considerando que esse patrimônio material segundo Souza (2010, p. 101) é ímpar para a educação, por construir os processos identitários e de autodefinição preenchendo de significado os afrodescendentes e a afrodescendência.

2.2 Infância Afrodescendente

A infância afrodescendente é resultado de um processo renovado que se teve de enfrentar. Uma construção social sobre a infância da população negra baseada no racismo. O conceito de infância é uma construção social e o de infância afrodescendente deve superar o que lhe foi atribuído historicamente. A infância da população negra no decorrer do tempo foi apresentada e absorvida na sociedade como

não humana, sem direito à liberdade, incivilizada, inútil, anônima e invisível socialmente, a criança mestiça como resultado da degeneração, deficiente em energia e construção mental, sem qualidades culturais, muito feia e sujeito inviabilizador do futuro da nação.” (SANTOS 2006, p. 38).

Notadamente o conceito de infância afrodescendente se fundamenta nas teorias raciológicas e etnológicas gestadas na Europa, bem como no determinismo social e biológico influenciando a cultura brasileira e o pensamento educacional. Essas teorias confinaram o continente africano num local de barbárie, primitividade e atraso. Inclusive justificando o racismo e o tráfico negreiro criminoso. Desde então a filosofia, as ciências, a civilização e a humanidade teve como ponto de partida a

²² Ver citação da página 130 no que tange á relação adulto/criança. É um aspecto de como se opera a aprendizagem.

Grécia. Aliado a isso a subalternização e a invisibilidade cultura, filosofia, história da África e dos africanos e afrodescendente. No caso brasileiro, da participação ativa do afrodescendente e africano na construção social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira.

A história e a etnologia descreviam a humanidade europeia e se tornaram disciplinas afins. Observa-se, no entanto pelos relatos dos viajantes, a selvageria dos outros povos e sua exotividade, além de não terem “história”, “escrita” e “civilização”, o que afirmavam ser a infância do civilizado. Contudo, no século XIX ocorre a separação entre as duas ciências supracitadas, separa-se o estudo das sociedades evoluídas e civilizadas. A partir daí se entende que

[...] os homes primitivos viviam lado a lado com os monstros, as viagens em que os autóctones são uma variedade de fauna, os meios geográficos onde os homens eram um elemento da paisagem – ou condenados as esquecimento. Para a Europa “civilizada” o chamado novo mundo é um outro mundo: costumes selvagens, sem religião, espírito degradado. Os povos não têm escrita, não tem arquivos, não têm Estado. Eles não pertencem, portanto ao mundo histórico em todas as suas formas, moral, civil e política. (Ngoenha 1993, p. 16-17).

Esses pensamentos gestaram as bases das teóricas ocidentais positivistas sociais de Isidore Marie Auguste François Xavier Comte (1798 – 1857), que se baseando na lei dos três estados sociais: teológico, fictício, metafísico, abstrato e científico positivo, defendia que o desenvolvimento da sociedade emana do espírito humano, que a sociologia centra-se no corpo social e que os elementos sociais se interconectam. Herbert Spencer (1820-1903), acreditava que a sociologia era importante para a reforma social considerando a educação como ponto chave. Era influenciado por Lamark, que pensava a evolução natural como fato fundamental, onde opera a lei da mecânica-materialista que explica qualquer nível de progresso, seja ele material, biológico, psíquico, social entre outros (HERNÁNDEZ, 2011).

Hernanández (2011) destaca positivistas criminológicos como Cesar Lombroso (1835 – 1909), que apontava o delito como algo inato, de ordem genética tendo em conta o biótipo e fenótipo das pessoas, o que os caracterizavam como delinquentes. P.e. formato do crânio, mandíbula, orelhas, cílios. Acreditava que o clima, alimentação, grau de civilização, posição econômica, religião, densidade demográfica determinava tais posturas. Enrico Ferri (1856 – 1929) se ateu às questões relacionadas às influencias econômicas e a criminalidade. Ele explicava a

delinquência como uma enfermidade, essa ocorria alheia à vontade do delinquente e era hereditária, se utilizou da psicologia para explicar a criminalidade. Para ele a religião, lealdade, honra não eram compatíveis com um comportamento criminoso, por ser sentimentos complexos.

As doutrinas raciológicas científicas: biológica-etnológica/eugênica, de Francis Galton (1822 – 1911), tratava do melhoramento da raça humana. Aqui a crença era na necessidade de tomar medidas para que a raça fosse melhorada qualitativamente para as futuras gerações, temia uma degeneração biológica, logo a genética deveria objetivar melhoria da raça humana. Joseph Arthur de Gobineau (1816 – 1882) no seu enfoque histórico ressaltava que sendo a população brasileira composta por duas raças inferiores e uma superior e que nem sempre a infertilidade é parceira, a raça deve ser restaurada para melhorar a moralidade social do país. (HERNÁNDEZ *apud* GLEDHILL, 2009, fl. 23).

No enfoque histórico e darwinismo social, existia a crença no desenvolvimento social e seleção natural. Neste a lei do mais forte prevalece, dessa forma os mais poderosos eram predestinados naturalmente pelo crivo social. No determinismo climático de Henry Thomas Buckle (1821 – 1862), o clima era determinante sobre a civilização brasileira, assim como muitos intelectuais afirmavam a cerca do continente africano, Hernández *apud*, Gendhill (2009, fl. 26). Em consonância com Hernández, (2011) Buckle argumentava que

O Brasil todo, a despeito de suas inúmeras vantagens aparentes, tem permanecido inteiramente inculto, vagando seus habitantes selvagens e impróprios para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza pôs em seu caminho.

Podemos destacar três intelectuais brasileiros que foram influenciados pelas teorias raciológicas europeias. Eles se destacaram nos debates que pretendiam discutir a formação a cultura e identidade nacional, foram eles Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha que atribuíam o atraso do Brasil à presença do negro, do índio e do mestiço. Contudo existia outro intelectual brasileiro, Alberto Torre que em síntese

[...] defendia a tese de que o sacrifício de várias gerações de brasileiros na luta contra as forças de colonizadores e do capital não é um fato étnico, mas social que se reduz ao político porque é obra dos governos. Torres estava certo em combater o determinismo racista, mas estava totalmente errado ao desestimar a relevância da “raça” na construção da nação

brasileira e, aliás, quando afirmou que a “raça” era uma simples questão biológica. (HERNÁNDEZ, 2011)

Hernández (2011) afirma que a “raça” é relevante para pensar a construção da nação brasileira, mas ela simplesmente não dá conta de refletir sobre o racismo brasileiro, nem a defesa da inexistência da “raça”, sobretudo é relevante também não desestimar a descendência, a cultura de base africana e tudo que ela envolve que foram invisibilizadas.

a raça é parte de uma ideologia, um conceito produzido pela ciência em compasso com o processo de escravismo e colonialismo. Raça não existe na sua forma concreta, as diferenças fenotípicas foram organizadas pela ciência criminosa e transformaram-se neste entendimento histórico ideológico de cores da pele e de atributos culturais. O racismo contra a população negra existe mesmo não existindo as raças, visto que o racismo é um sistema político, social, cultural e econômico de dominação entre grupos sociais. Existe racismo sem existirem as raças, devido à persistência desta ideologia. Neste sentido, é que as teorias europeias não ajudam a pensar no todo, como condições necessárias e suficientes as relações raciais brasileiras. (CUNHA JÚNIOR, 2011)

Manuel Bonfim, antenado com as ideias e desenvolvimento dos debates intelectuais europeus em Paris escreve América Latina: Males de Origem, seu pensamento tem base em Comte, Darwin e Spencer. Esses se opuseram às ideias brasileiras anteriores. O autor coloca o problema do Brasil em correlação com os da América Latina, dando cunho internacional em comparação a dependência do continente ao europeu. Sua teoria se sustenta em: 1) as sociedades existem em organismos similares aos biológicos; 2) existem leis orgânicas que determinam a evolução e 3) a análise da nacionalidade depende do meio em ação combinada com o passado. Partindo do conceito de Durkheim que relaciona os fatos que acontecem na sociedade com a biologia chega ao conceito-chave de doença. Descarta a possibilidade de atraso, na “raça”, mas busca explicação para o atraso não do Brasil e sim da América Latina pelo seu desenvolvimento capitalista dependente, principalmente no que tange a transplantação de cultura (ORTIZ, 1985).

Dessa forma, para promover o desenvolvimento da nação brasileira é necessário promover o branqueamento. Primeiro o governo brasileiro incentiva a imigração europeia para o Brasil, subsidiando a compra de passagens e pagamento integral de outras despesas segundo Martins (2007), recurso oriundo dos impostos

sobre os escravizados, revogados nas leis 25 e 26/1884 de Martinho Prado Júnior²³, culminando no projeto de lei de imigração nº 28 de 1884²⁴. 1º de fevereiro de 1888 data do projeto que determina contrato do governo brasileiro com a Sociedade Promotora da Imigração possibilitando a vinda de 100 mil imigrantes europeus (BARRETO, 2010).

Os intelectuais brasileiros buscavam o desenvolvimento da identidade e cultura nacional se espelhando no desenvolvimento europeu. Mas segundo esses intelectuais o povo brasileiro em sua constituição afrodescendente e mestiça não era capaz de desenvolver o país. Com isso a imigração de europeus cabe como uma luva para a promoção do tão esperado desenvolvimento brasileiro.

Na obra de Gilberto Freyre é removido do mestiço o estigma que o atrelava as teorias raciológicas e ele passa a ser nacional. A raça é transformada em culturalismo. É incorporada essa discussão no universo acadêmico na emergência da criação da USP mudando assim o discurso ideológico. Segundo o autor o mito das três raças é neste sentido exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem nacionais. (ORTIZ 1985, p. 44). Mesmo assim os problemas do racismo antinegro não foram resolvidos.

As ideias de atraso atribuídas ao afrodescendente e ao índio não demoliram o racismo criminoso brasileiro. Acirrou-se a política imigratória de europeus para o Brasil, objetivando o branqueamento do país para garantir o seu desenvolvimento. Ortiz (1985) denuncia que o Brasil em fases distintas busca resolver seus problemas na superficialidade, deixando sempre o negro e o mestiço excluídos, a não ser quando necessita turisticamente atribuir o mito da fábula das três raças. E cita como exemplo, que na passagem da escravidão para a abolição se buscou construir a identidade brasileira na imigração europeia; da monarquia para a república, e para o capitalismo colocou o sempre a questão da mão de obra e essa exclui sempre o negro.

²³http://books.google.com./books?id=h3tva1hKFz8C&pg=PA146&lpg=PA146&dq=projeto+de+lei=n%C2%BA+28+de+1884&source=web&ots=CpSriCz7cD&sig=X7YAdBc9tnh_t-D5vu_QaBLJ3J4&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=9&ct=result.

²⁴MARINHO, Celiá Maria de Azevedo. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Annablume.** Paz e Terra Disponível em:<<http://books.google.com/books?id=h3tva1hKFz8C&pg=PA146&dq=lei+de+imigra%C3%A7%C3%A3o+n%C2%BA+28+de+1884.&hl=pt-BR#PPA146,M1>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

Esse pensamento converge com o dos intelectuais brasileiros, que no afã da proclamação da república, pensavam em forjar uma cultura nacional que pudesse conquistar o prestígio internacional. Contudo, reitero, alguns deles acreditavam que o determinismo biológico e a “raça” eram fatores impeditivos do progresso e solidificação da cultura nacional. Era então necessária uma unidade étnico-cultural. Sílvio Romero, Manuel Bonfim e Nina Rodrigues foram os intelectuais que inicialmente começaram a pensar a cultura nacional, sobretudo eles entendiam que o determinismo biológico eram pontos chaves para explicar o atraso da nação brasileira (HERNANDEZ *apud* ROMERO, 2011).

O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe, sem qualidades fecundas e originais. O brasileiro se distingue por um certo desleixo moral, o culto do *laissez faire*, *laissez aller*, certo abandono por tudo quanto se refere aos mais vitais interesse da ordem pública (...) As três raças que constituíram o povo brasileiro ainda não se embeberam de todo entre si.

Azevedo (1963) explicava a cultura brasileira, mas no que toca à educação e à tentativa de transplantar a cultura europeia para o Brasil, desde o modelo de escolas ao de currículo. Saviani (2007) aponta as ideias pedagógicas desde a colônia até a contemporaneidade, menciona todas as reformas educacionais e como elas atenderam aos interesses oligárquicos. Ressaltam, no entanto a dualidade da escola brasileira uma para os ricos (elite), intelectuais destinados a serem os intelectuais orgânicos e outra para a população pobre; e os cursos profissionalizantes contemporâneos.

Os intelectuais brasileiros que nascem buscando imitar a sociedade europeia, se afinam com Gramsci (1982, p. 136) quando afirma que a escola está destinada a nova geração de dirigentes. Para ele a marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nesses grupos uma determinada função tradicional, diretiva e instrumental. Nesse caso brasileiro o negro e o índio ficaram excluídos da escola, e quando tiveram acesso foi numa escola com baixa qualidade e excludente. A exclusão do processo, exclusivamente por serem considerados de raças, cultura e história “inferiores” como postulava as teorias raciológicas. Os imigrantes adentraram a escola por serem de “raça” “superior” e capaz de desenvolver o país, além de ter a história de seus descendentes decantada em todos os setores sociais.

Saviani (2007, p.97) aponta a discrepância da educação entre Portugal, Ultramar e Ilhas. No Quadro 1, não é possível observar em números o desnível

PÁISES/COLÔNIA	PORTUGAL	ULTRAMAR: Brasil, Cabo Verde, Ilha do Príncipe, Angola, Goa (Índia), Macau (China)	ILHAS TERCEIRAS, MADEIRA E SÃO MIGUEL
Ler, escrever e contar	440	24	14
Latim	205	21	10
Grego	31	04	03
Retórica	39	07	03
Filosofia Racional e Moral	28	04	03
Total de aulas	743	60	33

Quadro 1. Elaborado a partir da descrição de (SAVIANI 2007, p. 97).

educacional e fazer outras análises impossíveis nessa dissertação. Concluo nesse caso, que a educação é privilégio apenas de Portugal e ponto o exercício do racismo capitalista criminoso.

E ainda, Saviani (*op. cit.*) “Do conjunto previsto para o Ultramar coube ao Brasil um total de 43 mestres com as respectivas aulas régias. Esse total foi assim distribuído”, No Quadro 2, é digno de nota também a discrepância no quantitativo de aulas na colônia brasileira.

Estados/províncias	Ler, escrever e contar	Latim	Grego	Retórica	Filosofia
Rio de Janeiro	2	2	1	1	1
Bahia	4	3	1	1	1
Pernambuco	4	4	1	1	1
Mariana	1	1	-	1	-
São Paulo	1	1	-	1	-
Vila Rica	1	1	-	-	-
S. J. del Rei	1	1	-	-	-
Pará	1	1	-	1	-
Maranhão	1	1	-	-	-
Total	16	15	3	6	3

Quadro 2. Fonte: SAVIANI (2007, p. 97), organizado por Tereza M. R. F. Cardoso a partir do anexo de Lei de 6 de novembro de 1772.

No Brasil houve um intenso tráfico de africanos destinados à escravidão. Num país que absorveu as teorias raciológicas que desconsiderou totalmente o potencial do continente africano, sua cultura e desenvolvimento tecnológico como já foi citado. O (Quadro 2) mostra internamente o desnível das aulas entre os

estados/províncias brasileiros em comparação ao (Quadro 1). A partir daí, pode-se entender que a educação não estava ao alcance da população afrodescendente se era parca para a elite branca. Desta forma, para uma proposta de escola unitária, clássica e profissional a população negra estaria fora por dois motivos, 1) era estigmatizada e 2) o desenvolvimento era atribuído a pessoas brancas puras e dadas ao desenvolvimento, o que justificava a imigração europeia, onde para esses a escola foi permitida.

E não só. Em 1824 a constituição imperial determina instrução primária gratuita para todos os cidadãos brasileiros, em 1827 as primeiras escolas públicas. Contraditoriamente para o negro vigorava o “Decreto nº 1.331, de fevereiro de 1854, estabelecendo que nas escolas públicas do país não seriam admitidos negros escravizados, e a previsão de instrução para estes adultos dependia da disponibilidade de professores e O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno.”²⁵.

Gramisci (*op. cit.*) defende a ideia da escola Clássica e Profissional. No Brasil uma vez conquistado o direito à escolarização, o sistema educacional no que tange aos conteúdos curriculares, a população negra ainda se defronta com a invisibilidade e silenciamento de sua cultura, história e de sua participação ampla na sociedade. Na escola, os conteúdos programáticos e os livros didáticos referenciam que a ascendência dos afrodescendentes parte da escravidão, servilidade e humilhação. O que veio a ser corrigido em parte pela alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, com a Lei 10.639/03.

Na década de 70 a educação foi universalizada e as escolas localizadas em áreas periféricas, sem recuso financeiro para se manter, foram reprimidas. O artigo 45 da LDB 5692/71 define que

As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais economia para a o atendimento do objetivo. (ROMANELLI 1978, p. 248).

Essa medida é sobre o patrimônio físico escolar e legitimou estruturalmente a permanência de crianças pobres fora da escola. A maioria das crianças pobres, e analfabetas de acordo com as estatísticas é negra. Saviani (2007)

²⁵BRASÍLIA, pág. 7. 2005. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.**

e Azevedo (1963) nas suas conclusões discussões denunciam e afirmam a dualidade do sistema educacional brasileiro, contudo desconsideram que a população negra é a mais atingida nesse sistema. Omitem-se mais que os intelectuais brasileiros que adotaram as teorias raciológicas europeias para justificar a proibição do negro na escola oficial, por que silenciam ao racismo.

Entendemos que a escola forma os intelectuais, mas no Brasil esse objetivo atendeu a determinada classe social minoritária branca. A população negra fez emergir seus intelectuais por força das atividades do movimento negro, irmandades, associações e terreiros de candomblé que promoveram a educação na informalidade, até quando o Estado brasileiro aceitou oficialmente a população negra na escola. Não me atendo a intelectuais orgânicos ou eclesiásticos, mas a intelectuais, como, Abdias do Nascimento, Teodoro Sampaio, Lima Barreto, André Rebouças, Juliano Moreira, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Guerreiro Ramos, Milton Santos, Lima Barreto entre outros invisibilizados na sociedade brasileira.

A lei 10.639/03 é um marco para passarmos a nossa história a limpo, mostrando que a população afrodescendente descende de africano que também foram intelectuais de seu tempo e o são nos tempos atuais. E pensar numa cultura brasileira que emerge de debates complexos, raciológicos que tem reflexos na sociedade atual com a exclusão da população afrodescendente. A implementação da lei acima possibilitará o conhecimento da cultura de base africana que envolve a sociedade brasileira, tornando-a ciente de que sua história, ancestralidade e religião não remetem a nenhum atraso. Remete ao conhecimento de intelectuais negros historicamente invisibilizados, estimulando assim a emergência de intelectuais advindos dessa população na atualidade. A escola pode se utilizar de todos os conteúdos para colaborar na construção da identidade da criança afrodescendente, atuando em sua infância para aprenderem a respeitar a sua cultura não a vendo como inferior e subalterna, colaborando para o desenvolvimento da autoestima.

O conceito de infância afrodescendente não foi construído de maneira fácil. Teve de superar as teorias raciológicas adotadas pelos intelectuais brasileiros que pensavam a nação brasileira. De certa forma as pessoas foram influenciadas a pensar a criança e infância da população negra, como pensavam os adultos, de forma estereotipada, preconceituosa e racista. A infância afrodescendente mesmo com os estudos relacionados à afrodescendência, ancestralidade, cosmovisão africana e de base africana ainda tem seu conceito preconcebido. Uma vez

superado e incorporados os que valorizam a cultura de base africana atrelado à cosmovisão dos bairros de maioria afrodescendente, os docentes reconhecerão nestas crianças e na infância a capacidade de construir conhecimento a partir de sua história e da salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial.

2.3 Patrimônio cultural.

Trabalharemos com esse conceito no sentido preservar o legado do bairro de Bom Juá através de sua memória, patrimônio e identidade. O Bom Juá é um bairro de maioria afrodescendente que como muitos outros corre um grande risco, com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2007). Esse plano tenta organizar a cidade, mas nas suas entrelinhas a está loteando e impingindo especulação imobiliária em áreas desconstruídas, ou construídas sem ocupação e habitadas próximas a locais saturados por habitações. Está causando transtorno na cidade e causará nesses bairros quando assassina o seu patrimônio cultural. Os moradores de Bom Juá desde a década de 1960 vêm sendo ameaçados de expulsão por serem pobres, organizados politicamente e promoverem enfrentamentos aos órgãos públicos em busca de políticas públicas, além de estar próximo ao centro da cidade.

O Patrimônio cultural é um legado, construído pelo grupo, com valores, símbolos e signos distintos que estão presentes na cidade e são diversos. Ele está permeado pela cultura material, sendo assim o patrimônio cultural é um conjunto de bens construídos, reconhecidos por uma sociedade, como representativos de sua história e da sua produção, é o testemunho da presença do homem em determinado espaço (SANTANA, 2009, p. 35).

A convenção da UNESCO (2003) declara salvaguardar o patrimônio cultural imaterial que se relaciona intimamente com o material, bem como proteger e reconhecer que os processos de globalização e de transformação social, podem trazer em si, ameaças e eu afirmo que o racismo é uma delas. Aponta, embora que tardiamente, como patrimônio cultural imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu

ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO 2006, p. 4)

Essas práticas estão na dança, música, linguagem, memórias e nas manifestações do bairro se coadunam de acordo com a convenção da UNESCO

a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.

O patrimônio material cultural dessa forma serão todas as manifestações presentes no bairro de Bom Juá, é a consciência da humanidade e da relação entre os indivíduos. Ele estando incluso na escola não ignora o cotidiano dos estudantes, não fica na superficialidade nem nas malhas do desinteresse dos educandos. De acordo com a Coleção Indagações Sobre o Currículo: diversidade e currículo (2008), publicada pelo governo federal, a escola deve indagar a diversidade, conceber e interpretar o sujeito social, ela será ocupada e alterada por sujeitos sociais concretos, os educandos, logo não existe educação sem o cotidiano, sem o ser na comunidade.

2.4 Bairros de maioria afrodescendente.

Esses bairros foram formados pelas circunstâncias do pós-abolição que nos tirou os direitos sociais, políticos e econômicos. Com a proclamação da república se adotou uma política de expulsão da população afrodescendente para as periferias das cidades brasileiras ou para as cidades interioranas sem condições de habitação. A re-equação dos bairros negros de acordo com as reflexões de Cunha Junior (2011) me deixa crer que, nós afrodescendentes fomos obrigados a migrar para os grandes centros das cidades, com o advento da crescente industrialização do país e não adquirimos condições plenas de habitação, educação e saúde. Em consequência a população afrodescendente habita as ruas, trabalham nas sinaleiras, e quando fixa residência são nos morros, favelas e invasões por que não tem a posse da terra, o que foi cerceado pela Lei de Terra datada de setembro de

1850. Esses bairros sem condições de habitação são bairros subnormal que segundo Pellegrini (1982, p. 21-32)

É o reflexo da “imigração selvagem” e o baixíssimo nível de renda e de consumo. À medida que as famílias vão adquirindo condições financeiras melhores vão para os bairros normais. As condições precárias deixadas são assumidas por outros fluxos migratórios. Nesses bairros as condições de vida são precárias, saneamento básico inadequado, habitações autoconstruídas e em locais perigosos e instáveis, temos como exemplo os desabamentos ocorridos nas épocas das chuvas constantes o estado de calamidade que ficam as comunidades periféricas no Brasil.

Vale ressaltar que esses bairros são segregados pelas condições apresentadas, com resquícios do código negro brasileiro²⁶ e o pressuposto do significado do africano e afrodescendente para a sociedade brasileira. Contudo o bairro de Bom Juá atualmente não é de “imigração selvagem”. Adquiridas as condições financeiras os moradores permanecem no bairro por vontade própria, não despertando o desejo de ir para um lugar “melhor”. As condições inadequadas se dão pelo racismo estrutural capitalista criminoso que produz e reproduz a pobreza.

A periferia é o testemunho vivo de como foi produzida a pobreza no Brasil. O termo periferia, de acordo com Serpa (2001, p. 11)

[...] explicita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas como periferias. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma “periferia” hoje significa também aquelas áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda.

Contudo precisamos atentar para: 1) muitas áreas estão fora do perímetro do centro da cidade, mas alguns desses locais são conjuntos habitacionais com infraestrutura e equipamento de serviço eficiente e não foram edificados para absorver a população negra sem teto. 2) existem periferias que estão próximas aos grandes centros urbanos, e bairros de classe A, tem as estruturas citada pelo autor, mas esse ao especificar a renda dessa população escapa a sua análise apontar que ela é negra.

Para explicar melhor o território de maioria afrodescendente foi elaborado um conceito por Cunha Júnior (2007, p. 71-77),

²⁶ Ver nota 14.

São locais onde encontramos a maioria dos afrodescendentes tendo como característica principal a perpetração da pobreza; o racismo antinegro estrutural, espaço urbano constituído por autoconstruções e cultura, identidade, terra e território com base na matriz africana.

Esse conceito reflete a condição da população afrodescendente, as quais não se referem apenas ao espaço habitado (SANTOS, 1988). Relatam as condições materiais, sociais, econômicas, confinamento étnico, perpetração da pobreza e segregação racial. Contudo considera e compreende as reconstruções, resignificações e reelaboração de uma cultura. Os moradores não trocam Bom Juá por outro bairro, construíram laços de solidariedade, amizade e valores inegociáveis. Os conceitos acima descritos se complementam e expressam as condições vividas pela população de baixa renda que conseqüentemente é descendente de africanos e por isso marginalizada.

2. 5 Identidade Negra/afrodescendente

Discutir a identidade é algo muito complexo. A identidade afrodescendente se forja quando apreendemos os elementos materiais e imateriais da religiosidade, que repousam sobre os saberes ancestrais, obtidos através da tradição oral, cultura e irmanação. Dessa forma vive não só a identidade individual, mas também as identidades coletivas por que

as identidades coletivas são dadas por terem em comum uma parte do patrimônio cultural. E o patrimônio rege sua identidade individual e de todos os que vivem as mesmas experiências, mesmo que a outra parte não seja a mesma, uma parte de sua formação como sujeito é também parte de formação de outros sujeitos. (CUNHA JUNIOR)²⁷

A identidade é um aprendizado das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, vividas pelos indivíduos dentro de um espaço próprio num determinado tempo. O que não difere das identidades afrodescendentes em Salvador, na formação urbana dos bairros de maioria afrodescendente. Nessa dissertação para entendermos a identidade e o legado de base africana devemos considerar que

As relações sobre a memória coletiva, identidade e patrimônio cultural, num determinado lugar, são tratadas como parte de ancestralidade. Elas constituem os repertórios de pessoas e feitos passados de dada localidade, num período ou ciclo histórico, que influenciam no presente, e no futuro. Trata-se do legado do passado para as gerações futuras. A ancestralidade é a energia estabelecida no passado e restabelecida no presente e no

²⁷ Anotação proveniente das sessões de orientação.

futuro, entretanto, sempre sofrendo modificações. (CUNHA JÚNIOR 2011, p. 123)

Outros fatores importantes para destacarmos a construção da identidade são os: o histórico, o linguístico e o psicológico (MUNANGA 2009, p. 12-13). O histórico deve no nosso caso a história da África, dos africanos e afrodescendentes no Brasil. No caso dessa dissertação acrescentando a história do bairro de Bom Juá atrelada a uma síntese da formação dos bairros negros em Salvador. Aqui os afrodescendentes se utilizaram não apenas da religião de matriz africana, mas das irmandades e associações. É necessário que tenhamos aportes de uma memória histórica.

O linguístico. O autor aponta as linguagens utilizadas nos terreiros para fazer a comunicação com o divino, mas aponta outras linguagens como estilos de músicas e penteados. Aponto em Salvador as vestes, as músicas, a culinária, os grupos de samba junino, o baianês²⁸, os blocos e afoxés. O corpo também é linguagem. O cabelo é uma linguagem. Linguagem essa que é vítima de violência policial²⁹.

O psicológico. Primeiro, que isso não demonstra um sentimento separatista e sim solidário diante da necessidade de lutar contra o racismo estrutural capitalista antinegro brasileiro. Ele percorre e suscita questões sobre o que é ser negro, visto que vivemos também sobre o manto da falsa ideologia do mito da democracia racial. Nesse caso nós afrodescendentes lutamos de forma organizada nos terreiro, irmandades, associações numa tomada de consciência política que se mobiliza contra o racismo à brasileira. Assim a discussão sobre identidade torna-se tão profunda visto que ela “recobre uma realidade muito mais complexa do que pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, político-ideológicos e raciais (MUNANGA³⁰ 2009 *apud* MUNANGA)

Sintetizando. As categorias de análise que foram destacadas para balizarem essa dissertação foram: Afrodescendência; Bairro de maioria afrodescendente; Infância em bairro de maioria afrodescendente; Identidade negra/afrodescendente e Patrimônio cultural. A afrodescendência é a descendência

²⁸ Modo de falar específico do soteropolitano.

²⁹ A pessoa que usa cabelos dreads e/ou trançados, principalmente os homens são alvo de abordagem policial.

³⁰ MUNANGA, Kabengele. Construção da Identidade Negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. In: CONSORTE, Josildeth Gomes; COSTA, Márcia Regina da. (Org.) **Religião, política, identidade**. São Paulo: Educ-séries. Cadernos PUC, 1998. p. 143-146.

africana, atrelada à forma particular de a população negra residente em bairro de maioria negra vivenciar o seu cotidiano produzindo cultura, construindo o seu espaço a partir da comunalidade, amizade, festas, amizade, solidariedade, organização/movimento social, religiosidade tendo subjacente a cultura de base africana na sua forma de fazer e sentir. O Bairro de Maioria Afrodescendente é composto por pessoas de maioria negra, que enfrentam os mesmos problemas sociais, políticos, econômicos decorrentes da pobreza produzida e perpetrada pelo racismo antinegro e capitalismo racista. Ele produz, cria e recria estratégias de sobrevivência na qual estão implícitas o seu patrimônio cultural material e imaterial com base na comunalidade, amizade e solidariedade.

Infância em bairro de maioria afrodescendente é aquela que produz seu universo tendo em face o patrimônio cultural dos bairros negros. A que na ausência de outras possibilidades constroem seus brinquedos, suas atividades, brinca, tem alegria, aprende e ensina, tempo em que todos afirmam que ela não existe. Infância afrodescendente é iniciática no sentido de que as crianças atuam junto com adultos, adolescentes, idosos, os mais velhos em seus bairros, porque tem as condições de estar junto com os adultos numa relação mútua de aprendizagem.

A Identidade afrodescendente, é a que se constrói na relação entre as pessoas negras em seus territórios, a partir das resignificações da cultura de base africana, histórias, músicas, memórias, festas e fazeres cotidianos. Tem uma origem comum na cultura de base africana, num território de maioria negra que resulta num sentimento de pertencimento. Patrimônio cultural é tudo que está implícito no território, é resultado da apreensão dos conhecimentos locais e compreende o conhecimento capital que proporciona aprendizagem, valorização da história individual e coletiva através da linguagem oral, musical, das imagens, brincadeiras e formas de organização social tendo nas memórias o seu valor fundamental.

Com a minha autobiografia compreendi as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que envolvem a sociedade soteropolitana se entrelaçando com o racismo estrutural criminoso antinegro. Entendi a produção da pobreza mantida pelo sistema capitalista racista. Dela tratarei capítulo seguinte.

3 MINHA HISTÓRIA, A RELAÇÃO DELA COM O BAIRRO E COM A PESQUISA.

3.1 Minha História

A autobiografia faz parte da metodologia afrodescendente. Ela explica a minha inserção no espaço e no tempo, fez-me revisar o processo de formação de minha identidade em concomitância com a história do bairro onde resido. O que me permitiu analisar minha trajetória , compreendendo que ela não está dissociada das questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Moro em Bom Juá desde os meus 5 anos. Na Figura 9 estou em frente à casa de D. Eunice a mesma da Figura 51, onde as crianças brincam.

*Ei! Não é o meu nome
nem psiu! Meu apelido não. (Ilê Ayiê)*

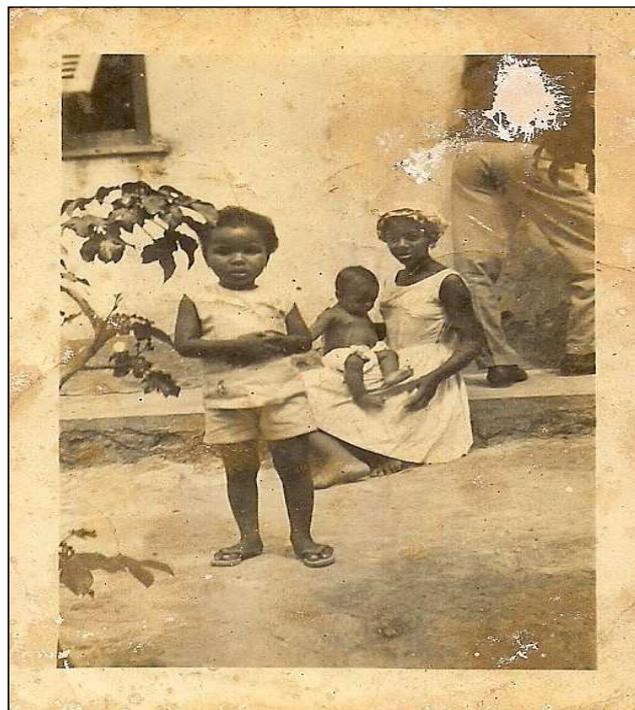


Figura 9. Fonte: Arquivo da família. Rosivalda aos 5 anos.

Pode me chamar de Rosivalda dos Santos Barreto. Carinhosamente Vada, no Bom Juá ou Rosi para os colegas de trabalho ou amigos que não são do bairro. Esse nome foi proposto por uma vizinha do bairro do Pau Miúdo, a junção do nome Rosa e Valter. Nasci no dia 10 de junho de 1962 no bairro de IAPI, Salvador – Bahia. Daí fomos eu e meus pais morar no bairro da Liberdade na casa de meus avós paternos. Depois partimos para a casa própria no bairro de Bom Juá no ano de

1965, isso por que meu pai vendeu uma casa no bairro de Matatu de Brotas, atualmente de classe média. Esse imóvel foi herança de minha mãe ao ficar órfã ainda criança. Com o dinheiro da “venda”, meu pai comprou um terreno em Bom Juá e aí construiu uma casa de taipa. As casas em Bom Juá eram construídas de taipa e com uma técnica de colocar folhas de bananeira como aponta depoente D. Judite Figura 72. Essas construções eram feitas como no bairro da Liberdade, com barro, madeira e palha de bananeira (fibra vegetal), uma técnica africana de Gana, Camarões e Angola (RAMOS 2007, p. 103-106). A construção se realizava por ajuda mútua, coletiva. Os vizinhos se uniam num domingo, faziam uma feijoada e trabalhavam na edificação. A ialorixá da minha avó materna usurpou a casa do Matatu e a comprou à prestação de acordo com o depoimento de meu pai

[...] Então tinha uma casa no Matatu que a mãe de santo tomou, aí quando eu soube aí fui lá, aí cheguei conversei com ela. Aí eu falei. Ah! Por que eu não posso, tem de arranjar qualquer dinheiro pra ela aí. Tomou a casa e ficou pagando a prestação, foi quando eu comprei esse terreno aqui [...]

No ano de 1965 fixamos residência depois do casamento de meus pais. Como é uma característica dos afrodescendentes até os dias de hoje muitos somos nômades. Isso devido às circunstâncias do pós-abolição que nos tirou os direitos sociais, políticos e econômicos, tendo continuidade com a proclamação de república a expulsão dos afrodescendentes para as periferias das cidades brasileiras. Quando não para a região metropolitana ou cidades interioranas sem infraestrutura adequada para moradia. Ramos (2007) em sua pesquisa constata esses fatos.

Abro parênteses para comunicar que nós afrodescendentes continuamos vivendo em Salvador uma tensão desenfreada da especulação imobiliária coligada à prefeitura da cidade de Salvador. A Vila Brandão ou Vila Florentino, no Corredor da Vitória, área com uma bela vista para o mar, está sofrendo ameaças de ter sua população expulsa. Não importa para onde! Enfrentaram o Yatch Clube da Bahia, quando quiseram criar um campo de futebol para o seu lazer. Contudo, agora a luta é contra a prefeitura, que através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano objetiva desapropriar essa área e mais outras, como a da Feira de Água de Meninos até a praia de Monte Serrat. Entre o Porto da Barra à Basílica do Bonfim há uma imensa uma área de orla marítima. Mas para quem isso será construído?! Como vemos o planejamento do governo soteropolitano para os afrodescendentes ainda é a exclusão sob o manto das belas palavras como justificativa o trecho abaixo:

A população de Salvador, que perdeu boa parte do visual para a baía de Todos os Santos com algumas edificações desordenadas ao longo do tradicional Corredor da Vitória, terá de volta a paisagem do mar e das ilhas descortinadas de um mirante público a ser aberto ao lado da Igreja, com vista de 180 graus trazendo aos olhos um cartão postal que se descortina da Igreja de Santo Antonio da Barra à Basílica do Senhor do Bonfim. Desde a sua entrada o Largo receberá uma intervenção paisagística que engalantará a antiga pracinha, dotando-a de bancos, jardins, lixeiras, iluminação noturna especial, espelho d'água e fontanário, além de gradil com desenho artístico e um calçamento com belo e multicolor pavimento. O prédio será implantado nos fundos da Igreja da Vitória em terreno ao lado da antiga residência da família Wildberger, que alterou a arquitetura mexicana do imóvel com um moderno cimento aparente e apertados cômodos, descaracterizando o projeto inicial (malho nos proprietário da mansão). Será substituído por uma construção marcada pela elegância refletida em sua volumetria e fachadas no mais alto nível alcançado na Bahia.³¹

Esse tipo de postura das administrações públicas na Bahia nos obrigou então a migração para os grandes centros com o advento da industrialização do país sem condições de habitação, saúde, trabalho entre outros. A prefeitura de Salvador desapropriou a Vila Brandão para fazer um Complexo Cultural. Fechando parêntesis. Dessa forma muitos de nós habitamos nas ruas, trabalhamos nas sinaleiras, vivemos nas calçadas e quando fixamos residências são nos morros, favelas e invasões. Fomos expulsos quando não éramos mais necessários nos centros urbanos como escravizados de ganho e trabalhadores autônomos. Moramos em locais muitas vezes insalubres e sem infraestrutura. Esses são os bairros subnormais ou periferias, que são também os bairros onde mora a maioria dos afrodescendentes, uma população de baixa renda e marginalizada em decorrência do racismo criminoso capitalista antinegro à brasileira.

É digno de nota que essa condição foi forjada pela elite intelectual hegemônica branca racista que pensava a nação brasileira. Mas esses bairros guardam particularidades: recriações e resignificações estratégicas de sobrevivências que marcam sua identidade. Depois da abolição a população afrodescendente ficou a deriva sem educação, terras, saúde, trabalho e moradia. Em Bom Juá Pellegrini (1982) mostra que com o fluxo migratório as encostas abrigaram construções desordenadas desestabilizando o terreno, causando profundas erosões por causa da sua estrutura arenosa. Os detritos eram coletados

³¹ Histórias de Salvador – Cidades Alta e Baixa. Vila Brandão. Blog criado objetivando registrar a história da cidade de Salvador. Lá podemos encontrar maiores informações sobre o despejo de 300 pessoas moradoras da Vila Brandão, localizada na Ladeira da Barra. O projeto de expulsão tem origem desde a década de 60 e persiste até esse momento. Disponível em: <<http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com/2011/04/vila-brandao.html>>. Acesso em: 14 out. 2011.

por fossas, com a intervenção por conta das obras públicas os dejetos foram despejados no riacho, prejudicando as casas da parte inferior do vale. Na época das chuvas as residências ficavam alagadas e os utensílios domésticos eram arrastados pelas águas, além das ameaças de catástrofe com mortes que rondava o bairro a cada inverno.

Lembro que num dia de chuva forte, à noite, aquela casa de taipa onde morávamos ficou toda torta. Meu pai colocou minha mãe e eu do lado de fora para não morrermos soterradas. Meu pai tem um problema nervoso que o deixa totalmente trêmulo quando exposto a uma situação tensão, ele tremia da cabeça até os pés. Eu olhava na penumbra da noite, para a casa, parecia que ia cair. Estava com um pano branco me agasalhando. Minha mãe era lavadeira e recordo que nesse momento, ela entrou para pegar debaixo da mesa uma bacia cheia de roupa lavada, bem alvinha. Não queria perder a sua forma de ganhar o pão de cada dia, o que pagava inicialmente e minha escola.

Depois desse desastre fomos morar na Ladeira do Retiro, na Fazenda Grande do Retiro na casa de minha avó. Lá ficamos até quando meu pai foi trabalhar como operador de máquinas na MIRCA, uma indústria de sapatos na Av. Barros Reis. Nessa época havia incentivo fiscal para as indústrias que se instalassem em Salvador. Então foi possível construir a nossa casa com ajuda financeira da minha mãe no seu ofício de lavadeira. A maioria das mulheres afrodescendentes devido às condições impostas pelo racismo criminoso capitalista antinegro, se tornam lavadeiras ou empregadas domésticas. Contudo meu pai reconhece que

Rosa que foi minha salvação. Por que eu era medroso, não fazia nada não rapaz. Tudo era Rosa. Eu fazia mesmo trabalhar. Eu não aguentava com nada. Agora quando eu entrei na MIRCA, aí que eu libertei ela. Que do contrário, tudo era ela que fazia. Uma lata era ela, que eu não aguentava uma lata d'água. Quando eu pegava lá, quando chegava aqui, não tinha mais água na lata, pra fazer a casa. Até quem tirava o barro era ela.

Como grande parte dos afrodescendentes tenho dificuldade para reconstruir minha história de vida. Seja ela familiar ou como partícipe da construção sócio-política-econômica e cultural da sociedade brasileira. Não é fácil recuperar a história de vida de nossos ancestrais, o que implica na reconstrução de parte da minha história de vida. De onde viemos. O que fazíamos, qual era a nossa descendência direta africana, qual a nossa nação/etnia de origem? Nunca sabemos

ao certo, no máximo conhecemos as histórias das(os) nossas(os) avós/ôs maternos e paternos, quando os conhecemos, ou através dos livros didáticos adulterados. São problemas das memórias afrodescendentes que esse texto traz à tona para montarmos a nossa história, como um quebra cabeças. A estratégia do sistema racista é impedir e evitar esse tipo de memória, é demonstrar que a vida dos que não contavam como seres humanos durante a escravidão seja visibilizada. O que colabora para desenvolver fenômenos psíquicos e autonegação de negação de conhecimento dos afrodescendentes e eurodescendente sobre a sua história.

O que aprendemos até hoje, principalmente na escola é que os nossos ascendentes africanos foram “trazidos” para o Brasil num navio negreiro. Vindos de um local sem história, sem estrutura política e social, sem civilização, sem escrita, sem arte, sem cultura sem religião enfim, SEM NADA. “Trazidos”, parecendo que os milhões de africanos chagavam nos portos tranquilos, arrumavam as suas malas e entravam num navio negreiro para a escravidão como se estivessem partindo para um passeio turístico. Todavia, se apurarmos nossos olhos e ouvidos poderemos, oscultando a cosmovisão e história africana, nos apossarmos dos fragmentos de nossa vida e memórias; das histórias orais das pessoas mais idosas reconhecendo nossa ancestralidade africana, nossa cultura a partir das reelaborações nos bairros de maioria afrodescendente.

Meus estudos no Primário (hoje Ensino Fundamental I) foram custeados pela minha mãe até o ano de 1969. Com a morte de meu avô, no ano de 1970 minha avó passou a ser pensionista do Exército, desde então ela investiu na minha educação e dei continuidade aos estudos na Escolinha Primavera e depois na Escola 27 de Setembro³². Estudei e 4ª série primária duas vezes, mesmo estando aprovada, por causa dos problemas de registro da primeira escola na Secretaria de Educação estadual. Nessa última escola lecionei depois de graduada em Educação Física no ano de 1986.

No Ginásio (atual Ensino Fundamental II) optei por estudar na escola pública. Em Salvador nessa época as escolas particulares eram consideradas como fábricas de aprovação, dizíamos que era Pagou Passou, tinham a fama de aprovar alunos irresponsáveis. Era de praxe quando um aluno repetia o ano, na escola pública por duas vezes ir estudar nas escolas particulares. Eu decidi fugir para não

³²Nessa unidade escolar tive minha primeira experiência docente depois de graduada.

me transformar num produto dessa fábrica de aprovação. Daí então fui estudar a 5ª Série no Colégio Estadual Desembargador Pedro Ribeiro, no bairro de São Caetano. A 6ª à 8ª séries cursei no Colégio Estadual Luiz Pinto e Carvalho ao lado da escola anterior. Terminado o Ginásio fui aprovada para o 1º ano do Ensino Básico (atual 1º ano do Ensino Médio) e estudei na Ribeira no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva. Depois mais dois anos do curso profissionalizante de Secretariado no Colégio Estadual Góes Calmon em Brotas.

De acordo com a reforma no ensino brasileiro nas décadas entre 1970 e 1980, ocorre à ampliação de vagas, o que às vezes se intitula erroneamente democratização da escola pública. Ampliaram as vagas e reduziram a qualidade do ensino ministrado, sem contudo universalizar a educação. Mesmo assim conseguir uma vaga nas escolas públicas era uma luta. Eram filas intermináveis e às vezes não conseguíamos vaga. No meu caso a minha mãe desistiu e me colocou numa escola da rede privada. No Bom Juá existia a escola São Jorge, regulamentada pela Secretaria da Educação, que funcionava na casa de D. Nilza. Essa escola com o tempo foi desativada. Natividade (2003, p.17) aponta exemplo semelhante com Maria Firmina dos Reis em 1825-1917. A Figura 10 é o local onde funcionava a Escola São Jorge, primeira escola particular do bairro de Bom Juá, e Jorgina filha de D. Nilza(†), (Anísia Soares Silva Pinto), na época lecionava e brincava com os estudantes da escola de sua mãe.



Figura 10. FONTE: Arquivo Pessoal. Jorgina na sala onde funcionou a Escola São Jorge em Bom Juá.

Os meninos que estudavam aqui em casa se fossem estudar em qualquer outra escola mainha dava a transferência. E muitas crianças estudaram aqui em casa muitas mesmo. Messias mesmo foi uma das crianças que estudaram aqui em casa. Messias, Tampinha e o irmão estudaram aqui em casa. Zelito, Ninha dali de Zezinho que mora perto da casa de Cláudio. Aquele povo tudo estudou aqui em casa, tinha a escola João XXIII era que eu estudava na escola João XXIII e tinha a Xavier Marques. A escola daqui era particular. Mainha não era professora, era professora leiga. Naquele tempo tinha professora leiga e ela foi e registrou a escola na Secretaria da Educação. Mainha fazia muita festa de São João, isso aqui ficava cheio, lotado. Arranjava carroça, tinha rainha do milho, do jenipapo, tinha rei. Todas elas se arrumavam chiquérrimas e ainda tinha coroa e tudo. As meninas vinham na carroça. Eu tenho aqui uma foto de uma menina sendo coroada por ela. A minha infância foi boa, uma infância normal né, foi tão boa que aqui em casa como eu estou falando com você,

mainha ensinava menino. Então ela ensinava e a gente estudava e tinha muitos deveres como era banca³³, a gente ensinava os deveres dos que a gente tinha condição de ensinar. Aqui dentro nos éramos as professorinhas, quando tava na hora do recreio, todo mundo era igual. Ai todo mundo ia lá pra fora e brincava, brincava de roda, de corda, de boneca, quer dizer aqui dentro agente era professora, mas lá fora todo mundo era aluno. Eles respeitavam tinham muitos deles que eram um pouquinho mais jovem, a gente era mais velha 1 ano, era nessa faixa, se eu tivesse 11 ensinava de 8 ensinava de 10. Era professora e aluna ao mesmo tempo.

O relato demonstra como era a “democratização” da escola pública. A política educacional estava e continua atrelada à permanência do dualismo, isto é, escolas profissionalizantes para as classes populares e cursos universitários para a classe média e alta, as dos dirigentes. Um mecanismo de controle para entrada do jovem no mercado de trabalho, mediante aos acordos internacionais para dar continuidade à industrialização no Brasil conforme a literatura acadêmica ROMANELLI (1978) e AZEVEDO (1963). Mas, nesse período essa demanda estava para as empresas do Sul do país, por que em Salvador existiam muitas empresas comerciais e movimento portuário. Fiz o curso de Secretariado, é nesse caso que me adequiei à educação tecnicista. O freio para a ascensão de negros e pobres ao ensino superior universitário. A educação pública era voltada para a produção, investimento na educação da mão de obra para as empresas internacionais, inclusive por via da injeção do dinheiro público nas instituições privadas, quando a classe alta abandona a escola pública. A LDB se adequa ao modelo econômico vigente³⁴.

Não segui o trivial como a maioria das minhas colegas e amigas de infância, muitas delas quando terminavam o Ciclo Básico se inseriam no mercado de trabalho. Daí então seguiam como trabalhadores(as) assalariadas(os), ou não concluíam os estudos diante da situação econômica e a necessidade trabalhar para ajudar no orçamento doméstico. Quando não engravidavam se tornavam

³³ O que em outras cidades do Brasil se conhece como reforço escolar.

³⁴ ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 14ª Edição. Petrópolis, RJ. 197 e SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas. São Paulo: Atores Associados, 2007. (Coleção Memória e Educação), fazem uma bela e profunda explanação da história da educação no Brasil, explicitando minuciosamente os artifício políticos e adequação da educação ao modelo econômico para mantê-la nos patamares de qualidade que hoje conhecemos nos Ensinos Infantil, Fundamental I e II e Ensino Médio. Esses três últimos entendidos como Educação Básica com início aos 6 anos de idade e os Ensinos Superior e Universitários.

vendedoras nas lojas de tecidos ou de outros artigos na Baixa do Sapateiro³⁵. Esse local era na minha infância o maior centro comercial de Salvador, movimentava a economia da cidade, com cinemas, lojas de roupas, panelas, sapatos, comida etc. No entanto os famigerados *shoppings centres* antropofagaram o comércio local onde os comerciantes afrodescendentes se destacavam. Hoje é alvo de crítica como vemos na música do Grupo Saiddy Bamba por que os shoppings são mais valorizados

Olha o sutiã, olha a calcinha, olha o balaio! Sempre na moda, descolada/
Por onde passa ela é tentação/ Tem gente ligada, desconfiada que a sua
grife é: Calcinha de três por 5,00/ O colan é 10,99,/ O sapato é do balaião/ E
o shortinho dela é da promoção/ O relógio dela é paloso, Mas se molhar
para de funcionar/ Para de funcionar.../ Refrão: Tira onda de patricinha/ Mas
compra roupa na Barroquinha/ Na Barroquinha,/ na Barroquinha/ Compra
roupa na Barroquinha/ Ela se veste bem, só que tem um porém/ Compra
tudo barato,tá todo mundo ligado/ Fala que comprou no shopping Salvador/
É baratino caô,é baratino caô,ooo³⁶

Da qualidade do produto essa outra letra do mesmo grupo intitulada Roupa na Lapa se encarrega. A Lapa é um Terminal de ônibus que se tornou um ambiente de trabalho dos vendedores ambulantes. Podemos ver que é uma crítica dos grupos de pagode onde podemos captar a realidade.

Ele diz que é o cara, mas só compra roupa na Lapa./ Mas só compra roupa
na Lapa/ Roupa na Lapa,roupa na Lapa/ Sempre na moda,descolado/ Por
onde ele passa ele diz que é o cara/ Tem gente ligado, desconfiado/ Que o
seu celular é aquele de 4 chips/ Se cair no chão ele quebra logo/ A lupa é
de 10 reais/ Se cair no chão não presta mais/ O tênis dele é da Nike/ Mas
se molhar,começa a descolar/ Começa a descolar/ Ele diz que é o cara,
mas só compra roupa na Lapa/ Mas só compra roupa na Lapa/ Roupa na
Lapa ,roupa na Lapa/

O primeiro *shoppin center* de Salvador se localizava no Largo do Tanque, praça de grande circulação onde aconteciam as rodas de capoeira.Se destaca pela culinária e feira, lá é servida uma famosa feijoada. O *shopping* perdeu seus clientes e foi desativado no decorrer do tempo, ficou abandonado e foi desapropriado. No seu lugar foi edificada uma praça com espaço de conveniência, açougue, uma peixaria e outros estabelecimentos comerciais. Nela existe um busto do baiano, advogado e poeta abolicionista Luís Gama (1830-1882).

³⁵ O nome dessa rua é José Joaquim Seabra ou JJ Seabra. Governador da Bahia nos períodos de (1912-1916) e(1920-1924).

³⁶ SAIDDY BAMBA. Barroquinha. Letra e vídeo disponíveis em:<<http://www.vagalume.com.br/saiddy-bamba/barroquinha.html#ixzz1aITqzafH>>. Acesso em: 14 out. 2011.

Os cinemas também foram desativados limitando esse tipo de entretenimento para esses centros comerciais fechados, sob a justificativa de oferecer segurança aos clientes. O Mercado São Miguel era famoso assim como o de Santa Bárbara onde até hoje no dia 4 de dezembro é oferecido um caruru para o público em homenagem a Santa Bárbara.

Nem tudo era alegria na Baixa dos Sapateiros, o comércio intenso, transformou-se em *lócus* de exploração dos trabalhadores afrodescendentes. Essa população vinha perdendo poder econômico, deixando de ser trabalhadoras(es) autônomos para serem empregados. A empregabilidade veio acompanhada da carteira de profissional assinada e da contribuição com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)³⁷ era a forma de garantir direito à saúde, como declara o meu pai

Aí fui trabalhar na MIRCA. Não trabalhava para ninguém trabalhava pra mim porque empregado era escravo, e fique muitos anos sem carteira assinada. Aí eu caí na real que não era como o pessoal dizia. [...] Aí fui trabalhar na MIRCA. Eu fique muitos anos sem carteira assinada. Aí quando eu caí na rua, com 36 anos, quando mamãe morava aí no Retiro [...] Eu aí fui pra SANDU³⁸, nego me jogou fora, não atendia naquela época, eu não pagava INPS.

Lembro que ao passar na J. J. Seabra quando íamos às compras via as vendedoras batendo palmas na porta das lojas oferecendo os artigos comercializados. Diziam assim: “*Venha freguesa, venha comprar barato!*” E falava qual era a mercadoria. Observava então que nem todas às vezes nós entrávamos para comprar e eu me questionava quando seguíamos sem dar atenção àquela vendedora, como ela receberia o seu salário no final do mês se não vendesse nada?

Observava também os camelôs na feira das 7 Portas. Muitas vezes a minha avó ia comigo comprar incenso, folhas e artigos de candomblé e gêneros alimentícios. Nos dias de chuva era uma correria desesperada para abrigar as mercadorias e para guardá-las no final de cada dia de trabalho. Fazia parte de meu cotidiano, hoje entendo a sagacidade do sistema capitalista racista, comprimiu mais ainda a nossa vida, como cantava Dorival Caymmi, “vida de negro é difícil, é difícil

³⁷Instituto Nacional de Previdência Social, correspondente ao que hoje é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As pessoas não tinham dinheiro para pagar consulta médica, então só podia ter acesso à saúde por essa via.

³⁸ O que corresponde na atualidade à unidade de atendimento de emergência médica, ou seja, Pronto Socorro.

como que”³⁹. Como na maioria das vezes as mulheres negras se transformavam, ao meu olhar, naquela época e ainda hoje, muitas inequivocadamente em empregadas domésticas, hoje sei que por consequência do sistema segregacionista racista. Eu não queria ser! E agora entendo por que não segui o trivial. Com a metodologia de pesquisa afrodescendente entendi os meandros do racismo antinegro capitalista como uma forma específica de racismo, de aniquilamento da humanidade.

Dessa forma, quando minha avó me perguntou se eu queria fazer o vestibular, obviamente eu aceitei. “Felicidade passei no vestibular, mas a faculdade é particular”⁴⁰, como reflete essa frase da música de Martinho da Vila. Felizmente eu poderia cursar a universidade particular porque a pensão que minha avó recebia permitia. Na década de 1980, o curso de Educação Física, era oferecido apenas na Universidade Católica de Salvador, e como 80% da população afrodescendente eu compunha o rol dos que não podiam pagar. Mas tive a oportunidade de encontrar uma pessoa que investiu em mim, minha avó, contrário da maioria de nós que lhe falta a oportunidade e quando chega é, de fato, dificultada.

Meu pai recitava cotidianamente uma cantilena ao meu ouvido: – “*Você precisa estudar trabalhar para ser uma mulher independente*”. Ao terminar o Ensino Médio minha avó me perguntou se eu queria continuar os estudos e cursar o pré-vestibular⁴¹ e posteriormente o vestibular, o que aceitei com maior felicidade, sabia que o estudo era o melhor caminho para minha ascensão financeira e intelectual. Recordo também que quando assistia TV ficava encantada com o poder de articulação das ideias das(os) entrevistadas(os) e de seu desembaraço para falar de determinadas questões e de polemizarem, eu queria ser igual! Não me satisfazia saber apenas sambar, cantar, ir tomar cervejas todo final de semana e chegar segunda-feira na escola (Ginásio) dizendo que tomei todas⁴².

Quando saía com minha avó e tia observava o sofrimento daquelas pessoas afro-soteropolitanas para ganharem o seu salário com trabalhos difíceis e mal remunerados. Assim como o da nossa vizinha que se maldizia da sorte diariamente por depender economicamente de seu esposo. A minha vida num bairro

³⁹ DORIVAL CAYMMI. **Vida de Negro**. Trilha sonora da novela Escrava Isaura, exibida no ano de 1976 na rede Globo de Televisão.

⁴⁰ MARTINHO DA VILA. *Pequeno Burguês* (1968). Era uma crítica ao sistema educacional brasileiro referente à dificuldade enfrentada pelo estudante pobre.

⁴¹ Curso intensivo preparatório para o vestibular. É realizado como reforço das disciplinas cursadas no Ensino Médio.

⁴² Em Salvador quando um grupo de pessoas sai para se divertir e bebem muito dizem que tomou todas, as cervejas, cachaça, vinho, batida (bebida feita com suco de frutas e cachaça), etc.

pobre. Esses foram motivos pontuais e marcantes para minha dedicação aos estudos, buscando uma formação não para enriquecimento, mas que não me deixasse numa situação de penúria e pobreza absoluta. Não percebia então que a pobreza era um brinde oferecido aos moradores afrodescendentes, consequência da segregação territorial das periferias de Salvador e porque não dizer das brasileiras e América Latina (PELLEGRINI 1982). Por que

as classes sociais no Brasil são decorrentes das relações sociais herdadas do escravismo criminoso segregacionista mal acabado e da reestruturação deste na formação de um capitalismo nacional em que as origens africanas e europeias de mão de obra contaram substancialmente. As políticas imigratórias pra europeus estão na base da formação capitalista brasileira com a consequente desqualificação da mão de obra nacional, de africanos, afrodescendentes, nortistas e nordestinos. As classes sociais formam etno-classes sociais com encaixes, papéis e direitos diferenciados na hierarquia das classes sociais brasileiras. (CUNHA JÚNIOR 2011, p.130)

Seguindo o conselho de meu pai fui a primeira pessoa a alcançar formação superior na minha família. Isso iniciado pela educação informal, que por muito tempo foi a principal solução para a educação da população afrodescendente. Em meio ao descaso do Brasil com a educação da população pobre e “coincidentalmente” descendente de africanos, as formas possíveis para educá-la foram adotadas pela comunidade, mas por conta do artigo 45 da LDB 5692/71, citado anteriormente, essas escolas ou outra constituídas em locais periféricos não teriam assistência, deixando grande parte de crianças negras fora da escola nos bairros negros.

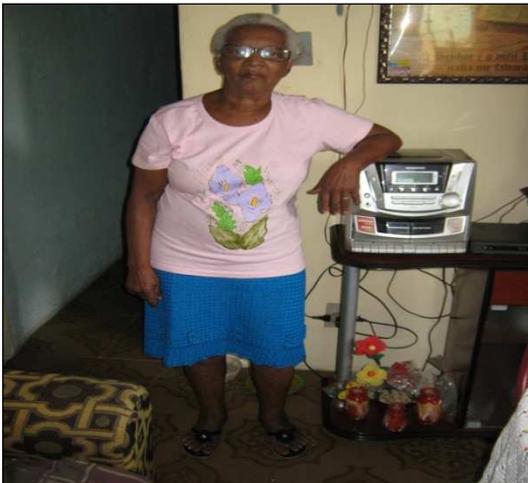
Era alfabetizada quando ingressei na Escola Primavera no curso primário (atual Fundamental I), por conta da educação informal. Lembro que na Escola D. Prazeres Calmon, na Fazenda Grande do Retiro, era uma fila imensa nos dias de matrícula. Encontrar uma vaga na escola pública era muito difícil como aponta Romanelli (1978), logo minha mãe optou pela escola particular percebendo o esforço do governo para limitar oferta de vagas e dificultar a educação de qualidade. Inteligente e insubmissa minha ela percebeu a ineficiência no sistema educacional brasileiro que saltava os olhos. Observe-se, no entanto diante do exposto que os afrodescendentes nunca foram passivos notório pelas ações de enfrentamento no Bom Juá, pelas lutas e inserção dos moradores nos movimentos sociais para adquirir os direitos da comunidade.

Vale a pena notar a forma de legislar a educação no Brasil. O artigo 27 da legislação educacional garantia a obrigatoriedade do ensino primário, porém anulado

pelo artigo 30, que faculta a educação para o bairro de Bom Juá, por reunir as condições exposta na lei, que em seus meandros perpetrava o analfabetismo

Parágrafo Único – constituem casos de isenção (da obrigatoriedade), além de outros previstos em lei: a) Comprovado estado de pobreza dos pais ou responsável; b) Insuficiência de escolas; c) Matrículas encerradas; d) Doença ou anomalia grave da criança. (ROMALNELLI, 1978, p.180-181)

Como muitas crianças da minha geração, não sofri o infortúnio do analfabetismo sugerido pela legislação educacional brasileira. A extensão do que aprendia ficava por conta da educação informal no Bom Juá com D. Maria Damiana dos Santos Ferreira (1939), Figura 11. Ela chegou ao bairro em 1963. Uma pessoa por quem tenho muito carinho. Sua casa era autoconstruída à beira do riacho, na parte baixa do bairro e por sua declaração se nota que ensinava com amor.



Na hora que eu tava ensinando eu pegava o menino eu botava os meninos todos em cima do banco e esperava a água escoar [...] por que quando vinha a chuva eu tava ensinando menino por que se a chuva viesse antes do menino vim, o menino não vinha estudar. Eu botei farda, a farda era de anarruga⁴³, tirei retrato pegou bolô⁴⁴ perdi. Não me formei, mas graças a Deus os que ensinei não me envergonharam. Eu gostava muito de escrever, escrevia mesmo, tudo que eu pegava era escrevendo, até hoje mesmo eu escrevo. Eu fazia muito doce, muito bolo pra dar a meus alunos, eu gastava muito dinheiro, eu recebi não comprava nada. Não tinha o pensamento como tenho hoje. Vendia a meus alunos, tanto vendia como dava.

Figura 11. FONTE: Arquivo Pessoal. 2011.
Minha primeira professora na informalidade.

Em concomitância era alfabetizada por minha tia Valdete, ela me estimulava a escrever cartas para o meu tio Walfrides que na época morava no Rio de Janeiro e era fuzileiro naval. Foi uma aprendizagem significativa, minha escrita tinha um sentido, as operações matemáticas eram da responsabilidade de meu pai, vale ressaltar que os dois não tinham formação docente, mas utilizavam como suporte a minha realidade.

Ao ler o livro História das Ideias Pedagógicas no Brasil, Saviani (2007), entendo que as reformas e ideias pedagógicas analisadas e apresentadas

⁴³ Tecido de algodão com quadradinhos minúsculos com cores variadas, azul, verde, vermelho, azul e rosa..

⁴⁴ Significa mofo.

em finais da década de 60 até meados da de 70, propostas pelo governo, não penetraram as escolas particulares. Por onde passei a educação era tradicional. Lembro-me dessas reformas no Ginásio (atual Fundamental II) quando dei continuidade aos estudos na escola pública. Aí pude assistir aulas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Educação para o Lar. Enquanto docente continuo sofrendo ações das reformas na rede pública estadual da Bahia. Elas são propostas algumas vezes subitamente na primeira semana de aula (Semana Pedagógica), quando vamos nos inteirar dos “direcionamentos” voltados para a educação do ano letivo.

Continuamos presenciando o descaso com a educação popular no Brasil. Fernando de Azevedo - *A Cultura Brasileira* (1963); Otaiza Romanelli - *História da Educação no Brasil* (1978), Nelson Werneck Sodré - *Síntese Histórica da Cultura Brasileira* (1970) apresentam o “empenho” e caminhos percorridos pelo Estado brasileiro desde a Colônia para “educar” a população, bem como da necessidade incessante quase que patológica de transplantar para o Brasil uma educação sem imunossupressor⁴⁵, ignorando 80% dos brasileiros afrodescendentes escravizados, libertos e livres.

As leis restritivas para a educação persistem efetivas para a maioria dos descendentes de africano, desassistida desde o pós-abolição até a atualidade. A educação ao ser universalizada democraticamente limita a permanência na escola, porque a obriga até os 14 anos quando ocorrem as terminalidades. Isto é, os ciclos do 1º ao 4º ano (Fundamental I); do 5º ao 9º ano (Fundamental II) e 3º ano do Ensino Médio. No último caso a pessoa está livre para adentrar ao mercado de trabalho. Desvanecendo essas leis paliativas permaneceu a tensão entre educar com ou sem qualidade, mantendo uma educação dual e diferenciada entre a população pobre e para a elite. AZEVEDO (1963); ROMANELLI (1978).

As obras citadas acima silenciam o fato de ser a população afrodescendente em sua maioria pobre e desassistida. Quiçá por ter sido o escravismo crime letal contra a humanidade, perpetrado sofregamente pela sociedade brasileira branca e rica, até as últimas consequências. Deixando aberta e indelével a chaga do racismo, a elite dominante por sua vez não intenta enfrentar e reparar seus crimes e arbitrariedades, por que dói. E por saber também que o

⁴⁵ Medicação utilizada pelo transplantado para evitar rejeição do órgão. Utilizo esta metáfora para dizer que é necessário fazer adaptações para adequar a educação a realidade seja ela qual for.

africano ou afrodescendente escravizado “[...] Livre sua prosperidade é inevitável” Filho (2008, p. 165), isso significa tensão e divisão de poder conosco. Por essa razão o racismo se metamorfoseia, se estrutura e se atualiza. Estas obras são ímpares para o conhecermos o Estado brasileiro tangível a educação. Construimos uma nação sobre alicerces de inverdades e pseudo fatos, e esses desmoronam cotidianamente quanto maior a tentativa de corrigir. O racismo antinegro no Brasil é uma chaga aberta, reitero, sem tratamento efetivo.

É patente nessas obras o desejo da elite brasileira em europeizar e estadunidizar as bases da educação nacional e visíveis as articulações para aderi-las, o que se concretizou com a Lei 4024/61. Assim como centralizar o pensamento educacional brasileiro com referencial no estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma as tentativas de universalizá-la foram frágeis e abortadas. Sodré (1970) comete um equívoco, que deve ser corrigido, ele afirma que o regime vivido pelo africano era primitivo e escravista. Nenhuma fonte bibliográfica e anotações de viajantes inscrevem a escravidão africana como meio de produção desumanizador. Ele continua quando assegura que no século XIX as únicas línguas usadas no Brasil eram as indígenas e portuguesa, invisibilizando as línguas africanas, tempo em que evidencia a do colonizador.

Abro outro parêntese para explicar sucintamente que não só a educação, mas a cultura brasileira se aliena sob fortes influências da colonização. Ortiz (1985) explica a ideia que forja a cultura brasileira e a opção transparente dos nossos governantes pelo racismo antinegro. Mesmo existindo obras como a de Manuel Bonfim que convergia com a de alguns intelectuais europeus, quando comprova com bases científicas a ausência de incapacidade do africano. O Brasil prefere aderir ao pensamento de intelectuais racistas como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Sílvio Romero que responsabilizava o afrodescendente pelo atraso da sociedade brasileira. Quanto à cultura popular Ortiz (1983) destaca que ela passa à gestão de órgãos públicos, para ser direcionada ao sabor dos gestores governamentais. Nesse caso alienando-a à colonialidade e à universalidade, sendo antropofagiada através do consumo do que é estrangeiro europeu ou estadunidense. Leva-nos a concluir que, a política brasileira desconsidera a diversidade e particularidade de cada unidade federativa do Brasil nas esferas da educação e da cultura.

Sempre fui muito atenta às aulas e às explicações na sala de aula, fazia relações com o que eu observava da vida cotidiana, da minha cultura. No entanto as relações que fazia, as professoras diziam que não se relacionavam com as aulas. Teve quem dissesse que isso era falta de capacidade de abstração. Essas relações emergiam da vivência em Parafuso, que era e continua sendo um povoado pequeno, localizado numa cidade vizinha a Salvador. É um bairro próximo a Camaçari e se tornou sede do Município de Abrantes. No final do século XIX com o desenvolvimento da Rede Ferroviária Federal, Abrantes perdeu sua importância econômica. Nesse local meu avô adquiriu um terreno, no final da década de 50, em decorrência das iniciações de minha tia e avó no candomblé. Nele existe o terreiro de minha avó, de ordem familiar. É da nação Ketu, e abriga apenas os orixás da família, complementado pelos assentamentos dos nossos antepassados familiares (*eguns*). Isto explica um dos motivos pelos quais os estudantes afrodescendentes não encontram espaço para contextualizar suas aprendizagens ao patrimônio cultural, assim como o não atendimento as particularidades locais relacionadas à educação e à cultura.

A ialorixá que cuidava dos orixás da minha família era filha de Santo de Mãe Tança. Essa foi uma descoberta de pesquisa para escrever o texto: *Mulher e o Poder: a perspectiva de alunas(os) e professoras(es) do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães*⁴⁶. Dando continuidade nas pesquisas para o mestrado descobri que: Mãe Tança se chamava Constância da Rocha Pires, Mãe Tança (Joaci) (1881-1978). Era filha da africana Gaiaku Satu do templo *Axé Egi Kpo Uo*, oriunda do Templo *Ajusun-Sakpata*, criado pela africana Gaiaku. Esse terreiro recebeu o nome de Cacunda de Yaya. De onde Mãe Tança foi ialorixá. Hoje é representado por sua filha Maria de Lourdes Buana (*Iya ominibu Kafae fddobá*). A Cacunda de Yaya funcionou no bairro de Sussuarana em Salvador. O terreiro foi indenizado e foi deslocado para outro lugar por conta da construção de uma rodovia.

Nossas experiências não podem ser partilhadas, nossas crenças não são hegemônicas, são rechaçadas, ridicularizadas, endemonizadas, dessa forma ficamos excluídos do universo escolar seja ele particular ou público. Existiam muitas músicas que eu gostava, algumas de candomblé e as cantava. Na escola não podia

⁴⁶ BARRETO, Rosivalda dos Santos. *Mulher e o Poder: a perspectiva de alunas(os) e professoras(es) do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães*. In: **Congresso Baiano de Pesquisadores Negros: Poder, Gênero e Raça: desafios e representações**. Feira de Santana/Bahia. 2009.

cantar, mas quando saía com meu pai cantava bem alto dentro do ônibus. Ele não gostava de sair comigo porque eu cantava, sentia vergonha das pessoas, queria silenciar nossa religiosidade. Mas eu nunca me importei com isso e cantava. *“Mofi la do fé – ó loquê, Ô dê arolê, mofi dalofé. A uê boô-ô. Um loquê: ê i jô ô um á kiram”*, ou seja, na língua africana significa, “As nossas orações com as de outros formam um cântico” (QUERINO 2006, p. 80). Não existe nesse cântico nenhuma mensagem demoníaca. A beleza contida nesse verso por serem entoados em outra língua africana não nos atinge. Como esse patrimônio é desprezado se assenta na introspecção, na baixa autoestima do estudante afrodescendente. O silêncio se expressa na indisciplina, o que se reflete nas escolas seja ela pública ou privada em violência simbólica

Tomando, como foco principal, a escola pública brasileira, esta ignora a origem de seus alunos, transmitindo-lhes o "ensino padrão". Bourdieu e Passeron explicam este processo pela Ação Pedagógica, que perpetua a violência simbólica através de duas dimensões arbitrárias: o conteúdo da mensagem transmitida e o poder que instaura a relação pedagógica exercida por autoritarismo. (L'APICCIRELLA, 2003).

Em Parafuso aconteciam as celebrações de candomblé e delas participavam a população local e outras pessoas que saíam de Camaçari, Parque Verde e Salvador. Deslocavam-se no breu, sem energia elétrica e em noite sem luar, o caminho era uma treva.



Figura 12. Fonte: ZAGMA, 2010.



Figura 13. Fonte: VALTER, 2010

À noite, sem energia elétrica ficávamos a luz de lampião a querosene, ou seja, como chamávamos candeeiro Figura 12⁴⁷, que era uma Lâmpada a querosene. Um tempo depois surgiu no mercado o lampião a gás Figura 13⁴⁸ e minha avó seguiu o conselho de Emiliana vizinha de Parafuso, e o comprou. Ele então começou a fazer parte de nossas vidas. Inclusive no dia de sua inauguração o meu tio Valdério previa uma explosão. No momento que minha tia Valdete foi desligá-lo, em vez de baixar a chama, a aumentou e fez uma zoadinha incrível e as pessoas não estavam acostumadas, foi um ‘Deus no acuda’, um corre-corre infernal no meio do mato. Quando Emiliana tinha ido à Missa do Galo comigo, avisada do alvoroço, chegou e desligou tranquilamente o lampião e todos foram dormir comentando e rindo muito do fato.

A cerimônia pública ou festas do candomblé era outro momento de reunião da família nuclear e de santo, além dos convidados. Aconteciam os rituais sacrificiais para os orixás na madrugada. Após por volta das 7 horas da manhã do



Figura 14. Fonte: Arquivo Pessoal, 2008.
Caminho percorrido para ir ao rio Joanes.

mesmo dia o momento da refeição coletiva (café da manhã). Em seguida o cozimento das oferendas dos orixás. As que não fizessem parte do ritual seriam oferecidas aos convidados – a partilha de alimentos. Além dessas obrigações era oferecido o caruru dos Erês⁴⁹ coletivizado no final. O que existe em Parafuso? De

acordo com a Figura 14, 15, 16, 17, 18 e 19 um lugar lindo, rio, mato, árvores e frutíferas; local, para brincar. Na Figura 14 é possível contemplar a natureza quando andamos para o rio. Caminhávamos junto à natureza carregando água para fazer o Osé, que é a limpeza geral do templo dos orixás, colocando água, acendendo velas. Minha participação era carregar água da fonte que ficava no quintal da casa de Emiliana, e D. Joana, sua mãe. Neste caminho eu corria, me molhava, tirava a paz dos bois e vacas que transitavam no local, chegando a tomar vários carreirões. Lá

⁴⁷ ZAMAGNA, Tuca. Mínimo Ajuste. Imagem disponível em: <<http://minimoajuste.blogspot.com/2010/08/o-lampiao.html>>. Acesso em: 23 out. 2011.

⁴⁸ Camping Natural Ecologicamente Correto. Camping Selvagem. Disponível em: <<http://campingnatural-tinho.blogspot.com/>>. Acesso em: 23 out. 2011

⁴⁹ Orixá criança cultuado nos terreiros ketu, cada pessoa iniciada o incorpora.

também confeccionávamos as contas que seriam lavadas, preparadas para serem usadas pelos iniciados. Os *mariwos*, que é uma palma recém-nascida das frondes do *igo-ope*, a palmeira, são colocados nas portas das casas de candomblé e usadas nos rituais de *Egungun* (antepassados) que se origina em Oyo, Nigéria. E os contraeguns, ornamentos confeccionados com palha da costa. São colocados nos braços dos iniciados após a realização de determinados ebós, ou seja, trabalhos e iniciações.

Limpávamos a casa e fazíamos o que fosse solicitado para realização das solenidades do candomblé. E ainda corria, saltava, pulava, subia em árvores, pulava cerca para colher mangas nas roças do Parque Verde, andava no mato para colher coco de dendê e de piaçava, quebrá-los e come-los. Caçar e comer pássaros assados na brasa, chupar mangas, pirunga, carambola colhidas no pé por mim. Fazer azeite de dendê e farinha. Pescava os camarões no rio Joanes com rede e sarrafo. No Bom Juá confeccionava carros de rolimã⁵⁰ e brincava de bolas de gude⁵¹. As brincadeiras definitivamente eram a ação, resultado de minha criação e de outras crianças. O que existia nesse universo era aprendizagem excluída do currículo e do interior da escola. Era um patrimônio cultural imanente no meu corpo.

Hoje outra geração de minha família está seguindo os mesmos passos e a escola continua não dando atenção às experiências e percepções sociais dos educandos, como foi no meu caso. As imagens que se seguem denotam a maravilha natural que é Parafuso. As fotografias das Figuras 14 a 19 foram tiradas no dia 11 de outubro do ano de 2008, festa de Oxum. Na Figura 15, da esquerda para a direita Buda e Luana afilhada/o, e prima/o, Dafini e Vitória, primas. Na figura 16 visualizamos uns pontos pretos nos galhos das árvores, são alguns saguís.

⁵⁰ Rolimã eram rodinhas de ferro que giravam com um conjunto de bolinhas também de ferro menores dentro. Estas bolinhas ficavam presas entre uma extremidade e outra da circunferência interna e externa.

⁵¹ Gude eram bolas coloridas confeccionadas de vidro. Era muito bom ir comprar e escolhe-las. Nós tínhamos o dedão a nossa bola referida e a da sorte que geralmente era a bola de gude maior.



Figura 15 Fonte: Arquivo da família, 2008.
Proximidades da aldeia dos caboclos.



Figura 16. Fonte: Arquivo de família. 2008.
Terreno ao lado da casa do Exu.



Figura 17. Fonte: Arquivo da família, 2008. Rio Joanes.

A Figura 17, da esquerda para a direita, Vitória, Buda, Marcos e Mateus meus filhos, Luana e Tinho, um colega. Fomos ao rio Joanes com as crianças. Esse rio abastece a cidade de Salvador e passa no fundo do terreiro de minha Avó, hoje minha tia Valdete se encarrega dos cuidados do terreiro. A área verde ao longe é

Góes Calmon, nessa mesma direção à esquerda o município de Simões Filho, antigo Água Comprida.



Figura 18. FONTE: Arquivo Familiar, 2008.
Momento do preparo das oferendas.

Na minha infância, viajávamos sempre no terem chamado Lobisomem, porque saia muito cedo da Estação da Calçada. Para chegar a Parafuso passávamos sobre a ponte que passa sobre esse rio em Simões Filho. Era uma sensação muito boa todas as vezes que fazia essa travessia e olhava as suas águas.

A Figura 18, da esquerda para a direita sentadas(os): Tinho, Cláudio, esposo de minha prima Luciene e tia Waldete, a matriarca da família. Em pé, atrás da mesa Buda e Jô esposa de meu primo Binho. A pesquisadora, Rosivalda, com uma camiseta amarela, e Vera, amiga e filha pequena de minha tia. Sentada D. Valquíria antiga amiga



Figura 19. Fonte: Arquivo da família, 2008.
Quintal do terreiro aposento dos convidados

de minha tia. A Figura 19, Bambam esposo de minha prima Lió e seu filho João. Essa organização descrita acima permanece atual ocorrem as festividades.

As fotografias acima são em Parafuso, onde vivi minha infância entre o urbano e o terreiro. Na escola essas histórias não puderam ser contadas, as músicas não puderam ser cantadas, as brincadeiras não puderam ser brincadas. É dessa forma que vagarosamente vai ocorrendo o estudanticídio afrodescendente nas escolas. Quando fui estudar na Escola Primavera a minha avó me recomendou a não falar sobre esse lugar, apenas com a diretora da escola que também era candomblecista, era o nosso segredo. As imagens aqui registradas acima permaneciam gritando no meu consciente sem poder se libertar. A questão fundamental aqui é a violência sutil impressa no ser do estudante, além de emudecer existem outras formas para dificultar o acesso dos descendentes de africano a uma vida social plena.

Através dessa dissertação posso discursar e permitir que a partir dela possa emergir uma nova perspectiva educacional. Permitir que as memórias emerjam como o Caderno de Retorno ao País Natal, 1939, Aimé Césaire (1913-2008), ou seja, retorno ao nosso patrimônio cultural. Uma perspectiva que incentive aos docentes permitirem que estudantes afrodescendentes possam se expressar através de sua realidade, de seu repertório cultural, o meu foi o que brevemente relatei de minha experiência na infância. Mas existem vários outros que devem ser valorizados. Posso pesquisar buscando formas de no transcurso do ambiente escolar, em suas atividades pedagógicas, atribuir às histórias de vida significado para o processo ensino/aprendizagem. Dizer que existe a persistência da herança africana nas comunidades de terreiro por meio das irmandades; assim como a

ancestralidade, tradição e resignificação da cultura africana no Brasil, mesmo enfrentando barreiras epistemológicas Oliveira (2003, p. 24) que marginalizam e consagraram a ahistoricidade da África, instaurando o racismo. Escrever essa dissertação

Se cumpre reconhecer que os móveis da práxis dos africanos e seus descendentes brasileiros (especialmente aqueles participantes dos MSPs⁵² foram o desejo de comunhão e o desejo alterativo – verdadeiros articuladores da cosmovisão africana no Brasil.” (OLIVIERA 2003, p. 175).

A Lei 10.639/03 resulta dos Movimentos Sociais Populares Negros, reclamando a valorização do legado africano como motor de aprendizagem e ensino. Nessa dissertação enfatizo o patrimônio material cultural do bairro de Bom Juá, que pode inserido nas escolas e nos currículos restituir e reconhecer a cultura de base africana. Preenchendo as lacunas históricas que sustentam a distorção das mentalidades sobre africanos e afrodescendentes, tendendo a valorar o patrimônio cultural material das crianças desse bairro. Assim as narrativas da história dos afrodescendentes tomará um rumo capaz de visibilizar e desenvolver o orgulho pela africanidade existente nesse bairro.

A história que eu ouvia na escola era da escravidão, conteúdo que me entristecia ao ouvi-lo. Envolvia-me nas explicações em sala de aula. Rememoro minha felicidade no dia em que a professora explicou sobre a Lei do Ventre Livre e Sexagenário, parecia que a liberdade era minha. Não me dava conta que era proibida de usufruir os meus cabelos naturais. Era obrigada a usar perucas impostas socialmente, a qual eu tinha horror. Ou então alisar os cabelos, matando as suas fibras cotidianamente com pente de ferro quente, o que me deixou profundamente chocada. Gostava de meus cabelos, principalmente quando minha mãe fazia as tranças soltas que eu ficava pulado. Queria ficar com os meus cabelos soltos e não podia porque diziam que o meu cabelo era de arapuá. Quando minha mãe permitia que eles ficassem soltos na hora de pentear era um inferno, ela puxava tanto o meu cabelo, dizia que era para da próxima vez eu não deixar solto e querer penteá-los molhados. Não adiantava eu gostava de meu cabelo assim mesmo. Até hoje fico chateada quando lembro isso. Gosto do meu cabelo, sempre gostei!

Quando fui guarda de honra no casamento de minha tia foi terrível. Passaram ferro quente no meu cabelo. Foi a maior tristeza da minha vida. Os cabelos lisos não me permitiam mais trancá-los nem tomar chuva, nem carregar

⁵² Movimentos Sociais Populares.

água na ladeira e me molhar toda, por que se molhasse os cabelos, caíam os fios e eu ficava careca. E era isso que eu fazia, quando o meu cabelo crescia que passavam o pente eu molhava pra ele cair e era essa tensão alisa e cai, alisa e cai. Teve um dia, na saída da escola, um colega veio por trás e suspendeu minha peruca na rua, ah! Que horror! Imagine! Ele não conseguiu por que a segurei com as duas mãos. Se conseguisse iria ser uma briga terrível na frente da escola, eu não ia aceitar isso de jeito nenhum! Por isso não gostava de artifícios, não eram meus, nem eram naturais as madeixas.

Não podia usar roupa vermelha, amarela, as pessoas negras que usavam essas cores eram ridicularizadas, denominadas satanás. Se usássemos a cor branca éramos pai ou mãe de santo ou então mosca no leite. Bronzeador quando ia à praia nem pensar, preto não precisava se bronzear, já é preto, nem se cogitava a necessidade de proteção para a pele das pessoas negras, diziam que passávamos óleo de peroba, lustra móveis pra ficar brilhando, ainda mais que existia um bronzeador vermelho, que dizíamos ser de beterraba, era óleo mesmo, brilhava e queimava a pele. Com tudo isso não entendia que a escravização ia além das leis supracitadas e eu não era livre.

Dou-me conta no decorrer do tempo que não somos livres, mas também não fomos totalmente escravizados. Reelaboramos na diáspora, a africanidade e uma cultura e filosofia de base africana através das comunidades de terreiro, das festas de largo de Salvador que participava com minha família, da Irmandade do Rosário dos Pretos que meu avô era irmão definidor, da Capoeira, da Dança Afro, que praticava e dava aulas. Quilombos, Escolas de Samba, Samba, Maracatu, Bumba-meu-boi, Candombe, Reisado, Congada, Coroação do Rei do Congo; Tambor de Mina, Xangô, entre outras inúmeras manifestações. Algumas participei sem perceber o seu significado para a construção de minha identidade e formação como pessoa nem para a cultura brasileira.

Cresci em meio aos movimentos sociais negros, festas de largo, carnaval, reuniões familiares e candomblés. Transitava concomitantemente entre os bairros de Santa Cruz, na casa de minha tia Waldete Mendes Barreto; na Fazenda Grande do Retiro e no Bom Juá onde residio e Parafuso. No entanto foi no Engenho Velho de Brotas, para onde me mudei no ano de 1975 permanecendo até 1984 que começou germinar a consciência negra. Em fevereiro de 1984, em decorrência da morte de minha avó voltei a morar definitivamente com minha mãe no Bom Juá.



Figura 20. Fonte: Arquivo da família. Crisma com D. Avelar Brandão Vilela

Fui catequista nos dois últimos bairros citados, a catequese realizava fora do ambiente da igreja, foi quando tomei consciência de que as problemáticas relacionadas à população negra quanto ao racismo não seriam cogitadas. Assim no Engenho Velho de Brotas nessa ocasião fiz o penúltimo sacramento cristão católico, o Crisma.

Figura 20.

Eu era componente da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Essa pastoral nasceu em Recife, consequência da destruição da Juventude Operária Católica, no período da ditadura militar, no ano de 1978, marcando a época dos movimentos de massa no Brasil. Período em que a Igreja Católica emerge como defensora dos direitos humanos, dos pobres e contra a ditadura militar. Desse posicionamento da Igreja Católica latino-americana em Puebla, janeiro de 1979, realiza a Conferência do Episcopado Latino Americano resultando num documento orientador. Assim, D. Hélder Câmara propõe e logra aprovação, de uma pastoral de juventude por meio social, recomendando que a Pastoral da Juventude “atenda ao aprofundamento e crescimento dos jovens na fé; possua uma metodologia transformadora e oriente a opção vocacional - Puebla 1187”.

Participando dessa pastoral me inseri no movimento popular e depois no grupo Negro Ginga. Nossas reuniões eram na igreja do Rosário dos Pretos - Pelourinho, todos os sábados pela manhã. Nosso objetivo era ler, estudar e montar estratégias de combate ao racismo. Nessa época identifiquei então a ausência da discussão relacionada à política racial e a atitude racista da instituição igreja, que me conscientizava a participar das lutas por conquista dos direitos sociais no bairro de Bom Juá, enquanto participante do Grupo União de Jovens Atuantes na Comunidade e catequista.

Os participantes do grupo Ginga, nunca optaram por ser pastoral ou fazer parte da pastoral do negro. Era coordenado por Albérico Paiva Ferreira, professor de História aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana e Pe. Heitor

Frisotti⁵³ sacerdote comboniano, iniciado. Dedicou sua vida ao antirracismo em Salvador. Dizia que “os orixás estão no começo de tudo que foi criado. Eles sabem o que é bom para nós, o que nos realiza intima e profundamente” (MUNARI 2006, p.47). Em sua homenagem foi fundado o CENPAH, Centro de Pastoral Afro “Pe. Heitor Frisotti”, no bairro de Sussuarana Salvador-Bahia, em prol do povo afrodescendente. Nesse centro funciona o curso de Pré-vestibular Santa Bakhita voltado para a comunidade negra local. Esse curso geralmente é coordenado por um Pe. Africano e desenvolve suas atividades em parceria com o instituto Steve Biko.

A década de 1970 foi fundamental para o início da minha tomada de consciência negra. Foi quando o meu tio Walfrides chegou à Bahia por conta da iniciação da minha prima Sandra. Minha tia falava muito nos bailes da população negra do Rio de Janeiro e em Salvador buscou lugares que parecessem com os que frequentava naquele estado. Encontrou os bailes negros e o bloco Afro Ilê Aiyê. Eu e meu primo Ilmar e Sandra encontramos também os ensaios dos blocos de índio Apaches do Tororó, Comanches, Tupy. Outros como Os Fidalgos, Os Românticos, Secos e Molhados, Os Estudantes. Afoxé Filhos de Gandhy. E os afro Malê de Balê, Muzenza, Araketu e Olodum e na sequência o Largo dos Artistas e o Grupo União.



Figura 21. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Avó de Mário, Jorge e Jacira Bafafé.

Na Figura 21, a imagem da mulher que incentivou o crescimento do Grupo União, era a avó de Mário e Jorge Bafafé. Na Figura 22, Mário, Jorgão e ‘Jorjão’ e sua mãe hoje com 90 anos, deram continuidade ao trabalho no Terreiro do Jagum, Figura 23. O barracão onde nasceu o Grupo União e originou o Afoxé Okambi. O grupo continua com o trabalho social oferecendo cestas básicas à população

⁵³ Missionário Comboniano, congregação italiana que tem como objetivo trabalhar com os mais pobres na África e na diáspora. Era mestre em teologia com a dissertação intitulada Um Olhar Diferente: mudança de práticas e de compreensão da igreja católica diante das religiões afro-brasileira. São Paulo, pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, SP, 1994. Foi publicada pela Editora Paulus, São Paulo, 1996, com o título: Passos no diálogo. É importante notar a modificação no título do trabalho ao ser publicado.

negra, que foi empobrecendo no decorrer da história. O Ilê Axé Jitolu, de Mãe Hilda onde foi criado o bloco afro Ilê Ayiê, reconhecido internacionalmente também foi importante na mobilização da população negra em prol da consciência negra em Salvador.



Figura 22. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011, Desde esquerda Mário, sua mãe e Jorge.



Figura 23. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011. Barracão do Terreiro do Jagum.

Em 1970 o Ilê Aiyê inicia o concurso da Beleza Negra, contrariando outros concursos que faziam da mulher negra um objeto, produto exportação a exemplo dos das mulatas de Sargentelli⁵⁴. A indumentária é diferente, com destaque para os tecidos estampados em cores vermelha, amarela, branca e preta ressaltando a beleza da mulher negra. Figura 24, o que na minha infância eram proibidas pra nós. Foi o início da construção positiva da identidade do afrodescendente soteropolitano. Sucesso total. Nossas cabeças viram outro universo negro, a beleza há muito execrada. Até então nossos cabelos, lábios, cor da pele, batuque tudo era feio. O Ilê Aiyê com a Beleza Negra e o Afoxé Badauê com as Musas trouxeram a beleza negra que sempre existiu, e a ancestralidade africana que o racismo brasileiro nos impedia de ver e valorizar.

Minha prima Sandra é mais velha que eu seis anos e sonhava ser dançarina. E desde pequena ouvia a frase, ‘balé de preto é macumba’, a menina ficou traumatizada com este fato. Inscreveu-se então para o concurso da Beleza Negra do bloco afro Ilê Aiyê e venceu, foi um sucesso. No ano de 1979, o país

⁵⁴ Oswaldo Sargentelli (1924-2002), foi radialista, apresentador de televisão e empresário noturno. Era proprietário das casas noturnas Sambão (1969), Sucata (1970) e Oba-oba (1973). As atrações eram mulheres negras as quais ele intitulava mulatas. Aprofundar em, DIAS FILHO, Antonio Jonas. As Mulatas que não Estavam no Mapa. In: **Cadernos Pagu** (6-7). P.51-66. 1976. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-084714diasfilho.pdf>>. Acesso em 13 out. 2011. GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. In: **Rev. Estudos Feministas**. Vol.14 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2006. Disponível em: : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2006000100006&script=sci_arttext. Acesso em 13 out. 2011.

reverenciado foi Ruanda⁵⁵. A negra quando desceu a Avenida Sete de Setembro foi uma maravilha. Dançou muito e foi aplaudida na avenida dançando ao som dessa música ‘Deusa do Ébano’

Minha crioula/ Eu vou contar para você/ Que estas tão linda/No meu bloco
Ilê-Aiyê/Com suas trancas muita originalidade/ Pela avenida cheia de
felicidade/Minha deusa do ébano/ É deusa do ébano/É deusa do
ébano/Todos os valores/ De uma raça estão presentes/Na estrutura deste
bloco diferente/ Por isto eu canto pelas ruas da cidade/ Pra você minha
crioula/Minha cor, Minhas verdades/ Minha deusa do ébano/ É deusa do
ébano/É deusa do ébano.

Foi um negócio de arrepiar. Os homens e mulheres negras em Salvador podiam então sair carnaval não mais em blocos de índios e sim em blocos afros. Isto causou uma grande transformação social grande em Salvador. Aí então começamos a ser acusados de racistas. A beleza e autoestima negra incomodavam. Mas aprendemos que somos a Alegria da Cidade, música do compositor Lazzo Matumbi,

A minha pele de ébano é.../ A minha alma nua/ Espalhando a luz do sol/
Espelhando a luz da lua (2x) / Tem a plumagem da noite/ E a liberdade da
rua/ Minha pele é linguagem/ E a leitura é toda sua/ Será que você não viu/
Não entendeu o meu toque/ No coração da América eu sou o jazz, sou o
rock/ Eu sou parte de você, mesmo que você me negue/ Na beleza do
afoxé, ou no balanço no reggae/ Eu sou o sol da Jamaica/ Sou a cor da
Bahia/ Sou sou você e você não sabia /Liberdade Curuzu, Harlem,
Palmares, Soweto/ Nosso céu é todo blue e o mundo é um grande gueto/
Apesar de tanto não/Tanta dor que nos invade, somos nós a alegria da
cidade/ Apesar de tanto não, tanta marginalidade, somos nós a alegria da
cidade (2x).

Enquanto nós negras/os não éramos aceitos nos blocos carnavalescos das(os) brancas(os) as pessoas afirmavam que não existia racismo em Salvador. Mas quando as(os) brancas(os) foram proibidos de desfrutarem daquela beleza e do toque de nossas bandas afro, principalmente do Ilê Aiyê, aí começaram as afirmativas de que éramos nós negros que fazíamos o racismo. Elas e eles ficaram como ‘siri na lata’, em Salvador isso quer dizer que os brancos(as) ficavam reclamando sem solução, reclamavam sem terem respostas. Mas tudo não é maravilha. Ainda somos rechaçados no carnaval de Salvador. Os blocos afros não têm patrocínio de nenhuma empresa que patrocina os blocos das(os) brancas(os).

A tomada de consciência negra através no carnaval do Ilê Aiyê marcou profundamente o meu entendimento. Tanto que depois reproduzimos no Colégio modelo a experiência com (as) estudantes, usando as cores do Ilê e as músicas

⁵⁵ A cada ano o bloco Ilê Aiyê reverencia um país africano no sentido de nos fazer refletir sobre nossa ascendência africana.

mesmo fora da época de carnaval. Fazíamos desfiles, concursos de Beleza negra em quase todas as semanas da consciência negra que começaram a ocorrer no Colégio Modelo desde o ano 2002.

As Figuras 24, 25, 26 e 27 ilustram o trabalho desenvolvido no Colégio Modelo na semana da consciência negra. Agora com aquelas cores fortes as quais, não nos sentimos mais feios quando usamos. Ressaltamos a beleza da(os) adolescentes negras(os), abalamos as estruturas racistas, mas não demolimos todos os estereótipos.



Figura 24. Fonte: Arquivo Pessoal, 2008. Grupo de estudantes que coreografaram as músicas do Ilê Aiyê.



Figura 25. Fonte: Arquivo Pessoal, 2008. Concurso de beleza negra masculina.



Figura 26. Fonte: Arquivo Pessoal, 2008. Equipe organizadora do evento.



Figura 27. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011. Auditório do CMLEM na semana de consciência negra.

Voltando às memórias do carnaval, esse saiu das mãos da população negra para a dos empresários, atualmente o carnaval em Salvador está privatizado. Existe o patrocínio dos bancos, empresas aéreas, telefônicas, operadoras de cartões de crédito, cervejarias e redes de hotéis. Na frente de todos os blocos vem

um componente com um balão e o nome de algumas empresas. Mas nos trios elétricos que conduzem os blocos afro não existe nenhum patrocínio das empresas que patrocinam os blocos da(os) brancas(os). Além do que os blocos afro só desfilam à noite depois da 19 horas. Estratégia da organização da prefeitura para nos invisibilizar. É o racismo antinegro em sua *práxis*. Como o carnaval é parte do mercado financeiro, o bloco Ilê Aiyê celebrou parceria com o Bloco Eva o que em nada favorece a população negra que continua segregada nessa festa.

No final da década de 70 inícios da de 80 no Engenho Velho de Brotas, no Largo dos Artistas, aconteciam apresentações artístico-culturais e Concurso de Sambões. Festival exitoso que concentrava a atenção de outros bairros periféricos da cidade e vários grupos do bairro. Podemos dizer que esses festivais estimularam a tomada da consciência negra em Salvador. Nesse evento desfilavam vários grupos de samba junino do próprio bairro e adjacências. Esses sambas continham ritmos diferentes, mais rápidos e frenéticos; os instrumentos utilizados eram essencialmente os timbaus, pandeiros e em especial a cuíca do Mata o Velho. Os grupos eram: Leva Eu, Querosene, Jaké (Engenho Velho de Brotas). Prego Duro (Fazenda Grande do Retiro) entre outros que abrilhantavam a festa. Depois disso a mídia baiana inventou a denominação Axé Music, daí então os cantores brancos emergiram na mídia se utilizando dos ritmos afro-soteropolitanos e músicas de compositores afrodescendente. Mesmo existindo Margareth Menezes, Lazzo Matumbi e Edson Gomes, não têm a visibilidade de Ivete Sangalo, Daniela Mercury, denominada, a rainha do Axé Musica e Bell Marques entre outros, o que caracteriza o racismo antinegro, porque a mídia e o mercado fonográfico se abriram para os cantores brancos.

O Grupo União foi formalizado em 17 de abril de 1978, com Mário, Jorge e Doca. Como na época só havia registro em forma de associação, eles adotaram o nome Associação Cultural Grupo União. Hoje composto pelos os irmãos Jorjão, ex-músico da banda Ara Ketu; Mário e Jacira Bafafé, primeira mulher negra a cantar música afro na Bahia. Isso aconteceu no ensaio do Ilê Aiyê. Esse grupo ajudou a organizar os Afoxés Okambi e Badauê, Bem como a festa junina no período de 23, 24, 28 e 29 de junho. O encerramento nos dois últimos dias (São Pedro) acontecia paralelamente na casa de D. Filhazinha, minha avó, com os samba Mata o Velho. Atualmente o Grupo União articula desde o ano 2000 a Federação de Samba Duro Junino do Estado da Bahia.

Entre assistir a criação de blocos afros, afoxés, e movimento popular, a passagem pelo Engenho Velho de Brotas foi fundamental para a minha tomada de consciência negra. Mas, nunca deixei o Bom Juá e no início da década de 80 fui alfabetizadora voluntária na Escola Independente no Marotinho, um bairro circunvizinho. No grupo Terra, na Fazenda Grande do Retiro, bairro limítrofe de Bom Juá fazia teatro e dança afro, era uma mescla de dança afro com a dança dos orixás, a folclorização da nossa cultura. Depois de participar desse grupo fui bolsista do Serviço Social do Comércio nos grupos de teatro com Sônia de Brito e Cacá; e dança afro com Mestre King. Nessa época participávamos dos festivais de teatro secundarista e os espetáculos voltados para as temáticas referentes a desigualdades sociais, por conta das vivências na associação de moradores de Bom Juá e da participação no grupo de jovens. No que toca

Eu era catequista na igreja de Santana, padroeira da nossa comunidade. Em virtude disso, fui convidada a fazer parte de um grupo que participaria de um treinamento para concorrer ao cargo de Diretora da Creche Fruto do Amanhã, no Marotinho do Bom Juá, mesmo bairro em que fui alfabetizadora no final da década de 80. Nessa época existia a Creche Casa da Criança da associação de moradores de Bom Juá, Escola Independente e a Creche de Severina. O governador era Waldir Pires, ele priorizou as pessoas que trabalhavam nas instituições anteriormente citadas, para participarem do treinamento e que seriam os futuros funcionários da creche que seria inaugurada, a Frutos do Amanhã. Depois do treinamento fui selecionada e assumi a direção da creche, a única pessoa do grupo que tinha o curso superior e esse era um critério para assumir o cargo.

Nessa função consegui para as crianças assistência médica diária no posto de saúde de Bom Juá e atendimento de emergência no do bairro de São Caetano. Reivindicamos a coleta de lixo permanente e a manutenção da limpeza do canal, vale ressaltar que esse trabalho foi realizado em parceria com as mães e moradores, além de mobilizá-los a não colocarem lixo no canal. As atividades pedagógicas na creche atendiam essencialmente aos interesses das crianças e suas famílias. Nos encontros com as mães e pais lotávamos as salas de reunião, inclusive com considerável participação dos homens. Realizamos uma atividade recreativa no dia dos pais com a participação intensa, eles além de brincarem com os seus filhos aceitaram a singela lembrança criada pelas crianças.

Na associação de moradores, Associação Centro Social Fraternidade Bahiana atuei inicialmente como vice-secretária de 1991 a 1993; Secretária 1993-1995 e Presidente (1995). Nesse período fui convidada para ensinar no Projeto Gente Nova entre 1992 e 1993. Esse projeto objetiva oferecer reforço escolar para crianças do 1º ao 5º ano. Coordenei concomitante os projetos no Bom Juá, Alto do Riachinho, Porrãzinho e Fazenda Nova Terra, na Ilha de Vera Cruz nos anos de 1993 a 1996. Daí, por conta do enfraquecimento do Movimento popular resolvi me dedicar à educação escolar. Acreditava que para atuar melhor como educadora, era premente me dedicar aos estudos e que esses me trouxessem maiores informações acerca da África.

Enquanto estudante do Ensino Médio e graduanda, no período de férias trabalhava como recreadora. Atuava no projeto Colônia de Férias da Legião Brasileira de Assistência e Projeto Esportes Para Todos, da Superintendência de Esporte do Estado da Bahia, essas atividades eram desenvolvidas com crianças nas periferias da cidade de Salvador. Particpei também pela superintendência dos treinamentos para o Projeto Rondon para trabalhar nas cidades do interior da Bahia, nesse nunca fui selecionada. Graduada, lecionei da 1ª à 4ª série no ano de 1986, na Escola 27 de Setembro onde terminei o primário (atual Ensino Fundamental nível I) e no Educandário Santa Bárbara da 5ª a 8ª séries em 1988, onde conheci tia, a mãe de Júlio Cesar, hoje prior da Irmandade do Rosário dos Pretos.



Figura 28. Fonte: Arquivo Pessoal, 2010. Festa de formatura de Marcos. Da esquerda para a direita Lucas, Marcos e Mateus.

Em 1990 era do grupo Ginga e engravidei do primogênito Lucas, Figura 28, e retornei ao Engenho Velho de Brotas. Foi um período de amadurecimento. O nascimento de meus filhos foi importante para eu sentir a mais ainda a intensidade do racismo em minha vida pela diferença no tom da pele e cabelo dos dois. Primeiro me diziam que eu encontrei Lucas na maternidade e que ele não era meu filho. Tinha os cabelos lindos as pessoas não

se poupavam em dizer que seu cabelo cairia. Mateus por ter os cabelos pretos, lisos e encaracolado as pessoas não cansavam de acariciar a sua cabeça e dizer: - “*cabelo lindo, parece um veludo, mas vai cair*”. Quando perceberam que o cabelo não caiu então o discurso mudou. Surgiram as seguintes perguntas: Por que o cabelo está grande? Vai cortar quando? O cabelo grande tira as forças do menino, por isso ele é seco! O seu cabelo era de maluco! Um verdadeiro inferno!

Eu reuni todas as forças para combater o racismo dentro de minha própria família. Meu filho Mateus, só declarou espontaneamente ser negro aos 5 anos de idade. Foi difícil construir a identidade negra de meus filhos dentro de minha própria casa. Mateus apelidava Lucas de ‘escravo e escravinho’, quando queria que ele varresse a casa ou fizesse qualquer trabalho, principalmente quando estava sendo exibida a novela *Escrava Isaura*, na Rede Record (2004). Lucas apelidava Mateus de ‘seco da Etiópia’. Marcos o seu pai só admitia cortar o seu cabelo na máquina zero ou um, quase careca. Teve uma época que queria que seu cabelo alisasse de qualquer forma e me perguntou o porquê do seu cabelo ser diferente do de Mateus. A ideologia racista penetra no nosso corpo e para secretar é muito difícil, a alternativa é aprofundar o conhecimento nessa temática para autodefesa e proteção contra a insanidade mental e problemas psíquicos causados pelo racismo que promovem o desenvolvimento da baixa autoestima e a autonegação.

Intensifiquei os estudos no grupo Ginga e iniciei a lecionar Educação Física na rede pública estadual. Atuava com turmas regulares e oficinas de Capoeira e Futsal, no Colégio Estadual Bertholdo Cirilo dos Reis, no subúrbio ferroviário desde outubro de 1990. Foi quando resolvi inserir conteúdos referentes a questão racial ainda nessa escola. No Colégio Modelo, além de professora, no período de 2007-2009 fui vice-diretora. Nesta gestão organizei com apoio da coordenação o I Seminário de Igualdade Racial (2006) co-participado pelos estudantes e o I Intercâmbio África-Bahia. O segundo evento teve como finalidade proporcionar conhecimento aos estudantes referente às especificidades dos países Nigéria, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e um país da diáspora africana, Cuba.

Como professora colaborei e trabalhei em todas as Semanas de Consciência Negra desde o ano de 2002. Dessa forma comungo com Oliveira (2003, p. 174-175), quando diz que cumpre reconhecer que os móveis da *práxis* dos africanos e seus descendentes brasileiros (especialmente aqueles participantes dos MSPs) foram de comunhão e o desejo alterativo – verdadeiros articuladores da

cosmovisão africana no Brasil, por que minha autodefinição e identidade negra foram construídas no movimento social da comunidade de Bom Juá e na minha trajetória de vida no movimento negro.

Algo me instigava a continuar aprofundando meus conhecimentos no que tange as relações étnicas e a cultura da população negra. Matriculei-me como aluna especial do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO/UFBA), onde cursei as disciplinas: Imagem e Pesquisa Social; Repensar a História da África: Fora das Fronteiras Geográficas e Históricas; Religiões Africanas; Escravidão e Identidade Étnica, Gênero e Raça e Idéias Transatlânticas de Colonização, entre outros mini-cursos com os docentes africanos Joel Tembe, Severino Ngoenha, Jacques Depelchin, Hebert Ekwe-Ekwe, Ernest Wamba dia Wamba e Elisée Soumonni. Todos importantes intelectuais africanos com larga experiência internacional.

Eles foram imprescindíveis para a minha compreensão sobre os interesses internacionais econômicos e políticos que engendraram e engendram a história da África ante e pós-colonização. Entendi os interesses do Brasil nesse novo processo de reaproximação com a África como parceira, inclusive sobre os cuidados que a África deve ter com o lado brasileiro. Acessei desde então obras importantes, inclusive literatura nunca vista, algumas que em sua maioria não se encontram traduzidas para o português. Essas que me fizeram refletir acerca do trinômio Brasil/África/Brasil. Nesse período conheci o trabalho de dois intelectuais engajados nas pesquisas e estudos africanos e afro-diaspóricos o professor Dr. Carlos Moore e o Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior.

O contato com a obra do professor Henrique Cunha Júnior ocorreu no curso de formação para professores, no ano de 2008 em Salvador, pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. As incluí na literatura utilizada para o meu projeto de pesquisa. Pelas obras do professor Dr. Henrique Cunha me dei conta que as questões que permeiam a população negra vão além da raça, e absorvo ao mesmo tempo o conceito de afrodescendência, por entender que ela abrange e contempla as categorias cultura, relações sociais, política, religiosidade e economia, importantes para combater o racismo, além do que suas ideias coadunavam com a dos professores africanos supracitados, principalmente do Professor Jacques Depelchin.

No ‘Novembro Negro’ (2009), curso de formação para professores no Instituto Anísio Teixeira a minha vida mudou. Conheci pessoalmente o professor Henrique Cunha Júnior, aproximei-me dele para solicitar bibliografia que fosse interessante para enriquecer o meu projeto de pesquisa. E esse foi solícito e me ofereceu apoio incondicional na qual reuni condições para escrever essa dissertação.



Figura 29. Fonte: Arquivo Pessoal, 2009

Um fato inusitado nos aproximou. A Figura 29 mostra um presente que minha afilhada Neusa ganhou na creche de presente, uma lembrança em comemoração ao dia da consciência negra. Isso me deixou indignada e eu levei essa imagem para as pessoas no curso verem até que ponto

chegamos com o racismo e tamanha ignorância. A imagem lembra um ser inumano, apenas de saia, disforme e os cabelos confeccionados com esponja de aço.

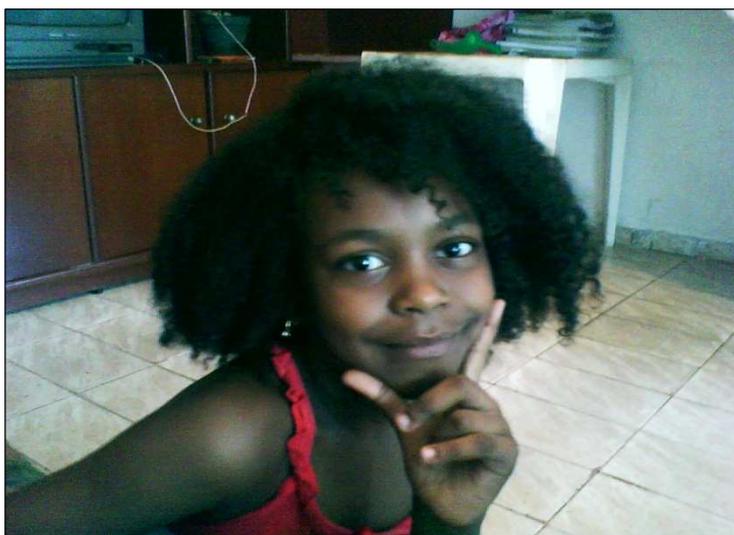


Figura 30. Fonte: Arquivo de Norma, 2010. Neusa.

Comparando minha afilhada Figura 30, e a boneca acima inumanamente representada. Como fica a construção da autoimagem e identidade de uma criança negra nessas circunstâncias? Um caso para se pensar!

Compreendi também que a implementação da lei 10.639/03 e a minha história de vida são imprescindíveis e elas me deram subsídios para escrever essa

dissertação. Entendi que a africanidade e patrimônio cultural material do bairro podem, sobremaneira enriquecer o processo ensino/aprendizagem envolvendo docentes e discentes nas escolas do bairro de Bom Juá, colaborando com a infância negra se valorizar o seu patrimônio cultural. Nos parágrafos em que revelo minhas experiências em Parafuso e as brincadeiras em Bom Juá, constato que o meu cerco cultural nunca foi contemplado na escola como conteúdos importantes para dinamizarem o processo ensino/aprendizagem tornando-o significativo, estimulante e prazeroso.

A militância e as leituras referentes às questões étnicas e africanas me fizeram ver o significado dos estereótipos, do fenótipo, do racismo, suas manifestações e consequências funestas para a humanidade dos afrodescendentes. Na história da humanidade a humanidade foi subtraída dos africanos e afrodescendentes o que a Europa justificou para escravizá-los. Os conceitos de afrodescendência, bairro de maioria afrodescendente, racismo antinegro, educação racista e antirracista antinegro e legado africano; identidade, patrimônio cultural material, imaterial devem ser compreendidos para a construção de práticas educativas no entendimento de como eles podem ser essenciais para o processo educativo através da história do bairro, da construção dos próprios educandos e das suas histórias de vida.

Os conteúdos escolares não devem ser abandonados e sim contextualizados para dar sentido e problematizar a aprendizagem. De acordo com o pensamento de Paulo Freire Streck (2010, p. 32) eles podem se tornar o planejado concreto, e a situação-limite que é o racismo antinegro. O legado africano no patrimônio cultural material infantil no bairro de Bom Juá não se reflete na prática educativa em sua totalidade nas atividades das escolas pesquisadas, mas se considerado (*op.cit.*) educar deve ter como base o tripé constituído pela realidade vivida, problematização e realidade desejada.

Não obstante ser afrodescendente e moradora desse bairro; ex-estudante da escola pública, atual professora da mesma rede, ter uma história de luta pelo combate à da pobreza no bairro de Bom Juá, percebo que não tinha consciência da má qualidade da educação em simultaneidade com a das propostas do sistema educacional brasileiro. Nem do tipo de acesso aos bens sociais para os afrodescendentes. Como já foi dito, até então entendia o afrodescendente como descendente de africanos, porém no decorrer da revisão bibliográfica utilizada para

a elaboração do projeto para seleção no Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará e durante a pesquisa extrapolarei este conceito para compreendê-lo em sua amplitude incluindo o da afrodescendência.

Muito menos era visível o racismo estrutural, combinado à nossa ignorância, em relação às articulações políticas e econômicas para manutenção das diferenças nas oportunidades de acesso aos bens comuns, entre os afrodescendentes e eurodescendentes. O que faz permanecer o racismo antinegro intocado, perceptível por uma maioria apenas como diferença entre as raças, ou racismo social, e por raros como racismo estrutural antinegro. O que nos incapacita de percebê-lo como ele estrategicamente se apresenta, impregnando a quase todos, levando à sua negação, principalmente pelas formas sutis e específicas de ser tratado pela elite dominante e por grande parte da população.

Objetivando revisar este descaso com a história afro-brasileira e promover o estudo e ensino das relações étnicorraciais, o Estado da Bahia capacitou através de formação continuada 900 professores de sua rede na capital e interior dentre os quais me incluo. A prefeitura de Salvador avançou editando as diretrizes curriculares para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana, sob a luz das diretrizes e orientações curriculares Federal para implementar a lei 10.639/03, evidenciando as distorções acerca do continente africano. Buscou utilizar literatura adaptada à questão étnico-racial com o Projeto Cidade Educadora/Projeto África, atentando para a aprendizagem e conhecimento sobre o continente africano e nossa identidade afrodescendente.

Como afrodescendente e professora o relato até então descrito construiu a minha história de vida e identidade negra. Essa trajetória está apoiada na minha coexistência, convivência, conexão com o universo social, político e econômico. E a história da minha família eu tratarei a seguir não se separa, está no mesmo compasso.

2.2 A história da minha família na evolução dos acontecimentos

A imagem abaixo, Figura 31 da esquerda para direita, meu tio Valfrides, na época Fuzileiro Naval, morava no Rio de Janeiro e me alfabetizei escrevendo cartas para ele. Ao centro minha avó e ao seu lado meu avô, Capitão do Exército Brasileiro e Irmão Definidor da irmandade do Rosário dos Pretos, Salvador.



Figura 31. Fonte: Arquivo da família. Na ordem em que se apresenta. Valfrides, Laudelina, avó e Lourenço avô.

Laudelina Santana Barreto, minha avó nasceu em 26 de novembro de 1910 em Aratuípe – Bahia. Iniciou sua trajetória de vida trabalhando na região do Recôncavo baiano e imigrou para Nazaré das Farinhas, onde ocorreu o ataque aos quilombolas no ano de 1809 pelas tropas soteropolitanas (LUZ, p. 30, 2000). Ficou órfã, daí então trabalhou no comércio salgando carne de porco e confeccionava chouriça ou lingüiça o que conhecemos por calabresa. Novamente imigra sozinha para Salvador capital da Bahia. Ao chegar a Salvador na casa de uma prima não teve a recepção imaginada. Da forma como se estrutura o racismo, reserva o serviço doméstico para as mulheres negras, ela trabalhou como doméstica, na Avenida Sete de Setembro, na casa do Sr. Florentino Silva.

Almejava como todas as pessoas ascensão social. Estabeleceu-se na cidade, e casou-se com Lourenço Mendes Barreto, meu avô. Foi galanteada pelo seu patrão, ao que nunca cedeu aos seus encantamentos. Ele declarava: “*Laudelina, gosto tanto de ti*”. Tinha experiência de vida e não foi ingênua nem superprotegida como Clara dos Anjos (Lima Barreto)⁵⁶ ao crer que Cassi Jones a desposaria. O meu avô sempre prometeu que jamais a deixaria desamparada, depois com a sua morte ela construiu a casa própria no Terreno do Engenho Velho de Botas. Nessa época eles moravam na Fazenda Garcia. Logo, em casa de aluguel, mas não por não ter a casa própria, de acordo com o depoimento de meu pai, quando da compra da casa em Engenho Velho de Brotas

comprou uma casa na frente, tinha 5 quartos no fundo de aluguel, [...] a papai comprou, lá tinha aquela rivalidade com Tororó e Fazenda Garcia e Engenho Velho. Aí quando cheguei lá os caras procurando problema com a gente, que a gente tinha pego uns caras de lá, e a gente só andava os 3 juntos e os caras cismaram e tal, aí a gente disse que não ia mais lá, e papai alugou e ficou morando em casa de aluguel.

Em 1975, 59 anos depois de sair de Aratuípe consegue após sua viuvez construir sua casa quando todos os seus filhos eram adultos. Diante do entrave as migrações continuaram, ainda meu pai depõe

Em Salvador eu morei em todo o lugar praticamente nasci na Curva Grande, da Curva Grande fui pra o Calabar, do Calabar, Fazenda Garcia, Mata de São João, [...] papai não achou de morar em Mata de São João, casa pra caramba, aí de lá de coisa agente veio pra onde meu Deus, de Mata de São João? Aí foi pra Fazenda Garcia, morei do lado do dique⁵⁷ depois passei pro outro lado de lá da Fazenda Garcia fui pra a Liberdade, Liberdade corri aquele lugar Estica, Curuzu todo lugar ali, aí fui pra Santa Rita, subi pro Pau Miúdo. Aí ficou naquela, aprendi a profissão vim direto pra Liberdade. Aprendia profissão já tava cansado de ficar de canto em canto.

Minha avó gostava muito de festa e reunir a família. As datas comemorativas eram domingos, feriados e carnaval, regadas a feijoada, refrigerantes, cervejas e batida de limão. Nas Festas juninas o famoso vinho de caju não faltava. O caju era colhido em Parafuso, a cada mês de Dezembro, colocado em fusão (segundo minha avó) e degustado na festa de São João e São Pedro, quando

⁵⁶BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/clarado_sanhos.pdf>. Originário da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em: 25 out. 2011.

⁵⁷Dique do Tororó.

viúva. Inclusive o cajueiro é mais velho que eu e fica ao lado do terreno ilustrado na Figura15.

No Natal tínhamos frutas cristalizadas, pão, nozes, castanha do Pará eram abundantes e não faltava o Champagne Georges Aubert, preferido da minha avó. Sexta-feira Santa, caruru, moqueca de várias espécies de peixe, vatapá, a cargo de minha mãe, que cozinhava essa iguaria como ninguém. Eu comia de passar mal! Íamos também às festas de Santa Luzia, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição da Praia, de Bom Jesus dos Navegantes. Essa festa tem início com a procissão marítima do Nosso Senhor dos Navegantes que sai da Igreja da conceição da Praia, seguindo até a praia da Boa Viagem. A do Nosso Senhor do Bonfim e na segunda-feira gorda da Ribeira, nos reuníamos na igreja da Penha e fazíamos piquenique com suas ex-vizinhas do bairro de Pau Miúdo. Se existia uma coisa que ela gostava era culinária. Em suas festas não faltavam o bacalhau a martelo e a frigideira de bacalhau. Esse era o seu prazer ter a casa cheia! Outra coisa inesquecível eram os contos e leitura fabulosas e rememoro a maravilhosa história da sereia, e certa vez quando perguntei sobre o motivo do casco do cágado ser todo “remendado” ela me contou a exato conto descrito no livro *O Mundo se Despedaça* de Achebe (1983, p. 91-94).

No ano de 1984 a morte de minha avó rompeu o elo que envolvia a família e as festas foram encerradas com ela para o túmulo. Minha tia não tem a mesma disposição para fazer as reuniões familiares, segundo ela a falta da minha avó a comove demais, restou apenas a saudade e os momentos de reunião em Parafuso quando tem as festas de candomblé. Antonio Olinto (1999) no romance *A Casa da Água* nos narra para o viver do brasileiro na sociedade africana em Lagos e a força de Mariana mulher afro-brasileira, que retorna com sua avó à África e consegue se erguer economicamente diante de todos os inconvenientes do racismo mundial e frente a colonização europeia. Nunca perdendo a fé nem a alegria de viver.

Com os estudos africanos, entendi a valorização do idoso e sua morte como um rito de passagem para o mundo invisível, o dos ancestrais. A falta que nos faz a pessoa total. Essa morte sem traumas pelo fato de esse idoso ter tido uma boa vida, que significa ter possibilitado uma vida digna propulsora de saberes a comunidade, e por isso ser festejado e reverenciado. No dia do culto do axexê, a ialorixá da casa de minha avó disse: - *“É Filazinha se foi bem, não a vi por aqui...”*.

Só agora sou capaz de entender o significado de voltar ao início, reequilibrar as energias *ntu* para os banto e *axé* para os ioruba. Voltar para a energia inicial que é a do criador e fazer parte do mundo dos ancestrais. Assim como da participação de minha mãe nas sentinelas no bairro de Bom Juá, o que no romance *A Casa da Água* está sempre presente com o nome de serenatas.

Criticava a minha mãe, chamava-a de papa defunto, por ir a todas as sentinelas e ficar durante toda a noite naquele lugar próxima aquele defunto. Mas só depois de estudar a cosmovisão africana sou capaz de perceber que a sentinela era uma resignificação da festa de reverência àquele que se foi depois de viver bem sua vida. Nessa sentinela era festa com voz e violão, café, comida, bolacha de coco, jogo de dominó e muita música. Na ocasião de sua morte eu fiz o mesmo, uma sentinela. Sem música, com chás, pão, café e muitas orações conduzidas por minha tia Julieta.

Meu avô, Lourenço Mendes Barreto nasceu em Santo Amaro, recôncavo baiano em 10 de agosto de 1913. Passou para o mundo dos ancestrais no dia 14 de novembro de 1969. No Recôncavo baiano trabalhava como pedreiro. Homem calmo, harmonioso. Imigrou para Salvador e ingressou no exército brasileiro, por essa decisão foi expulso de casa pelo seu genitor, talvez uma forma de tentar poupá-lo dos dissabores do racismo, por conhecer a forma como eram tratados os aprendizes de marinho, e conforme eram recrutados os meninos pobres e afrodescendentes nos tempos de escravidão, e só tinham decorridos 25 anos do pós-abolição. Além de saber que os soldados se enquadravam nas categorias mais baixas da pirâmide social como cita (LUZ 2000, p. 377). Ciente da crueldade do racismo à brasileira não haveria de ser diferente o tratamento com soldados do exército que fossem descendentes de africanos. Mesmo não sendo o meu avô marinho, vale ressaltar então o tratamento dispensado às crianças recrutadas como aprendizes de marinho,

[...] A vida nos estaleiros era rude. Nos alojamentos as crianças presenciavam constantes bebedeiras, brigas e xingamentos, tendo de conviver com toda sorte de presos e condenados às galés e demais menores delinquentes. Para manter a disciplina dessa turba, os oficiais e guardas recorriam a métodos truculentos [...] Além de enfrentar o rigor da chibata, os meninos estavam sujeitos à alimentação precária baseada em farinha de mandioca e charque produtos deficientes em proteínas e sais minerais que facilitavam a proliferação de anemias ou então infecções oportunistas. (VENANCIO, 2009, p. 201)

Apesar da dificuldade, meu avô se alfabetizou no exército, chegou ao posto de capitão, mas o racismo impediu sua ascensão a um escalão superior. Ao solicitar sua progressão ouviu a seguinte frase “*Pra que preto quer divisa?*”, logo permaneceu nessa posição até falecer no ano de 1969. De toda a sorte o serviço militar era mobilidade social, a possibilidade de usufruir de uma remuneração razoável e receber um soldo depois da servir em Pernambuco em 1934. Um fragmento de sua história de vida é relatado por meu pai,

E ele veio de baixo [...] o problema foi esse. Ele deu sorte. Porque o cara perseguiu ele, mas quando ele chegou, nego não queria deixar ele mesmo. Aí o tenente viu ele lá trabalhando na colher (pedreiro). Entrou como pedreiro no exército, o cara chamou ele. Ele queria estudar e não deixaram, onde já viu preto estudar rapaz, preto tem ficar na culé. Acontece o seguinte, que ele deu sorte, que nem todo mundo que é ruim, ele tava trabalhando aí o oficial pediu a ele pra ir trabalhar na casa dele. Aí ele foi, aí ele gostou do serviço dele. Aí todo o serviço que ele tinha na casa ele chamava papai. Aí chamou papai pra para ser ordenança dele⁵⁸. Aí ele liberou, aí ele tinha tempo para estudar, ele saia assim quando acabava o serviço. Não precisava ir para o quartel não, não precisa trabalhar não⁵⁹. Quando nego soube, só faltou morrer, que ele chegou foi no 19 BC⁶⁰ já cabo. Aí que nego se apavorou quando ele chegou lá, nego ficou contrariado. E botou ele no melhor quartel. O quartel general. [...] No exército, até quis roubar coisa pra papai se lenhar, sumiu uma arma escondeu uma arma pra papai dar conta. Papai sofreu ali, papai era pra ser Major rapaz, mas tão desgostoso, que largou o último posto pra lá. Era pra ser Major, saiu como capitão pra não passar mais um ano lá. Bedoc Alves era colega, seu colega a pulso⁶¹, era coronel, foi o pior que teve contra ele. Antigamente chamava colega. Papai sofreu demais ele também, e eu fiquei com ele.



Figura 32. Fonte: CORRÊA, 2008. Agência A TARDE

⁵⁸ Soldado às ordens de uma autoridade militar. Dicionário de português online. <<http://www.dicio.com.br/ordenanca/>>. Acesso em: 12 set, 2011.

⁵⁹ Palavras do oficial.

⁶⁰ 19 Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, área de treinamento. Tem acesso pela rua /Silveira Martins, Cabula. Margeado pela Avenida Paralela e Av. Luís Eduardo Magalhães. Uma das poucas reservas ambientais da mata atlântica da cidade de Salvador.. Pode escapar da especulação imobiliária desenfreada comandada pela prefeitura de Salvador, na gestão do prefeito João Henrique Barradas Carneiro, no seu segundo mandato, por ser área federal. A Figura 32, é área de reserva ambiental do 19 BC, sinaliza as invasões dos condomínios de luxo que surgem nas áreas periféricas de Salvador e margeiam a Avenida Paralela, antes arborizadas e locais de moradia da população de baixa renda. Imagem disponível em: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=965515>. Acesso em: 23 ago.2011

⁶¹ A pulso quer dizer compulsório.

Irmandade, irmanação forma de recuperar os laços familiares perdidos com o escravismo criminoso. Essa irmandade foi procurada pelo meu avô na Irmandade do Rosário. Para ingressar é necessário preencher uma ficha, nela todos os dados pessoais dos irmãos. Na Figura 33, segue a ficha de ingresso do meu avô na irmandade e fazendo uma doação de 350,00 cruzeiros em joias.

Veneravel Ordem do Carmo

Dourado Mendes Barreto

Nome *Dourado Mendes Barreto*

Data da Profissão *25/11/1956* Joia Cr. *350,00*

Categoria do Irmão *Definidor*

Residência: *Rua Luiz Dias, 95 - Liberdade* N.º *95* Zona *Liberdade*

Nasceu em *10/III/1900* Profissão *Militar* Estado civil *Casado* Naturalidade *Brasileira*

Espôsa *Conceição Faustina Barreto* Filhos *Valdete, Valfrides, Valter, Valde-
delino, Valdivia, Ana Maria, Valdeuino, Mendes Barreto*

Assinatura do Irmão *Dourado Mendes Barreto*

OBSERVAÇÕES: *Imposto de Renda nº 5 Proprietário Carteira de Identidade*
FALLECIDO EM 16/11/69

Antônio de Santa Cealía
Secretário

Figura 33. Fonte: Arquivo da Irmandade do Rosário dos Pretos, Salvador.

Foi membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, Salvador, Bahia até o seu falecimento, onde foi realizado o seu velório. Nessa irmandade cumpriu todos os rituais até se tornar irmão definidor. De acordo com Júlio Cesar, prior da irmandade, os Irmão definidores

Eles são aqueles que vão definir qualquer ato que seja tomado de mudança dentro da irmandade. Passando pela mesa administrativa, os Definidores é que vão tomar a decisão final. Então nesse momento aí só quem vota são os irmãos Definidores que são 8. Agora nós dividimos em 4 homens e 4 mulheres. Então se houver outro embate, aí tem o voto de minerva, que é do Prior.

A forma como se organiza a administração da irmandade abaixo descrita tem como base a cosmovisão bantu. Segundo depoimento do Prior Júlio Cesar a pessoa que quer se tornar irmã ou irmão

passa pelo processo de noviciado, que é o processo de um ano. Depois do processo de noviciado ele na festa da padroeira vai receber o grau que é aquela capa preta que vem com o símbolo da irmandade, ele aí vai se tornar irmão professo. Como irmão professo ele tem por obrigação se seguir um compromisso que é chamado *status*. Lá tem todas as regras a serem seguidas por todos os membros. E ele tem como obrigação elevar sempre o nome da irmandade, ao mais alto, ao *status* maior e dentro dessa irmandade tem uma administração. E aí entra a parte que eu estou exercendo o cargo hoje como irmão Prior. No ano passado até o ano de 1999 existiam duas mesas administrativas formada de homens e outra formada só pelas mulheres e na mesa de honra as mulheres tinham obrigação de elaborarem as festa, cuidar da limpeza do templo, lavar os paramentos da igreja, a roupa do padre, então era desta forma. No ano 2000 foram unificadas as mesas administrativas e hoje homens e mulheres podem estar administrando juntos, não existe mais esta mesa de honra. E aí vem na escala o prior sinônimo de prioridade. Depois vem o Vice-prior, depois do Vice-prior vem o Secretário. Primeiro e Segundo Secretário ou Secretário. Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro e assim sucessivamente. Aí depois nós temos a procuradora ou procurador geral que é sempre o Prior ou Prioriza da gestão anterior. Que ele vai fiscalizar os atos do atual Prior. Por exemplo, a irmã Sandra foi Prioriza então é ela fiscaliza os meus atos, chama a atenção, me diz que não é pra ir por aí, diminuir os excessos e além de tudo isso ela também trabalha com o patrimônio da irmandade. Ela que preserva todo esse patrimônio. Nós temos o Mestre de Noviços, o Mestre de Noviços vai ser aquele que vai cuidar dos Noviços aqueles que estão entrando na irmandade, quais são as regras da irmandade, quais são as obrigações que ele tem na irmandade, os costumes da irmandade a identidade que ele tem que ter enquanto membro da irmandade. Depois nós temos o mordomo de culto, é aquele que cuida das coisas do altar. É como se fosse um sacristão, mas com obrigação maior porque ele é quem vê se está faltando as partículas, vinho, manter sempre limpo o altar, saber dos paramentos do dia, tudo isso é com o Mordomo de Culto. Depois nós temos, um Casal de Visitadores, Qual a função? Os irmãos que estão doentes, os irmãos que estão afastados esses visitadores, vão as casas daquelas pessoas fazem visitas, para saber com é que ela está, qual foi o motivo que ela se afastou da irmandade, e tentar uma reconciliação se for o caso de uma discussão, ela tenta reaproximar esses membros de novo da irmandade. Se for um caso de doença, eles fazem a visita a esses doentes, juntamente com o padre, que vai levar a eucaristia ou então com o Ministro da Eucaristia, que vai levar a comunhão até esses irmãos. É um trabalho que eu acho muito interessante. Muito legal. E têm os Definidores,

Com sua morte minha avó se tornou pensionista e desse momento em diante ela me disse: - *“Agora vou fazer por você o que não pude fazer por nenhum de meus filhos, vou pagar seus estudos”*. Na verdade o que eu não sabia é que foi o racismo antinegro que afastou o meu pai da escola, impediu a ascensão de meu avô no exército e de certa forma descuidou da saúde de minha mãe, mulher negra diante dos sequentes abortos espontâneos sem assistência médica adequada. Meu avô por seu turno se desenvolveu sozinho na vida, enfrentou o racismo. Penso que acreditava que seus filhos também teriam o êxito e a força dele e nunca proporcionou além do necessário, a escola básica. No entanto creio que a reação ao

racismo depende da personalidade de cada pessoa. Em outra declaração meu pai fala, no que tange ao racismo em Salvador,

o cara, o negão chegou aí no Café da Meninas, um pernambucano, chegou ninguém entrava preto não, aí ele não sabia que ele não era daqui, aí entrou sentou todo mundo lá sentado, ele negão lá (risos!) esperando nego servir. Aí o negão espera e nada, nada aí chegou um baixinho disse no ouvido dele bem baixinho, aqui não despacha⁶² nego de cor não. Aí o negão puxou a arma começou a picá-lo⁶³ fogo em todo mundo, aí quando chega a polícia, o cara do exército, fechou na hora o Café das Meninas. Rapaz, não era brincadeira não. Papai já sofreu pouco? Que nego esculhambou com papai... dizendo negão, não sei pra que preto quer divisa, negão tem de ficar na culé, aí quando papai me contava isso ia me revoltando mais.

Talvez ele não fosse consciente das barreiras impeditivas estabelecidas para os afrodescendentes e do racismo estrutural à brasileira que se metamorfoseia e se atualiza. Ou acreditava que falando desses acontecimentos alertaria meu pai para o mudo racista. Mesmo assim meu avô dizia a minha avó que ela nunca ficaria desamparada, e cumpriu a sua promessa.

Minha mãe se chamava Rosa dos Santos Barreto e estudou até o primário. Engravidou 7 vezes e teve 6 abortos espontâneos. Eu fui a 6ª gravidez. Com o ofício de lavadeira pagou meus estudos na escola particular nas séries iniciais. Não conheci meus avós maternos Antonia Sebastiana dos Santos e Eusébio Fonseca Guimarães. Algumas memórias vivas só me foram possíveis através do convívio com a família paterna. Ela era uma pessoa calada, calma e nunca reclamava de nada, uma mulher passiva e extremamente obediente. **Não**, era uma palavra ausente no seu vocabulário. Esse traço da personalidade dela me indignava profundamente. Não entendia porque aceitava tudo calada, aquilo era mesmo que a morte para mim.

Faz-se necessário explicitar que existe um processo que descaracteriza as populações negras. A ausência de histórias faz parte deste processo também visto como agressão, com isto ficamos marcados por esta agressão que se institui nos campos das violências simbólicas e físicas, que ferem a alma, coração e mente. (SOUSA 2010, p. 23)

Ciente do crime contra a humanidade que é o racismo, compreendo que parte da sua introversão era a representação das violências simbólicas e físicas sofridas pela população negra. O negar das histórias, o absorver das humilhações, ter sua própria história de vida dilacerada ou ter como referência a descendência de um povo naturalmente “sem história”, “sem origem”, “sem cultura” e “sem

⁶² Forma soteropolitana de falar servir num balcão.

⁶³ Agredir alguém fisicamente, nesse caso atirar em alguém. Picá-lo a mão, bater em alguém.

patrimônio.” Durante a pesquisa em Salvador, não consegui avanços no que diz respeito ao passado de minha mãe nas entrevistas que fiz com as pessoas mais próximas. Ela era mesmo introvertida.

Com toda a dificuldade hoje a mim e a muitos(as) afrodescendentes é possível recompor a nossa história. A partir dos fragmentos tomá-la nas mãos, relatar com orgulho a nossa ancestralidade e denunciar a injustiça e o racismo criminoso praticado pela sociedade como um todo e especificamente entender o traço da personalidade de minha mãe. Na saga de nossas vidas somos a prova do desrespeito generalizado desde 1530 no Brasil com o tráfico negreiro como afirma o reggae de Edson Gomes⁶⁴

Há 500 anos que, eu não tenho vida./ Há 500 anos que, a alma está ferida. Não tenho dúvidas, dúvidas./ Minha conduta é a fuga./ Há 500 anos que, vivemos de mentira./ Há 500 anos que, é a mesma mentira./[...] O corpo do índio tomba./ O corpo do negro dança, a espada se levanta transpassando as crianças./ Os índios em desgraça e os negros tem mancadadas./ Há 500 anos que, estou fora dos planos./ Há 500 anos que eu venho mendigando./ E mesmo assim, as migalhas./ E mesmo assim são migalhas./ Meu coração se aperta, meu coração desperta./ Meu coração deseja, meu coração pelega./ Por minha liberdade, total nessa cidade. /Há 500 anos que eu trabalho para os brancos/ Há 500 anos eu vivendo nesse engano/ Sobrevivência dura, na resistência pura./ Quero provas, [...]. Sou a prova/ Eu a própria prova. (Edson Gomes)

A minha mãe era filha única, como eu, morava com sua mãe no bairro de Matatu de Brotas. Ficou órfã aos 9 anos de idade indo morar com sua madrinha no bairro de Pau Miúdo, desde então sofreu todos os dissabores de uma pessoa órfã e descendente de africanos, presenciando o despedaçar de todos os seus bens pela família que lhe adotou. Nessa casa ela cozinhava, passava e carregava água para toda a família, vale ressaltar a ausência de água encanada nessa época em Salvador, ela era a empregada sem remuneração da casa, porque não dizer a escrava? Mas se divertia, dançava! Foi adotada concomitantemente por D. Edite, uma senhora que a amava e sofria com seu infortúnio. No bairro do Pau Miúdo conheceu o meu pai, ao casar com meu pai foi adotada por minha avó paterna. De acordo com o meu pai

Aí já tava cansado, tenho que procurar uma pessoa pra casar, eu era grudado com mamãe, não saía, por causa disso me apaguei, sem coragem de sair, só na saia da velha, tinha medo de tudo, aí pronto, aí fiquei, eu via Rosa sair pra dançar, a gente morava vizinho aí pulava a janela. Antigamente tinha responsabilidade. Ela saía quando chegava dava conta

⁶⁴ Cantor e compositor afro-soteropolitano. Tem contribuído significativamente para a conscientização étnica da população afrodescendente de Salvador.

de tudo da casa que ela praticamente foi mãe daquelas meninas todas. Era responsável eu sabia que ela tinha responsabilidade, aí eu fiquei né.

A convivência com minha avó paterna que dizia sempre “*não é por comer toucinho que se chama porco ioiô*” me fez aprender a não baixar a cabeça. Indignava-me a extrema mudez e subserviência de minha mãe. Essa dissertação me propiciará romper com o silêncio compulsório existente na história dos afrodescendentes, no reconhecimento do legado africano e na à educação racista antinegro com base na pedagogia universalizante eurocêntrica. A minha história de vida mesmo que de forma fragmentada me dá oportunidade de indignação.

Meu pai é Walter Mendes Barreto, nasceu no dia 26 de abril de 1936. Frequentou a escola e fez o primário incompleto, abandonando-a por não suportar ou resistir ao racismo. Segundo seu depoimento todas as coisas ruins na sala de aula eram atribuídas aos estudantes negros.

[...] rapaz você não sabe não, agente é escravo. Tá pensando que é pilheria, a gente é escravo. Nego dizia na cara assim que agente é escravo. Que agente é betume, é assim que chamava e se desse um pum, dizia assim foi aquele ali, o preto. Até aqueles mais claros tiravam onda de branco. Já pensou véi? A pessoa está numa sala de aula, jogam um papel, nego ia dizer que era a gente. Eu sentava bem na frente que eu não gostava de muita conversa, aí ficava na frente pra nego ver que não era eu, e a gente só levou vantagem um pouco, por que papai era do exército porque se não levasse a gente ia sofrer. Em tudo. Ia sofrer em qualquer lugar rapaz. Em qualquer lugar que a gente sofria. É. E quem mandava era a força a aeronáutica, os polícia⁶⁵ tudo tinha medo, é, era a gente era escravo eu que era que tinha compreensão, ficava quietinho no meu canto pra nego não me encher pra eu não dizer nada.

Diante disso decidiu então aprender o ofício de sapateiro e trabalhar na informalidade, no bairro do Pelourinho por acreditar não haver solução para a sua vida

⁶⁵Forma como os baianos denominam os policiais. No sentido de fazer entender que o policial no momento da abordagem ele em si só é a corporação na relação de poder entre eles e as pessoas, principalmente as(os) jovens negras(os) que moram na favela, isto é nos “bairros” de maioria afrodescendente. Exercendo a força contra a população negra, visto que essa ação não acontece nos bairros euro-descendentes de Salvador. Essa dissertação me faz ver que temos um vocabulário próprio da periferia que só “nois” conhecemos. A exemplo da música Nós é Patrão, do Grupo Fantasmão: Ele revista nois, procura nois não acha nada. 100 por cento fumê de rolê na madrugada. Se passar de kenner, vestindo adidas, boné na cara e um batidão. Pode crer mão nos né ladrão, pode crer mão nos é patrão. Agente manda levar, manda buscar, manda corta se vacilar [os ladrões da favela é nois ou num é]. Mão quer dizer irmão. Agente manda levar, manda buscar, manda corta se vacilar [é nois vagabundo]. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/fantasmao/1925342/>. Acesso em: 05 set, 2011.

Quando papai foi para Pernambuco, para a revolução de 34 [...] papai ficou alguns anos em Pernambuco. Aí eu pedi a mamãe pra me botar na oficina, mamãe me botou. Aí quando ele voltou da... aí ele me botou pra estudar de novo

Meu pai não conseguia aprender na escola, na hora da prova esquecia tudo. Convenceu-se se sua incapacidade intelectual e então optou por abandonar a escola quando viu a professora chorar pela sua inabilidade, e as notas baixas nos exames escolares, embora tivesse um bom desempenho durante as aulas.

A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social (MENEZES, 2002).

Observou a incidência das fotografias de afrodescendentes nos jornais locais. Via a possibilidade do descendente de africano ascender na criminalidade, assaltando. Mas, ao perceber o destino de um salteador preferiu ser sapateiro e viver na pobreza, dignidade e anonimato. Ser um trabalhador autônomo, vestir-se bem, ter dinheiro no bolso, participar de “caixa”⁶⁶ para manter o luxo e aderir à boemia.

Meu pai depois de decidiu definitivamente não estudar por que já tinha aprendido a profissão com 8 anos de idade e não aguentava mais a escola.

Fiquei rapaz com 18 anos, papai me botou na Delta Ltda, firma de construção civil, aí eu saí. Aí eu briguei lá com o chefe, com aquele carrancismo porque eu era preto, o racismo eu tinha raiva desse negócio, [...] Oh! mas se a gente não tinha direito a nada. Se aparecesse qualquer coisinha que ia responder era a gente, mas só tinha preto eu, lá e o cara não dava bom dia! E naquela época eu já era profissional. Aí ia pra lá como Office Boy, aí só ia na empresa, saía de casa já pra passar na firma, na obra pra pegar o resumo e chegar lá 11 horas. Aí quando chegava lá 11 horas era horário do Doutor né, aí quando eu ia subindo o doutor, chegava em minha hora e procurava saber, não me dava bom dia, não me dava nada. Aí eu subia e ele falava psiu, psiu! Fazia psiu, eu quieto com ele. Ainda vou barrar esse cara, aí quando eu vim num dia, ele vinha subindo e fez psiu! Psiu! Aí eu Virei assim, quando eu passei, ele aí perguntou assim Dr. Adauto ta aí? Eu disse estou chegando agora, suba pra ver. Aí dei as costas e fui-me embora. Aí ele chegou lá fez queixa, lá ao outro Doutor, disse que eu o maltratei, tal. Aí Dr. Adauto veio a mim. Oh! Oh Valter, porque você tratou, o Dr. mau assim, tão... Ele que vem me maltratando direto aí. Como assim? Por que quando eu venho aqui é no horário dele.

⁶⁶ Ver nota 1.

Ele aí me chama como um burro ou um cavalo. Faz psiu! Eu não sou burro! Então respondi a ele que ele subisse pra ver! Não sou empregado dele! Ah! Mas não podia não. Bom se ele é doutor é pra ele, eu sou doutor na minha profissão. E acabou! Mas, só que ele não podia dizer nada a mim porque meu pai trabalhou junto com ele quando abriu a empresa, ele achou ruim não podia colocar papai pra fora. Papai trabalhou com ele e ele achou ruim, que não podia me botar pra fora, papai acompanhou a empresa. Aí pronto, papai chegou pra mim e falou. Achou ruim, ta beleza! Ta certo se ele tem um anel, disse a ele mesmo. Se você tem um anel é pra você, é seu, agora eu sou doutor na minha profissão. Não precisava dele lá, que eu ganhava muito mais, fui mais por causa de papai, aí pronto. Eu disse, olhe aqui eu não entro mais, só se ele me botar lá numa obra lá, como auxiliar de apontador, aí ele me botou lá na obra. Aí sabe que mais vou sair dessa porcaria. A quando na hora de sair do trabalho fui tomar banho, aí ele me viu aí me mandou embora. Aí eu voltei pra trabalhar na profissão.

Podemos notar pela narrativa acima que a fuga da escola não amenizou o racismo, ele permaneceu no ambiente de trabalho formal o que levou meu pai ao trabalho informal. Como sapateiro autônomo meu pai ganhava razoavelmente bem, mas com a industrialização a dificuldade financeira começou a bater na nossa porta. O fato narrado por meu pai abaixo coincide com a minha infância, isso aliado ao racismo estrutural

As empresas de sapatos foram fechando paulatinamente ... Foi, foi fechando, foi fechou primeiro a do Barbalho. Depois a Gaúcha fechou. Depois a MIRCA que mais ficou. Foram três empresas. A MIRCA ficou por que esse cara era desonesto, esse chefe. Roubou tudo aqui. Esse da MIRCA, ele era dono da gata que fornecia sola pra todo Brasil. Ele aí ficou aí fez a MIRCA e fez outra MIRCA, que a gente pensou que ia fazer uma vila operária, aí fez o empréstimo ao banco .., e fez aquela MIRCA da frente, onde tem aquela loja.⁶⁷ Aí pronto ele comprou a ali e não pagou um centavo ao banco (Motivo pelo qual a empresa fechou).

Depois de falido o empreendimento autônomo dos sapateiros, meu pai foi trabalhar na Pedreira OMACIL, lá o apelidaram de “já morreu”. O seu trabalho era de catar pedra

Um cara chegou aqui, a OMACIL tá botando gente. Aí eu fui, quando cheguei lá tava tudo acabado... eu não pegava em pá, não pegava em nada, aí fiquei zanzando lá disse: rapaz eu vou sair daqui rapaz, não pode ficar, não sou aqueles caras preguiçosos, que gosta de entrar em firma para não fazer nada, que fica debruçado na pá, eu disse: - rapaz eu não sei fazer isso não rapaz eu quando pego um serviço eu tenho responsabilidade, e quero trabalhar. Aí fiquei lá e o cara chegou lá pegou aquele ferro da mina, que é para enfiar no chão pra botar a mina, pra detonar, pra fazer aquela fundação pra botar o eu me esqueço o nome. Aí pronto, tem aquele ferro mandava eu pegar e eu não pegava aquela pedra pesada, você é doido? Ele então me perguntou, você faz o que? Rapaz eu não faço nada aqui. E de catar pedra, você cata pedra? Cata pedra qualquer um cata. Pronto ele aí me botou pra catar pedra. Me deu o carro de mão. Aí eu fiquei trabalhando na ladeira, aí eu briguei logo com o chefe. Eu não sabia, não

⁶⁷ Hoje a loja de móveis e eletrodomésticos denominada Insinuante. Fica na Avenida Barros Reis.

sabia, nunca trabalhei num negócio desses. Eu to pensando que era pra catar pedra. Ele não me explicou como é que catava pedra. Eu como não gosto de ficar parado aí fiquei catando pedra. Catava assim, catar pedra somente na estrada pra quando a pedra escapulisse da caçamba eu arredar, mandar chamar torre, pra tirar do caminho. Mas o cara viu eu fazer, aí eu ficava catando não tinha nada pra fazer, eu sempre gostei de trabalhar, aí fiquei na pedreira catando pedra.

Diante da situação vivida e o fechamento da pedreira OMACIL meu pai decide trabalhar como autônomo

Eu não queria ficar mais na pedreira eu tinha a minha profissão. Aí quando passaram lá dia de sábado ele passou lá, eu tava lá em Chico (fabrico de sapato) e disse: - Ah! Rapaz “Já Morreu” ta botando banca assim é porque ele é sapateiro, ele não precisa disso aqui, por isso que ele fica dizendo liberdade⁶⁸ aos outros aqui, ele quer é sair.

Mas chegou a época da pedreira fechar as suas portas e meu pai viver do que restava em Salvador de fabrico de sapatos. Dos pequenos concertos de sapatos e sandálias de couro. Nessa época era ilusão ganhar dinheiro suficiente como sapateiro. E os funcionários da pedreira contaram com a interferência do então governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. A Figura 34 mostra o mapa do bairro onde se localizava o Conjunto ACM e a Pedreira OMACIL. Abaixo o depoimento de meu pai quanto ao fechamento da OMACIL.

Foi quando Toinho⁶⁹ tinha rexa (forma como os baianos falam rixa) com o dono daqueles terrenos todos, onde tem aqueles prédios ali (atual Conjunto ACM)..Aí Toinho tava afastado da política.O dono do terreno ofereceu aquela parte do terreno todinho da pedreira para vender ao dono da pedreira. O dono da OMACIL Comércio e Indústria não tinha, achou muito dinheiro e não quis. ACM quando soube, aquele terreno todinho da pedreira até o Retiro. Comprando o terreno todo, quando fosse cavando não podia fazer casa de jeito nenhum. Tinham duas pedreiras, essa daqui e a São Gonçalo. Quando ganhou a eleição, aí comprou o terreno e construiu o Conjunto ACM. E falou que não podia quebrar pedra. O sujeito era

⁶⁸ Dizer liberdade é ser ousado, responder à altura.

⁶⁹ ACM (Antonio Carlos Magalhães 1927-2007) para mostrar sua “determinação” política e responsabilidade na interdição da Pedreira OMACIL, por ter divergência com os donos dos terrenos onde se localizavam as Pedreira São Gonçalo, OMACIL entre outras que se localizavam nos arredores. Era baiano, médico, empresário e um dos mais truculentos líderes políticos brasileiros, pelas atrocidades que era capaz de realizar, o que lhe rendeu o pseudônimo ‘Toinho Malvadeza’ na Bahia. Foi deputado, senador, prefeito da cidade de Salvador e governador da Bahia por 3 vezes, duas delas por intermédio do governo ditatorial. Esteve presente e influenciou sobremaneira os governos federais em determinado momento político compreendendo o período da ditadura militar. Esteve presente nas campanhas das diretas já, na qual Tancredo Neves assumiu a presidência da república do Brasil. Integrou os partidos políticos UDN, ARENA, PDS e PFL/DEM. Ocupou cargos estratégicos na esfera federal rendendo ao estado da Bahia energia elétrica para as cidades do interior, enquanto presidente da Eletrobrás no governo de Ernesto Geisel. No Ministério das Comunicações implantou serviço de comunicação moderno no estado através da TELEBAHIA (Empresa de Telecomunicações da Bahia), no governo de Tancredo Neves onde permaneceu durante 5 anos, foi o único civil que permaneceu no cargo por todo esse tempo.

miserável. Eu disse olhe agora os caciques daqui vão virar índio, porque a pedra vai fechar, e vocês que vão sofrer, eu não, eu to na minha e vou ganhar mais.



Figura 34. Fonte: Livro O Caminho das Águas. 2010. Área correspondente ao local da antiga pedreira OMACIL e o Coniunto ACM.

Através da recuperação de parte da história de minha família entendi os trânsitos migratórios da população afrodescendente para as cidades. Com isso as possibilidades dessa população ascender socialmente por via do exército e trabalho autônomo, meu pai sapateiro e alguns entrevistados com criação de gado, açougue, e comércio. Pude entender que a industrialização causou o empobrecimento dos negros a exemplo da extinção dos abatedouros, instalação e “falência” das indústrias de sapato. O poder aquisitivo da população negra era notável através da entrevista com o prior da Irmandade do rosário dos Pretos. Contudo a situação social, econômica dos negros não evoluiu conforme o progresso da cidade, o que verificamos foi a perpetração da pobreza trazendo como consequência a fixação dos afrodescendentes em território segregado. No próximo capítulo veremos o bairro de Bom Juá, sua trajetória e a mobilização dos moradores superando em parte o racismo antinegro e os poderes públicos.

4 O Bairro e a Escola

4.1 História da constituição dos bairros em Salvador

*Alguma coisa está fora da ordem,
Fora da nova ordem mundial (Caetano Veloso)*

Bairros podem ser considerados a forma administrativa que a prefeitura subdivide as áreas da cidade. Os bairros surgiam à medida que a cidade crescia e neles se instalavam as infraestruturas urbanas, ou seja os arruamentos, loteamentos, as redes de energia elétrica, água, esgoto e transporte público. Do ponto de vista das pessoas, os bairros formam locais onde elas moram e desenvolviam e/ou desenvolvem uma identidade diferenciada de outros locais da cidade.

Para a geografia urbana os bairros são mais do que as unidades administrativas. Eles têm a ver com a topografia, levando em conta as bacias hidrográficas, acidentes geográficos e as possibilidades geográficas de ocupação humana. A ideia de distrito, subdistritos e de bairros foi acoplada à de regiões administrativas nas quais figuram um conjunto de bairros numa mesma região da cidade. (CIAGS/UFBA; SEMA, 2010). Contudo, declara Elisabete Pereira dos Santos, coordenadora da Central de Produção de Indicadores Urbanísticos e Ambientais, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, em entrevista no Jornal A Tarde de 01/08/2011, caderno A4, que “ninguém diz que mora em uma região administrativa ou em uma bacia hidrográfica”.

Para efeito desse trabalho, nós vamos considerar o bairro como território no qual um conjunto da população historicamente estabeleceu a sua moradia e desenvolveu através do patrimônio histórico, as identidades na sua relação com esse patrimônio histórico cultural. Do ponto de vista dos bairros compreendem demarcações das relações sociais de sociedade espelhada nas classes sociais, nos grupos sociais, etnorraciais e por vezes também relacionados com os grupos de profissionais que pensam a cidade.

As delimitações de bairro para a cidade de Salvador se deram por conta do desmembramento entre Estado e Igreja, a partir do decreto 119, por volta de 1890. O que move os municípios brasileiros a se dividirem em distritos a partir de

1891. Esses distritos como divisão administrativa, abrangendo vários bairros. Com isso, os bairros deixariam de ter como referência demarcações de acordo com as intervenções eclesiásticas. p.e. algumas áreas da cidade como: Rua da Misericórdia, Pupileira, Rua da Soledade, Lapinha, Ladeira de São Bento, Praça da Piedade. Salvador atendendo às regras da modernidade segue as legislações do momento republicano. Daí em diante a cidade seria dividida por Distritos. No parágrafo seguinte apresentarei brevemente as transformações porque passou Salvador até chegarmos á atual Lei de bairros que tramita na câmara de vereadores.

Através do Ato 15, de setembro de 1892, Salvador foi dividida em três distritos, e essa divisão acordada com os ditames da Carta Magna republicana. Em 1894 é promulgada a Lei municipal nº 50, e através dela a cidade é dividida em dez distritos. A GeoSedur⁷⁰ *apud* Fernandes (1992, p. 118) assinala que em 1903, pela Resolução 96, Salvador se divide em três circunscrições escolares, sendo a terceira constituída de sete distritos suburbanos. Em 1894 publica-se a Lei nº 50 e a cidade de Salvador é dividida em 10 distritos.

Em 1903 a Resolução 96 divide a cidade em três circunscrições, tendo a terceira sete distritos suburbanos. A partir de 1894 mais nove distritos foram criados, somando-se em 1903 dezenove, com dez distritos no ano de 1903 mais nove são criados. Em 1920, com o ato 127 ocorre outra modificação, foi criado mais um distrito e todos divididos em duas áreas, urbana e suburbana. Em 1938 o Governo Federal determina que toda a área da cidade seja subdividida em urbanas e suburbanas. Na Salvador atual, área suburbana significa estar longe do perímetro urbano e sem nenhum tipo de infraestrutura, geralmente habitado pela população de maioria afrodescendente e palco de violência urbana e incluindo a abordagem policial violenta.

No Decreto nº 333 de 12 de setembro de 1944, o zoneamento oficial determina que Salvador deva ter 24 distritos e três zonas onde cada subdistrito corresponde a unidades menores dentro dos distritos. Em 1954 com a Lei 502 a cidade passou a ser dividida apenas em cinco Distritos e seis Subdistritos. Com a Lei 1.038 de 15 de junho de 1960 a cidade fica dividida em Zonas Urbanas, Suburbanas e Rurais, o que é criticado na própria prefeitura por não condizer mais com aquele momento. Com a Lei Orgânica que se estabeleceu pela Lei nº 2.313 de

⁷⁰ Projeto ZEUS, Geotecnologia, e-GOV, TI, Gestão Pública, Gestão Estratégica e Software Livre.

1971, volta a ser utilizada a subdivisão por subdistritos, agora em três. No decorrer do tempo foi desmembrada de Salvador, Água Comprida, hoje Simões Filho, deixando Salvador com três distritos e seis subdistritos. A Lei nº 2.454 de 1975 desmembrando Ipitanga, atual Lauro de Freitas, ficando apenas Salvador e Madre de Deus.

Em 25 de novembro de 1986 Salvador conta com mais uma lei que vai alterar a divisão da cidade. A título de contribuir para a administração de Salvador de uma forma ampla, a prefeitura promulga a Lei nº 3.688. Conforme o seu Artigo 1º

As Administrações Regionais, que têm por finalidade descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local, de modo a garantir maior eficácia na prestação de serviços à população, reger-se-ão por esta Lei e pelas disposições da Lei nº 3.601/86.

Ela dispõe sobre a criação de Regiões Administrativas onde a cidade se subdividirá em 17 regiões a saber, Art. 4º - As Administrações Regionais, a serem criadas por ato do Chefe do Poder Executivo, terão as seguintes denominações delimitadas pelo Decreto 7.791, de 16 de março 1987: AR 1, Centro; AR 2, Itapagipe; AR 3, São Caetano a qual faz parte o bairro de Bom Juá. AR 4, Liberdade; AR 5 Brotas onde se localiza o bairro de Engenho Velho de Brotas; AR 6, Barra; AR 7 Rio Vermelho; AR 8, Pituba; AR 9, Boca do Rio; AR 10, Itapuã; Ar 11, Cabula; AR 12, Beiru/Tancredo Neves ; AR 13, Pau da Lima; AR, 14 Cajazeiras; AR 15, Valéria; AR 16, Subúrbio Ferroviário e AR, 17 Ilhas. Porém o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, cria a Zoina rural de Salvador e mais uma vez ocorre nova modificação. A Área de Ipitanga passa a constituir a AR XV, que antes era Valéria e com a modificação passou a ser AR XVI. Subúrbio Ferroviário AR XVII e Ilhas AR XVIII. O mapa da Figura 35 apresenta a disposição das Regiões Administrativas de Salvador.



Figura 35. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador

O entendimento e concepção de bairro para os moradores diferem do da administração municipal. A compreensão de bairro que sustentou a elaboração da Lei 1.038 de 15 de junho de 1960 é a seguinte. Bairro é uma unidade territorial que o habitante da cidade tem mais facilidade de se reconhecer e ser reconhecido, devendo contar com uma comunidade organizada e demonstre uma relação de pertencimento a esse lugar que é único dentro da cidade enquanto totalidade.

A pesar de a lei supracitada defender um pertencimento e reconhecimento, ela modifica os nomes das ruas, os quais não são conhecidos pelos moradores da cidade até o momento dessa pesquisa. Dessa forma negando a atribuição de pertencimento que defende. Nos ônibus são colocados os nomes antigos, depois de 51 anos de promulgada a lei, contudo esse pertencimento existe devido a resistência das pessoas porque independe da vontade política. Se a lei defende o pertencimento, jamais os nomes das ruas deveriam ser modificados. E pelo que observei não foi por causa das delimitações que eram eclesiásticas como era a intenção do governo republicano, quando rompe com a aliança entre estado e

igreja e sim por interesses políticos administrativos. A pesquisa nos mostrou os novos nomes das ruas, assim como a existência de um projeto de lei de bairros desaparecido na câmara de vereadores, em 2011 o que denota ausência de vontade política.

Mesmo com a divisão da cidade em Regiões Administrativas, a inexistência da lei que crie novos bairros impossibilita o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estabelecer índices objetivos, por isso trabalha com estimativas. Vejamos, além da divisão supracitada ainda temos a divisão no Quadro 3, onde são tiradas as estimativas nos setores censitários, que conforme o IBGE são

unidades territoriais de coleta formada por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitiam o levantamento das informações por um único recenseador, segundo cronograma estabelecido. Seus limites devem respeitar os limites territoriais legalmente estabelecidos, sendo definidos por pontos de referência estáveis e de fácil identificação no campo, de modo a evitar que um recenseador invada a unidade territorial de coleta de responsabilidade de outro recenseador ou omita a coleta na área sob sua responsabilidade.

Código dos Subdistritos	Nome dos Subdistritos	Nº de setores censitários		
		1991	1996	2000
6	Amaralina	200	220	278
7	Brotas	162	182	219
8	Conceição da Praia	1	1	1
9	Itapuã	71	91	131
10	Maré	6	6	7
11	Mares	9	9	9
12	Nazaré	12	12	12
13	Paripe	64	94	124
14	Paço	4	4	3
15	Penha	112	112	135
16	Periperi	43	56	72
17	Pilar	2	2	2
18	Pirajá	225	269	332
19	Plataforma	45	52	65
20	Santana	16	16	16
21	Santo Antonio	190	190	213
22	São Caetano	276	331	450
23	São Cristóvão	40	53	65
24	São Pedro	22	22	21
25	Sé	9	9	5
26	Valéria	93	111	152
27	Vitória	159	164	211
Total	22	1.761	2.006	2.523

Quadro 3. Fonte: CASTRO, 2005. População e Setores Censitários dos Bairros de Salvador. IBGE.

Sabe-se que Salvador é um distrito e as localidades acima são subdistritos e dentro deles o bairro, ou seja, as áreas de ponderação de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na ausência de bairros o IBGE trabalha com os conceitos de área de ponderação e setores censitários. Com a lei de bairros de 1960 os nomes das ruas foram alterados e essa alteração não tem efeito prático sobre a população da cidade. Tomarei como exemplo alguns nomes de ruas, dispondo primeiro seus nomes segundo a Lei e logo depois a forma como elas são conhecidas pelos moradores, motoristas de ônibus e taxi. Cito esses profissionais porque o seu cotidiano é transitar pela cidade.

O que é tido na lei como antigo é atual em nossas memórias. Diante da novidade fui buscar os nomes dessas ruas e as encontrei no catálogo telefônico online. Nesse material os antigos nomes das ruas são seguidos dos nomes atuais que estão na lei de bairros, creio que seja pelo fato desses nomes não poderem mais ser desvinculados de nossas memórias. Os encontrei também em documentos públicos como da Secretaria da Fazenda, podemos ver no endereço o nome do documento que regulamenta os bairros e os conhecidos pela população.

Seguiremos com os exemplos: Rua J. J. Seabra é a Baixa dos Sapateiros e no passado foi a Rua da Vala; Rua Cipriano Barata é a Rua do Paraíso; Aristides Milton é a Barroquinha; Rua Ferreira França é Castanheda; Nilo Peçanha é Bom Gosto da Calçada; Voluntários da Pátria é a Rua do Lobato; Rua Pedreira Franco é a Baixa do Fiscal; Praça Luís Gama é o Largo do Tanque; Rua Cristiano Buys é a Ladeira do Cabula; Rua Botelho Benjamin, Ladeira da Água Brusca, tombada pelo patrimônio histórico. Rua Maria Quitéria é a Ladeira do Canto da Cruz; Avenida Mascarenhas é o Largo da Lapinha; Barão Vila da Barra é a Rua Ramos de Queiroz. A Avenida Mascarenhas nem no catálogo online a encontramos. Nele encontramos ruas com a palavra Mascarenhas, nenhuma alusiva ao Largo da Lapinha. Pesquisando na internet encontrei muitas imagens ao buscar a Rua Aristides Milton menos da Barroquinha. O Largo Conde de Porto Alegre, local onde passam várias linhas de ônibus que dá acesso ao centro da cidade e Avenida Suburbana, perto do Bom Juá é Largo do Retiro e não sabemos.

O documento Informações Sistematizadas Bairros de Baixa Renda da Prefeitura Municipal de Salvador, através da Coordenação de Desenvolvimento Social (2003, p. 8-9) trabalha com o conceito de bairro de baixa renda como sendo uma unidade espacial, segundo os seus próprios critérios. São espaços com

barreiras físicas naturais e as impostas por intervenções físicas (urbanização), com predominâncias de renda entre 1 a 5 salários mínimos regionais e de tipologia habitacional, com unidade unidomiciliar e lotes abaixo de 120 m², densidade populacional média e alta. Além disso, a Coordenadoria de Desenvolvimento Social define o bairro segundo os equipamentos urbanos tais como escolas, igrejas, posto de saúde, situação fundiária disponível para desapropriação para obras, remoção e loteamento.

Existe um novo projeto para oficializar novos bairros em Salvador o qual tramita na câmara de vereadores desde o mês de fevereiro de 2011. Ele foi elaborado com base no Projeto Caminho das Águas, realizado em parceria entre a Universidade Federal da Bahia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Governo do Estado da Bahia, teve como objetivo

aprofundar a pesquisa sobre a complexa relação entre Salvador e as águas nesse começo de século, tendo em vista a visível degradação da qualidade das suas águas, além da necessidade de produzir conhecimentos capazes de fundamentar a implementação de política democrática das águas. [...] produção de indicadores sobre a qualidade das águas e sobre o acesso aos serviços públicos de saneamento ambiental, a delimitação das bacias hidrográficas e de drenagem natural e a delimitação dos bairros de Salvador, tendo como referência as noções de identidade e de pertencimento dos seus moradores. SEMA (2010)

Vimos acima o conceito de bairro presente no projeto Caminho das Águas e abaixo veremos os critérios da prefeitura para que essa condição seja consolidada, bairro é

Conjunto de relações sociais com unidade territorial, densidade histórica e relativa, autonomia no contexto urbano, e ambiental que incorpora noções de identidade e pertencimento de moradores, que o constituem. Nele a população usa os mesmos equipamentos e serviços comunitários, mantém relações de vizinhança, e reconhecem seus limites pelo mesmo nome. E os critérios da prefeitura da cidade para converter esses locais em bairros foram os seguintes. Além das noções de pertencimento e de identidade definiu-se como critério a existência de unidade de saúde (pública, privada ou comunitária); a existência de unidade de ensino que ofereça a partir da sexta série do ensino fundamental; a existência de logradouro categorizado pela Prefeitura Municipal do Salvador como via coletora (ou equivalente) e a existência de transporte público regulamentado. Destes critérios, de caráter mais objetivo, fez-se necessária a presença de 3 destes, para a conversão de uma localidade em bairro.

O pertencimento de que trata o projeto também se relaciona ao pertencimento às águas e território, visto que elas estão desaparecendo a exemplo de Bom Juá, Arraial do Retiro como relata Aduino Sena, Figura 62.

O dique da Prata era lá dentro da Mata Escura. Dique grande foi assoleado, o que aconteceu foi que foi nascendo aquelas... baronesas, ninguém tirou, foi indo, foi indo, foi indo, acabou. Pra tomar banho, a gente tomava banho na “tora”⁷¹ ali. Tomava o escarreirão do vigia (O menino fula). Era o reservatório de água da EMBASA (Empresa Baiana de Saneamento do Estado da Bahia). Aquele dicação ali né. Alagadão não tem nem uma foto, agente tinha uma foto, teve uma vez que teve uma exposição de foto aí não sei quem pegou. Foi tanta gente naquela época que não tinha foto digital, foto... alguém pegou aquela foto. A gente só de cueca. Tinha uma balaustrada, só ia lá quem sabia nadar. Uma vez peguei uma cueca de painho aí fui tomar banho.

A Figura 36 data a década de 1979, e está relacionada com o depoimento acima. No canto superior direito, por sobre o telhado é possível verificar uma porção de água verde, era do Dique. Ao descermos para o Bom Juá podíamos vislumbrar a beleza das águas desde o alto da Fazenda Grande do Retiro. Nessa imagem também podemos ver o leiteiro que percorria e percorre as ruas do bairro vendendo leite.

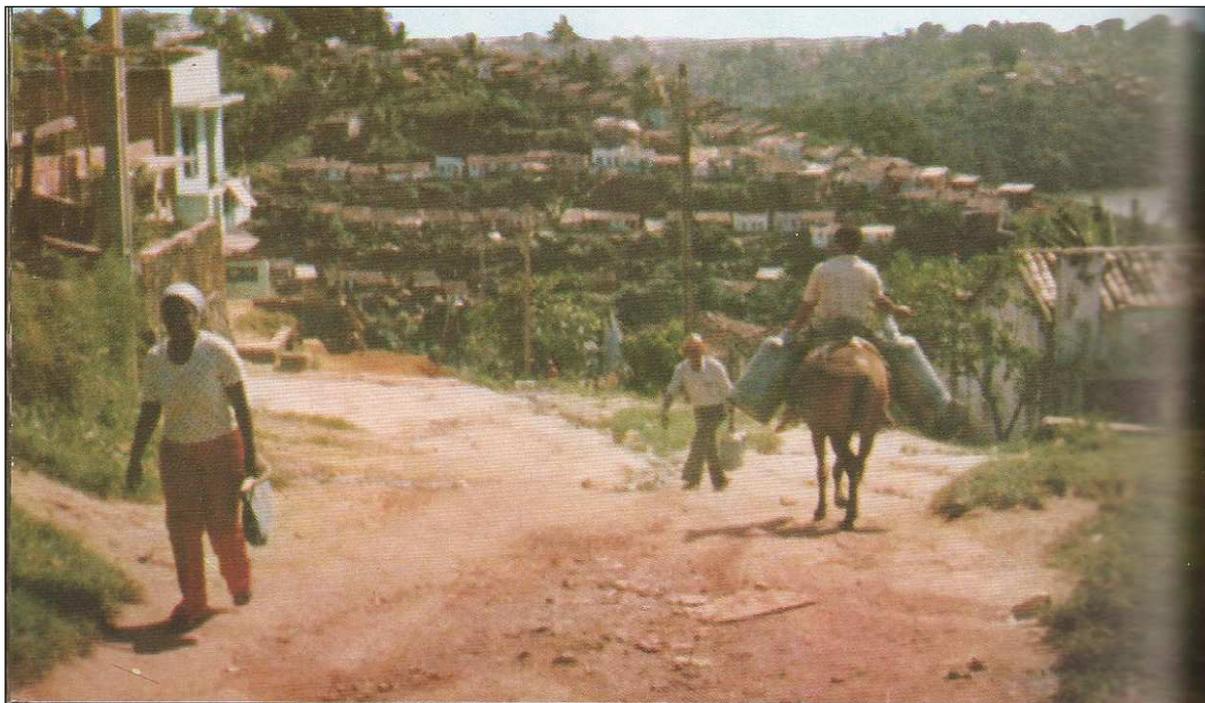


Figura 36. Fonte: PELLEGRINI, 1970. Rua Armando Torres. Casas com platibanda no alto do morro e na esquina do lado direito. O que representava status do morador por que seguia o estilo moderno da época.

⁷¹ Essa expressão é utilizada em Salvador para demonstrar que se existe necessidade de fazer alguma coisa, ela será feita independentemente do que seja e de qual obstáculo esteja impedindo.

Para entender Bom Juá é necessário conhecer a formação da cidade de Salvador e o que subjaz sua africanidade. Imigravam para a Bahia por via do tráfico criminoso desumanizador constantemente milhares de africanas(os). Viana Filho (2008, p 143-154) indica que na Bahia existiam 2.715.155 até o ano de 1852, dados corroborados por Nina Rodrigues (2004, p. 29) para a população brasileira, sendo 1.045.000 brancos; 788.728.000 negros e 259.000 índios. No Recôncavo desembarcavam muitos africanos que na época contava com mais 60% de sua população escravizada que se ocupava do cultivo da cana-de-açúcar e fumo (SOUZA JUNIOR, 2005). Atualmente o IBGE apresenta os seguintes dados para Salvador em 2010. Brancos 20,3%; Pardos, 63,4%; pretos 15,7%; amarelos e indígenas 0.6%. Os pretos são a “minoría”, o Brasil permanece como a meta da ideologia do branqueamento e da mestiçagem em detrimento do reconhecimento da negritude/pretidade/afrodescendência desconsiderando os pardos, que também são afrodescendentes.

A migração desde o Recôncavo para Salvador se dá por conta das cheias do Rio Paraguaçu e decadência econômica. Com ela vem o candomblé nagô, o que a pesquisa não verificou a correspondência em relação aos candomblés que existiam e existem no Bom Juá. Dos grupos chegados do continente africano se destacam Nagô, Gege, Angola, Mina, Ansá, Congo, Benin, Tapa, Benguela, Cambinda, Carabari, Codá, Mofiambagira, Bonan, Barbá, Santo Tomé, Cotocori, Medubem, D’Agomé, Moçambique, Calabá e D’Costa. As ocupações de destaque eram o serviço da casa e da enxada. Sapateiro, ganho, cozinheiro(a), lavoura, carregador, barbeiro, fumeiro, feitor, alfaiate, lavadeira, pedreiro, pesar tabaco, canoieiros, marinho, engomadeira, carpinteiro/aprendiz, costureira, vendeira, vaqueiro, carreiro, caldeireiro, tecedor de tecido, oleiro e rendeira. As festas eram as de candomblé extremamente ligadas à do Levanta Pau da Bandeira⁷³ regadas a samba de roda tocado na palma da mão, caixas de fósforos, panelas. E na culinária pratos de bolos e frigideira de bacalhau. (SOUZA JÚNIOR, 2005).

O bairro nasce na década de 1940 e a sua população resulta do trânsito migratório de descendentes de africanos do Recôncavo baiano (PELLEGRINI 1982). O Bom Juá se constituiu inicialmente de pequenos casebres autoconstruídos por pequenos agricultores, proprietários de hortas que habitavam a parte baixa. Esses

⁷³ Essa festa é comemorativa ao enfrentamento dessa população a expulsão dos portugueses, consiste em colocar os mastros nos limites da cidade.

souberam aproveitar o que de melhor existia no local⁷⁴ coincidindo com a pesquisa de Sousa Junior (2005), que relata os ofícios relevantes em Cachoeira, as festas e religião professada, o candomblé. Em Bom Juá lembramos o de Joãozinho da Goméia um dos maiores babalorixás de Salvador. Coincidindo também com as atividades econômicas locais e a chefatura feminina das famílias. A chefatura feminina é notada por Pellegrini (1982), mas não explorada a barreira impeditiva para as mulheres negras e a exclusão do homem negro do mercado de trabalho. Nem os vários ofícios exercido por eles extintos no pós-abolição. Também não visibiliza o protagonismo feminino das mulheres africanas e afro-soteropolitanas⁷⁵, é digno de nota que no continente africano era pujante o protagonismo feminino. No Brasil, a mulher negra para garantir o sustento da família trabalhava/a como empregada doméstica

Ao homem negro, despreparado e marginalizado do processo de industrialização nascente, restam as tarefas sociais mais humilhantes e a marginalização. Neste contexto, a mulher negra tomará a si a responsabilidade para manter a unidade familiar, a coesão grupal e preservar as tradições culturais. (OLIVEIRA, 2003 p. 94).

Importante ressaltar que para o Bom Juá vieram juntas a agricultura e a arquitetura, que inicialmente reproduziam as condições de vida vivida no campo. Exemplo de casas com corte oblíquo na fachada, cores fortes azul e verde contrastando com tons leves o rosa e pinturas brancas nas soleiras das portas (PELEGRINI 1982, p. 47). Dos cortes oblíquos há informações segundo Ramos (2007, p. 137), que esses representam um estilo do modernismo o que as populações pobres também seguiam e também representava *status* para o dono da

⁷⁴ Dados importantes relativos à formação da comunidade de Bom Juá podem ser encontrados no livro **Bom Juá**: um estudo de geografia urbana (1982), que apresenta a pesquisa do Professor Giacomo Pellegrini, que afirma o trânsito migratório e a direta descendência africana dos moradores de Bom Juá. Coincidentemente os dados coletados por Vilson Caetano de Sousa Jr no seu livro **Nagô**: a nação de ancestrais itinerantes, resultado da pesquisa apoiada pela FIB - Centro Universitário, Fundação Palmares e Universidade do Estado da Bahia, apresentam os ofícios dos negros africanos na região do Recôncavo Baiano, mais especificamente Cachoeira de onde muitos dos primeiros moradores são oriundos e o trabalho da enxada e pedreiro se destacam.

⁷⁵ Obtém-se maiores informações em RAMOS, Maria Estela Rocha. Origens da Segregação Espacial da População Afrodescendente em Cidades Brasileiras. In: **Espaço Urbano e Afrodescendência**: estudo da especialidade negra para o debate das políticas públicas. CUNHA JUNIOR, Henrique e RAMOS, Maria Estela Rocha (Orgs.). Coleção Diálogos Intempestivos. n. 44. Fortaleza: Edições UFC. 2007. BARRETO, Rosivalda dos Santos. Mulher e poder: a perspectiva de alunas(os) e professoras(es) do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães. In: **II Congresso Baiano de Pesquisadores Negros**. Feira de Santana Bahia. 2009.

casa. Em Bom Juá, embora a pobreza extrema a população adotava esse estilo. É possível ver no passado e ainda hoje alguns desses modelos nas Figuras 36, 49 e 50. Se esse estilo de construção denotava as condições dos moradores, significa dizer que a população de Bom Juá, tinha um razoável poder aquisitivo, mas foi segregada, confinada à pobreza e ao descaso, ambos promovidos pelos poderes públicos, isso é um esquema característico do racismo estrutural antinegro. Algumas casas ainda guardam esse tipo de construção, bem como a população os laços de comunalidade, solidariedade e convivência coletiva, que é uma herança africana que denota objetivamente em nota de rodapé Pellegrini (1982)

Nas entrevistas realizadas em agosto de 1977, entre os aspectos característicos da vida do bairro, aparece frequentemente não apenas os problemas com vizinhos, suas brigas, mas também a solidariedade e a ajuda recíproca dos vizinhos nos momentos de dificuldade. Em outros termos, o tipo de relação interpessoal criado com a vizinhança é praticamente familiar. Neste sentido, é indicativa a relação que as crianças têm com os adultos. A instabilidade nas relações filho-genitores e em particular é atenuada com a multiplicidade de figuras paternas e maternas existentes na vizinhança que, sem qualquer responsabilidade jurídica, exercem notável influência psicológica afetiva. O lugar em que se dá essa relação interpessoal é mais uma vez na rua, com seus buracos, com sua falta de esgoto, com seus montes de lixo, com seu barro vermelho, perenemente presente na época das chuvas e perigosamente escorregadio. Se por um lado as ruas são um elemento de peso negativo nas vidas e saúde dos habitantes do bairro de Bom Juá, são por outro lado, rudimentares, em eficientes canais de socialização, principalmente para as crianças.

É explícito o descaso dos poderes públicos com esse território, e o processo de desertificação das relações sociais ao nível habitacional, mas também o é

A questão do conhecimento, da memória e sua transmissão. Não se pode falar de uma identidade africana única, onipresente em toda a parte do planeta. Contudo, há uma experiência histórica que irmana todos os negros do mundo: a diáspora. O sequestro dos africanos de seu continente, o tráfico escravocrata – crime contra a humanidade, a exploração da mão de obra negra, o ataque etnocentrista a cultura e tradição africanas, resultou numa experiência dramática que interliga, política e socialmente, todos os africanos e seus descendentes espalhados no globo. (OLIVEIRA, 2003, p. 84)

A inexistência de igrejas protestantes, a comunalidade e a prática exclusiva da religião do candomblé Pellegrini (1982 p. 69) também explicam os laços comunais existentes em Bom Juá. Podemos dizer que sobre essa cosmovisão de base africana, em meio à pobreza de Bom Juá quando de sua formação

A integração possibilita a conjugação das diferenças. A integração na visão africana supõe um todo orgânico que contempla as diferenças. Não há diferenças que possibilitam a desagregação do conjunto, do todo orgânico. O que há são possibilidades diferenciadas de arranjos sociais, culturais etc, sempre flexíveis, sempre possíveis de novos arranjos... O que há são várias faces que compõem uma mesma rostidade (chamaria também de identidade), um mesmo organismo. Vale o princípio da inclusão! (OLIVEIRA, 2003, p. 116-166)

No que toca a habitação é digno de nota que desde a década de 70 Pellegrini (1982) evidencia que as cores das casas e sua personalização escondiam a tristeza. Demonstrava o otimismo nessa população, o som dos objetos percussivos de metal, rádios, o cantar do galo pela madrugada, o grito das crianças e o latir dos cães à noite, mais aproximava esse bairro a um lugarejo com características próprias o que também já caracteriza esse território, semelhante às narrativas de (BÂ 2003) quando relata suas experiências de infância no Mali. Atualmente as modificações ocorreram por conta da modernização nas construções e o crescimento acelerado da população, mas ainda existem algumas raras casas que guardam a mesma aparência das inicialmente construídas e o laço de solidariedade permanece.

Os ambientes que congregavam as pessoas no bairro compreendiam o Armazém do Povo, a Praça Eunápio de Queiroz, a escola, o posto médico, a igreja e a padaria. Quanto ao lazer em parte era fruído na praia, televisão, leitura e cinema. Contudo os bares eram e são pontos centrais de encontro, principalmente para os jogos de dominó. A casa ou a conversa com os vizinhos era o lazer de 80% da população. Nesse rol encontrava-se a briga de galo, jogo de futebol, bilharzinho nos bares e as batucadas; serenatas e samba de roda além dos rádios. Existia uma rádio comunitária entre os anos de 1961 até finais até finais da década de 80. A música é um ponto a ser salientado, nas ruas, nas festas de aniversário e batizado onde eram são servidas feijoada, cachaça ou batida de limão⁷⁶ e naturalmente reitero o samba de roda (PELLEGRINI, 1982).

Outros fatos e locais que me vem à memória, são a fonte de D. Joana, figura 49 onde carregávamos água para beber e uso diário. O dique onde minha mãe e outras mulheres iam lavar roupas todas as quartas-feiras e retornavam à tarde com suas peças enxutas e as brincadeiras às margens do Dique. Nesse dia caminhávamos desde nossas casas, atravessávamos a BR 324, nós, crianças as

⁷⁶Bebida alcoólica feita com cachaça, limão e açúcar ou mel.

acompanhávamos nossas mães e enquanto elas lavavam brincávamos às margens do rio e se banhar. Lá existia uma lavanderia para a comunidade utilizar, era um ambiente lindo repleto de verde, pequena queda d'água, possível de ser visualizada em parte a água na Figura 36. Para mim era semelhante à mata do livro a Ilha Perdida, Dupré (2002), nessa história Henrique e seu primo vivem uma aventura fantástica e inesquecível numa ilha.

O aumento populacional da comunidade no decorrer do tempo acompanha a industrialização crescente da cidade de Salvador. Uma nova ordenação do uso do solo veio causar a calamidade que será relatada posteriormente. As hortas desapareceram e em seu lugar erigidas novas construções desde o Bom Juá até o bairro da 7 Portas, inclusive o falido matadouro que ficava no bairro do Retiro, no largo em frente ao colégio do Serviço Social da Indústria, cujos trabalhadores seriam os desempregados que iriam ocupar as vagas nas indústrias.

No caso do Bom Juá, a teia de relações que se construiu em torno da solidariedade, a partir das transformações ocorridas e as atividades aqui descritas formam sua identidade. Agora compreendo que isso é um legado de base africana através da arquitetura de famílias extensas⁷⁷, das atividades comemorativas e a forma de agregar os recém-chegados, ser primo, parente malungo “é gozar de prerrogativas de outros membros que compõem a grande teia [...] tendo sua família destruída, o africano reconstruiu os vários laços que davam significado a sua identidade através de vários caminhos.” (SUOSA JUNIOR 2005, p. 93).

Essa identidade marca a convivência fazendo emergir a gênese do movimento social no bairro, que de acordo com Lima (2002, p. 16) é a sociedade instituindo novos lugares sociais. Tratando-se de um espaço (novo) de realização de potencialidades. Esses lugares determinados pelo sistema racista criminoso são recusados pela população pobre e descendente de africanos com foi recusado no Bom Juá na sua luta por escola, principalmente por existir muita criança fora dela, e um número elevado de adultos analfabetos como assinala (PELLEGRINI, 1982 p. 55). Essa consciência reivindicatória data do início da década de 50 atingindo seu ápice entre finais da de 1959 a início da de 1961, através da associação de

⁷⁷Na África os laços familiares extrapolam a família nuclear: esposo, esposa e filhas(os). Esta relação resulta na família-aldeia responsável pela sobrevivência da comunidade. É esta unidade familiar garante a existência do grupo. OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. (2003, p. 56-57).

moradores denominada Sociedade do Bairro. Essa realizava torneios de dominó e futebol, assim como festas concomitantes às reivindicações. Foi responsável pela abertura da Rua Direta de Bom Juá, única via de acesso; a construção da Escola Xavier Marques; terraplanagem de áreas degradadas, manutenção de algumas ladeiras, água encanada, energia elétrica em algumas zonas do bairro, contenção de algumas encostas e drenagem do riacho que perdera sua vitalidade porque se tornou local de coleta de dejetos sanitários da Fazenda Grande do Retiro.

Lentamente houve o desinteresse e abandono dos órgãos públicos e autoridades políticas pela comunidade. Porque as melhorias anteriormente citadas tinham cunho eleitoreiros e decorrente a esse fato a decadência da militância, que resulta no encerramento das atividades da Sociedade. Os moradores mesmo assim continuam sua atividade e em meado da década de 1960. Nesse mesmo ano na emergência da Teologia da Libertação, recebem ajuda humanitária de um grupo italiano que construiu um pequeno posto de saúde e foi ampliado posteriormente. Estimulou também à criação em 1973 da Associação Centro Social Fraternidade Bahiana⁷⁸ depois de criada a Opera e Fraternità Bahiana⁷⁹ no ano de 1970. Retomou-se as atividades militantes com os moradores e igreja católica como o movimento das comunidades eclesiais de base. A ajuda externa corroborou para os avanços e conquistas sociais os quais serão apresentados no decorrer do trabalho.

O abandono, o crescimento populacional, desestruturação e erosão do terreno argiloso causaram grandes catástrofes. Os recém-chegados se acomodavam nas habitações algumas vezes improvisadas, e o bairro se transformou num bairro de passagem, de fluxo migratório e as condições de vida ficaram mais baixas. No ano de 1966 a chuva que durou 13 dias inundou a Rua Direta e as pessoas trafegavam de canoa, as casas ficaram submersas, sem vítimas. Aurélio Sena foi um dos moradores que colaborava com sua canoa na travessia dos moradores para saírem do bairro. Porém no ano 1971 houve novo dilúvio com 16 mortes e 180 famílias desabrigadas. Em 1974 a tragédia se repete com 6 mortes e mais 180 famílias desabrigadas e em 1978 mais 40 famílias desabrigadas em consequência das chuvas torrenciais e descaso das autoridades

⁷⁸ A palavra baiano(a) não é grafada com a letra [h], porém a Opera e Fraternità Bahiana entidade italiana que subsidia financeiramente a associação de moradores, adotou a palavra baiana escrita com a letra [h] conforme a grafia italiana. Por esta razão todas as vezes que a palavra estiver escrita com [h], estou me referindo a associação de moradores de Bom Juá..

⁷⁹ Associação criada por incentivo do Pe. Renzo amigo do Sr. Sergio Camelli com amigos italianos dispostos a oferecer ajuda humanitária e formação religiosa à comunidade de Bom Juá.

públicas (PELLEGRINI, 1982, p. 64-67). Nesse momento era possível cuidar, mesmo que precariamente, da saúde das crianças por que em 1967 foi inaugurado o posto médico com voluntariado de uma pediatra italiana.

A Prefeitura da cidade de Salvador preocupada em resolver o problema da pobreza, crescimento populacional e o saneamento básico resolve numa ação fabulosa trocar as calhas coletoras de água pluviais por ERD (Escadarias e Rampas Drenantes). Como nos mostra Bonfim e Santana (2008), a RENURB (Companhia de Renovação Urbana de Salvador) instala as ERDs Figura 38, essas concomitante serviriam para escoamento das águas pluviais, esgoto das casas e passagem para os moradores nos locais com áreas difíceis como Bom Juá⁸⁰. Com diz o ditado popular *Matar dois coelhos com uma cajadada* e eu digo: - *Matariam dois coelhos e vários afrodescendentes em uma cajadada*. Quer dizer causando mortes de pessoas negras. São danos da modernização causados sobre o indivíduo, o coletivo e à urbanização.

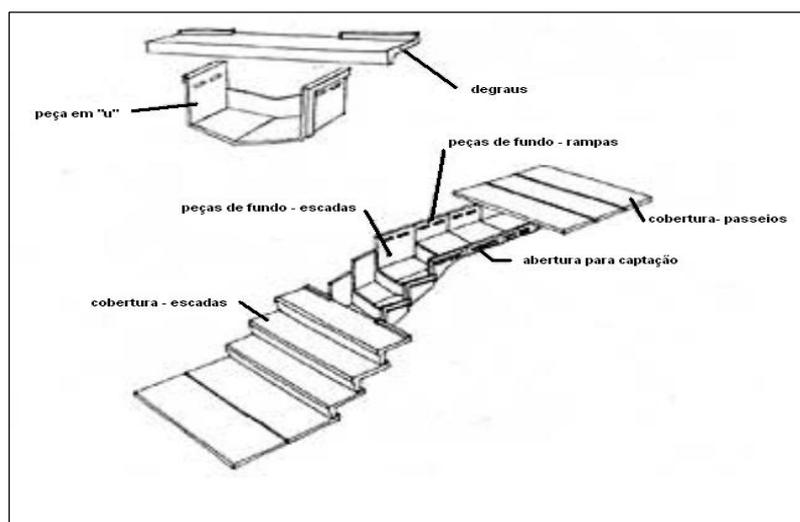


Figura 38. Fonte: BAHIA, 2008. Escadarias drenantes. Comprar às Figuras 35 e 36.

Novas catástrofes atormentam o Bom Juá no ano de 1989, desaba parte de um morro Figura 36 causando a morte de um pai de família que deixa 3 crianças órfãs, e um saldo de 60 famílias desabrigadas, e mais 350 pessoas ocupando a escola Comunitária de Bom Juá. Dalva, afilhada de Nanau, morre soterrada com

⁸⁰ Salvador é uma cidade composta de muitas ladeiras e morros, com habitações e construções inadequadas para a qualidade do terreno como foi amplamente citadas nesse trabalho. As ERDs foram colocadas também em muitos bairros, exemplo, Engenho Velho de Brotas, São Caetano, Rótula do Abacaxi, Pernambucoés e Retiro.

seus três filhos. Degoli (2006, p. 66-67) aponta um novo fluxo migratório depois de 1976 e outro em 1983. Diante do exposto é possível afirmar que o aumento populacional desordenado, o uso do solo desgastado pela erosão e desestabilização causados por novas construções, e o desleixo dos poderes públicos com ausência de manutenção nas grandiosas ERDs foram responsáveis pelos desmoronamentos posteriores na década de 1980 causando mortes e tamanha desgraça, Figuras 39 e 40⁸¹.



Figura 39. Fonte: BAHIA, 2008 ERD Pernambuco.



Figura 40. Fonte: BAHIA, 2008. ERD, Calabar.

Diante das catástrofes desencadeadas pelas escadarias drenantes a prefeitura em uma obra de manutenção remediou o problema. Colocou tubos sob os degraus onde escoavam as água de esgoto e pluviais como mostra a Figura 41.



Figura 41. Fonte: Arquivo pessoal. 2011. Bom Juá.

Assinalo que em 1978 essa população era de 5.000 pessoas havendo um aumento significativo no ano 2000 para 67.755 pessoas entre Fazenda Grande do

⁸¹Utilizei fotografias de outros bairros de maioria afrodescendente e do de Bom Juá para destacar o descaso da administração municipal com essa população na cidade de Salvador e o estado de abandono que permaneciam as ERDs.

Retiro e Bom Juá (DEGOLI 2006, p. 67)⁸². Após essa calamidade o canal foi coberto no ano de 2002, o que agrava mais o problema. A Figura 41 e 42 apontam o descaso com a saúde, habitação, saneamento básico ainda inadequado evidenciando o permanente desprezo e extermínio vagaroso dessa população.

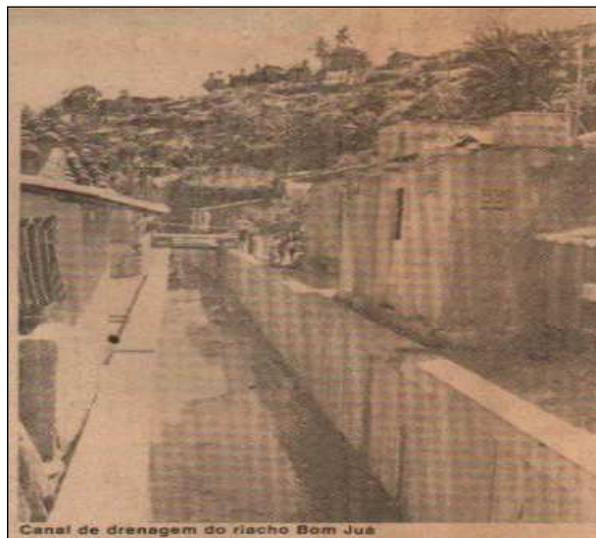


Figura 42. Fonte: Jornal Correio da Bahia. 10.07.1981. p. 6.

Segundo a prefeitura a cobertura do canal Figura 42, foi realizada para prevenir alagamentos. Contudo, receberia as águas pluviais e esgotos da Fazenda Grande do Retiro, São Caetano, Goméia, Sussunga e outros bairros da parte alta, os dados estatísticos apontam para o aumento populacional. Se analisarmos bem, essa prevenção é contraditória, por que o esgoto escoado no canal de Bom Juá será duplicado e os danos provocados serão maiores.

Associação Fraternitá Bahiana e a Associação Centro Social Fraternidade Bahiana filiada à FABS⁸³, impulsionaram o progresso do Bom Juá. Pode-se notar a construção da Escola Comunitária de Bom Juá, Creche Casa da Criança, a Igreja de Santana padroeira local, Posto Médico Comunitário de Bom Juá, que inicialmente abrigara salas de aula, e a Biblioteca Comunitária de Bom Juá onde funciona o Projeto Gente Nova. Melhoram as condições habitacionais devido à continuidade da luta e organização dos moradores em caravana para os órgãos públicos municipal e estadual, causando tensões que resultaram em asfaltamento, implantação de

⁸² Os dados não foram atualizados porque o IBGE não disponibiliza da delimitação dos bairros de Salvador dispõe apenas de dados referentes á capital no geral.

⁸³ Federação de Associação de Bairros de Salvador, fundada no ano de 1979. Objetiva congregar as associações de moradores do município de Salvador.

transporte coletivo, ampliação do serviço de água e energia elétrica, celebração de convênios com estado e prefeitura para lotar/empregar profissionais nas escolas, creche e posto de saúde que fossem moradores do bairro obtendo êxito.

No ano de 1981 foram implantados 32 pontos de energia elétrica no bairro em 15 ruas. Vale destacar que nessa mesma época foram contemplados os bairros da subúrbana Lobato, Mata Escura, Itacaranha, Escada, Alto do Cabrito, Periperi, Paripe, Coutos e Pirajá, de acordo com a matéria do Jornal Correio da Bahia, 20.11.81, p. 6. A pesquisa de Degoli (2006) ressalta algumas transformações pontuais no bairro, mas perpetradas algumas deficiências. A urbanização é algo concreto, mas o desprezo pelos poderes públicos é permanente, tornando plausível e fortalecendo o conceito de um bairro subnormal, a Figura 43 não deixa dúvidas que a abolição da escravatura não resolveu os problemas da população negra, aí outrora fora construída a primeira fonte do bairro hoje é um ponto de lixo.

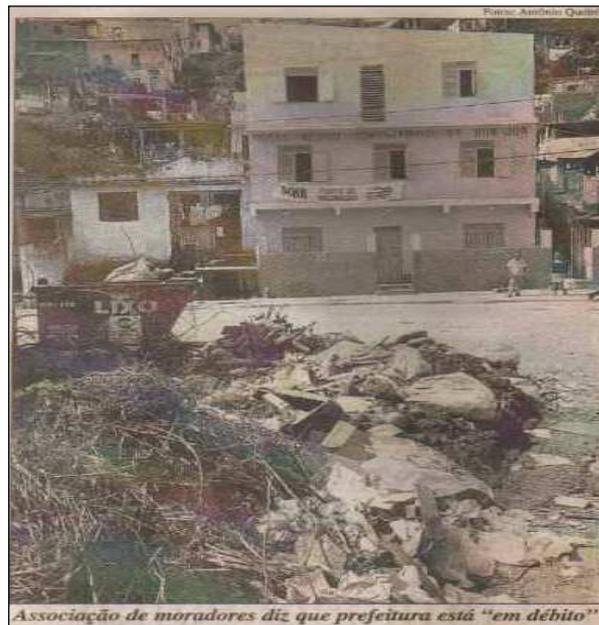


Figura 43. Fonte: Jornal A Tarde. 08.12.2001, p 4. Posto Médico de Bom Juá.

Embora estruturado, o bairro continua desprezado pelos poderes público, uma imagem gritante do racismo criminoso capitalista antinegro, que fortalece também o conceito de periferia. A pesquisa de Pellegrini (1982) embora não focalize o racismo estrutural, faz referência a elementos que confirmam esse tipo de racismo imposto sobre a população dos descendentes de africanos, se estendendo por toda a América Latina, onde os bairros subnormais são compostos por moradores descendentes de indígenas e negros.

A pesquisa de Vincenzo Degoli, intitulada Bom Jua' Trent'anni Dopo. Evoluzione di una periferia, realizada nos anos 2005 e 2006 indica algumas modificações e permanências no bairro. A evolução significativa do bairro denota também entraves responsáveis pela permanência das desigualdades sócio-raciais tangíveis à estrutura sanitária, de saúde e educacionais, o que nos remete a questionar os motivos dessa estagnação, visto que os bairros nobres em Salvador visivelmente são sempre beneficiados com ações governamentais. Em Salvador foi percebido o seguinte: ausência de educação sexual e o sistema educacional inadequado; desemprego e baixa renda per capita atingindo os soteropolitanos moradores das periferias. Essa situação se agrava mais para as mulheres, os seus resultados são os seguintes

Os dados mostram que a maioria das condições dramáticas da vida estão relacionados com a situação econômica da maioria da população desta área suburbana conhecida como 56. A 33,53% com mais de 10 anos de idade parece estar desempregado e não estudar e 64,56% deles são mulheres. 14,95% dos que trabalham ganham menos de um salário mínimo. Estes dados são agravados decorrentes da escolaridade insuficiente e recebeu o baixo nível do sistema escolar que é acessado pela população deste bairro: 4,77% da população acima de 10 anos de idade foi para a escola, 12,95% disseram que não tinha passado a terceira série (já que é considerado necessário para evitar ser considerados analfabetos no Brasil), enquanto apenas 6,55% foram aprovados no ensino médio. (DEGOLI 2006, p. 68-69, tradução nossa)

Durante a república no Brasil houve o ordenamento do solo onde a população migrante afrodescendente foi expulsa para as periferias ficando confinados nela. Dessa forma o bairro de Bom Juá guarda as marcas da periculosidade que foi atribuída aos descendentes de africanos, por se rebelarem contra o sistema capitalista desumanizante que os oprimia e oprime até hoje, assim podemos ver o que ainda apresenta a tese de Degoli (2006)

O conhecimento do bairro de Bom Juá é muito limitado porque muitos cidadãos de Salvador vai simplesmente defini-lo como um local perigoso e tentará evitá-lo, e muitas pessoas não sabem sequer que ele existe. (DEGOLI 2006, p. 83) [...] Em vez disso, ela vive um conflito entre a polícia e a denuncia do povo de Bom Juá. Os moradores locais são muitas vezes vistos na polícia corrupta e racista como um inimigo a ser evitado tanto quanto possível. (DEGOLI 2006, p. 90, tradução nossa)

Quanto às mulheres em Bom Juá ainda permanecem na chefia das famílias e as famílias extensas esse traço da cultura de base africana permanece. No decorrer desse texto quando nas reflexões sobre a infância e a infância afrodescendente, veremos a importância da criança e da família para a cultura africana e em alguns aspectos para a de base africana, o que pode se caracterizar

pela forma como as famílias se constituem nos bairros de maioria afrodescendente e enfrentam as dificuldades postas para elas no cotidiano.

As condições habitacionais foram se deteriorando pelas condições oferecidas a essa população. O sistema capitalista eurocêntrico que se impôs no Brasil, não permitiu que os afrodescendentes se organizassem de acordo com o que prima a cultura de base africana, que é a sociedade coletiva e território de convivência. Primamos então pela liderança familiar feminina e vizinhança, algo similar ao parentesco

cujos graus de parentesco são entre vários, é também a mulher que muitas vezes tem a tarefa de cuidar de uma família grande (igual a 5,64 pessoas por domicílio). (DEGOLI 2005, p. 74, tradução nossa)

Em Bom Juá o desemprego atualmente é menor para os homens comparado às mulheres, mas acrescento que as profissões continuam sendo as importantes, mas de menor prestígio. Vimos anteriormente quais as profissões destinadas aos africanos que passaram a ser desempenhadas pelos afrodescendentes e muitas delas desapareceram (estivador, açougueiro), surgindo (técnico de informática) e permanecendo outras como pintores automotivos e de residenciais; pedreiros e mecânicos.

A educação e escolarização foram negadas aos escravizados e dificultada para os libertos. Na tentativa de educar a população negra houve o empenho de professores afrodescendentes como Pretextato, século XIX, das irmandades, do Teatro Experimental do Negro, e as pedagogias populares (SAVIANI 2007). As universidades foram restritas à elite dominante e a qualidade da educação básica foi tomando formas que atendia ao mercado capitalista e industrialização, perdendo paulatinamente sua qualidade em termos gerais. O que não difere do apresentado no quadro 1 e 2 no século XVIII. Hoje permanecemos num sistema estruturado sobre a exclusão e desemprego que atinge mais ainda a população afrodescendente, quero dizer que tanto o emprego quanto a escolarização foram oferecidas em desigualdade perpetuando o fosso desigual entre euro e afrodescendentes. Em Bom Juá

Quanto aos dados os homens são diferentes tanto em termos de salários que são geralmente mais elevadas, tanto em termos de atividades, mas também para o fato de que os empregos são muitas vezes mais casual, Também a taxa de desemprego é significativamente menor chega a atingir 31,3% dos entrevistados. As atividades das mais comuns são as de pedreiro trabalho dos 20,8% dos entrevistados, motorista 10,4%; mecânico de 4,4%; pintor 2,9%; operador de meio ambiente 2,9%; segurança de

guarda de 4,4%; vendedores ambulantes 1,4%. (DEGOLI 2006, p. 97, tradução nossa)



Figura 44. Fonte: Arquivo pessoal, 2011. Liderança feminina de Bom Juá.

Os moradores de Bom Juá têm uma marca indelével da luta por melhorias no Bairro. Desde que ele surgiu era mato, verde, natureza. As palavras de Amélia Felicidade de Jesus Cerqueira Figura 44, nascida em 05/07/1946, moradora do bairro desde 1951 fazem uma retrospectiva de como o bairro se desenvolveu e da forma que o capitalismo se

apropriou. Optei por colocar o seu relato na íntegra por que jamais iria fazer uma descrição como a depoente sobre o surgimento do bairro.

A minha infância foi muito boa, tive muita liberdade, assim no sentido de que não ter a preocupação que a gente tem hoje com a violência. Tinha bastante árvore, tinha tranquilidade, não tinha luz, não tinha água potável, não tinha transporte. Então aqui tinha bastante espaço muito verde porque essas descidas que tem ai de Marotinho de Fazenda Grande onde você mora hoje, só era mato, essa área todinha daqui, isso aqui onde estou era mato. E os caminhos eram aqueles caminhos feito uma trilha, não tinha rua, não tinha escadaria nada disso, não tinha esgoto, tinha bastante aqui era horta. Tinha roças, fazendas. Aquela área onde você mora era a fazenda de Dr. Rubens. Então aqui, Manoel Menezes que era aqui desse lado da Goméia. Tinha Hélio Machado, tudo era assim dividido quer dizer, a fazenda e esse doutor, não era por que se formou, era doutor porque tinha dinheiro.

[...] Aí depois agente foi crescendo né, na base de meus 10 anos já via o pessoal se movimentando, se organizando porque pra carregar água, meu pai, ele acordava cedo e carregava água deixava dois três tonéis cheios. Pegava água ali onde é a escola Estrela do Amanha, naquele pedaço ali bem em frente tinha uma fontezinha pequena, porque ali onde tem Gilson⁸⁴, a Escola Municipal hoje, aquele pedaço da Escola Municipal, ali o fundo onde botam o lixo era um rio com pedras, que o pessoal descia desse morro todo pra lavar roupa. Aí pegava roupa esfregava e batia assim na pedra pra tirar o sujo. Quem tinha sabão lavava com sabão azul, quem não tinha pegava folha de nativo. Aqueles nativos grandes assim, pra esfregar que aquilo ali limpava a roupa. Aí depois estendia na perda pra quicar, então o pessoal ia de manhã lavar roupa já vinha de tarde com a roupa enxuta. Porque ali mesmo lavava nas pedras o sol batia e enxugava, cansei de ir lavar. [...]Do lado de sua casa você não vê um alto, do lado de cá? Aquilo ali tudo era jaqueira, mangabeira, pé de pitanga, os matos eram tão grandes pra você ter uma ideia, que hoje chamam BR 324, antigamente era Bahia Rio, então os gados eles vinham dos interiores pra ser morto aqui no Retiro. Ali onde tem hoje o SESI⁸⁵ era o lugar de abater, ali os gados eram abatidos de maneira rude que aqui era daquele tempo e aí o povão ia pra lá pra

⁸⁴ Era dono do maior mercado local.

⁸⁵ Colégio do Serviço Social da Indústria.

comprar, 6 horas da manhã, 5 horas da manhã pra comprar o balaio de... chamava bozó, era um balaio de carne que vinha feto, vinha carne mole, vinha carne de chupa molho, de peito, ali era para o povão pobre comprar, as partes melhores ia para os que tinha grana né, o restante então o povão ia comprar, então o que é que acontecia? Quando esses gados vinham de Feira de Santana, desses lugares por aí que eles se espalhavam vinha pra dentro do Bom Juá, se escondia, dentro dessas mata, pra você ver quem era o Bom Juá. Minha infância foi essa.

Seu Tonhó, então ele já trabalhava como cabo eleitoral, aquela coisa de... quem não sabia mesmo nada pegava no pesado. Mas, a união do povo tava ali. Quem tinha conversa bonita durante a semana ficava com os políticos negociando, e quando era no domingo então juntava aquele pessoal que trabalhava a semana toda, que não tinha tempo pra tá participando das reuniões, iam para as decisões concretas que era ter que abrir mato, 'vombora' abrir mato, tem que cavar buraco, tem que cavar buraco. Cavou a fonte de Bom Juá pra poder ter água pra beber, conversando com os políticos, arrumou cimento, pedra que já tinha ali do próprio riacho e o cimento pra poder fazer a boca da fonte da rua.

Então pra poder vir luz pro Bom Juá, Eunápio de Queiroz que é o nome que leva a praça, ele prometeu que se no dia da eleição ele tivesse colocado luz do Retiro até ao final linha de Bom Juá, ele aceitava o voto da gente, caso contrário não. Voto da gente vírgula, o voto de meu pai que minha mãe não votava que naquela época mulher não votava. Ele garantiu e ele realmente cumpriu com a palavra, e no dia da eleição ele teve os votos dele. Naquela época os postes não eram de cimento, nem ninguém vinha aqui trazer. Era de ferro, de trilho, então juntava aqueles homens pra ir lá no Retiro e nas costas trazer pra aqui. Aqui tinha um projeto (estalar de dedos), eu tinha 10 anos quando eu era muito curiosa e via Seu Popó, Seu Raimundo, meu pai, Cicílio, Cirilo um bocado de gente conversando sobre esse projeto que já Antonio Carlos Magalhães jovem, já junto com os outros já pensavam em acabar com o Bom Juá, por que o Bom Juá ficava próximo da cidade. Então eles pensavam que quando viesse com esse projeto pra ligar o Acesso Norte com a Baixa do Fiscal, eles tirem Bom Juá e botarem lá pro lado da Linha Verde. Onde está agora. Então tava incluído Bom Juá, Mata Escura, Bate Folha, Arraial, todo mundo, 'sartá fora'⁸⁶ daqui. Porque aqui dava para eles fazerem um condomínio, um negócio assim. Botar apartamento porque ficava fora da cidade, quer dizer o massacre já vem de ói (olhe) (estalar de dedos). Por que uma boa parte de gente que mora aqui no Bom Juá, já morou e também já saiu, veio dali da Lapa.

Associação: [...]porque quando nasceu era um pessoal lá italiano que mantinha por que não ia ficar assim e na verdade nasceu pra forçar a autoridade a fazer as coisas pelo bairro, por que eles não queriam fazer justamente pra poder a gente "se picar"daqui. Por que se a gente, por exemplo, o ônibus Lapa se estiver a estrada bonitinha sem engarramento, 45 minutos você sai daqui, tá dentro da Lapa, da dentro da cidade, não é? Não é chique? [O bonde tinha parada no Retiro]. Então naquela época eles já pensavam em mandar o pessoal do Bom Juá 'tomar juízo pelo corpo todo'. Porque foi que Renan Baleeiro, também Mário Kertsz quando chegou encontrou o ranço e queria tocar pra frente. Por que que ele queria botar o lixão da cidade no Arraial? Não era pra a gente "se picar" daqui?

Você, chegava nas repartições pra reivindicar as coisas o pessoal olhava você como se você não fosse gente, como se você não tivesse direito. Hoje ainda é assim não é? Nas enchentes na Escola Xavier Marques Tinha que botar tudo lá em cima, bastava a chuva estar na casa de Nosso Senhor.

⁸⁶ Isso quer dizer ir embora, sair do lugar.

[...] Seu Tonhó era um homem de peito, lutava ia pras reuniões e tudo, já os filhos dele não puxou todos a ele né! Infelizmente, né! Então assim como ele, muitas famílias naquela época o pessoal se unia dizia, bom amanhã agente vai lá no Centro Administrativo, poderia ser pra o Secretário da Educação, de Saúde o que fosse, vombora fazer um catadinho aqui! Num instante você conseguia dinheiro pra alugar dois, três ônibus, e povo de raça pra ir. Tinha uma senhora que morava na rua onde você mora, Dona uma velhinha que era irmã do pai de Litinha. D. Vicência. Cansou de ir com a gente, ia pras paradas com a gente, oxente e como! Mulher ousada! Oxente! Era do movimento! Ah! Muita gente. Não tá vendo dizer que a gente dizia tem que fretar um ônibus, as empresas não queriam dar um ônibus pra poder arriscar, né. Primeiro não queria ficar contra os grandes, e depois. Oxente, num instante fazia, passava uma lista. Tinha os responsáveis das ruas. Tinha liderança de rua. É por isso que no livro de Bom Juá, na época eu era vice-presidente,

[...] D. Timóteo era o presidente, era o presidente que assinava não é! Mas quem tava pra mexer aqui o concreto... O primeiro presidente da associação foi D. Timóteo porque ele era religioso, uma pessoa bastante conhecida, naquela época de ditadura tinha de ter alguém (risos!), ele também era do movimento, porque ele escondia lá no São Bento muitos, muitos, muitos e muitos presos políticos. Pe. Lourenço também visitava os presos políticos, dava cobertura tudo isso. Então tinha que botar ele lá. Agora ele era o presidente, na época eu era a vice, então era eu que encabeçava. Tinha um abaixo assinado, todo mundo assinava, do número 10 pra baixo, do 10 pra cima ninguém queria assinar porque ninguém queria ser o cabeça né, porque naquela época a polícia ia em cima do... então por isso que no abaixo assinado que tem na capa do livro, tá misturado mas lá dentro tem Assinado primeiro Amélia, Tertuliano de Jesus, minha família toda. Oh! Eu ia botar a família dos outros todo mundo com medo! Então assine aqui, Dalvinha, Rosí, Augusta a mãe de Rosí.

[...] Aí saiu eu, Maria Gorda, algumas mães no início, pra reivindicar uma creche no estado foi quando teve aquele espaço, lá aquele loteamento, lá no Marotinho que foi reservado uma área pra ser construída a creche e a gente lutou muito pra que não chegasse um esperto e ficasse com aquele espaço. Então a creche do Marotinho foi uma luta. Por que o pessoal daqui Silene o pessoal daqui tudo desceu só não eu que já não estava mais aí, e sim no setor. Então quer dizer mais ou menos, essa a situação do setor de curso, não foi pra frente porque com a política no geral acabaram com o Movimento e Ação Integrada Social que tiraram Waldir Pires, que o pensamento de Waldir Pires era um, o de Antonio Carlos Magalhães era outro. Aí acabou com o Movimento de Ação Integrada Social, acabou coma a Legião Brasileira de Assistência. Acho que só resta não sei se fechou um hospitalzinho que tinha lá no Garcia, não sei se ainda tem. Que eu levei muita criança desidratada, daqui pra lá.

A Escola Municipal Xavier Marques. A Escola Comunitária já estava super cheia, foi criado mais duas salas, cê vê que tem um salão embaixo aquela área e tem duas salas em cima, por que naquela época não existia pré-escolar, neguinho só ficava em casa só com 7 anos que ia pra a escola, então duas salas de pré-escolar pra que essas crianças que saem daqui já vá... ai resultado, mesmo assim não satisfazia, por que Arraial não tinha escola, a escola de lá a terra encobriu, a terra, os esgotos, a lama tudo encobriu. Então Arraial não tinha escola, Jaqueira do Carneiro não tinha escola, então vinha pra onde, pra Bom Juá a mais próxima, quem não conseguia ir ia pra Fazenda Grande ou ia pra San Martin. Aí disse não a gente não tem obrigação, todo mundo questionava na hora de fazer a reunião que a escola era pequena, que a associação deveria criar mais aí foi uma confusão associação não tem obrigação de fazer escola, quem tem é o governo, é a prefeitura. Então a gente começou a reivindicar o aumento

da escola porque a escola Xavier Marques, eram duas salas que funcionava quatro turmas, duas de manhã e duas de tarde. A gente começou a reivindicar foi aí que conseguiu através da Secretaria de Educação da prefeitura e tudo indenizar um bocado de casas, indenizou então tinha verba e área. Aí foi na época de Manoel Castro, que a gente disse não ia esperar que Antonio Carlos Magalhães vinha aí com os outros amigos dele, pra mandar os amigos, que ele iria ficar lá como governador, mas dando as ordens para o prefeito que ele empossou. Então vombora correr atrás.

[...] A gente foi marcar uma audiência com o prefeito, foi aí que o secretário, o que fica na frente atendendo, o cara que fica na recepção ele me perguntou em quem eu tinha votado. Em quem a gente tinha votado, escândalo né? Uma vergonha, em quem a senhora votou. Ah! quando ele me perguntou isso eu não contei conversa disse Deja, Deré, não sei quem, não sei quem, ele tá perguntando aqui em quem eu votei, vocês votaram em quem? Aí Deja cê sabe né? Isso é absurdo, aí começou fazer aquela zoadeira aí alguém passou, correu e foi falar com o secretário particular de Manoel Castro, que era Sérgio Borges. Aí Sérgio Borges mandou me convidar, mandou convidar o líder pra ir conversar com ele. Não aqui é um grupo, desce o grupo. Ah! mas não tem lugar de sentar. Não tem problema a gente fica em pé. Ah! mas só tem 10 a 15 minutos de conversa. Dissemos melhor ainda. Desce, desce eu sei que resultado éramos 12, aí a gente desceu 5 ou 6 e Deja ficou lá em cima. A gente desceu, desceu eu Deré e outras pessoas. Aí também perguntou o que tava acontecendo. A gente tá querendo marcar uma audiência por, isso, isso e isso. Somos de Bom Juá tá aqui a documentação, temos associação, tem essa reivindicação, já tem a área, já tem a verba. E a gente quer marcar uma audiência com o prefeito pra saber por que até hoje não foi feito nada. Aí ele disse que ele era secretário particular de Manoel Castro, que ele não fazia parte da política partidária, mas sim da administração e que ele ia encaminhar, que a partir daquele momento na hora que a gente chegasse lá não precisava da gente procurar o tal de Tapioca. Aí tá certo, marcou uma audiência com a gente, marcou logo pra conversar com ele já pra ele mostrar, puxar tudo da Secretaria de Educação e tal e marcar a audiência com o prefeito, então as coisas começaram a deslanchar, aí ele pediu pra gente fazer um mingau com o tal de Tapioca. Que era pra a gente contar tudo por escrito o que tinha acontecido e a gente assinar sem problema, aconteceu mesmo! Bom eu sei que daí o por diante, só que ele tinha uma outra intenção fazer tudo pra garantir uma liderança dentro do bairro.

[...] nossa intenção na época, a gente reivindicava uma escola grande com mais de 10 salas por que a gente pensava na época, a gente não tinha o ginásio então pegar as crianças da Escola Comunitária já jogar a noite aqui na Xavier por que deixaria de tá mandando o menino pra Maria Constância, São Caetano esses lugares mais distantes. Só que nessa época que estava construindo, a prefeitura tinha esse direito como a Escola Pirajá da Silva apesar de ser da prefeitura ela faz o Ginásio (atual Ensino Fundamental II) né, mas aqui a Pirajá já tinha iniciado, aqui ainda ia iniciar. Então veio aquele veto que o estado ficou com o Ginásio (municipalização) só que quando terminou que construiu veio inaugurar, já tava tudo na Secretaria Municipal de Educação de Salvador arrumado quem seria a diretora, quem seria a vice, os professores por que a escola tinha um ponto estratégico, o ônibus parava na porta. Então quem viveu atolado na lama, que saltava lá e que os alunos já sabiam que Pró Judite ia saltar lá e que ia se atolar na lama já saía, como Roberjane, com uma garrafinha de água pra ela lavar o pé. Que tinha isso, cê saía da escola com uma sandalhinha baixinha quando chegava lá lavava o pé e calçava um calçado bonitinho porque senão vc saía daqui atolado de lama. Quando chovia quem era que vinha, carregar com os professores e diretores os livros pra botar lá no alto? Né isso, era aquela diretora que estava desde o início que foi Judite que não desistiu. Agora na hora da escola bonita eles lá se arrumaram a gente se arrumou

também, aí na hora deles começarem a falar, que apresentou a comunidade, que a comunidade lutou, que não sei o que, que não sei o que, botou a comunidade lá em cima e aí perguntou se tinha alguém da comunidade pra falar. Resposta - Tem uma comissão. A comissão foi feita com Seu Manoel, Seu Coutinho, Seu Tonhó, Deja, eu, tinha outras pessoas, aí agente teve a honra de naquele momento, que era assim celebração dizer logo né, quem era a diretora Judite, quem era a vice, quem era a secretária, quem era tudo. Eles disseram: - Mas, já veio tudo arrumado. Arrumado e onde? Vocês vieram arrumados, nós já estávamos arrumados. E aí minha filha teve uma que disse assim: - Deixe eu sair por que Deja, botou aquela Cearense pra fora, Sergipana retada pra fora. Teve uma que correu logo para o ponto do ônibus. Oxente! 24 horas depois já veio um ofício dizendo que a escolha da comunidade foi a escolha mais certa. Todo mundo lá cavou, cavou, a gente agora vai aceitar? Então a história de que os professores saíram que vieram prontinhos 'deram no pé'⁸⁷

Maridalva Conceição Santos 20/11/1948, conhecida como Nanau, Figura 45, nasceu em Muritiba e morou no bairro desde 1958 até 2011. É técnica de

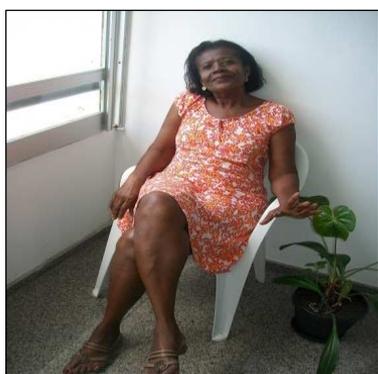


Figura 45. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.

enfermagem. Funcionária aposentada da Prefeitura Municipal de Salvador. Técnica de enfermagem da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Membro e Suplente da diretoria da Federação de Associação de Bairros de Salvador (1997-2000). Membro da associação de moradores do bairro de Bom Juá. Liderança do bairro de Bom Juá. Também imprimiu

muita garra para a melhoria dos bairros de maioria afrodescendente em Salvador como suas palavras confirmam a gênese do movimento social no bairro. Ela afirma que inicialmente não achava Bom Juá bom,

Aquela ladeira enorme, aquela baixada que só tinha, chovia tinha lama, tinha muita lama. Achava bom não. Sempre desabamentos e quer dizer, não era nem desabamento que nem dava pra desabar, enchente. Enchia o vale. Feio! Cheio de mato tinha poucas pessoas assim morando. Tinha Zé da Horta, meu pai não deixava a gente ir pra Bom Juá. [...] Achava que Bom Juá era lugar de marginal. E depois que foi chegando o pessoal, os italianos ele achava o pessoal... Ele chamava o pessoal de subversivo e comunista, foi bem nessa época ele não deixava, até a igreja quando começamos a participar a gente ia, mas conhecíamos os italianos, com os padres, padre Paulo, mas conhecemos na Fazenda Grande. Não conhecemos no Bom Juá. [...] Com 16 anos começamos a frequentar mesmo. Já tinha italianos aí. Pe. Lourenço foi chegando. E aí a gente ia pra a missa. E aí a gente começou a caminhada. Eu comecei essa minha caminhada assim no Bom Juá. Com o movimento social e movimento religioso.

Ditadura. Nós, (pausa), a gente não ligava muito (risos!). Sinceramente! Tinha muita coisa assim, tinha muito movimento, muito trabalho, muitas

⁸⁷ Expressão regional de Salvador que significa correr.

reuniões. O Bom Juá começou a nascer dali. Aí começou construir, construir, construir. Veio a Escola Comunitária. Então se alugava. Tinha uma casinha alugada que era a escola Comunitária. Outra que era pra trabalho social. Saúde. Antes era lá embaixo no fim de linha. Tinha uma casinha alugada, escola. Depois se alugou também lá na casa, na José Abade mesmo onde é a Biblioteca e a Comunitária. Alugada, depois se alugou uma casinha uma área. Uma casinha assim que ali tinha uma de seu Américo. Depois comprou a casa e ficou a escola ali, anos... naquele local ali. E o nosso movimento aí a gente começou a trabalhar, a gente não ligava muito, sabia que tinha polícia olhando ao redor nas reuniões que a gente começou a participar, reuniões fora da comunidade na paróquia. Mas, medo não tínhamos assim, aquele medo de policiamento. Tinha mais medo de apanhar! Que pai quando a gente ia para as reuniões ele batia. Mas das reuniões?! Era uma coisa assim era um desafio pra gente. A gente ia pras reuniões ia pra igreja, a gente partiu desse movimento social que era um movimento comunitário, mas um movimento religioso e a gente... e daí na igreja a gente fazia reunião, no centro a gente fazia reuniões. Tinha missa depois a gente ia para a reunião pra discutir problema de saúde, problema de infraestrutura do bairro e problema de educação, não ligávamos muito pra essa... e era uma época mesmo...! Estávamos na época da ditadura, época de barra pesada. Pra nos era o maior desafio, tanto que quando tinha as reuniões, reivindicações, a gente saía, alugava ônibus, ou juntávamos também com as comunidades vizinhas, que era Arraial do Retiro, da Jaqueira do Carneiro e o pessoal participava muito das reuniões. As reuniões nós revezávamos, acontecia no Bom Juá, acontecia no Arraial do Retiro, acontecia na Jaqueira do Carneiro, acontecia na Fazenda Grande. A maior parte das reuniões eram no Bom Juá. Bom Juá era o centro, convidávamos as outras associações, não era nem associação ainda, nós chamávamos comunidade, porque não tinha uma estrutura. A primeira estrutura de associação foi do Bom Juá, mas as outras eram comunidades. Trazia todo mundo, muita gente. [...] Associação de Bom Juá nasceu antes da Federação de Associação de Bairros de Salvador, foi fundadora da Federação de Associação de Bairros de Salvador. As associações não só a associação foi uma das. Eram 9 associações e dessas formaram as associações aí foi ampliando. Quem fazia parte: Associação de Bom Juá, Associação de Plataforma, Associação de Fazenda Grande, Associação do Arraial do Retiro, da Jaqueira do Carneiro, Associação de Marechal Rondon, e Luís Anselmo, acho que foram essas, esqueci! Sei que eram nove associações!

Para formar a Federação de Bairros de Salvador. Nós víamos que as situações e os problemas eram os mesmos. Todas as vezes que nós sentávamos pra discutir Ah! por que lá em meu bairro... era o mesmo problema, problema de falta de infraestrutura, não tinha educação, não tinha escola, não tinha posto de saúde, e era assim sempre desabamentos, sempre pisando na lama, não tinha rede de esgoto, não tinha iluminação pública, então! Nós vimos que já que os problemas eram os mesmos, iguais vamos formar, vamos nos unir.

Vimos que o bairro de Bom Juá conseguiu construir um patrimônio considerável a partir da organização social. Escolas, creche, posto de saúde, biblioteca, além da campanha para a coleta de lixo realizada pela prefeitura sem oferecer um local adequado. Porque há ainda um descaso por esse bairro onde habita a maioria da população afrodescendente? Degoli (1982) em sua pesquisa aponta esse paradoxo

Parece ser um comportamento paradoxal da prefeitura, que desprende muita energia para divulgar a coleta de resíduos, mas "esquece" de dar ao bairro coletores necessários (garis) a Bom Juá para separar os resíduos, que são depositados de forma desordenada por moradores locais. A solução do problema parece ser mais difícil, se baseia exclusivamente na qualidade organizacional da prefeitura, e como lembra Serpa, você precisa de um programa que inclui associações diretas e os residentes locais a ser responsável, tanto pela coleta de lixo que voltar a usar. (DEGOLI 2006, p. 90, tradução nossa)

O abandono do bairro pela prefeitura da cidade de Salvador como podemos verificar no corpo desse texto é notável, saímos da linha de miséria para a de pobreza permanente. O estudo de Degoli (2006) notifica que o programa Fome Zero e Bolsa Família do governo Lula não transformou a situação da educação nem da pobreza no bairro, o que significa que existe um descaso nacional com a população de descendente de africanos mesmo no governo petista

Quanto à renda familiar, a 39,24% dos entrevistados disseram que sua casa não atinge o salário mínimo, no estado de 54,43% a renda familiar está entre um e dois salários mínimos, 5,6% entre dois e três salários mínimos, enquanto apenas 1, 26% disseram que a casa em que vive tem um salário de entre três e cinco salários mínimos. (DEGOLI 2006 p, 75, tradução nossa)

No que toca à religiosidade de matriz africana que era predominante, o bairro foi agredido a ponto de não mais existir, conforme a pesquisa de Degoli(2006). Por que o crescimento populacional, a modificação da ocupação urbana, a escassez do mato que é a alma do candomblé, como nos mostra Luz (2000) que “sem folha não há orixá”, e a construção do patrimônio da associação de moradores, construída sobre os locais onde eram erigidos alguns templos corroborou com a situação. A religião de matriz africana foi antropofagiada. Atualmente existem duas igrejas Assembléia de Deus, uma Igreja Pentecostal Deus é Amor, Adventista do 7º Dia, Batista, Igreja Pentecostal Chama Viva do Espírito Santo, Igreja das Sete Lâmpadas Acesas, Casa de Oração, Apostólica do Espírito Santo, Católica e três Terreiros de Candomblé. Degoli (2006) nos aponta essa baixa comparando os dados da pesquisa anterior de Pellegrini (1982)

[...] Em 1978, no bairro de Bom Juá, havia três casas para as funções de Candomblé, uma capela católica, duas casas de espiritismo, e nenhuma igreja protestante. De acordo com dados do censo de 2000 apenas 0,48% dos habitantes da cidade de Salvador 56 prática Candomblé. Atualmente em Bom Juá realiza-se as práticas religiosas das igrejas católica e duas igrejas protestantes. O distrito atualmente não tem áreas em que há prática Candomblé. (DEGOLI 2006, p 71-72, tradução nossa)

No que toca à economia, o bairro continua sendo comercial funcionando para atender as necessidades locais como sempre foi desde o início. Mas ainda permanece com o vínculo da boa amizade e vizinhança, segundo Degoli (2006)

Este vínculo criado pelo povo e seu espaço, dá origem a sentimentos como a solidariedade e um forte sentido de pertença e de defesa de seu bairro. Esse relacionamento muito próximo entre as pessoas e o lugar implica uma constante repetição de ações conhecidas como (uma caminhada até a praça, mercado, bar, etc...). Estas são relações que constituem as redes chamadas submersa DEGOLI (2006, p.83-84 *apud* SANTOS, M. tradução nossa)

Permanecem as práticas de conversas nos bares, a música em alto volume, atualizada com as caixas de som dos carros. O jogo de futebol que permanece sendo uma das maiores atrações. Até a década de 80 havia o torneio de futebol promovido pela associação de moradores entre equipes de outros bairros que não existe mais. Agora acontece num outro espaço chamado Gueto ou Vila Metrô, situado dentro do mato, margeado por uma invasão que existe à margem da BR 324, Figura 47. O campo de futebol foi destruído com a suposta construção da estação do metrô de Salvador, figura 46, deixando esses praticantes sem uma das suas melhores alternativas de lazer. O que o pesquisador italiano aponta como práticas saudáveis, positiva que geram solidariedade e orgulho e que se configura como verdadeira identidade das periferias é o que ressaltamos nessa investigação como patrimônio material e imaterial da comunidade a ser valorizado pela escola.

A fotografia Figura 46 mostra a obra do metrô de Salvador iniciada no ano 2000 sem ter um prazo para seu término e o campo de futebol que foi empurrado para uma área mais afastada. E a Figura 47 retrata o Baba do Dia dos Pais, realizado no dia 13 de agosto de 2011.



Figura 46. Fonte: Arquivo Pessoal. 2011.
Obras do Metrô.



Figura 47. Fonte: Arquivo Pessoal. 2011.
Baba do Dia dos Pais.

Nas décadas de 60 e 70 também marcava a vida da população a venda de Sr. Adolfo (†), a venda de Seu Aristeu (†), a fonte de D. Joana (†) Figura 49, exatamente do lado esquerdo, abaixo das roupas estendidas, em frente à casa. As

peças que moravam no início do bairro, inclusive eu carregávamos água nessa fonte. Era prazeroso irmos à fonte quando crianças carregar água em todas as estações do ano ficarmos toda(os) molhadas(os). Uma das primeiras fontes citada por Amélia, Figura 48, abastecia o bairro nos finais da década de 1950, se localizava em frente de onde hoje existe a igreja Adventista, antigo Armazém do Povo (de Gilson); a lavanderia próxima ao bairro Arraial do Retiro às margens do dique Figura 36, no seu canto superior direito. Na Figura 59 visualizamos ao descer do bairro da Fazenda Grande pela Rua Paulo Rubem para o de Bom Juá, uma caixa d'água onde exista o Terreiro de Joãozinho da Goméia.



Figura 48. Fonte Arquivo Pessoal, 2011. Local onde passava o riacho e ao lado direito em frente à igreja foi construída a primeira fonte do bairro.



Figura 49. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011. Antiga fonte de D. Joana. Casa estilo platibanda.

No que toca à educação permanece o descaso dos poderes públicos e um explícito exemplo do racismo estrutural antinegro

A situação da escola em um bairro pobre como Bom Juá tem algumas características comuns, tanto em Salvador quanto na, Bahia e no Brasil, onde o resto da escola pública está em um estado alarmante de abandono, onde a má preparação dos professores, um grande número de greves, os programas Ministerial de infraestrutura, obsoleto pobre, e limitada disponibilidade de recursos financeiros, leva a um baixo nível de educação para a maioria da população. Um segundo problema é de assumir níveis alarmantes de analfabetismo em particular os mais pobres nas faixas etárias mais avançadas. O governo Lula tem mostrado particular interesse na luta e limitar essa característica negativa atingindo talvez neste, os melhores resultados, bem como suas políticas de bem-estar. (DEGOLI, 2006, p. 93-94, tradução nossa)

Embora Degoli (2006) aponte melhorias através das políticas públicas do Governo Lula, denuncia que essas não resolveram objetivamente e pobreza no bairro. O problema sanitário, a saúde da população permanece quase que

inalterado. Atualizando-se o tipo de enfermidade e a situação econômica da população, mas ainda é flagrante o descaso, visto que existe um posto de saúde, com notória dificuldade nos atendimentos a essa população pelo descaso dos governos estadual e municipal.

Os dados disponíveis para o posto médico de São Caetano demonstram as necessidades e problemas de saúde típicos de uma população carente de saneamento básico forte e saúde. Esta consideração é confirmada pela presença de doenças como diarreia (comum em crianças, especialmente no verão), que podem ser causadas por desidratação ou por má nutrição (devido a deficiências na qualidade e quantidade de nutrientes), a dengue transmitida por *Aedes Egypti* e proliferam em lugares onde há água parada; e o bacilo que causa a tuberculose, presente nas comunidades de baixas condições sócio-econômicas, onde a alimentação é deficiente e onde há até mesmo uma falta generalizada de higiene. (DEGOLI, 2006, p. 101, tradução nossa)

A citação acima aponta para um descaso permanente dos poderes públicos com a população, que é verdadeiro, mas no que toca a falta de higiene generalizada diverjo de seu relato. Essa divergência me vale por ser uma pesquisadora de dentro o que é fundamental para desmistificar determinados estereótipos. O que seria falta de higiene? O descaso do governo ou desleixo da população? Transito pelo bairro, sou moradora desde criança, realizei pesquisa em todo o bairro e não observei esse dado evidenciado pelo pesquisador. O chão das casas era de barro batido, utilizando a técnica de nivelar o chão com palha de bananeira como afirma D. Judite Figura 75. As mulheres varriam as casas e jogavam areia branca e fina no chão, para dar um visual diferente, o que se confirma na

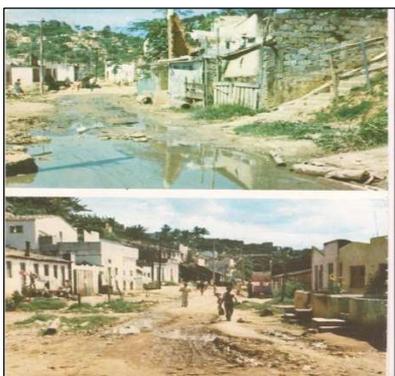


Figura 50. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011. Platibanda canto inferior direito.

pesquisa de Ramos (2007). Quanto à alimentação quando existia o matadouro no largo do Retiro as pessoas comiam carne, como confirma Amélia, Figura 44. A Figura 50 é



Figura 51. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011

do Bom Juá na década de 60 e afirmo a lama era na rua, mão dentro de casa. E a Figura 51 a mesma Rua Direta no dia 13 de agosto de 2011.

Os voduns mudam porque os tempos mudam, as pessoas mudam
(Gaiaku Luiza)

Um território se configura por subjetividades construídas sob as ações dos sujeitos num local. Essas podem ser endógenas ou exógenas. No primeiro caso essas construções se dão por conta dos habitantes locais. O sujeito desenha o seu território. No caso da comunidade de Bom Juá até a década de 50 esses indivíduos se responsabilizaram e protagonizaram suas lutas. A partir da década de 60 o Pe. Renzo e outros italianos(as) se uniram à comunidade para dar continuidade ao que vinha sendo feito pelos moradores mais antigos. Dessa forma, no Bom Juá essa autonomia foi compartilhada por agentes exteriores, que se tornaram representantes legitimados pela comunidade para dar continuidade ao desenho territorial. Nesse momento a comunidade se reestrutura a partir dos movimentos sociais e cria novos grupos como os inicialmente citados havendo uma reterritorialização.

Sabendo o que é um território de maioria afrodescendente e que a comunidade de Bom Juá surge de migrações de territórios antes habitados por africanos, pudemos observar inseridos aí a presença de alguns valores de base africana. Essa reterritorialização se dá por conta de um sistema econômico que se estrutura sem levar em consideração os afrodescendentes dificultando ou estagnando a sua evolução nesse local.

Em contato com a tese de Lima (2002) e a dissertação de Souza (2010) é foi possível compreender a ação do capitalismo sobre o território. Ele se estrutura disseminando a exclusão da população, a desagregação da vida comunitária, provocando a migração para as periferias com produção de favelas alterando costumes, produzindo novas relações que muitas vezes são conflituosas, obrigando ao surgimento do movimento social e a produção de subjetividades territoriais. Existe uma apropriação coletiva de bens que configuram uma forma de viver, que no decorrer do tempo se resignifica com a expansão do capitalismo criminoso, obrigando as pessoas a recriarem formas de viver caindo numa possibilidade de reterritorializar-se revalorizando o local.

Entende-se por reterritorializar o momento em que se é possível atribuir sentidos à identidade a partir do território, prática que geralmente associa-se ao rompimento com a hegemonia oficial estabelecida. Reterritorializa uma localidade um grupo que ao sair de seu território anterior, seja de forma compulsória, por vontade ou necessidade das mais diversas, vê-se distante dos componentes que contribuam para a afirmação individual e coletiva da

identidade, por esse motivo, deixa de vivenciar plenamente o direito ao patrimônio material e imaterial. Porém, a chegada à nova localidade se constitui no movimento e em movimento pela continuidade da vida reinventam as formas de existir, e mesmo frente a imposições sócio-culturais, políticas e econômicas que cativam corpos corações e mentes, retornam a experimentar de maneira transformadora vivências que revitalizam o patrimônio material e imaterial em múltiplos aspectos. (SOUZA. 2010, p. 70).

Partindo dos princípios acima citados podemos ver os níveis de transformações que ocorreram no bairro de Bom Juá. O que se modificou desde a migração do recôncavo, o enfrentamento ao descaso dos órgãos públicos e as construções materiais adquiridas pelas lutas coletivas, vemos a partir do que existe, os marcadores territoriais delimitam a territorialidade local indicando seu patrimônio que pode ser de vivenciado na escola como principal conteúdo promotor e dinamizador do processo educativo que perpassa pela comunhão de ideias para o progresso coletivo.

Algumas coisas melhoraram em Bom Juá, contudo é evidente o descaso das autoridades públicas pela comunidade. No sentido de ressignificações a retritorialização se configurou com a formação do grupo de crianças Sementinha que se reunia todos os domingos pela manhã na Escola Comunitária. O grupo de Jovens União de Jovens Atuantes na Comunidade reunia na igreja os jovens todos os sábado pela tarde. O time de futebol da Associação Centro Social Fraternidade Bahiana e os encontros nos bares. A capoeira do mestre Carlinhos que é praticada todas as terças, quintas e sábados na Escola Comunitária de Bom Juá há mais de 30 anos. O grupo de mulheres que participavam dos cursos de manicure corte e costura, culinária e aproveitamento de retalhos. Amélia se responsabilizava pelo setor de cursos. Esse último deixou como saldo duas mulheres que ainda trabalham com aproveitamento de retalhos e daí tiram seu sustento confeccionando bolsas para encomenda; o dominó na frente da venda, a festa de Santana padroeira do bairro, o desfile de Bom Juá que acontecia em comemoração às conquistas da comunidade.

Esse é um patrimônio identificado e rememorado. É a história da comunidade e as ressignificações também são por extensão patrimônio da infância que vive o bairro em concomitância com os adultos. É dessa infância que trataremos no capítulo seguinte. As Figura 52 e 53 demonstram a relação infância/adulto homens/mulheres, adolescentes/adultos na comunidade. Em paralelo vemos o descaso com o lazer da comunidade por parte dos poderes públicos mesmo quando

no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano 2007, existe o artigo 7, parágrafo primeiro defendendo o lazer como direito do cidadão e de acesso universal. No entanto, o campo de futebol nas Figuras 52 e 53 foi colocado no meio de um matagal por onde está em construção há mais de 10 anos a construção da via do metrô de Salvador.



Figura 52. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Baba do dia dos pais.



Figura 53. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Baba do dia dos pais.

Na Figura 54, mostra o terminal de ônibus, ou seja, o final de linha do bairro de Bom Juá, parte da programação espontânea em comemoração à passagem do dia dos pais. Teve início com a missa, o Baba pela passagem em do dia dos pais⁸⁸. A festa se estendeu durante todo o dia em todo o bairro. Nesse dia iniciei a pesquisa desde as 8 horas na manhã terminando às 19 horas.



Figura 54. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Terminal de ônibus de Bom Juá no dia dos Pais.

⁸⁸ Jogo de futebol entre amigos o que em Fortaleza chama-se de Racha.

4.3 As Escolas

4.3.1 Escola Comunitária do Bom Juá

A Escola Comunitária de Bom Juá se localiza no bairro do mesmo nome, e este se localiza num vale entre São Caetano, Arraial e Fazenda Grande do Retiro, Goméia, Jaqueira do Carneiro, Marotinho de Bom Juá, margeado pela BR 324. Inicialmente funcionava no centro social e era chamada Escola Beneficente Recreativa. Depois pelo voluntariado dos moradores e atividade da associação do bairro foi fundada a Escola João XXIII, no dia 9 de março de 1970. Contava com duas salas, uma cozinha e dois banheiros. O trabalho pedagógico ficou na responsabilidade de pessoas leigas da comunidade e a direção da italiana Cristina e Dejanira, liderança nata da comunidade.

No ano de 1973, a associação transformada em pessoa jurídica, municipaliza a escola que recebe definitivamente o nome de Escola Comunitária de Bom Juá. Funciona com 06 salas, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 pátio coberto e 06 sanitários. Em 1971 a educadora Vanda Lourenço dos Santos, moradora do bairro da Sussunga, inicia sua docência como professora na Escola João XXIII e em 1976 assume a direção. Era considerada apta por conhecer a filosofia da associação de moradores e entender que, os filhos das/os trabalhadoras/res negras/os deveriam ter educação de qualidade. Essa diretora trabalhava atenta ao que fazia sentido para aprendizagem das crianças, não seguindo os ditames da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. Esse fato se assemelha ao do professor Pretextato que em 1825, no Rio de Janeiro, fez uma petição ao governo para atuar em sua escola, alegando partilhar da mesma história de discriminação e racismo das crianças, portanto poderia ensinar com liberdade sem coação (CUNHA JÚNIOR, 2001). Sabia além de tudo que esse ambiente não corroborava para a aprendizagem, portanto era negativo para o desempenho escolar.

Sua clientela são crianças do ensino infantil até o 5º ano e foi selecionada pra esse investigação por que trabalha com as diretrizes curriculares para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana. A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer elaborou em 2005 as Diretrizes Curriculares Municipal para Ensino da História Afro-brasileira e Africana no Sistema Municipal de Ensino de Salvador. Tem como objetivo reparar e promover os direitos culturais e educacionais do povo na sua inteireza e diversidade (SMEC, 2005). Também a partir do Projeto Escola

Plural: A Diversidade Está na Sala de Aula, em parceria e colaboração do movimento negro, com apoio do CEAQ/CEAFRO⁸⁹, UNICEF e Fundação Ford, produziram um manual de apoio ao professor(a), que possibilita inicialmente a aquisição de conhecimento acerca da história da África, africanos e afrodescendentes, que de certa forma oportuniza trabalhar com o patrimônio cultural material e imaterial da comunidade.

A Escola Comunitária de Bom Juá tem alguns princípios filosóficos. Os que estão subjacentes ao Projeto Pedagógico da Escola Comunitária de Bom Juá dizem respeito aos da associação de moradores, Opera e Fraternità Bahiana e prefeitura da cidade de Salvador. A preocupação dos moradores ao inaugurar a Escola Comunitária de Bom Juá era que o direcionamento municipal respeitasse a filosofia da associação de moradores que é, promoção integral do homem numa visão cristã de vida, para o desenvolvimento harmônico do indivíduo num aspecto cultural, espiritual, social e físico. O projeto pedagógico da Escola Comunitária contempla como marco filosófico, defender objetivos dos familiares, professores(as), funcionários e administração. Alegria de viver, compreensão, AMOR FRATERNAL, sinceridade, RESPONSABILIDADE, companheirismo, RESPEITO, amizade, união, confiança, FÉ, PAZ, garra, cumplicidade e PRAZER. Os da Opera e Fraternità Bahiana se constitui a partir do trabalho em Bom Juá e traz em seu bojo,

[...] desenvolver iniciativa humanitária promovendo atividade de caráter social e instrução profissional, a favor das zonas de depressão do estado da Bahia, no Brasil. Adoção à distância, educação escolar, assistência sanitária e ajuda ao estudo universitário. (tradução nossa)⁹⁰

A filosofia da Escola Comunitária, associação de moradores e Opera e Fraternità Bahiana se coadunam. Daí surge as bases filosóficas da Escola em tela. A igreja católica, através de sua ala progressista e comunidades eclesiais de base optam pelos pobres. As formas de organização popular ocorreram pelas sociedades e associação de moradores. (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004; GOHN, 2005).

Os movimentos sociais são impulsionados pelo discurso da teologia da libertação com as seguintes características, base social ampla, relativa homogeneidade, se organizam em entidades demarcadas, coletivas e por regiões geográficas, com sedes em paróquias, onde seus membros se engajam nas lutas

⁸⁹Centro de Estudos Afro-Orientais/Programa de Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero.

⁹⁰ Opera e Fraternità Bahiana, disponível em: <http://www.fraternitabahiana.org/home_sfumato.htm>. Acesso em: 29 nov. 2010.

sociais que envolvem os pobres e espoliados, a organização prima pelos direitos, baseados nos princípios da justiça e solidariedade (GOHN, 2005). Contudo essa organização popular não atentou que a situação vivida nos territórios de maioria afrodescendente é resultado do descaso com os bairros negros, onde mesmo com os investimentos realizados, a exemplo de Bom Juá, existem os processos geográficos territoriais de controle da população de descendentes de africanos. É um processo de desqualificação que podemos denominar de desqualificação social, indutores de práticas racistas no mercado de trabalho e no convívio social (CUNHA JUNIOR 2010, p.73).

A SMEC em 1973 municipaliza a Escola Comunitária, e após 27 anos de firmado o convênio, escreve o projeto pedagógico, através do Plano de Desenvolvimento Estratégico definindo sua missão, estratégia, objetivos e metas. A diretriz atual é a concretização de ações básicas que visam garantir a permanência do aluno na escola e o sucesso de sua formação escolar, de modo a contribuir para a inclusão social e o exercício da cidadania em situação de igualdade. Contraditoriamente a Escola Casa da Criança está em reforma desde maio de 2010 e a Comunitária de Bom Juá desde a primeira semana de agosto de 2011⁹¹. Da mesma forma os conteúdos eurocentrados que não valorizem o patrimônio cultural e a infância podem atentar em favor da evasão, desinteresse e exclusão dos estudantes da escola.

A Escola Comunitária tem como missão: garantir um ensino de qualidade visando o exercício da cidadania, através do estímulo à criatividade do indivíduo e respeito mútuo, preparando-o para os desafios da vida moderna. Traz como valores, oferecer um trabalho de qualidade que sirva de referência na comunidade; respeitar a comunidade escolar enquanto sujeito de transformação social e visão de futuro, ser gradativamente uma escola de tempo integral contribuindo criativamente para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes respeitando as suas individualidades e garantindo a sua segurança. Atenta para a

[...] busca incessante da Paz e que sejam capazes de atuar na sociedade sendo justo, autônomo, questionador crítico, consciente, pacíficos, pacifista, afetivo, que sejam conceitual, física, psíquica e psicologicamente competentes, que consigam articular: conhecimentos acadêmicos e necessidade de vida, que sejam capazes de solucionar problemas e sair-se bem das adversidades e que sejam principalmente disciplinados. (Proposta Pedagógica da Escola Comunitária de Bom Juá, 2010)

⁹¹ Dados atualizados da pesquisa.

Para responder a essas demandas adotou como Eixo Norteador para as ações pedagógicas a Pluralidade e Paz, sem perder de vista os aspectos legais. Na tentativa de preencher as lacunas existentes no currículo no que toca a Cultura da Paz e Diversidade. Os projetos desenvolvidos para atender a esses desafios são: Projeto Escola da Paz, Mais Educação, Aluno Ouvinte e Escola e Arte da SMEC. As teorias que sustentam o projeto de acordo com seus idealizadores são a sócio-interacionista e os princípios metodológicos que permitam o aluno, aprender a aprender partindo do seu conhecimento.

A SMEC adota o projeto Cidade Educadora, da Editora Aymará. A coleção é intitulada transdidática, um conceito que segundo a editora não  academicamente definido. Estrutura-se e defende o uso de livros consumíveis, para educação infantil e fundamental, com destaque para os teóricos, Vygotsky, Paulo Freire, Celestin Freinet e Piaget. (Editora Aymará, 2009). Afirma centrar-se nos objetivos do milnio da ONU. Contudo é importante analisar no uso dessa coleo⁹² em que medida divergem e convergem as teorias adotadas no projeto, porque ela aponta teóricos que tratam da educação na Europa em diferentes momentos históricos, não no Brasil, com exceção de Paulo Freire.

A escola contempla a Lei 10.639/03 em seu projeto para oferecer “[...] igualdade de oportunidade e equidade na relação pedagógica, tratando os diferentes de forma diferente, dando mais a quem tem menos [...]” (PPP da escola Comunitária de Bom Ju (2010). Contudo é digno de nota que igualdade de oportunidade no que diz respeito ao racismo, deve extrapolar as diferenças, e apontar as articulações que o engendram e que conduzem ao juízo de valor. Devemos compreender a diversidade da sociedade brasileira e a cultura de base africana existente nela e na comunidade, bem como o seu patrimônio cultural para dinamizar o processo educativo. Tratar com diferenças é diferente de tratar com diversidade e respeito à humanidade. É importante inserir nas propostas da secretaria municipal de educação a valorização do patrimônio da população de Bom Ju.

⁹² Não foi foco dessa pesquisa analisar a coleção da Editora Aymará.

4.2 Escola Amigos do Rei

A Escola Amigos do Rei está localizada também no mesmo bairro, foi fundada na década de 1990. É da rede privada, na época da primeira visita tinha 80 alunos do Ensino Fundamental II. A escola segue os preceitos da educação nacional e estadual. É construída a partir da perseverança de Evonice Teles uma mulher afrodescendente, seu avô era escravizado no sertão baiano. Ela deu prioridade aos estudos e trabalha desde os 14 anos de idade em escola. A escola antes de se estabelecer no Bom Juá passou pelos bairros de São Caetano e Marotinho de Bom Juá.

Seu projeto pedagógico para o Ensino Fundamental propõe expressar a contemporaneidade, considerando a rapidez com que ocorrem as mudanças na área do conhecimento e da produção, se pretende prospectiva. Tem como missão incentivar os alunos sem exceção a frutificarem seus talentos e criatividade em toda potencialidade, se responsabilizando pelo seu projeto de vida. E como lema crescer em harmonia pelo trabalho, representar mais que uma simples preocupação em assegurar a educandos e educadores as condições essenciais ao pleno desenvolvimento aos alunos, aos pais que tenham em suas casas um ambiente propício ao trabalho intelectual e social. Busca, portanto, a integração permanente das três instituições: Escola – Família – Comunidade, para possibilitar ao educando o contato e assimilação desses bens culturais que a humanidade já criou, abrindo-lhe caminho para a ampliação e universalização de seu entendimento e de sua consciência.

Suas metas são: Estabelecer na Unidade Escolar um sentido comum de cumplicidade de família no desenvolvimento de objetos educativos; Orientar as ações pedagógicas para que conjuntamente promovam a aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento profissional do professor. Disponibilizar as informações e o apoio às necessidades dos professores no planejamento curricular, nas inovações e no desenvolvimento. Considerar a Unidade Escolar como uma instituição onde todos devem atuar dentro de uma mesma linha de ação e com objetivos comuns. Buscar ações que possam contribuir para a superação dos problemas identificados no processo ensino-aprendizagem. Apresentar a capacidade de estar aberto para o outro, para que o respeito e a comunicação ao semelhante se estabeleçam num processo facilitador e humanístico. Favorecer a compreensão do seu papel

transformador no mundo como cidadão levando-o a identificar a sua atuação de conservação ou transformação da sociedade, buscando sempre uma proposta de transformação perspectiva. Obter subsídios para um planejamento que atenta às necessidades dos alunos tornando-os instrumentos viáveis e significativos. Acentuar seu compromisso de “formar” alunos visando a sua realização plena, enquanto homens cidadãos e garantir aos alunos o acesso ao conhecimento elaborado para a continuidade de seus estudos.

No que toca a avaliação essa deve ser cotidiana, percebida como ação coletiva de busca do que é “certo” e do que é “errado” propondo um espaço de argumentação visando superar as limitações dos sujeitos a partir da ética, para conquista da autonomia objetivando corrigir, superar, melhorar, desenvolver, atingir metas, entendendo o errar, refazer e testar como ações enriquecedoras do processo de conhecimento. Assim a avaliação deve ser um ato reflexivo que envolve as relações professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno e escola/comunidade. O trabalho escolar exige uma mediação que propicie interação, discussão e troca de experiências, numa atitude de respeito aos “tempos”, fé e aprendizagem de cada aluno. (PPP AMIGOS DO REI, 2010).

A escola tem 4 turmas, espaço para Educação Física e Sala de Informática. Nessa escola os professores não têm envolvimento político. Dos quatro professores entrevistados dois conhecem a história do bairro. No que toca ao trabalho com a lei 10.639/03 dizem que precisam de maiores informações e de posse dessas, certamente desenvolveriam atividades voltadas para a mesma. Tem o conhecimento da proposta pedagógica e desenvolvem sua docência de acordo com ela e a acham boa. Os materiais usados são livro didático e paradidático. No período que foi inserida a disciplina Cultura Afro-indígena por uma ação dialógica minha e da direção da escola, disponibilizei os materiais para os professores terem subsídios básicos para desenvolver o trabalho com a turma, e foi realizado na turma em que meu filho, que era estudante do 6º ano, mas os resultados não foram analisados por mim.

A escola inseriu a disciplina Cultura Afro-indígena no currículo, estudando questões relacionadas às africanidades. Porém no final do ano de 2009 o governo do estado da Bahia orienta que seja inserido o ensino religioso transversalizado nas disciplinas a partir do ano de 2010. Isto respaldado na resolução do CNE/CEB n. 2/98 (Documento ANEXO I). No ano de 2011 serão desenvolvidas as seguintes

temáticas nos Estudos transversais: Relações Étnicorraciais, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Direitos e Deveres da Criança e do Adolescente, através de projetos coletivos⁹³

Atualmente foi acrescida 1 aula na disciplina História para dar continuidade a implementação de Lei 10.639, com os conteúdos constantes no (ANEXO II). Um grande avanço, visto que de acordo com a resolução acima citada nas áreas do conhecimento estão transversalizados os seguintes conteúdos: aspectos da vida cidadã, saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagens (ANEXO I). De longe não toca em africanidades e essa escola ousa em fazer. Observe-se aqui como a secretaria de governo participa do racismo antinegro.

No que tange aos resultados da implementação da lei 10.639/03, existe uma forma de verificar o nível de aprendizagem acerca do legado africano e patrimônio cultural, no projeto Gente Nova. Ele oferece reforço escolar para alunos da escola Comunitária e Xavier Marques e de acordo com a coordenadora, os alunos falam alguma coisa referente à aprendizagem de África. Mas diante do capital de conhecimento agora disponível por mim e demolido os meus limites mentais, percebo que conhecer apenas o continente africano não nos faz assumir nossa negritude, nem reconhecer nosso patrimônio é necessário ir além.

⁹³ Acrescido pela direção da escola.

5 DISCUTIR A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

5.1 Infância e infância afrodescendente

A infância é uma fase por que passa todos os indivíduos e através dela é possível apreender todas as coisas que serão úteis para sua vida quando adulto. Isso devendo acontecer num ambiente propício de acordo com os limites estabelecidos onde possamos exercitar o respeito, a liberdade, a solidariedade, o próprio equilíbrio e o da sua comunidade e de seus partícipes. Dessa forma cada sociedade influenciando nas infâncias uma vez equilibrada, conhecedora de suas raízes naturalmente elas serão diferentes e no caso das afrodescendentes terão desenvolvida a sua autoestima. Penso que generalizar a infância em nada ajudará as crianças afrodescendentes pelo fato dessas viverem num território segregado, discriminado e com vivências específicas.



Figura 55. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011. Felipe, João, Rafael e Cauã brincando na frente da casa de D. Eunice.

Nessa fase se criam brinquedos e brincadeiras, essas que certamente são importantes para desenvolver estratégias de sobrevivência ao exercitar o raciocínio e a criatividade. O capitalismo por sua vez incentiva ao consumismo exacerbado tirando a possibilidade das crianças criarem os seus brinquedos, porque esses já vem

confeccionados. Nessa rua eu brincava e confeccionava patinete (carros parecidos com skates) utilizando madeira e rolimãs (ver nota 47). Hoje são os skates que ocupam esse espaço deixando de lado a criatividade das crianças Figura 55.

Oferece-se as possibilidades de brinquedos industrializados por um preço muitas vezes inacessíveis e protótipos dos heróis dos desenhos animados. Em vez de criar as brincadeiras, essas vão ser algumas reproduções das histórias dos desenhos animados a exemplo do Homem Aranha ou então Power Ranger, incentivados pela mídia televisiva. Mesmo assim na ausência desses bonecos, as

crianças o reproduzem com pedaços de madeira, canetas e frascos de refrigerante vazios.

Na minha infância construíamos carro com lata de óleo, badogues, confeccionávamos pedras para brincarmos de capitão, fura pé, baleado, candomblé ou qualquer outra coisa que envolvesse nosso cotidiano. Mas em Bom Juá ainda há a possibilidade dessa criação. Se brinca ainda de 7 pedrinhas, bandeirinha, esconde-esconde, futebol (golzinho), e cozinhado. Na rua onde moro, há o costume de ratear ingredientes ou dinheiro para realizar almoço coletivo e as crianças também faziam isso por liderança de Sayonara, que hoje tem 22 anos de idade. Quando eu era criança nesse local fazia a mesma coisa.

Esse é um patrimônio cultural contido no acervo cultural local que pode ser utilizado na escola como conteúdo de aprendizagem. Refletir sobre essas práticas e investigá-las epistemologicamente foi importante para essa pesquisa e é importante para a educação. O que quero dizer: é preciso, entendendo a forma de lidar com crianças afrodescendentes, compreendendo suas infâncias, valorizando seu território, isso partindo dos educadores é fundamental. Porque a infância é uma fase onde ocorre o aprendizado, que deve estar relacionado com a vida e dinâmica de cada sociedade. Mas, observando o que, e em que medida essa dinâmica social oferece de positivo ou negativo de forma crítica, para que esse aprendizado considere os princípios e patrimônio cultural da comunidade.

Os estudos que abordam questões relacionadas à infância deve ser melhor dimensionado no sentido de não generalizar a infância. Flávia Damião (2007) abordou o ser criança e infância num bairro ou território de maioria afrodescendente constatando suas especificidades. O brincar na rua do bairro além suas especificidades, por não serem todas as crianças nem todos os bairros iguais; não terem as mesmas formas e nem serem essas infâncias capazes de se reproduzirem em qualquer lugar, então tratar com os patrimônios materiais e imateriais da comunidade são importantes para significar e estimular a aprendizagem particularizando as atividades pedagógicas.

Para a autora a rua é um *status* e não os estigmas da vagabundagem, mesmo com os perigos que oferece. E nesse espaço é possível reinventar outras possibilidades de ser criança e de se encarar a vivência da infância, não a generalizando. O que a infância ainda não é compreendido por alguns educadores. A infância não é algo biologicamente explicável, mas explicável socialmente, é

precioso compreender no século em que vivemos que existem infâncias e crianças no sentido geral; no caso da infância e criança afrodescendente ainda mais complexa a situação, por são gestadas na desigualdade imposta pela sociedade abrangente que traz no seu bojo preconceitos, e se retroalimentam das desigualdades e do racismo antinegro difícil de ser dissipado.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente define como criança a pessoa da faixa etária compreendida entre zero e 12 anos; e adolescente, a pessoa da faixa etária entre 12 e 18 anos. (Moti; Silva 2001, p. 27) e a constituição apontam para os direitos da criança ser responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia de uma infância estável. Fica um questionamento que não será respondido prontamente. E a infância afrodescendente como garantir sua estabilidade se se mantém o silêncio sobre sua ancestralidade, desconsideração à sua história de vida e ao seu patrimônio cultural em seu bairro, se elas são a maioria desassistida?

A infância de forma generalizada vem sendo objeto de investigação na sociedade moderna. Mas sobre infância afrodescendente muito pouco se tem escrito e há muito a ser desvendado, bem como outras infâncias e crianças, porque diante da novidade, os estudos são universalistas e eurocêntricos. As pesquisas também não contemplam sociedades indígenas⁹⁴ nem africanas. No entanto na sociedade africana, por exemplo, a criança passa por ritos de iniciação onde vive experiências difíceis e complexas e devem suportar as provas sem lamentações, dessa forma atinge sua maioridade com o ritual do casamento onde serão mães e pais⁹⁵. Assim como grande parte de sua vida infantil convive com a mãe dessa forma aprende os papéis sociais. (MUNANGA 2009, p. 66). Para os bantu⁹⁶ o ser humano é um ser falante, somado à cultura, que implica no muntu, que conseqüentemente implica em bantu, coletividade.⁹⁷ O ser humano independe do que ele seja adulto ou criança.

⁹⁴A infância indígena não faz parte dessa pesquisa, mas expresse apenas ausências e silêncios em pesquisas que particularizem as infâncias.

⁹⁵ De acordo com o depoimento de Haryvaldo (Ari), estudante universitário da Guiné-Bissau em Fortaleza, ele passou por ritos de iniciação que só terminarão quando ele tiver mais de 30 anos. Aí, segundo ele será um adulto.

⁹⁶ Grupo de povos africanos traficados e escravizados no Brasil.

⁹⁷ Anotações de aula, da disciplina Cultura Brasileira, no curso de Mestrado em Educação, o que coincide com ALTUNA, Pe. Raul Ruiz de Asúa. **Cultura Tradicional Banto**. Secretariado Arquidiocesano de Pastoral. Luanda. 1985.

A infância, numa concepção ocidental, é uma construção histórica e alguns autores concluíram que ela é invenção social que se consolidou no tempo. A afrodescendente tem seus fundamentos nos princípios do legado africano, em território de maioria afrodescendente e muitas vezes no espaço religioso a que pertence por que

Esse se fundamenta na reconciliação com a cultura e experiência produzida na África e aos seus ancestrais. Na integração de novos padrões de convivência através da ancestralidade. No compartilhar, ser solidário. No da criação e co-responsabilidade. No da multiplicidade, da diversidade, simplicidade e delicadeza. No da força, inteligência, justiça, rigor e acolhimento. (SANTOS, p. 48-51. 2006).

É possível perceber isso através da citação acima, quando relato minha trajetória de vida e a comunidade de Bom Juá, quando em sua gênese existia uma concentração da prática da religião de matriz africana e o dinamismo do movimento social na comunidade em prol de um bem comum. Poucos estudos específicos nesse sentido vêm se evidenciando (DAMIÃO, 2007; SANTOS, 2006). Minha preocupação desde que foi promulgada a Lei 10.639/03 são as invisibilidades que cercam todas as coisas referentes África e seu legado. A infância afrodescendente é outra invisibilidade e será tratada neste trabalho com a finalidade de torná-la visível, valendo ressaltar que toda a infância é invisibilizada diante da quantidade de obras voltadas para este tema e de quando datam.

Para essa pesquisa examinamos obras que são referências para este trabalho e versam sobre a infância, e outras que tratam sobre legado africano e afrodescendência. Refletimos acerca da especificidade tangível a infância afrodescendente partindo da compreensão do pensamento e legado africano; evidenciando o significado de infância afrodescendente, para que os educadores compreendam o comportamento destas crianças, de forma que possam elaborar uma proposta de educação antirracista antinegro nas escolas de Bom Juá, Salvador - Bahia, território de maioria afrodescendente, campo desta investigação, visto que a educação no Brasil sempre foi uma tentativa de copiar e transplantar a educação europeia. E a nossa sociedade e bairro têm cultura de base africana. Observo que os estudos da infância em sua maioria não contemplam a especificidade da infância afrodescendente, contudo são úteis para conhecermos as concepções de infância gestadas no decorrer da história social, como destacaremos a seguir.

As bibliografias que se seguem demonstram que os estudos sobre a infância e pesquisa com crianças são recentes. Em História das Crianças no Brasil organizado por Mary Del Priore (2009, p. 84) explica em alguns artigos o cotidiano das crianças portuguesas e judias que faziam a travessia transatlântica como pagens e grumetes, as tragédias sofridas por elas e o dia a dia das crianças da elite brasileira. As(os) africanas(os) sofriam os maus tratos, mortes e esfacelamento de suas famílias, cultura e religião. Uma vez escravizadas(os) africanas(os) e afrodescendentes utilizavam o batismo de seus filhos como estratégia de proteção, caso ao pais fossem vendidos ou a óbito, o padrinho era sempre outro escravizada(o).

Em Escravidão e Criança Negra, Mott *et al.* (1988) destaca que “durante a viagem pelo Atlântico, os negrinhos foram sendo inoculados, braço a braço, conseguindo-se, assim, trazer para a Bahia o pus destinado a vacinação.” Isso corrobora com as constatações de Santos (2009) no que toca a concepção de infância do século XIX, nessa época a infância afrodescendente e/ou africana era desrespeitada, e eu acrescento, desumanizada. Aponto que elas continuam com o mesmo *status* de desrespeito conforme os índices de analfabetismo, extermínio, abandono nas ruas das grandes cidades no que tange ao uso de drogas, trabalho nas sinaleiras, catadores de lixo, ou recicladores, segundo o ideário capitalista criminoso.

A Infância, Estrangeiridade e Ignorância - ensaios de filosofia e educação Kohan (2007, p. 96-97) apresenta o conceito de criança e infância desde a origem de sua palavra na Grécia. Diz que a infância é uma questão de experiência e que o devir-criança é “uma força que extrai da idade que se tem, do corpo que se é, os fluxos e as partículas que dão lugar a uma “involução criadora”, a “núpcia antinatureza”, a uma força que não se espera, que irrompe, sem ser convidada ou antecipada” Esse autor sugere para este devir, que consigamos junto com a comunidade escolar não desejar transformar a criança naquilo que ela não é, para que estes aspirem o que quiserem. Mas, concebo que para isso é importante que essa criança conviva num ambiente de respeito a sua pessoa e território. Porém asseguro que muitas vezes os conteúdos, livros didáticos e as práticas pedagógicas estão distante da sua realidade e o devir-criança fica por vir.

Postman (1999) em O Desaparecimento da Infância analisa os temas literatura, cinema, hábitos alimentares, roupa, TV, jogos, comerciais, música,

violência, violência doméstica, drogas nos Estados Unidos. Critica o aparecimento da imprensa e da TV, e as transformações sociais produzidas por elas, contribuindo com a ausência de limites entre o que é ser adulto e criança, fazendo com que a infância desapareça. Nessa obra ao tratar da sociedade estadunidense encontramos semelhança com a brasileira, mas nem em todos os lugares e no Brasil a infância está desaparecendo. No documentário os Quilombos da Bahia Olavo (2005) é perceptível nas horas de lazer o envolvimento entre crianças, adolescentes, adultos e idosos. Existe infância.

Ariès (1981) em História Social da Infância e da Família contribui com uma pesquisa pioneira, focalizando a construção social da infância desde a Idade Média até a Idade Moderna. Denuncia a forma como a criança era ignorada pelos pais diante do quadro de mortalidade infantil, as condições sanitárias inadequadas, além dos maus tratos sofridos por elas na França, Itália, Alemanha, Inglaterra. Aponta ainda o infanticídio em Roma, que mesmo sendo punido severamente era realizado às escondidas. As crianças viviam em ambiente inóspito onde não havia limites e o respeito era o mínimo possível entre adultos e criança.

Essas crianças só passam a ser alvo de atenção a partir da Idade Moderna, com a estruturação do capitalismo, a necessidade da escolarização e a observância a privacidade familiar da nobreza. No caso das sociedades africanas o infanticídio era inadmissível por que cada criança é a extensão dos ancestrais e parte da energia divina. A fertilidade é sinal de vida. Há de se entender o quanto foi desumana, nefasta e atroz a escravidão, por que tirava das(os) africanas(os) a possibilidade de prover sua família segundo a sua cosmovisão.

Muitas críticas foram dirigidas ao trabalho de Ariès (1981) porque o autor limita a sua pesquisa aos países citados acima e suas fontes são iconográficas. Segundo seus críticos, essas fontes não são substanciais para afirmar que o tratamento dispensado a criança pelos adultos era generalizado. No entanto, os artigos presentes no livro organizado por Del Priore (2009) mostram que os pesquisadores se utilizaram de anotações de visitantes e viajantes e de documentos das instituições, o que provam serem os grumetes e pagens portugueses além do que foi descrito, serem pobres e órfãos.

Denunciam ainda, que muitas vezes crianças judias eram raptadas de suas famílias pelos portugueses que trabalhavam nos navios fazendo a travessia pelo Atlântico. Muitas vezes essas crianças não eram de origem pobre, mas eram

judias! As crianças negras eram abandonadas na Roda dos Expostos, depois da Lei do Ventre Livre serviram ao exército na Guerra do Paraguai e eram submetidas a tratamentos indignos, concluiu então que a obra de Ariès é relevante. E que diferente das judias as crianças negras sofriam o racismo antinegro, pois crianças de origem judias, mesmo que desrespeitadas, não eram enviadas para a morte na guerra, nem desumanizadas. Hoje são entregues às drogas e ao abandono.

Dhalberg (2003) em *Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas*, aborda questões relacionadas aos valores modernos e pós-modernos para a interpretação de infância e criança. Lança desafios a serem superados, mas em nenhum momento está presente um olhar sobre a infância e criança afrodescendente. Por que o escravismo passou incólume e o racismo continua se metamorfoseando para se manter, e as crianças descendentes de africanos continuam sendo minoria representativa sem mobilidade social, sem que os olhos dos pesquisadores eurodescendentes se sensibilizem.

Heywood (2004), *Uma História da Infância: da idade média à época contemporânea no ocidente*. Este autor transita pelas elaborações teóricas acerca da construção da infância e interpretação do ser criança. Discute as transformações nas concepções de infância e pontua a Idade Média mostrando que aí a criança é pensada como a representação do pecado. Mesmo assim, o sistema monástico descobre a criança e investe na infância, muito embora a população europeia vivesse uma vida miserável e não a visualizasse nem a valorizasse. Aponta o surgimento da escola no período moderno identificando a infância e explicando-a como etapa que antecede a adolescência e vida adulta, critica Ariès por ser superficial em suas conclusões, conclui que no século XX a forma de pensar a criança ainda persiste.

Sarmiento & Gouveia (2008) em *Estudos da Infância: educação e práticas sociais* lança um novo olhar sobre a infância. Ele destaca as áreas do conhecimento que despontam nas pesquisas com criança: a história, a sociologia, a psicologia, a antropologia, a filosofia, as áreas da saúde, mas nenhuma delas decifrou os danos mentais causados pelo racismo às pessoas euro e principalmente às afrodescendentes.

Sarmiento (2009) por sua vez, não compreende que a *Obra Casa Grande Senzala*, de Gilberto Freyre, não é um marco para pensar a personalidade do brasileiro. O seu raciocínio está preso à realidade pernambucana, desta forma não

serve para generalizar todo o Brasil. A escravidão brasileira não se restringiu ao canavial, ela foi diversificada adequada e com dinâmica particular onde era instalada. Sabemos que existiu trabalho escravo na agricultura, mineração e pecuária, cada atividade com sua especificidade. Logo, a contribuição freiriana foi dispor de sua obra para forjar, implementar e disseminar a ideia de democracia racial inexistente no Brasil, que sobretudo é uma ideologia mantenedora do racismo.

Sarmiento (2007, p. 25-47) em *Visibilidade e Estudo da Infância*, aponta a invisibilidade histórica, civil, política e social da criança. Explana as formas como este conceito foi se desenvolvendo a partir da concepção de criança má que necessita de atenção. Em relação à pesquisa argumenta que essas utilizam a criança como objeto e não sujeitos.

A extensa síntese dos estudos relacionados à criança anteriormente citada teve como objetivo demonstrar a carência de pesquisa com criança e infância afrodescendente denotando sua invisibilidade. A mídia televisiva e escrita quando denunciam a desumanidade que a cerca crianças catadoras de lixo, ou usuárias de crack, porém silenciam sobre a origem étnica delas. Por quê? Teriam essas crianças e adolescentes sonhado com tal destino? Não. Por que não se atenta para o racismo estrutural à brasileira como motivador dessa situação? Alguns textos do livro *História das Crianças do Brasil* (2009) apontam o abandono das crianças crioulas desde a escravidão criminosa até contemporaneidade. Isto comprova que elas são vítimas do racismo à brasileira que se nega veementemente se metamorfoseando. Outros dados históricos e pesquisas que não apresentarei nestas linhas explicitam a exclusão, descaso e genocídio da população afrodescendente como projeto do Estado Brasileiro a partir da abolição como (THEODORO, 2008; ALBUQUERQUE, 2009; DEPELCHIN, 2008; 2005; ALBUQUERQUE E FILHO, 2006; REIS, 2005)

O obstáculo imposto pela elite brasileira para o ingresso do afrodescendente na universidade, por um tempo atrasou os estudos sobre nós no Brasil. Tive um professor de metodologia que me advertiu quanto às pesquisas militantes e apaixonadas, afirmou que os estudos feitos dessa forma se transformam em panfletagem. Se pensarmos dessa forma os trabalhos tendem a abafar as vozes militantes e desencoraja as pesquisas que têm possibilidades de através delas incrementar políticas públicas para a população negra. Nunca ouvi dizer que as pesquisas de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha fossem panfletagem. Mas, as pesquisas voltadas para estudar os problemas causados pelos eurodescendentes

aos afrodescendentes, em sua maioria são feitas pelos militantes descendentes de africanos, se esses não estivessem na academia, tais estudos talvez tivessem enfoques diferenciados ou não aconteceriam, visto que no Brasil “não existe racismo!”. Na ausência do afrodescendente pesquisador, seriam perpetradas as invisibilidades das estruturas mantenedoras do racismo brasileiro.

Existem pesquisas que apontam para vários campos e áreas do conhecimento no que toca a afrodescendência: o racismo na escola, no livro didático, na mídia, violência policial contra a população negra na abordagem, e ronda policial nos territórios de maioria afrodescendente citadas nessa dissertação. Solidão das intelectuais negras africano-americanas Hooks (1995)⁹⁸ e mulheres negras no campo sentimental/emocional (PACHECO, 2008). Estas certamente fazem parte de uma paixão. Paixão por buscar através das pesquisas minimizar os danos materiais e imateriais causados pelo racismo antinegro na sociedade brasileira em busca de respeito à diversidade.

Apresentarei acima algumas investigações realizadas no Brasil. O destaque aqui é para a literatura infantil. Branca de Neve e os 7 Anões, todos os personagens da literatura tradicional infantil brasileira são brancos(as) exceto Saci Pererê (deficiente físico). Tia Nastácia responsável pela culinária no Sítio do Pica-pau Amarelo não recebe seus créditos, mas a massa de bolo é D. Benta que nunca foi à cozinha. Na narrativa abaixo Tia Nastácia é inferiorizada e ridicularizada quanto ao seu fenótipo e Inteligência

(...) – Pois cá comigo – disse Emília – só aturo essas histórias como estudos de ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não tem humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras – coisa mesmo de negra beijuda, como tia Nastácia. Não gosto, não gosto, não gosto. (LOBATO, 1987 p. 18-19)

O texto acima é um fragmento do Livro Histórias da Tia Anastácia, onde se estabelece um diálogo entre Emília e D. Benta. Emília por não ter uma resposta

⁹⁸ As mulheres negras adentraram ao mercado de trabalho como comerciantes e através do trabalho doméstico na casa de mulheres brancas. Hooks (1995, p. 464-469) relata a dificuldade para ser uma intelectual negra quando empregada doméstica, o tempo é o principal inimigo para as leituras e reflexões, aponta isto como dificuldade para que mulheres negras permaneçam nas academias. Explica que enquanto as brancas lutavam pela igualdade na luta feminista, era a negra que se dividia entre o trabalho de doméstica e o seu lar no cuidado com os seus filhos. A carga horária e o cansaço depois de horas no trabalho doméstico é um desgaste a ser enfrentado cotidianamente. HOOKS, Bell. Intelectuais Negras, in **Estudos feministas**. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, 1995, p. 464-469.

pronta referente à moral da história de tia Nastácia, e tia Nastácia argumentar ser a história resultado da tradição oral de seu povo. D. Benta responde não poder exigir apuro artístico do povo, por serem ignorantes e sem cultura e passam histórias a ouvidos mais adulterados ainda. São a estas aberrações encontradas nas histórias infantis e imagens depreciativas que aparecem no livro didático que a Profa. Ana Célia trata em 'A Discriminação do Negro no Livro Didático (2004)'. Esta ideologia racista está tão naturalizada, que o educador não vê por mais que esteja evidente. E dessa forma prefere essa história à história da comunidade onde a escola está inserida ou do próprio estudante. Isso deixa marcas muitas vezes indelévelis no indivíduo. Afirmando isso por que essa dissertação relata que meu pai desistiu da escola pelo fato de sofrer cotidianamente em sua carne o racismo.

Vanda Machado em 'Ilê Axé Vivências e Invenção Pedagógica' (2002), resultado de sua pesquisa no Doutorado (UFBA), elabora e põe em prática uma pedagogia de trabalho que valoriza os mitos africanos e obtém resultados positivos com esta experiência, por que trabalha com o universo infantil das crianças de terreiro. O que pode ser o universo de uma comunidade a exemplo da de Bom Juá que tem a sua cosmovisão. Esta experiência está em prática com crianças que não são de terreiro também. É uma pedagogia aplicada na Escola Eugenia Anna dos Santos, uma escola municipal que funciona dentro do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, Salvador-Bahia. Meu filho Marcos dentro dessa escola teve continuidade no aprendizado de valorização de nossa cultura, fortalecendo o que ouve em casa para manter sua saúde mental e inabalada sua identidade afrodescendente.

'Superando o Racismo na Escola' (2008) organizada pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga é uma coletânea de artigos que tratam sobre Discriminação Racial e Ideologia no Livro Didático. É uma obra que oferece subsídios para a descolonização do conhecimento e do saber. Kátia Alves em 'Infância Afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental' (2006), discorre sobre o legado africano e como a valorização dos princípios civilizatórios de base africana são valorosos para desenvolver uma aprendizagem e ensino significativos. Flávia Damião (2007) em artigo oriundo de sua dissertação de mestrado narra a infância no Arraial do Retiro, bairro vizinho a Bom Juá. A autora ainda revela que diferente da imagem que se tem da rua, no território de maioria afrodescendente a rua é "um espaço visceralmente forjado pela interface das especificidades étnica,

geográfica, etária, histórica, cultural, econômica e de gênero”. Reitero admitindo ser esse local onde se festeja trabalha e brinca, de comunalidade e solidariedade.

A compreensão da infância e criança afrodescendente depende da apreensão do significado do legado africano e cultura de base africana. Esses subjacentes ao patrimônio material e imaterial, existentes na comunidade de Bom Juá. É o que Marco Aurélio Luz (2000) explica sobre a cosmovisão dos africanos iorubas. Eduardo de Oliveira (2003), Henrique Cunha Junior (2010), Altuna (1985) ao trato que dão à filosofia africana banto e Sousa Junior (2004) ioruba e banto. Todos reconhecem a unidade na diversidade africana que se expandiu na diáspora africana. Esta unidade se explica pela expansão da cultura egípcia por toda a África. Se estendendo também pela solidariedade, comunalidade, circularidade, religiosidade, cultura, estética que engendra o pensamento africano, que afirma ser tudo energia e movimento. O que podemos ver resignificado na cultura brasileira na música, artes, religiosidade...

NTU, o princípio da existência de tudo. “O **Muntu** é a pessoa constituída pelo corpo, mente, cultura e palavra. O **Ubuntu**, a existência definida pela existência de outras existências. Eu nós existimos porque você e os outros existem, tem um sentido colaborativo da existência humana coletiva nisto [...] A natureza como respeito profundo a vida. [...] Uma criança nasce e de imediato é classificada na categoria de coisas, seres animados, até que através da palavra falada alguém lhe dê um nome e o pronuncie. A palavra transforma o ser animado potencial humano, passível de inteligência humana a ser desenvolvida.” CUNHA JUNIOR (2010, p. 26-31)

Este é o ponto chave para entender a especificidade da infância afrodescendente num território de maioria afrodescendente. A apresentação do bairro de Bom Juá demonstrou como o ‘nós’ sobrepujou o ‘eu’ para o seu desenvolvimento. As crianças daquela época presenciaram e através da escola podemos manter na memória o valor da comunhão para o crescimento pessoal e social. A comunalidade, solidariedade, relação de parentesco acontecem porque ancestralmente existe dentro de cada afrodescendente este princípio. Quando o prefeito quis dismantelar a creche, as mães não aceitarem e reivindicarem, foi o sentido da existência com os outros que marcou o importar-se com as crianças. Na dificuldade os vizinhos se ajudam mutuamente na criação dos filhos. O que caracteriza a família extensa, alargada tratada no texto. Levavam os filhos de suas vizinhas para a creche, para a escola. Se a creche fechasse e fosse transferida para um local afastado, como era a decisão da prefeitura, seria mais difícil contar com essa colaboração devido às próprias dificuldades do bairro.

5.2 Infância Afrodescendente, o Legado Africano e o Comportamento das Crianças Afro-soteropolitanas

*Emi ko le jo ko je.Emi ko le jo ko je.
Ese mi ta fe le fe le.Emi ko le jo ko le.*

O tráfico transatlântico é uma das facetas da imigração forçada e criminosa do africano para o Brasil. Teve início no século XVI sendo proibido no meado do século XIX. Contudo essa proibição não cessou o tráfico interno nem o trabalho escravo, esse foi finalizado no ano de 1889. A sociedade brasileira se compôs de 80% de africanos e seus descendentes, isso dado à intensidade que o Brasil os importava. Seria incrível que com essa relação, mesmo que desumanizada, entre africanos, afrodescendentes e portugueses, a sociedade brasileira e a baiana ficassem ilesas, sem transversalização das culturas. E não fosse enriquecida pela africanidade, nem sofresse resignificações produzidas pela religiosidade nas relações sociais. Na Bahia, no século XVIII, 22.662 pessoas eram negras e pardas, 10.720 brancas, a cultura se produziu pelo toque e recriação da cultura africana em solo brasileiro, Viana Filho (2008 p. 166) corrobora nesse sentido

Rindo do negro, achando-lhe graça nos costumes, nas superstições, considerando-o um elemento passivo, distante, inferior, incapaz de transmitir qualquer coisa, o branco não sentiu que ia sendo contaminado, assimilando hábitos de que se havia rido, mas que de um momento para outro se estampavam indelévels no seu “eu”.

A epígrafe que inicia o texto significa: Não posso ficar parado, meus pés têm de estar se movimentando (LUZ 2000, p. 462). Estas são palavras ioruba que demonstram o quanto é expressiva a forma de ser do soteropolitano e por que não do brasileiro. Podendo ser também construto da identidade afrodescendente que se remete ao modo de ser africano. Mauad (2009, p. 136) descreve a cena em que uma professora alemã tenta disciplinar uma turma de meninas que em sua concepção estava conversando demais, fazendo a maior bagunça. A docente recorre ao método Bormann, de disciplina alemã ordenando que a menina levantasse e sentasse rapidamente por cinco vezes⁹⁹.

Este castigo na Alemanha seria vergonhoso, mas estas meninas tomaram o castigo como brincadeira, logo a professora conclui: “[...] as crianças brasileiras em

⁹⁹ Sentar e levantar várias vezes, abaixar e levantar por várias vezes é uma brincadeira chamada Morto Vivo em Salvador. O que é uma brincadeira para a professora mais parecia um castigo.

absoluto, não devem ser educadas por alemães; é trabalho perdido, pois enxerto de planta estrangeira que se faz na juventude daqui não pegará". Este relato data anos de 1882. É notável que o comportamento das crianças brasileiras seja particular, portanto deve ter um tratamento particular, determinado tipo de castigo e disciplina para elas se tornarem o que não são, é na verdade tentativa inútil.

A escola, a penitenciária, a TV são espaços mantenedores da ordem para quem não obedece, Luz (2003, p. 276-297). No Brasil a ordem foi o quilombo, as irmandades, os terreiros, a educação na informalidade. A forma de reivindicar atenção do estudante afrodescendente, talvez se reflita na indisciplina, causada por uma pedagogia engessada e eurocêntrica, exercendo pressão sobre uma expressão discente que não comporta a inércia e a dicotomia da pedagogia europocêntrica que não dialoga com o meio, com o patrimônio cultura local.

O que para essa professora era um sinal de desordem, *enfant terrible*. Converte com o relato de um viajante inglês “[...] uma criança brasileira é pior que um mosquito hostil [...]” “[...] crianças no sentido inglês [...] não existiam no Brasil”(MAUAD 2009, p. 137). Não seria ou não será este o nosso problema, querer ver em nossas crianças aquilo que elas não são e não podem ser por serem brasileiras? Se tudo é movimento e energia na filosofia africana deverá ser movimento a forma de aprender da criança afrodescendente por viver num espaço cultural de base africana.

Ser afrodescendente é não obedecer ao sistema engessado é ser diferente é conter em si a diversidade. É preciso criar um sistema, um sistema brasileiro de educação baseada em teóricos da educação brasileiros. Hoje compreendo que esse comportamento é específico, isto principalmente porque o pensamento africano e afro-soteropolitano¹⁰⁰ é multi, trans e interdisciplinar portanto a educação deve ser

[...] de um jeito que não separa, que não aparta as várias dimensões da experiência, pelo contrário, que propõe uma profunda comunicação entre o cultural, o social, o político, o econômico, o existencial e o religioso.(DAMIÃO; CUNHA JUNIOR. p. 131, 2008).

Por este legado a felicidade em meio aos problemas cotidianos deve ser mantida. Por isso o soteropolitano festeja sempre todas as coisas, contrariando as

¹⁰⁰ O estudante afrodescendente tem um pouco deste pensamento circular. Agora sei por que não gostava de algumas aulas quando criança e na adolescência, principalmente as de Educação Física.

afirmativas históricas de nossa preguiça, as quais se fundam no racismo criminoso. Os festejos não nos impede de trabalhar. Esse comportamento está presente no estudante afrodescendente em Salvador e incompreensível a alguns educadores, não é visto como forma desenvolvedora da identidade positiva do grupo, nem como elemento importante para dinamizar a aprendizagem. Isto é vida e inerente ao estudante afrodescendente, por que

Pelas antigas ruas da capital brasileira expandiam o gênio alegre e conversador, promovendo diversões em que reviviam sua terra distante. Sambas, batucadas, cacumbis, reis congos, festas totêmicas, de tudo se encontrava nas vielas da Bahia, a maior condensação do elemento negro permitia que vivessem relativamente isolados da população branca, de número reduzido, e que, a princípio, assistia de longe, com menor aproximação do que nas fazendas, esses festejos, que não podia entender. (VIANA FILHO, 2008 p. 165)

Falamos sempre em dinamizar e promover interesse nos estudantes, mas as aulas em sua maioria são expositivas, sem recurso didático dinâmico. Nossos alunos afrodescendentes, sendo assim portador de um legado de base africana por serem de um território que contém em si uma cultura de base africana e um patrimônio que se resignifica com o tempo. Esse é um dado importante para refletir sobre a infância afrodescendente, sua construção histórica e a dinâmica escolar, é importante valorizar o gênero alegre do afro-soteropolitano.

Pensando de imediato parece não existir diferença entre ser criança e criança afrodescendente, entre infância e infância afrodescendente. Porém, os conceitos forjados sobre a infância afrodescendente, a incompreensões sobre o seu comportamento, as brincadeiras em determinados locais e ruas servem como suporte para verificarmos a existência de infâncias e crianças, o que será discutido no capítulo 6. Essa diferença não no sentido de plural, mas no de diverso, principalmente porque desde a invasão do Brasil conviveram nesse território os povos autóctones, os africanos imigrados forçados de uma forma criminosa e desumanizante, e os capitalistas predadores portugueses. É importante notar a distinção que o governo brasileiro fez e faz entre os povos europeus, indígenas e os africanos. Os segundos considerados seres inferiores e os africanos seres semoventes¹⁰¹. Além disso, as teorias racistas do século XIX inculcaram na

¹⁰¹ Semoventes eram todos os africanos e afrodescendentes escravizados, enquadrados na categoria de bens pertencentes aos seus senhores, por não serem bens imóveis e sim bens com movimentos próprios, diferentes de objetos como uma cadeira ou mesa. Assim como eram considerados *instrumentum vocalis*, termo em latim que designa o instrumento que fala.

sociedade brasileira a ideia da inferioridade dos africanos em detrimento dos crioulos. No livro 'Nagô: a nação de ancestrais itinerantes' Sousa Júnior (2005) aponta distinções entre ofícios que podiam ser realizados por africanos e os crioulos. De acordo com essas premissas, existiria distinção entre as crianças como aponta Del Priore (2009) nos artigos contidos no Livro História das Crianças no Brasil.

O descaso com a educação, saúde e moradia é confirmado a partir das pesquisas de Pellegrini (1982) e Degoli (2006) no bairro de Bom Juá. Se o Bom Juá compreende em sua maioria adultos e crianças afrodescendentes, entendo então que a infância nesse bairro ainda é entendida pelo estado e município a partir das teorias científicas racistas do século XIX. Com todas as características atribuídas ao afrodescendente contrapondo ao belo, puro, inteligente do branco. O que pode justificar esse descaso dos poderes públicos com o bairro, mesmo ele contendo os requisitos necessários para receber investimentos públicos significativos e ter os equipamentos requisitados pela prefeitura para participar dos investimentos públicos, quando da pesquisa para a elaboração do projeto da lei de bairros de Salvador.

Um exemplo cinematográfico de denuncia o descaso com a infância afrodescendente é o do filme curta metragem 'Crianças Invisíveis' (2005), dirigido por Kátia Lund, apresenta o cotidiano de duas crianças brasileiras: João e Bilu. Elas sobrevivem da exploração dos proprietários de depósitos de material reciclável, esses compram lixo para reciclagem. Neste filme a criança negra (atriz negra) não tem nome e sim um apelido. O ator branco sim tem nome, João. Quando li o título do filme mesmo antes de iniciar a exibição da película falei para uma colega que estava ao meu lado que Bilu era a atriz negra do filme e acertei. Geralmente as crianças afrodescendentes não têm nome e nos momentos de desentendimento são os pseudônimos racistas que surgem. É importante salientar que independente de qualquer situação a criança afrodescendente cria e recria a partir da realidade vivida e do seu patrimônio.

No capítulo 6 apresentarei riqueza do patrimônio cultural do Bairro de Bom Juá. Os objetivos da pesquisa e os motivos pelo qual o *lôcus* da mesma adquiriu maiores contornos no decorrer do estudo. E o porquê de a escola não existir sem o bairro. O patrimônio do bairro pulsa e é essencial para promover a educação.

6. SÍNTESE DO QUE FOI VISTO

6.1 Objetivos da Pesquisa.

A pesquisa que originou essa dissertação foi motivada pela invisibilidade, silêncio e distorção existente a cerca da história da África, africanos e afrodescendentes no Brasil. Também com a preocupação na visibilização dos estudos étnicorraciais e implementação da Lei 10.639/03 nas escolas, com destaque para o bairro de Bom Juá, nas escolas Comunitária de Bom Juá e Amigos do Rei. Outro fator preponderante é o bairro ser de maioria afrodescendente, por tanto merece conhecer a sua história, a de seus antepassados e valorizar o seu patrimônio cultural. Embora notando a existência de iniciativas dos órgãos estadual, federal e municipal para a implementação da lei supracitada, ainda são marcantes as distorções, preconceito, discriminação e a persistência do racismo antinegro.

As preocupações acima derivaram a problemática dessa dissertação e se assentou sobre as atividades pedagógicas das escolas. Se essas atividades pedagógicas, o material didático e o ambiente escolar contribuem para evidenciar o legado africano no patrimônio material cultural infantil da comunidade de Bom Juá, nas escolas supracitadas, dessa forma nos propusemos a estudá-lo e conhecê-los.

Uma vez envolvida no campo de pesquisa entendi que a escola inexistente sem o bairro. E que o espaço onde deveria buscar informações acerca desse legado e patrimônio cultural seria o bairro. Assim o fiz. O bairro de Bom Juá existe por ser resultado da migração de descendentes de africanos do recôncavo baiano, impulsionado pela crescente industrialização e desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Sobretudo é um território de maioria afrodescendente e, portanto resiste ao racismo antinegro e exclusão social causado pelo capitalismo mundial integrado. Contudo, sempre reagiu aos problemas que o afetaram e o afetam e por essa razão foram destacados alguns problemas relativos ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, que atinge a cidade e os bairros negros como um todo.

Afetam por estarem os bairros negros em Salvador perdendo os seus espaços de lazer, por força do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador do ano 2007. Esse plano desconsidera o Plano Diretor de 2004. Ambos contestados legalmente, mas votados e em plena execução. Salvador é conhecida com uma característica particular, Cidade Alta e Cidade Baixa, junte-se a isso possibilidade desse Plano Diretor atentar contra essa marca identitária da cidade. A

professora Dra. Ana Fernandes, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do CNPq, publica um artigo no dia 25 de março de 2008, intitulado 'Salvador, PDDU 2008: Agonia do Espaço Público'¹⁰², no qual analisa os desastres que podem ser causados à cidade por esse projeto. Ele permite aumentar a altura dos edifícios, além de incrementar construções em locais desabitados, construções abandonadas, terrenos baldios e quiça rotas aeroviárias. Isso atendendo a conchavos políticos e a interesse privado das imobiliárias.

As áreas visivelmente e diretamente afetadas são as proximidades do Shopping Iguatemi, Rótula do Abacaxi, Largo do Retiro, nas cercanias de Bom Juá e orla marítima. Outro local já indicado se estende desde a Feira de Água de Meninos ao Monte Serrat. E as indicadas na cartografia, a área do subúrbio ferroviário, que tem uma bela vista para o mar, e o Parque São Bartolomeu, com 1550 hectares de área de Mata Atlântica, com rios, cachoeiras e a Bacia do Cobre, os quais se encontram em total estado de abandono pelos poderes público estaduais e municipais. Essa área concentra uma imensa massa populacional afrodescendente,.

Compreendem a ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), quase toda a Região Administrativa III, onde se localiza o Bom Juá e parte das Regiões Administrativas XVII e II. São destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e a produção, manutenção ou qualificação de HIS (Habitação de Interesse Social) área em destaque na cartografia, Figura 56 e que desde a execução do Plano Diretor nada foi realizado. De acordo com o depoimento de Amélia, existe o interesse dos poderes municipais em expulsar os moradores de Bom Juá há anos.

¹⁰² Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2705302-EI6578,00.html>>. Acesso em 27 set. 2011.

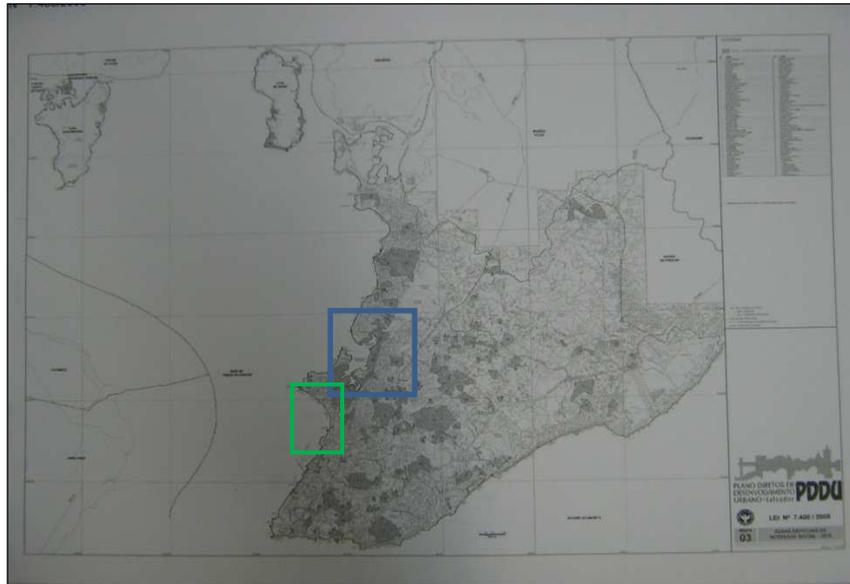


Figura 56. Fonte: PDDU 2007. Parte da orla marítima RA XVII. III e II. A RA III compreende dentre outros bairros o Bom Juá.

Presenciamos nesse contexto e nesses locais, a população negra sendo agredida com o incentivo ao desaparecimento premeditado das áreas de lazer por parte do governo estadual e municipal. Exemplifico com as ocupações dos campos de futebol e também das quadras esportivas utilizadas para outros fins, concomitantemente contribuindo com o crescimento exacerbado da violência e da violência policial nesses bairros. Na matéria do Jornal A Tarde Figura 57, a população reclama dentre outras necessidades, da ausência da área de lazer, inclusive do campo de futebol da Empresa Gráfica da Bahia, que há mais de 20 anos serve à população.



Figura 57. Fonte: Jornal A Tarde. [S.d.]. Matéria denuncia o descaso dos políticos com o bairro e ausência de espaço para o lazer para a população.

Em lugar da quadra de esporte e campo de futebol o governador petista na Bahia, Sr. Jacques Wagner, com sua intransigência, liberou a construção de um galpão, Figura 58 onde existia o campo de futebol, mesmo diante das reivindicações e denúncias da comunidade da Fazenda Grande do Retiro, bairro da parte alta do Bom Juá. A construção da caixa d'água da Empresa de Água e Saneamento do



Figura 58. FONTE: http://fgretiro.blogspot.com/2010_07_01_archive.html. Acesso 27 set. 2011. Estrutura metálica do galpão em construção no antigo campo de futebol e quadras da Empresa Gráfica da Bahia.

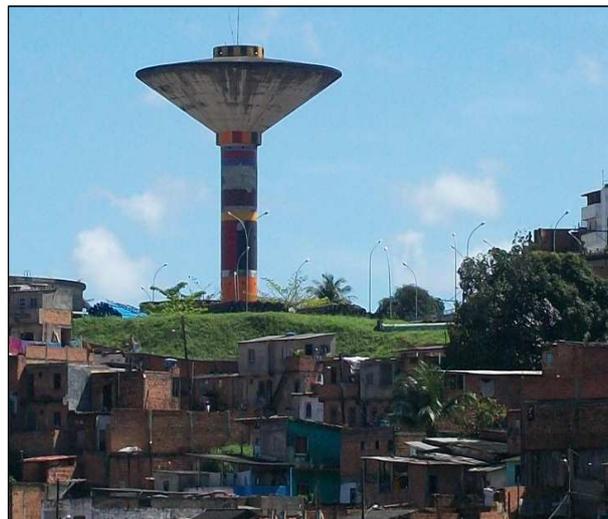


Figura 59. Fonte: Arquivo Pessoal. 2011.

do Estado da Bahia Figura 59. Foi erigida onde era o campo de futebol da Goméia e antigo candomblé de Joãozinho da Goméia, menos outro espaço de lazer e de preservação do patrimônio cultural material e imaterial do e para o povo negro.

Na Figura 60, o antigo campo de futebol do Bom Juá não existe mais. Nele foram construídos os pilares elevados para a construção do metrô, cujas obras permanecem inacabadas até a data da escrita dessa dissertação. A população de Bom Juá há cerca desses 12 anos está sem o lazer que mais movimentava a comunidade, o futebol. Esse campo ficava às margens da BR 324 e ao lado do bairro Arraial do Retiro. Atualmente os moradores são obrigados a utilizarem um local demarcado pela prefeitura, dentro de um matagal onde também contém pilastras elevadas para instalação do “futuro metrô”, Figura 61.

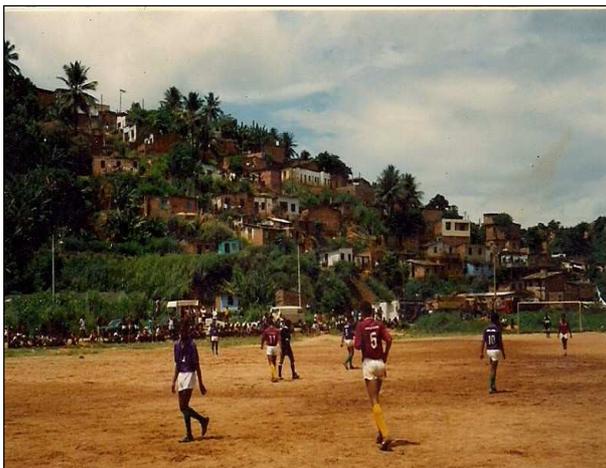


Figura 60. Fonte: Arquivo da Associação de Moradores de Bom Juá. Local onde atualmente estão construídos os pilares elevados do metrô de Salvador.



Figura 61. Fonte: Pessoal, 2011. Baba do dia dos pais. Campo disponibilizado pela prefeitura afastado do local exposto na Fig 60.



Figura 62. Adauto Sena
Fonte: Orkut. 2011.

De acordo com o morador Adauto Figura 62, as competições de futebol organizadas no Bom Juá além de lazer, revelavam craques. Hoje não existem também os campos do Bom Juá e da Baixinha de Santo Antonio, próximo à Avenida Luís Eduardo Magalhães. De acordo com o depoimento abaixo, a população negra perde outra oportunidade de ascensão social e financeira através do futebol.

[...] campo praticamente acabou, o campeonato acabou, campeonato que tinha, o que acontecia antigamente é que a Federação Baiana de Futebol eles patrocinavam campeonatos em bairros é onde nasciam os craques, eles patrocinavam aí fazíamos campeonatos, lembra do campo da associação, que todo domingo sempre vinha olheiro do Bahia, olheiro do Corinthians, digamos o que, é..., hoje é Bahia e Corinthians domingo, Aí sábado tinha o jogo no domingo ia ter campeonato, o campeonato antes ou depois do jogo o olheiro do Corinthians vinha e olhava, separava uns dois ou três e levava para treinar. E hoje não acontece mais isso, hoje o jogador já vai pronto. Não tem mais esse Campo, não tem mais esse tipo de campeonato, hoje é tudo escolinha.

O plano diretor pretende utilizar as áreas desconstruídas e as litorâneas como pontos turísticos e de lazer, o que explica a expulsão dos barraqueiros que trabalhavam há mais de 30 anos na orla marítima de Salvador. Segundo o parecer do CREA para o PDDU 2007

A grave situação do uso e da ocupação do solo da cidade não está evidenciada no texto, cujo índice atinge cerca de 70% de edificações, principalmente para fins habitacionais em situação irregular de informalidade, construídas de forma precária, com alto índice de insalubridade, sem possuir serviços de infraestrutura urbana, localizadas, em sua maioria, em áreas de risco, sem acompanhamento técnico especializado nas fases de projeto e execução, tampouco as formas de intervenção para minimizar e interromper este processo desordenado de degradação urbana. Salvador apresenta grandes contrastes, cuja população é composta, em sua maioria, de afrodescendentes, historicamente excluídos, o que se constata na ocupação do solo, configurando-se em uma segregação urbanística e social. O Projeto de Lei do Plano Diretor não reflete, portanto, a identidade da cidade, com suas particularidades. (Parecer CREA 2007, p. 7-9)¹⁰³

Nesse plano estão previstos melhoramentos na orla da cidade baixa desde a Feira de Água de Meninos até o Monte Serrat Figura 56, área marcada na cartografia em verde. Assim como são demonstradas no subúrbio ferroviário na Figura 56, área marcada na cartografia em azul como áreas e espaços de lazer, segundo esse plano constatamos uma contradição. O que ocorre atualmente é uma invasão nas áreas anteriormente determinadas à população negra e de baixa renda para construção de condomínios “populares”, Figura 63. Esses estão sendo erigidos nas periferias, destruindo totalmente as áreas verdes e comprimindo as favelas que no passado eram reservadas à população negra, que no período de modernização e normalização das cidades foi expulsa do centro das destas para as periferias e subúrbios urbanos. Na Figura 63, na imagem publicitária, visualizamos por entre e por sobre os edifícios as habitações populares e favelas, logo à frente do condomínio visualiza-se a futura estação do metrô. Uma imagem encantadora e sedutora. Na frente do local onde parte a fotografia também é outra favela Pau Miúdo e seguindo em frente Alto do Cemitério das Quintas dos Lázarus¹⁰⁴.

¹⁰³ ANÁLISE DO PROJETO DE LEI N.º216/2007PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DOMUNICÍPIO DO SALVADOR. Salvador: Agosto 2007, PDDU. Disponível em: [http://www.creaba.org.br/Imagens/FCKimagens/12-2009/Parecer%20sobre%20PDDU%20de%20Salvador%20_agosto_2007\(1\).pdf](http://www.creaba.org.br/Imagens/FCKimagens/12-2009/Parecer%20sobre%20PDDU%20de%20Salvador%20_agosto_2007(1).pdf). Acesso em 23 set. 2011.

¹⁰⁴ Quando foram proibidos os sepultamentos nas igrejas, os negros da irmandade do Rosário dos Pretos ficaram sem ter onde enterrar os seus. Logo organizaram um movimento que obrigou às autoridades providenciarem um local adequado. Esse foi a Quinta dos Lázarus, antiga moradia dos jesuítas que com a expulsão desses se tornou leprosário, esse terreno foi doado aos negros.



Figura 63. FONTE: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1112907>¹⁰⁵

O planejamento da cidade de Salvador nessa perspectiva tenta redefinir alguns pontos. Dentre esses as demarcações dos bairros, onde no caso de Bom Juá poderá deixar de ser bairro para ser uma rua do bairro da Fazenda Grande do Retiro, o que trás alguns problemas com as correspondências. Os novos carteiros que não conhecem a Rua Direta do Bom Juá procuram-na no bairro da Fazenda Grande, e algumas correspondências não são entregues. De acordo com os dados de minha pesquisa e anotações do diário de campo, outro problema diz respeito a alguns moradores que se preocupam e dizem que essa medida pode causar problema de identidade dos mesmos e esquecimento de sua história de luta, se o Bom Juá se tronar apenas uma Rua da Fazenda Grande do Retiro. Mas essa não é a minha preocupação maior, ela reside também numa redefinição da cidade com nova expulsão da população afrodescendente para locais mais afastados, de difícil acesso e não dotado de infraestrutura. Outra preocupação é a desestruturação do seu patrimônio cultural e de sua identidade, o que deve ser uma preocupação a ser discutida na escola, tendo em conta uma necessidade, o conhecimento também da geografia urbana.

¹⁰⁵ A imagem publicitária mostra as benesses de adquirir um apartamento nesse condomínio e a sua bela vista, tanto que é nomeado Condomínio Bela Vista. Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1112907>>. Acesso em 20 set. 2011.

6.2 O patrimônio cultural e a infância em Bom Juá

Entrevistei pessoas nascidas em Bom Juá e que moram a mais de 40 anos no bairro. Também moradores que residem no bairro desde a década de 1960 até o ano 2000. Como vimos, as escolas e tudo que existe no bairro foi conquistado por força da imposição dos moradores e uma queda de braços com os poderes públicos soteropolitanos. Todavia os moradores não se submeteram frente às dificuldades. Ficou indelével a convivência, a amizade, a valorização das pessoas e o patrimônio cultural construído. A convivência entre os moradores resultou numa organização social sólida e permanente que abrangeu bairros circunvizinhos que enfrentavam as mesmas problemáticas. Contudo a especulação imobiliária invade de forma criminosa as áreas que em décadas anteriores eram exclusiva para a população negra e pobre, reitero.

Nesse percurso foi construído um patrimônio cultural rico que não pode ser desprezado por ser a história da comunidade. Por isso não me prendi às realidades intramuros escolares e das salas, em vez das atividades escolares, material didático, ambiente escolar, atividades pedagógicas me detive estudar o legado africano identificando o patrimônio cultural da comunidade e num momento posterior, propor que esse seja inserido ao trabalho pedagógico da escola, por que esse sim trás em si os fazeres da comunidade, uma proposta viável e dinamizadora de aprendizagem, que não estão nos livros. Juntando-se a isso compreender as malhas dos interesses públicos e políticos para um posicionamento maduro e consciente da comunidade.

Entrevistei adultos, adolescentes e crianças de todo o bairro, para poder alcançar os fazeres da comunidade. Não me ative a depoimentos de poucas pessoas para assim retratar o patrimônio cultural do bairro com fidelidade. Pude constatar com isso no que toca às crianças, expressões culturais nas salas do Projeto Gente Nova, e as expressões do patrimônio cultural do bairro de longe fazem parte do conteúdo programático das escolas.

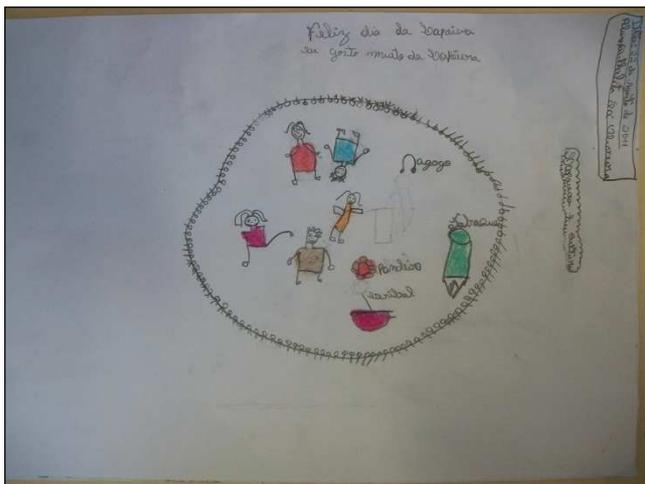


Figura 64. Fonte: Arquivo Pessoal. Desenho: Roda de capoeira. Desenho: Thalita Sá de Oliveira.



Figura 65. Fonte: Arquivo Pessoal. Crianças jogando capoeira no Projeto Gente Nova.

Num vídeo (anexo a esse trabalho) podemos ver a forma como as crianças dançam e criam coreografias, assim como a liderança de algumas frente ao grupo. Os desenhos nas Figuras 64 e 65 que expressam a capoeira e o desejo das crianças jogarem capoeira e quem sabe, a incluírem na escola como atividade pedagógica é perceptível. Afirmo isso pela satisfação dessas crianças dançarem e quererem praticar a capoeira na sala de aula no dia da minha visita, eles queriam mostrar o que são capazes de fazer. No bairro existem 3 grupos de capoeira o do Mestre Alex, o Águia Dourada de José Carlos Mota da Silva (Mestre Carlinhos) Figura 66, é o mais antigo data da década de 70 e o de seu discípulo que exerce suas atividade no andar térreo do posto de saúde de Bom Juá.



Figura 66. FONTE: Arquivo da Associação de Moradores. Grupo de Capoeira Águia Dourada. Mestre Carlinhos 4ª pessoa em pé da esquerda para a direita.

No Bom Juá a formação de grupos foi de impacto profundo por que materializou o esforço dos moradores em promover o desenvolvimento e crescimento da comunidade partindo da Associação de moradores, Associação Centro Social Fraternidade Bahiana, aos grupos. O Grupo União e Apoio à Comunidade, grupo de jovens estimulado a movimentar a comunidade, assim como conhecerem garota para partilharem todos os momentos, inclusive resultando em casamentos Figuras 55 e 56. Isso me fez lembrar a formação das irmandades descritas por Hampâté Bâ no livro o Menino Fula, sobre suas irmandades masculinas e femininas em Bandiagara (Mali). As irmandades dos meninos se responsabilizavam por meninas de outra irmandade feminina podendo até se fosse o caso, haver por parte de algum garoto compromisso de um casamento futuro, além cada irmandade ter o seu padrinho. O Grupo Unidos Figura 67, tinha como padrinho Cláudio Primo. O União dos Jovens Atuantes na Comunidade, jovens de camisetas verdes Figura 68, era formado pelas/os catequistas da igreja católica. Grupo Veneno Figura 68, Grupo Ganzá de Samba Duro Junino, Figura 69, tocadores com camisetas amarelas. O samba duro junino de Bom Juá, de acordo com o relato de Tino, foi inspirado nos sambas do Engenho Velho de Brotas e de Federação. Esses sambas reuniam a população negra, e essas segundo o relato de Mário Bafafé, quando se reuniram para organizarem melhor seus eventos, pode constatar que esses tinham fundamentos em algum terreiro de candomblé da Bahia.



Figura 67. Fonte: Arquivo Associação.
Desfile do Bom Juá. Grupo Unidos.



Figura 68. Fonte: Arquivo Associação.
Desfile do Bom Juá. Grupo Veneno e UJAC.

O Grupo de Teatro, Painei de acordo com o depoimento de Nice, era formado por adolescentes e o Grupo Sementinhas Figura 70, formado por crianças que se reuniam todos os domingos a partir da 9 horas da manhã.



Figura 69. Fonte: Arquivo Associação.
Grupo Ganzá.



Figura 70. Fonte: Arquivo Associação.
Grupo Sementinhas do Bom Juá.

Associação Desportiva Bom Juá Figura 71, era a equipe de futebol da associação de moradores do bairro, promovia torneios entre equipes de vários bairros. O Grupo de Mulheres Figura 72, era um setor da associação responsável pelos cursos de Crochê Mirim sob a responsabilidade de Amélia. Existiam também os cursos de Manicure, Corte e Costura, e Aproveitamento de Retalhos e Fuxico.



Figura 71. FONTE: Arquivo Associação.
Associação Desportiva de Bom Juá.



Figura 72. FONTE: Arquivo Associação.
Grupo de Crochê Mirim.

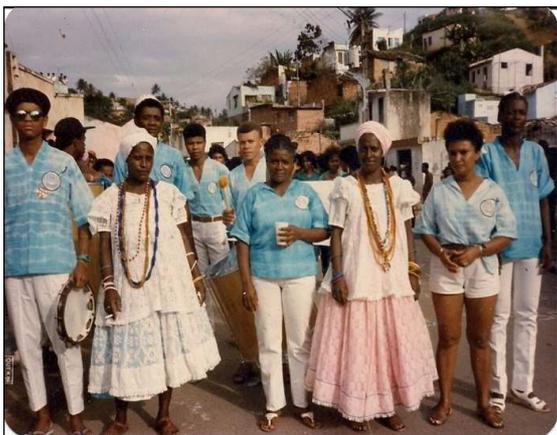


Figura 74. Fonte: Arquivo Associação.
Lavagem do Bom Juá.



Figura 75. Fonte: Arquivo Associação.
Lavagem do Bom Juá.

A Lavagem do Bom Juá e o desfile eram eventos comemorativos que tinha como objetivo principal manter viva a memória dos moradores a respeito de suas lutas e conquistas Figura 73 e 74, enfatizando que os políticos não foram os mais notáveis protagonistas. A Reza de Santo Antonio era uma celebração muito importante com destaque para o do Sr. Antonio (†), morador da Rua José Abade de Oliveira. Todavia, D. Judite Figura 75, mantém essa tradição em sua casa e com a sua família desde a década de 60. As pessoas que vão participar desse ritual



Figura 75. Fonte: Arquivo Pessoal. Altar de Santo Antonio de D. Judite



Figura 76. Fonte: Arquivo Pessoal. Lembrança da reza de Sto. Antonio de D. Judite.

A cada ano comemorativo ela encomenda camiseta, a exemplo da usada por D. Judite na Figura 75 e surpresas Figura 76, que são oferecidas aos

participantes, além de uma feijoada que é oferecida no 13º dia de festa. Essa devoção iniciou quando ela conseguiu comprar o terreno onde construiu a sua casa, no Marotinho do Bom Juá. A reza consiste em rezar treze noites no mês de junho desde o dia 1 e cada dia a responsabilidade é de uma pessoa da família. São presenteadas com uma lembrança Figura 76. Arleide dos Santos Primo Figura 82, reza o Santo Antonio que denomino de itinerante. Não que o Santo vá com ela para a casa, mas ela é convidada para realizar a reza do Santo nas casas dos vizinhos que ainda preservam essa devoção. Nesse caso as pessoas ornamentam os seus Santos Antonio e a convidam para ir às suas casas rezar a cada noite desde o dia 1 de junho até o dia 13.

O Bom Juá era um bairro em que as festas de São João e São Pedro eram movimentadas com participação maciça da população, e organizadas pelo Sr. Adolfo (†), elas ocorriam anualmente no mês de junho. As sentinelas eram exemplos de solidariedade entre os vizinhos nos momentos mais tristes e de perda. A perda por morte era e é um momento de solidarização no bairro. Quando a minha mãe faleceu (2002) em seu último sopro de vida, como uma mágica, os vizinhos foram chegando e a casa enchendo. Logo após fizemos uma oração pela sua passagem. Enquanto eu providenciava o sepultamento, nossos vizinhos se incumbiram de organizar a casa, vestir o seu corpo, fizeram chá calmante para quem precisasse, compraram pão para oferecer com café e chá durante toda a noite. Foi uma noite de orações até que raiou o sol, o dia despontou e então seguimos para o sepultamento. No bairro de Plataforma, no subúrbio ferroviário, ainda se usa sair com o ataúde em procissão até o cemitério do bairro.

A pesquisa apontou que jovens e adultos sentem falta da efervescência de todos os grupos do bairro, do desfile, da lavagem de Bom Juá, e das festas e comemorações de aniversários. É digno de nota que as crianças, inclusive eu participávamos dessas atividades, além de brincarmos no riacho. Pescar Tilápia no riacho era uma brincadeira e atividade infantil na década de 50. No decorrer do tempo, nas décadas de 60 e 70 brincávamos pescando um peixe minúsculo que chamávamos de bobó ou piaba, eles não cresciam, eram tipo peixes ornamentais. A Tilápia estava extinta. E com a urbanização dos bairros da Sussunga, São Caetano, Fazenda Grande e Goméia a poluição destruiu o riacho em que brincávamos, restando um canal poluído, putrefado e a saudade. Brincávamos com o jogo de

gude, fura pé, que não existe mais por conta da urbanização do bairro e asfaltamento das ruas, para essas brincadeiras é necessário terra.

Em todas as respostas os depoentes denotaram marcadores importantes na comunidade: a convivência em vizinhança, o relacionamento com as pessoas/vizinhos e a amizade. A pobreza da população não corrompe os seus valores e desejo de permanecer no bairro e unidos, mesmo admitindo algumas desavenças, as quais não abalam os seus sentimentos de pertencimento, mesmo o bairro apresentando ainda necessidades estruturais urgentes. Os entrevistados ao serem inquiridos sobre o que sentem falta no bairro, evidenciaram a ausência de uma farmácia. Mesmo com a inexistência dos grupos supracitados as festas se resignificam. Elas acontecem em comemoração à Padroeira do bairro, no Baba do dia dos Pais que movimenta todo o bairro desde a missa matinal até o final do dia Figura 54. Vale ressaltar que existem um grupo de jovem na igreja católica e outro na Batista.

A Caminhada pela Paz é realização da Escola Estrela do Amanhã e o desfile anual da Escola Amigos do Rei que no ano de 2011 homenageou a Região Nordeste Figura 77, são também exemplos marcantes.



Figura 77. Fonte: Orkut Amigos do Rei. Desfile 2011.

Embora a pesquisa de Degoli (2005-2006) aponte para a inexistência de terreiros de candomblé no Bom Juá, encontrei 3. Contudo uma das pessoas entrevistadas não quis se expor, o que denota manifestação o racista contra a

expressão religiosa afro-brasileira. O FAPI - Festival de Amigos e Parentes de Inocência é realizado em homenagem a uma mulher que participava das reivindicações na comunidade. Ela integrou o movimento social em prol do crescimento do bairro. Em agosto de 2011 foi realizado o XI Festival, sempre foi organizado pelos seus filhos, da esquerda para a direita Vicente, Lúcio, Nena e Grigório, Figura 78.



Figura 78. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Organizadores do FAPI.



Figura 79. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Premiação FAPI.

Os participantes são os familiares, amigos da família, além de moradores do bairro. A premiação é feita com troféus os quais apresento na Figura 79. Na Figura 80 e 81 estão presentes 3 gerações de moradores e incluindo os que residem há 20 anos no bairro e na Figura 81 a realização do Festival de dominó.



Figura 80. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Reunião com moradores antes do início do FAPI.



Figura 81. Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.
Realização do FAPI.

As brincadeiras infantis da minha geração eram: Baleou, Fura pé, Gude, (ver nota 48), Carrinho de rolimã/patinete, Pular corda, Bater lata e Capitão. As existentes atualmente nas memórias são: Pega-pega, Boneca, 7 pedrinhas, Esconde-esconde, Baleado/baleou, Garrafão, Golzinho, Futebol, Pular corda, Desafio, jogo de pergunta e resposta e Buraco, Kipe e Uno (jogos com cartas).¹⁰⁶. Hoje foram acrescidas com a brincadeira de elástico/unoum, skate, bicicleta. E no momento a audição de caixinhas de som onde escutam as músicas via pendrive marcando a inserção da tecnologia digital no seu acervo.

As músicas vão desde às de pagode, arrocha¹⁰⁷, as dos blocos afros de Salvador até as que embalam as torcidas organizadas ao som do samba reggae, criado pelo mestre Neguinho do Samba (1954-2009). Aos domingos a música toma conta do bairro, os sons dos carros envolvem a sua atmosfera como se fosse sempre festa aos domingos e em dias especiais como o dos pais, das mães, das crianças e de feriados. Os aniversários são festejados constantemente. Durante a minha pesquisa participei de 4 festas de aniversário, do Festival de Amigos e Parentes de Inocência e do chá de bebê de uma pessoa nascida e criada no bairro e minha ex-aluna do Colégio Modelo, Figura 3. É digno de nota o interesse político partidário permanente em Bom Juá, a exemplo da presença do vereador evangélico Palhinha no festival de dominó de Parente e Amigos de Inocência com denomino seu 'discurso gospel'.

¹⁰⁶ Baleou/baleado, consiste em escolher dois times em que um deve lançar a bola no outro. Quem não conseguir pegar a bola sem deixar cair é baleado e vai para um local exclusivo atrás do time oponente. Complementando a nota 47. Para o carrinho de rolimã serrávamos a madeira e afixávamos sob a tábua três rodinhas de rolimã (rodinhas de ferro que giravam com um conjunto de bolinhas também de ferro menores dentro, estas bolinhas ficavam presas entre uma extremidade e outra da circunferência interna e externa de ferro). Com outra madeira construíamos o eixo em que as duas rodas de traz ficavam presas e prendia as rodas nas extremidades do eixo com prego e a borracha da câmara de pneus. Fura pé Brinquedo pontiagudo de ferro 5/16, medindo aproximadamente 30 cm, era curvado e dobrado numa das extremidades, junto ao corpo do ferro. A ponta era afiada para furar o barro. Jogávamos o fura pé a certa distância desde uma linha inicial e traçávamos linhas que se prolongaria por todo o terreno. Essas poderiam ser retas ou curvas dependendo da regra do jogo. Ganhava o jogo quem prendesse o oponente num cercado de linhas. Garrafão era traçado no chão um garrafão e procedia a brincadeira de correr onde alguns ficavam presos no garrafão. Golzinho é um tipo de com bola em que se utiliza uma trave com 0,60 cm de altura e largura. Sete pedrinhas, consiste em uma criança arrumar 7 pedrinhas uma sobre as outras enquanto outra tenta acertar jogador que arruma as pedrinhas com a bola. Bater lata as crianças se escondem e a medida que o pegador for a encontrando bate a lata no chão a chama pelo nome. Capitão construíamos 5 pedrinhas com cacos de telhas, o jogo consistia em conseguir jogar segurando toda as pedras até conseguirmos jogar com as 5 na mão. Unoum ou elástico, geralmente quem brinca são as meninas. Consiste em ficarem duas crianças de frente uma para a outra. O elástico será preso nas pontas e as duas crianças formam um cercado prendendo-o com o corpo. De acordo com o desenvolvimento da brincadeira vai aumentando a dificuldade e o elástico vai sendo colocado desde o tornozelo até o pescoço.

¹⁰⁷ Gênero musical baiano surgido no ano de 2004 na cidade de Candeias.

Quanto aos objetivos da pesquisa no que tange ao legado africano ele está subjacente na forma como o bairro se organiza e como as pessoas se relacionam e se irmanam. As brincadeiras das crianças não são africanas, mas as forma como se organizou o bairro remonta a ancestralidade e oralidade afrodescendente. As comunidades africanas se reuniam por via das irmandades e das famílias extensas (ioruba), Luz (2000) ou alargada (banto) Altuna (1985), a relação de parentesco independente do laço familiar é atual no Bom Juá. No que tange ao ambiente escolar as brincadeiras fora da escola são diferentes das realizadas dentro dela. De acordo com o depoimento de alguns educadores as crianças são agressivas e carentes, contudo em minhas observações constatei por várias vezes essas crianças brincando sem nenhum vestígio de violência, o que me fez questionar. O que existe fora da escola que faz o comportamento das crianças se modificarem dentro dela? Se existisse a inserção de atividades realizadas fora da escola no ambiente escolar seria diferente o seu comportamento? Se houvesse o interesse em utilizar o patrimônio cultural nos trabalhos pedagógicos remontando a história da comunidade não seria mais atraente o ambiente escolar? Esses questionamentos levantados são caminhos para novas investigações.

Há especificidade de brinquedos, brincadeiras e viver a infância no Bom Juá, em cada rua. Investigar a infância nos oportunizou compreender que as várias discussões acerca do pensar a infância permanecem generalizadas. O resultado da pesquisa apontou para a não identificação das particularidades da infância afrodescendente por parte dos depoentes, por que esses não identificam a particularidade da infância do Bom Juá e que ela depende do espaço onde as crianças vivem as suas infâncias cotidianamente. O que deve ser particularizado, além de conhecer a cultura de base africana do bairro é valorizar e evidenciar o patrimônio cultural infantil e da comunidade, utilizá-lo em favor da educação, estimulando a aprendizagem concomitante às atividades e conteúdos escolares. E nesse sentido estimulando o desenvolvimento da autoestima rechaçada pelos meios de comunicação, a exemplo do Programa de Bocão e Na Mira que inferioriza os moradores e os bairros de maioria afrodescendente, banalizando-o identificando-o como de segunda categoria dentro dinâmica da cidade, criminalizando-o.

A apreensão do conceito da infância afrodescendente e observação à sua especificidade são imprescindíveis. Dessa forma se pode atuar na educação antirracista valorizando afrodescendência, ancestralidade utilizando, reitero o

patrimônio cultural da infância afrodescendente e do bairro, as resignificações do presente para construir o futuro, combatendo o racismo através da dinamização do currículo valorizando também a circularidade, característica da cultura de base africana. O desejo de retomar a atividade dos grupos foi destacada pela maioria dos oradores que foram entrevistados como uma lacuna a ser preenchida. As pessoas sentem falta dos grupos.

A infância de acordo com os entrevistados adultos e adolescentes não existe. De acordo com suas falas as suas infâncias foram boas, livres, brincavam muito e tinham liberdade. Apenas um depoente afirma que a infância existe sempre, contudo tem contornos diferentes e varia de local, tempo histórico e de onde essa infância é vivida. Todos estão de acordo que é necessário investir em entretenimento e espaço para as crianças serem livres e brincarem. No entanto, as respostas das crianças apontam as infância e infâncias dentro do próprio bairro de Bom Juá. A de quem mora na Rua Direta, nas ladeiras, no Marotinho e na Goméia. Algumas dependendo de onde moram, se num local asfaltado ou na laje da própria casa. Brincam de Bicicleta, Bonecos e Bonecas, Unôum/elástico, Teatro encenando a peça o Rei Leão, Juntar os amigos, Dança e cantar, Play 2 (vídeo game), de Computador, Jogo da velha, Banco imobiliário, Jogos de tabuleiro, Pega vareta e Carro. Numa rua que não passa carros brincam de Bola, Esconde-esconde, Pega-pega, (pega-pega com variação menino pega menino e menina pega menina), Empinar arraia, Unôum/elástico, Panelinha, Bicicleta, Pular corda, Boca de leão, Baleou/queimada, 7 pedrinhas, Cantiga de roda, Mãe e filha, Vôlei, Skate, Amassa tomate, Dominó, Amarelinha (Macaquinho), Casinha e Patins, jogos de Elefante, Pisa pé e Pique alto.

Das 95 crianças entrevistadas de 7 a 12. Dentre elas 3 gostam de brincar na internet e computador. Perguntadas se gostam do bairro, 14 não gostam de Bom Juá por causa do lixo, bebida, violência, morte e acham o bairro perigoso. Dentre essas 14, uma mora longe da família e a outra acha o bairro sem graça. Os demais entrevistados adultos e adolescentes gostam de morar no bairro porque têm muitas pessoas, lugar para se divertirem, por tudo que associação fez. Acham um lugar legal por que tem moradores legais e gente boa. Dizem que tem futebol, posto médico, festas, a escola, o Projeto Gente Nova. As crianças gostam por que brincam de boneca, das escolas e brincadeiras, dizem que o bairro tem moto e carro. Gostam da movimentação, da Praça, e acham o bairro divertido, e também pela

troca de ideias com os amigos, ser perto de tudo e o lugar onde moram os seus familiares. Uma das crianças nasceu em Boipeba, cidade do interior da Bahia, e acha um bairro diferente, mas gosta por que pratica esporte.

As músicas que as crianças gostam são o Pagode, Romântica, Patati Patata, Hip hop, Samba, Arrocha, Internacional, Eletrônica e Sertaneja. Os cantores destacados foram: Justin Bibier, Luan Santana, Xuxa, Silvano Sales, Racionais, Ivete Sangalo, Michael Jackson e Cláudia Leite. Em Salvador existe uma riqueza musical importante e de destaque, no entanto as crianças não citaram um cantor afrodescendente a não ser Michael Jackson e o grupo brasileiro de Rap Racionais. Apesar de gostarem de pagode, os cantores desse gênero musical não foram citados. Dessa forma deixo mais um questionamento, por que os cantores negros não estão incluídos no repertório das crianças apesar de as músicas de Pagode, Olodum e Ilê Aiyê ser do seu conhecimento e a coreografia em anexo no DVD ser do Ilê Aiyê? Em relação à infância as crianças acham-na difícil, mas gostam dela por que ganham presentes, se divertem, tem tempo de brincar. Por ser a parte mais legal da vida, não precisam trabalhar, acham tudo de bom, brincam de todo tipo de coisa, lêem, escrevem, e pulam. Estudam, aprendem, têm direito de brincar e serem livres, coisa boa que nunca esquecem. Duas crianças dizem que infância é namorar e confiar em Deus.

Cláudio Primo, Figura 82, é um líder comunitário, estudou na Escola João XXIII, foi padrinho do Grupo Unidos. É ex-presidente da associação de moradores e funcionário da Escola Comunitária de Bom Juá. Como Nanau, Amélia, Dejanira, Sr. Tonhó, Sr. Jacó, goza de grande prestígio na comunidade. O nascimento de sua neta foi festejado antes, no chá de bebê Figura 82, e após o seu nascimento. Lara Primo ao nascer foi apresentada à comunidade, com faixas e cartazes na varanda da casa dos avós Claudio e Arleide, Figura 82. Nessa comemoração estavam presentes seus familiares e moradores do bairro, esse nascimento foi festejado também na comunidade e recepcionado por todos.



Figura 82. FONTE: Arquivo Pessoal, 2011.
Chá de Fraldas. Esq. p/ Dir. Renivlado,
Caludileide, Arleide, Claudinha e esposo,
Cláudio e Fagner.



Figura 83. FONTE: Associação de
moradores. Grupo Sementinhas no desfile da
associação.

Cláudio Primo reside no Bom Juá desde os 10 anos de idade. Os seus filhos nasceram e permanecem no bairro, Figura 82. Na figura 83 no desfile em comemoração a lutas do bairro, os mesmos, terceiro da primeira fileira da esquerda para direita, Fagner, e Claudileide, sexta da esquerda para a direita na fileira de trás. Cláudio Primo é um líder nato e intensificou sua liderança participando do grupo onde eram formados jovens líderes, coordenado pelo Padre italiano Paulo Tonucci, em épocas de ditadura no Brasil. Dessa forma passou a militar no Bom Juá e era notado pelos políticos partidários que chegavam ao bairro. Maria Luisa Roscio em seu depoimento descreve as formas como os agentes a serviço da ditadura militar atuavam no bairro, o que nunca causou espanto nem temor aos moradores

No início da atividade da Associação, que foi a abertura de uma pequena escola a nível primário, verificávamos a presença de pessoas estranhas que eram detectadas olhando os pés. Curioso, não é? Naquele tempo Bom Juá tinha muita lama e era difícil encontrar moradores calçados. De forma que quando aparecia alguém de sapato de couro brilhando chegava logo Dejanira avisando “tem um sapato limpo andando por ai”. Uma vez um “sapato limpo” foi na nossa casa pedindo para matricular seu filho na nossa escola. Claramente foi para investigar, mas não tínhamos nada a esconder, de forma que foi até divertido.

O Tempo passa, as pessoas crescem e permanecem no bairro, elas são os seus principais patrimônios. Essa permanência constrói a identidade coletiva que caracteriza o bairro, e a memória coletiva é um elemento que promove a relação social entre os moradores e o processo de humanização. Essa identidade se

constrói através das trocas estabelecidas pelos moradores e pelas construções simbólicas, enfrentamentos e descrições externas ao bairro, principalmente as dos poderes públicos, identificando-os como politizados e organizados¹⁰⁸. É importante ressaltar essa característica para alavancar o desenvolvimento de autoestima e sentimento de pertença à comunidade por parte de todos os moradores, principalmente as crianças. Cíntia, Figura 83 e 84, nasceu no bairro de Bom Juá é filha adotiva de Amélia Felicidade de Jesus Figura 44. É estudante do curso de pedagogia, ex-estudante da Escola Comunitária do Bom Juá e estagiária na Escola Comunitária de Bom Juá. É uma profissional que trabalha diretamente com a bibliografia oferecida pela Secretaria de Educação do município de Salvador em prol da implementação da Lei 10.639/03. Hoje investe na educação antirracista na comunidade e é exemplo de êxito e sucesso a ser evidenciado.



Figura 83. FONTE: Arquivo Pessoal, 2011.
Cíntia.



Figura 84. Fonte: Arquivo Pessoal. Cíntia e Joycemara (minha afilhada). Aniversário na casa de D. Judite.

¹⁰⁸ Informação no documento, Informações Sistematizadas para Bairros de Baixa Renda da Coordenação de Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Salvador – 1985.

7 ESTAVA TUDO ALI BASTAVA SISTEMATIZAR AS LEITURAS DO PATRIMÔNIO

A lei 10.639/03 é uma possibilidade de promover a educação antirracista e a possibilidade de passar a história dos afrodescendentes a limpo. No entanto, é importante notar que ela não resolve todos os problemas, são necessários outros investimentos para promover o respeito à diversidade e a visibilização da cultura de base africana existente na sociedade brasileira. Um deles é iniciando o reconhecimento de que a abolição da escravatura não resultou em ganhos para os afrodescendentes. Numa escala macro podemos destacar que em Paris no ano de 1789 os representantes do povo francês declararam os direitos imprescritíveis do homem, liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão. Em 1791 inicia o período que marca as rebeliões de africanos escravizados em Santo Domingo, atual Haiti. Essa era uma colônia próspera que se tornou independente do domínio francês no ano de 1804. Não obstante, os africanos escravizados nessa colônia não foram mencionados pela história oficial, muito menos beneficiados pela declaração dos direitos do homem por não serem considerados humanos. Dessa forma, ler é um processo de alfabetização que não implica apenas em ler os escritos com letras, mas também os inscritos legislativos que traçam os ditames sociais e no patrimônio cultural a exemplo da convenção de salvaguarda do patrimônio cultural da UNESCO. As inscrições da vida humana são expressas pelo acervo do patrimônio cultural e esta dissertação verificou com intensidade estas relações, as quais devem estar na escola.

A metodologia da afrodescendência presume um grande envolvimento do pesquisador com o sujeito da pesquisa, numa relação de ser 'eu' pesquisadora parte do que 'eu' estou pesquisando. Implica numa relação de alfabetização e de compreensão das imagens falas e vivência que fazem parte do nosso cotidiano, mas raramente procuramos conhecê-las em detalhes e também poucas vezes nos preocupamos em analisar as mudanças e as presenças do passado no presente em transformação, apontando para o futuro carregando os elementos da transformação, as novas ideias, os novos modos de produção, comunicação, as novas tecnologias, mas sempre sem deixar os moldes do passado completamente para traz. A pesquisa afrodescendente tem com base de reflexão filosófica as culturas e as filosofias africanas. Nesta aprendemos que a ancestralidade é um conceito que

envolve as gerações e os lugares e os tempos desses lugares. Trata-se da construção de um território, através das ações de gerações. Assim nesta temos as mudanças, mas as bases do passado e do presente. Temos as pessoas, modificando e passando por constantes modificações. Foi assim, eu sou do bairro do Bom Juá, aí vivi e cresci, sabia de tudo e conhecia tudo, de uma forma nada sistemática.

Agora tenho outro olhar sobre o bairro, fui a procura de rever tudo que vivi e que meus amigos e conhecidos viveram, procurando entender as transformações. As formas de como nosso bairro passou pelas modificações que o tornam o bairro de hoje, como as pessoas de hoje, mesmo falando do passado, mas com as ideias e olhos de hoje. A memória durante todo tempo são reatualizadas. Eu conhecia a minha própria família, mas nunca tinha aprofundado neste conhecimento e na compreensão das histórias sobre meus pais e avós. Agora depois do processo de pesquisa, então é que aprendi mais sobre a família, sobre as nossas coisas e sobre as passagens das nossas vidas. Neste processo de pesquisa, me transformei, e transformei as percepções que nós temos sobre nós mesmos. Histórias fatos e pessoas que eram comuns passaram a me parecer incomuns, singulares de grande importância nas suas ações para constituição da vida coletiva nossa de hoje.

O conceito de patrimônio cultural como um acervo de fatos, coisas, memórias, fotografias, artigos de jornais, depoimentos é fundamental para guiar no campo o que reconhecer, como recolher, como pensar e que extensão se dá à dimensão dos acervos. Sim descobri que o patrimônio cultural era tudo aquilo que estava, está ali e esteve ali. Ver que foi este patrimônio que nos tornou moradores do mesmo bairro com um sentido de gostar dele e produzir uma identidade coletiva de morador do Bom Juá. Então verifiquei que o patrimônio cultural é o que processa a memória coletiva e também produz a identidade coletiva. Que as identidades individuais guardam particularidades que dependeu da forma como cada um construiu a sua relação com este patrimônio e outros patrimônios de outros lugares, e no coletivo todos têm uma parcela do patrimônio do lugar. O lugar que produz uma identidade coletiva, construída em torno da relação coletiva dos habitantes com o lugar e as relações sociais possíveis neste lugar.

Esta conclusão sobre a força do patrimônio cultural na produção das identidades é importante para a pensarmos a educação. O bairro educa, faz um processo educativo da construção das identidades através do patrimônio cultural. O

patrimônio cultural é material e imaterial, abrange um acervo mesmo das relações sociais, pelo menos quanto ao seu registro na memória da população. A educação formal deveria tomar conta deste patrimônio e trabalhá-lo no currículo escolar como pelo menos forma de crítica a educação dado pela conjuntura do bairro que educa. Com reforço reflexão e mesmo crítica a esta educação dada pelo bairro através do seu patrimônio. A escola deveria se interrogar sobre a bagagem trazida para a ela e o seu processamento na interação com a educação formal. O bairro tem problemas sociais econômico, culturais e políticos, mas em boa parte a escola esteve muitas vezes completamente alheia a isto. Uma conclusão importante, mas difícil, a educação nas escolas teve pouca interação com o patrimônio cultural do bairro. Isso tem sido uma perda de oportunidade para ser a escola um agente de mudança do bairro, e da vida das pessoas dali.

A pesquisa foi muito facilitada por eu ser conhecida no bairro, como moradora e como professora. Aprendi no processo de pesquisa que os moradores do bairro tinham no passado mais dotação financeira que tem hoje. O comércio de alimentos e produtos no passado permitia melhor e maior integração dos moradores a produção e, portanto possibilitava melhores oportunidades de vida. O bairro já teve pessoas com maior patrimônio econômico que na atualidade. Um exemplo foram os donos de negócios de carne, horta, gado que hoje ficou totalmente absorvida pela produção externa e pelos supermercados. É importante notar que a integração dos grandes negócios e a modernização da produção tirou as produções de roupas e calçados das mãos dos produtores locais e os levou para produtores de longe e mesmo de outros estados. Examinando pouco mais profundamente a questão temos que muita coisa que era produzida na Bahia, hoje vem do sul do país. Sendo que os empregos desta forma também mudaram para o sul do país, intensificando a migração a procura de trabalho da Bahia para Rio de Janeiro e São Paulo. Houve um forte empobrecimento da formação profissional, que não substituída por outras formações, na mesma proporção do passado. Muito possivelmente o desemprego aumentou como também os empregos informais ao longo dos anos. Pois as atividades econômicas lucrativas foram embora e não foram substituídas por outras dentro do próprio bairro.

Sobre a infância antes da pesquisa me parecia que as crianças de hoje quase não brincavam. No entanto a pesquisa mostrou que elas brincam e que fazem de novas e velhas formas, mas brincam bastante, readaptando as transformações

do espaço de onde foram tiradas as áreas livres de recreação. Os campos e os córregos onde eu e minha geração brincamos desapareceram, mas as brincadeiras continuam resignificadas. A amizade e gosto pelo bairro foi um valor que a pesquisa demonstrou. As pessoas gostam de morar nele tem uma satisfação nisto. Apesar de ser um bairro pobre e sem muitos recursos, a maioria dos entrevistados ressaltou o desejo e continuar morando no Bom Juá.

Quanto à relação com a escola e da escola com as pessoas do bairro podemos concluir que há uma necessidade de valorizar as pessoas que lutaram para construir o seu acervo patrimonial. Conhecer e valorizar todas as formas de manifestações culturais e forma de viver nele, reconhecendo que nela existe uma cultura de base africana que a tradição oral, a solidariedade, a inclusão, a comunalidade, a ancestralidade, interação, compartilhamento e amizade se dão por conta desse legado. O que nos faz entender a forma de relação social coletiva oriunda da cultura de base africana, o patrimônio cultural material e imaterial para inseri-lo no ambiente escolar. Também é necessário fazer um giro de 360 graus e retornar a África, não para sermos africanos, mas para compreender o seu legado que perpassou todas as fronteiras e se faz presente entre nós até hoje, demarcando nossa ancestralidade. A escola e o sistema educacional reconhecendo esse acervo cultural material poderá ser o fio condutor da compreensão e recriação da africanidade erigida nos pilares da filosofia africana. E compreender as práticas subjetivas existentes no nosso fazer cotidiano e aprender a fazer o educativo com olhar apurado, não utilizando apenas o referencial eurocêntrico como único para educação.

Nesta pesquisa nós vimos alguns dos aspectos da relação entre o bairro, seu patrimônio cultural e a vida das pessoas, tanto com relação à infância como com relação à identidade. No entanto carece um estudo mais aprofundado da relação das instituições do município e do estado com o bairro. O bairro é de maioria afrodescendente e na década de 70 a profissão religiosa era quase que exclusiva de matriz africana e agora tem muitas igrejas evangélicas e três terreiros. Também é um aspecto da mudança do bairro que merece mais atenção em trabalhos futuros, no que tange ao cotidiano assentado na coletividade, irmanação e amizade. Restar deixar um caminho a ser seguido em futuras pesquisas que é a dinâmica curricular com base no patrimônio cultural infantil e da comunidade inserido no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua Achibe. **O Mundo se despedaça**. São Paulo: Ática, 1983.
- ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____; FILHO. Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: CEAO. Brasília: Fundação Palmares, 2006.
- ALTUNA, Pe. Raul Ruiz de Asúa. **Cultura tradicional banto**. Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, Luanda, 1985.
- AMOS, Alcione Meira. **Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007.
- ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flasksman. Rio de Janeiro: LCT, 1981.
- ASSUNÇÃO. Glória Maria. diálogos sobre a questão étnico-racial na formação de professores - In: **Afrodescendência e educação no Brasil**. Coleção Diálogos Intempestivos. n. 63. Fortaleza: UFC, 2008.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura brasileira**. 4 Ed. revisada e ampliada. Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Universitária de Brasília, 1963.
- BÂ, Hampâté Amadou. **Amkoullel, o menino fula**. Tradução Xina Smith de Vasconcleos. São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2003.
- BARRETO, Lima. **Clara dos anjos**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/claradosanjos.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011
- BARRETO, Rosivalda dos Santos. Movimentos Sociais: aspectos sócio-políticos, avanços e contradições para a educação brasileira e conquistas da Lei 10.639/03. In: **VIII Seminário de pesquisa do departamento de história: história e gênero**. Fortaleza, 2010.
- _____, Rosivalda dos Santos; CUNHA JÚNIOR. Leituras e reflexões sobre a infância afrodescendente educação no bairro de Bom Juá, Salvador, Bahia In: **XX EPENN**, Manaus, 2011.
- BONFIM, Rafael Bahia. SANTANA; Marcos Jorge Almeida. **O estado de conservação e uso das escadarias e rampas drenantes em Salvador**. Disponível em: <info.ucsal.br/banmon/Arquivos/ART_030109.doc> Acesso em: dez. 2010.
- BRASÍLIA. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. GOMES, Nilma Lino. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

_____. **Territórios em Movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. LAGE, Vinícius; MORELLI, Gustavo, *et al.* Brasília. DF: SEBRAE, 2004.

CAMPOS, Maria Malta. Porque é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A Criança Fala:** a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Izail Arnaldo de. **População e setores censitários dos bairros de Salvador.**¹⁰⁹ 2005.

CÈSAIRE, Aimé. Discurs sur le colonialisme. Suivi du discours sur la négritude. **Presence Africaine.** [S.l.]. [S.d.].

CIAGS/UFBA; SEMA. **O Caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes.** Elisabete Santos *et al.* (Org.). Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. Coleção Gestão Social.

CINDERELA Lobos e um príncipe encantado. Direção: Joel Zito Araújo. Roteiro: José Carvalho; Joel Zito Araújo. Produção: Luis Carlos de Alencar. Gênero: documentário. Estúdio: Casa da Criação de Cinema. Distribuidora: Pipa Produções. Língua: Português. Brasil. Duração: 120 min. Color.

CRIANÇAS Invisíveis. Direção LUND, Kátia. Produção Paris Filmes. Intérpretes Francisco Anawake (João), Maria Grazia Cucinotta (Atendente de bar), Damaris Edwards (La Queeta), Vera Fernandez (Bilu), Hazelle Goodman (Sra. Wright), Hannah Hodson (Blanca), Zhao Ziann (Song Song), Wenli Jiang (Mãe de Song Song), David Thewlis (Jonathan). 2005. 124 min.

CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala:** a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Os Negros não se deixaram escravizar. In: **APP Sindicato Cut/CNTE** Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/artigo.aspx?id=3209>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____. Africanidade, afrodescendência e educação. **Revista Educação em Debate.** v.2, n.42, ano 23. Fortaleza: Editora UFC, 2001. p. 5-15.

_____. Educação, cidade e afrodescendência: as formas territoriais e políticas do racismo no Brasil. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira *et al.* (Org.) **Formação do educador em educação; identidade, diversidade, inclusão e juventude.** Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Memória, história e identidades afrodescendentes: as autobiografias na pesquisa científica. In: **Cultura, educação, espaço e tempo** (Org.). VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elo de Paula. *et al.* Fortaleza: UFC, 2011. p. 118-143.

¹⁰⁹ Material não oficial do IBGE. Elaborado para facilitar o trabalho dos pesquisadores que buscam informações no órgão para embasar suas pesquisas. A partir do censo demográfico de 2000.

_____. NATIVIDADE, Deise Rosa da. Lugar do negro na educação – da transição do século XIX ao XX *In: Revista Educação em Debate*. v.2, n.46, ano 25. Fortaleza: Editora UFC, 2003.p. 16-25.

_____. **NTU**: Introdução ao pensamento filosófico bantu. *In: Revista Educação em Debate*. v. 1, n. 59, ano 32. Fortaleza: UFC, 2010. p. 25-41.

_____. Afrodescendência e espaço urbano. *In: CUNHA Jr, Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (Org.) Espaço urbano e afrodescendência: estudos da especialidade negra para o debate das políticas públicas*. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p. 62-87.

_____. Metodologia afrodescendente de pesquisa. *Revista Ethos Brasil*. Cultura Sociedade. Ano VI. n. 1, p. 69-80, junho. 2008.

_____. O ensino da história africana. *In: Historianet. A Nossa História*. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/cont_eudo/default.aspx?codigo=499>. Acesso em: 20 mai. 2010.

_____; DAMIÃO, Flávia de Jesus; CUNHA JUNIOR, Henrique. Uma história a contar... literatura, história e educação a partir da obra da casa da água. *In: GOMES, Souza Ana Beatriz; CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.) Educação e afrodescendência no Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 125-158.

DALBERG, Gunilla. *et al.* **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2003. Cap. 2 e 3.

DAMIÃO, Flávia de Jesus. Flávia de Jesus. Na rua, no beco: infância afrodescendente no Arraial do Retiro. *In: RAMOS, Maria Estela Rocha; CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.) Espaço urbano e afrodescendência*. Fortaleza: UFC, 2007. p. 47-61.

_____. Flávia de Jesus. **Primeira infância, afrodescendência e educação no Arraial do Retiro**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

DEGOLI, Vincenzo. **Bom Juá' trent'anni dopo: evoluzione di una periferia**. 2005-2006. 163 f. Tese (Doutorado em Letras e Filosofia) – Facoltà di Lettere e Filosofia, Università Degli Studi di Milano, 2005-2006.

DEL PRIORE. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DEMARTINI, Zelai de Brito Fabri. Infância, pesquisa e relatos orais. *In: FARIA, Ana Lúcia Goulart et al. (Org.) Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea). p. 2-17.

DEPELCHIN, Jacques. **Por uma recuperación de la historia africana: de África a Haiti e Gaza**. Barcelona: Fahamu, Oozebap, 2010.

_____. **Silences in Africa history:** between the syndrome of discovery and abolition. Tanzania: Mkuki na Nyota Publishers, 2005.

DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: **História geral da África, a África antiga**, vol. II, São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, Org. G. Mokhtar, 1983. Disponível em: <<http://kamugere.wordpress.com/2011/07/05/origem-dos-antigos-egipcios-por-cheiq-anta-diop/>>. Acesso em 01 jun, 2011.

Documentário quilombos da Bahia. Direção OLAVO, Antonio. Portifolium Laboratório de Imagens. Salvador: 2005. 1 DVD

DUPRÉ, Maria José. **A Ilha perdida**. 39 ed. São Paulo: Ática, 2009.

EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA. **Documentação jurídica sobre o negro no Brasil: 1800 – 1888**. Índice analítico. Pesquisa e elaboração Francisco Sérgio Mota Soares et.al. Salvador: Secretaria da Cultura, DEPAB, 1989.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRAZ, Débora. **A construção da identidade negra através da dança afro brasileira: a história de mestre King**. Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2008.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Huanitas/ FFLCH/USP. Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GEOSEDUR. **Delimitações da prefeitura municipal de Salvador**. Disponível em:<<http://eulersantos.blogspot.com/2009/10/delimitacoes-da-prefeitura-municipal-de.html>>. Acesso em: 19 out. 2011.

GOBBI, Márcia. Desenho infantil e oralidade: instrumento ara pesquisa com crianças pequenas. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri, *et al.* (Org.). **Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea). p. 69-90.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005

HERNÁNDEZ. Pedro Alexander Cubas. **O Brasil e Cuba, 1889/1902 – 1929: o debate intelectual sobre as relações raciais**. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, 2011.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Tradução Roberto Calado Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. In: **Estudos feministas**. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, 1995. p. 464-469.

HOUAISS ELETRÔNICO 3.0. HOUAISS, Antonio. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Objetiva Ltda. 2009. CD-ROM

IICA (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA). **Gestão social do território**: experiências no estado do Maranhão. Carlos Miranda; Cristina Costa (Org.). Brasília. IICA, 2005

Ki-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** Entrevista com René Holenstein. Tradução Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KOHAN, Walter. **Infância, estrangeiridade e ignorância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

L'APICCIRELLA, Nadime. O papel da educação na legitimação da violência simbólica. In: **Revista Eletrônica de Ciências** – n. 20. Julho, 2003.

LIMA, Maria do Céu. **Comunidades pesqueiras marítimas no ceará**: territórios, costumes e conflitos. 2002. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH/USP, 2002.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense: INL, 1982. 1 ed. 1837.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, Narjara Medeiros de; FRANCISCHINI, Rosangela. Apreciação musical infantil: aspectos da constituição da infância na contemporaneidade. In: **A Criança Fala**: a escuta com crianças em pesquisa. CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.). São Paulo: Cortêz, 2008.

MACHADO, Vanda. **Ilê Axé**: vivências e invenções pedagógicas, as crianças do Opô Afonjá. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2002.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças da elite durante o império. In: DEL PRIORE. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2 ed. São Paulo:Contexto, 2009. p. 137-175.

MENEZES. Valéria. **O preconceito racial e suas histórias na instituição escolar**. Trabalhos Para Discussão. Fundação Joaquim Nabuco. n. 147/2002. Agosto, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html>>. Acesso em: 13 set. 2011.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Edgard Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp. 71-103. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>>.

MOORE, Carlos. A África e o Brasil sob a ótica de interesses divergentes. *In* **A África que incomoda: sobre a polemização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala. (Coleção Repensando a África Volume I), 2008. p. 105-153.

_____. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. *In*: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p.133-145.

_____. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MOTT, Maria Lúcia. *et al.* A escravidão e a criança negra. *In*: Negros brasileiros. **Revista Ciência Hoje**. Suplemento v.8, n. 48. Nov, 1988. p. 20-29.

MOURA, Glória. O direito à diferença. *In*. MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2008. p. 65-78.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

MUNARI, João. **Heitor Frisotti: sob a proteção dos orixás**. São Paulo: Alô Mundo. Coleção biografias.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia africana: das independências às liberdades**. Maputo: Paulistas, 1993.

NUNES, Cícera. **O reisado em Juazeiro do Norte/CE e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para a implementação da lei 10.639/03**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

OJO-ADE, Femi. **Cultura africana: do velho e do novo; os anos 90**. Trad. Ieda Machado Ribeiro dos Santos [S.l.] [S.d.]. p 36-53.

OLAVO, Antonio. **Quilombos da Bahia**. Manual Pedagógico. Salvador: Portifolium Laboratório de Imagens, 2005.

OLINTO, Antonio. **A Casa da água**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR. 2003.

_____. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

OLIVEIRA, Débora Ferraz de. **A construção da identidade negra através da dança afro brasileira: a história de Mestre King**. Fundação Biblioteca Nacional. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ MinC. 2008. Disponível em: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/debora_ferraz.pdf. Acesso em: set, 2011.

OLIVEIRA, Lippi Lúcia. **A sociologia de Guerreiro Ramos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Gênero, Raça E Solidão Entre Mulheres Negras Em Salvador, Bahia. In: **fazendo gênero 8 - corpo, violência e poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Ana_Claudia_Lemos_Pacheco_69.pdf>. Acesso em: 02 nov.2011.

PELLEGRINI, Giacomo Corna. **Bom Juá: um estudo de geografia urbana – periferias urbanas do terceiro mundo**. Tradução Breno Raigorowski. Salvador: Associação de Moradores de Bom Juá, 1982.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da infância**. Trad. Suzana Carvalho e José Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei nº 3688 de 25 de novembro de 1986 de Salvador**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/232844/lei-3688-86-salvador-ba>>. Acesso em: 02 out. 2011.

QUERINO, Manuel. **A raça africana e seus costumes na Bahia**. Bahia: Teatro XVIII/P555, 2006.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território afrodescendente: leitura de cidade através do bairro da Liberdade**. Salvador, Bahia. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2007.

REIS, Vilma Maria dos Santos. **Atucaiados pelo estado. as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 8 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 14 ed. RJ: Petrópolis, 1978.

SANTANA, Mariely Cabral de. A Construção do conceito de patrimônio. Alma e festa de uma cidade: devoção e construção da Colina do Bonfim. In: **Coleção Bahia de Todos Nós**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 27-36.

SANTOS, Ana Kátia Alves dos. **Infância afrodescendente**: epistemologia crítica no ensino fundamental. Salvador: EDUFBA, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: **Educação anti-racista caminhos abertos pela lei federal 10.639/03**. Brasília: MEC, 2005.

SARMENTO, Manoel e GOUVEIA, M. Cristina. (Org.). **Estudos sobre a infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas. São Paulo: Atores Associados, 2007. (Coleção Memória e Educação)

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERPA, Ângelo. **Fala periferia!** uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. SERPA, Ângelo (Org.). Salvador: UFBA, 2001.

SILVA, Ana Célia da. **A Discriminação do negro no livro didático**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Edson; MOTTI Ângelo (Coord.). **Uma década de direitos**: estatuto da criança e do adolescente. avaliando resultados e projetando o futuro. Campo Grande, MS: UFMS, 2001.

SILVA, Fátima Aparecida. **A frente negra brasileira pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um dos seus fundadores**: José Vicente Lima – Década de 1930. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVA, Juliana Pereira de; BARBOSA, Silvia Neli Falcão; KRAMER, Sonia. Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A Criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 79-101.

SILVIA, Célia Cris. **Diário de bordo do professor**. Curitiba: Aymará, 2009.

SMEC. **Diretrizes curriculares para as diretrizes curriculares municipal para ensino da história afro-brasileira e africana no sistema municipal de ensino de salvador**. Salvador: SMEC, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SOUSA JR, Vilson Caetano. **Nagô: a nação de ancestrais itinerantes**. Salvador: Editora FIB, 2005.

SOUSA JR, Vilson Caetano. **Nossas raízes africanas**. (Org.). São Paulo: Atabaque, 2004.

SOUZA, Edleusa Penha de. **Tamborizar: história e afirmação de auto-estima das crianças e adolescentes negros e negras através dos tambores de congo.** 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Estado da Bahia, 2005.

SOUZA, Juliana de. **Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba-SP: uma abordagem para a educação escolar.** 2010. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

STRECK, Danilo R. O Pensador e a educação contemporânea. **Revista Educação Apresenta: história da pedagogia Paulo Freire.** Segmento, 2010.

THEODORO, Mário. (Org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

UNESCO. **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Tradução: Ministérios das Relações Exteriores em 2006. Paris, 2003.

VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE. (Org.). **História das crianças no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 192-206.

VIANA FILHO, Luiz. **O Negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão.** Salvador-BA: EDUFBA, 2008.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas: a cultura dos Quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação.** 2010. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. **Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense.** 2005. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

DOCUMENTOS PESQUISADOS

Análise do Projeto de Lei nº 216/2007 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município do Salvador (PDDU). Agosto 2007.

Informações Sistematizadas para Bairros de Baixa Renda da Coordenação de Desenvolvimento Social - 1985

Matriz Curricular Estadual do 5º ao 9º Anos.

Parecer do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2004 e 2007.

Projeto Pedagógico da Escola Amigos do Rei (2010).

Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária de Bom Juá (2009).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasília,

ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR



UNIDADE ESCOLAR:														
ENDEREÇO:										TELEFONE				
CIDADE:										DIREC – 1B				
Dias Letivos: 200			Semanas Letivas: 40			Dias semanais: 05			Nº de horas/dia: 05					
MATRIZ CURRICULAR – 6º AO 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL ADAPTAÇÃO A LEI Nº 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3/2005														
BASE NACIONAL COMUM										PARTE DIVERSIFICADA			CH SEMANAL	CH ANUAL (Horas Aulas)
Áreas de Conhecimento														
Aspectos da Vida Cidadã														
Saúde														
Sexualidade														
Vida Familiar e Social														
Meio Ambiente														
Trabalho														
Ciência e Tecnologia														
Cultura														
Linguagens														
CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTO														
6º ANO		5	4	3	2	2	2	2	(1)				24	960
7º ANO		5	4	3	2	2	2	2	(1)				24	960
8º ANO		5	4	3	2	2	2	2	(1)				24	960
9º ANO		5	4	3	2	2	2	2	(1)				24	960
TOTAL GERAL		20	16	12	8	8	8	8	(4)				96	3840
OBSERVAÇÕES	MODALIDADES DE ESPORTE					C. H			ÁREAS DE CONHECIMENTO COM TURMAS DESDOBRADAS					
NOTA: 1 - O Currículo deve ser composto de uma Base Nacional Comum, e da Parte Diversificada, ambas integrando e articulando os Aspectos da Vida Cidadã (Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Cultura e Linguagens) com as áreas de Conhecimento.														

Data: / /

Assinatura do Diretor (a)

Diretoria Regional de Educação - DIREC 1B
Avenida da França, s/n, Instituto do Casca 2º andar, Comércio Cep: 40.010-020.
Salvador – Bahia - Brasil. Tel.: 55 71 3242-5370 / 5335 ou 3241-4827. Fax: Ramal 263 www.sec.ba.gov.br

ANEXO B – CONTEÚDOS A SEREM MINISTRADOS NA CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR NA DISCIPLINA HISTÓRIA. NA ESCOLA AMIGOS DO REI.

Escola – Amigos do Rei
Disciplina – Cultura Baiana Série – 5ª e 6ª

Plano da I UNIDADE

Tema 1 – Cultura negra

Subtemas / conteúdos	Conceitos básicos
<ul style="list-style-type: none"> • África: berço das civilizações; • A resistência negra e o dia 13 de maio; • Influências africana: culinária, música, danças, religião, vocabulário etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade sem igualdade; • Conseqüência da escravidão.

Tema 2 – Contribuições dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico

Subtemas / conteúdos	Conceitos básicos
<ul style="list-style-type: none"> • Legado da medicina; • Legado da astronomia; • Legado da engenharia, arquitetura e matemática; • Na navegação; • Personagens baianos, afro-descendente e suas contribuições. 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração social e cultural do negro.

Tema 3 – O índio no Brasil

Subtemas / conteúdos	Conceitos básicos
<ul style="list-style-type: none"> • A questão da terra; • Aspecto social, cultural e religioso; • A chegada dos europeus; • Primeiros contatos entre índios e portugueses. 	<ul style="list-style-type: none"> • A sociedade indígena e sua relação com o homem branco.

Tema 4 – Identidade indígena

Subtemas / conteúdos	Conceitos básicos
<ul style="list-style-type: none"> • O antes e o depois da chegada dos portugueses no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • O que é ser índio

Aprendizagem / recursos / avaliação

<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva; • Análise de imagem; • Leitura de textos; • Música; • Filme; • Debate; • Atividade oral e escrita • Revisão e prova.
--

ANEXO C – PATRIMÔNIO DE BOM JUÁ



Figura 49. Fonte: Associação de moradores. Desfile com crianças da creche do Marotinho.



Figura 50. Fonte: Associação de moradores. Construção da igreja. Nanau (fundo direito), Cláudio (boné) e Jaci (chapéu).



Figura 51. Fonte: Album de Jojó. Coral adolescente Igreja de Santana, padroeira do bairro



Figura 52. Fonte: Associação de moradores. Reunião da Associação na Escola Comunitária.

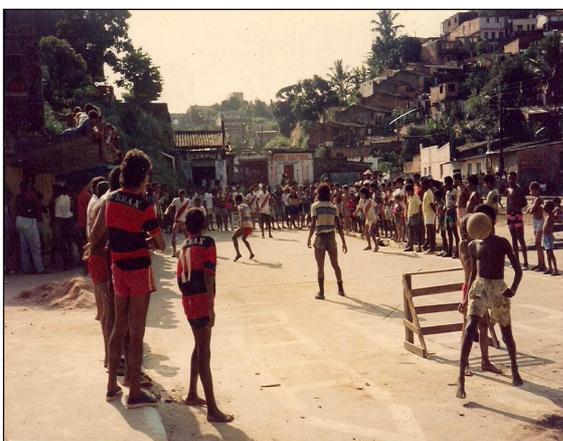


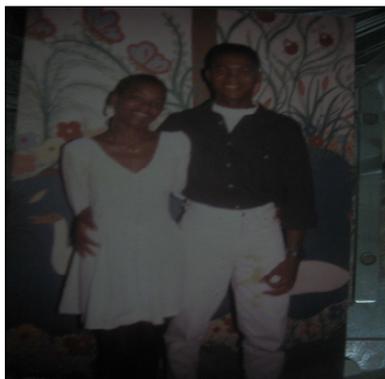
Figura 53. Fonte: Associação de moradores. Baba de terça-feira. Terminal de ônibus.



Figura 54. Fonte: Arquivo pessoal, 2011. Jogo de dominó.



Figuras 55. Fonte: Arquivo pessoal, 2011.



Figuras 56. Fonte: Arquivo Toinho e Sandra. Grupo União de Apoio à Comunidade.



Figuras 57. Fonte: Arquivo pessoal. Samir, filho de Toinho e Sandra.



Figura 58. Fonte: Arquivo pessoal, 2011. Terreiro em Bom Juá.



Figura 59. Fonte: Arquivo associação de moradores. Amélia e o Grupo de Crochê Mirim.

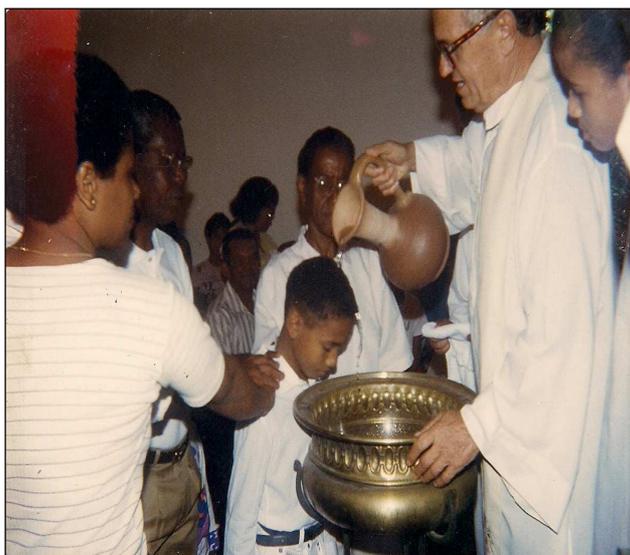


Figura 60. Fonte: Arquivo de Cira. Batizado Josemar. Mesma da figura 84.



Figura 61. Fonte: Arquivo pessoal, 2011. Josemar.



Figura 62. Fonte: Arquivo de Cira. Batizado Joycemara. A mesma da figura 84.



Figura 63. Fonte: Arquivo pessoal, 2011. Joycemara e seu filho Iago.



Figura 64. Fonte: Arquivo Solange. 1ª Comunhão de Sayonara. Esq/dir. Rosa Barreto, Walter Barreto, Rosivalda Barreto. Crianças, Maicon, Sayonara, Mateus, Toinho e Lucas.



Figura 65. Fonte: Arquivo Solange. Toinho Walter Barreto e Maicon



Figura 66. Fonte: Arquivo Solange. Toinho Isabel e Sayonara.



Figura 67. Fonte: Arquivo Solange. Formatura das crianças entrevistadas



Figura 68. Fonte: Arquivo Solange. 1ª, 5ª e 6ª crianças da Figura 67.

ANEXO D – CADERNO DE CÂNTICOS DO SANTO ANTONIO DE D. JUDITE

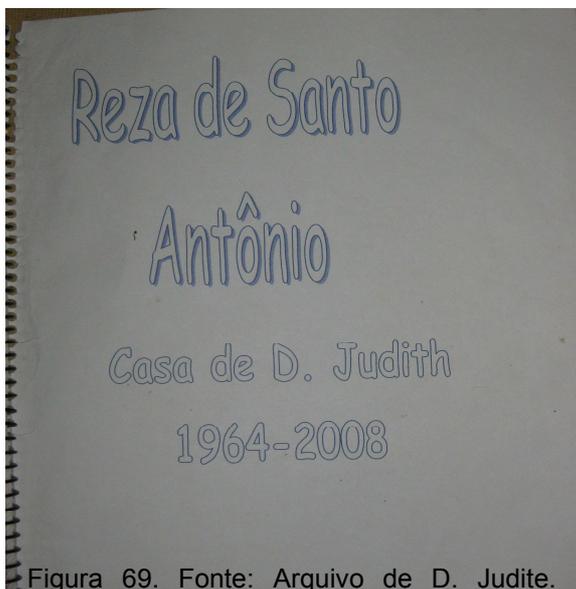


Figura 69. Fonte: Arquivo de D. Judite. Contra capa do caderno de orações da reza de Santo Antonio.



Figura 70. Fonte: Arquivo de D. Judite. Reza de Santo Antonio.



Figura 71. Fonte: Arquivo pessoal, 2011. Tino na construção do espaço cultural.



Figura 72. Fonte: Arquivo pessoal, 2011. Escola Amigos do Rei



Figura 73. Fonte: Arquivo Escola Comunitária. Escola Comunitária de Bom Juá.